

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REGIANE BORSATO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS CERTIFICAÇÕES: PARTICIPAÇÃO E
INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NOS INSTRUMENTOS
PRIVADOS DE GESTÃO AMBIENTAL**

CURITIBA

2012

REGIANE BORSATO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS CERTIFICAÇÕES: PARTICIPAÇÃO E
INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NOS INSTRUMENTOS
PRIVADOS DE GESTÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadores: Prof^a Dr^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima e Prof. Dr. José Milton Andriguetto Filho.

CURITIBA

2012

Borsato, Regiane

Governança ambiental e as certificações: participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão / Regiane Borsato. – Curitiba, 2012.

230 f. : il., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadores: Myrian Regina Del Vecchio de Lima e José Milton Andriguetto Filho

1. Política ambiental. 2. Licenças ambientais. 3. Gestão ambiental. I. Lima, Myrian Regina Del Vecchio de. II. Andriguetto Filho, José Milton. III. Título.

CDD 333.72



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº 118. Aos trinta dias do mês de março de dois mil e doze, às 10h00min na Sede do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores: Myrian Regina Del Vecchio de Lima (orientadora - UFPR), Dimas Floriani (UFPR), Miguel Serediuk Milano (INSTITUTO LIFE), Tamara Simone van Kaick (UTFPR), Renato Bochicchio (UNILITORAL), para arguição da tese de Doutorado apresentada pela candidata **Regiane Borsato** intitulada "*Governança ambiental e as certificações: participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão ambiental*". A sessão foi presidida pela Professora Myrian Regina Del Vecchio de Lima. Foi concedida a palavra a doutoranda conferindo-lhe 60 minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se a arguição sendo concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições tendo a doutoranda tempo para suas respostas. Na seqüência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação da candidata. Com menção: (X) Distinção () Louvor. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovada a doutoranda, que recebeu o título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 30 de março de 2012.

Profa. Dra. Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Prof. Dr. Dimas Floriani

Prof. Dr. Miguel Serediuk Milano

Profa. Dra. Tamara Simone van Kaick

Prof. Dr. Renato Bochicchio

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo incentivo que sempre recebi para enfrentar e concluir novos desafios. Ao Paulo Sérgio, aos meus pais, sobrinhos e a todos com os quais deixei de conviver para me dedicar ao estudo.

À minha orientadora Myrian del Vecchio Lima por todos os ensinamentos, os quais não se resumem a esta tese, e que resultam de sua dedicação e paixão à profissão; e ao meu coorientador José Milton Andriguetto pelo fundamental apoio e importantes contribuições para o aprimoramento do trabalho.

Aos professores do MADE que dedicam seu tempo para a construção da interdisciplinaridade e às secretárias Iolanda e Cássia pelo apoio em todos os momentos necessários.

Aos Professores das Ciências Florestais Vitor Hoeflich, Antonio Higa, Alessandro Angelo e Alvaro Boson de Castro Faria pelo enriquecimento das discussões profissionais.

Às amigas e colegas de profissão Rosana Renner e Mariangela Gerum pelo apoio fundamental em todas as etapas do trabalho e, principalmente, pela amizade.

Ao Instituto LIFE nas pessoas de Miguel Serediuk Milano, Clóvis Borges, Maria Alice Alexandre e Maria de Lourdes Silva Nunes, pela oportunidade de aprendizado, pelo acesso às informações do Instituto LIFE e, principalmente, pelo apoio que me permitiu dividir o tempo entre o trabalho e o estudo. Igualmente aos colegas Adriana, Bianca, Michelle, Marcelo e Anke e aos estagiários Rodrigo Augusto e Aline Neher.

Aos colegas da Turma VIII do MADE, Thomaz, Katya, Luciano, Julian, Faraco, Georgeana, Natália, Juliana, Sidemar, Frederico, Tiago, Francelise e ao “agregado” Filó, pela experiência trocada, pelos importantes momentos de descontração e por tudo o que aprendi com cada um de vocês.

Agradeço acima de tudo a Deus e à oportunidade que tive de cursar uma Universidade pública e gratuita. Agradeço também a todos os brasileiros que contribuem direta ou indiretamente para que isto seja possível.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DESASTRES AMBIENTAIS COM REPERCUSSÃO MUNDIAL A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	61
FIGURA 2 - EVENTOS ESTRATÉGICOS E FÓRUMS DE DISCUSSÕES ASSOCIADOS À CRISE AMBIENTAL GLOBAL A PARTIR DE FINAIS DO SÉCULO XIX.....	77
FIGURA 3 - GOVERNANÇA DO SISTEMA ISO.....	93
FIGURA 4 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PADRÕES ISO SEGUNDO A ABNT.....	97
FIGURA 5 – PONDERAÇÃO DE VOTOS ENTRE AS CÂMARAS ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL NA GOVERNANÇA DO FSC.....	107
FIGURA 6 - ESCOLARIDADE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA AMBIENTAL AMOSTRADOS.....	156
FIGURA 7 – PERCEPÇÃO DOS GESTORES AMBIENTAIS SOBRE A CRISE AMBIENTAL E SUAS PERSPECTIVAS.....	157
FIGURA 8 – ASPECTOS INFLUENCIADOS PELA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL NA VISÃO DE GESTORES AMBIENTAIS.....	162
FIGURA 9 – MUDANÇAS NAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS DECORRENTES DA AÇÃO DO MERCADO NA VISÃO DOS GESTORES AMBIENTAIS.....	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERFIL DO CONTEÚDO ABORDADO NOS PADRÕES ISO, FSC E LIFE.....	142
TABELA 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA AMBIENTAL AMOSTRADOS	156
TABELA 3 - PRINCIPAIS ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A ALTERAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS DAS EMPRESAS.....	158
TABELA 4 - ATORES COM MAIOR INFLUÊNCIA NA ALTERAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS DAS EMPRESAS.....	160
TABELA 5 - A CERTIFICAÇÃO COMO CAUSA E CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS NA VISÃO DOS GESTORES	163
TABELA 6 - PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CERTIFICAÇÕES INDICADOS PELOS GESTORES AMBIENTAIS	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	TÉCNICAS UTILIZADAS EM CADA ETAPA DA PESQUISA CONFORME SEUS OBJETIVOS.....	47
QUADRO 2 -	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AVALIADAS RELACIONADAS AOS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO ISO, FSC E LIFE.	48
QUADRO 3 -	PERFIL DOS INFORMANTES QUALIFICADOS CONFORME O SETOR DE ATUAÇÃO.	54
QUADRO 4 -	DOCUMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES ISO/IEC E WTO MENCIONADOS NO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS – ISEAL – <i>Setting Social and Environmental Standards vs. 5.0 – ISEAL Code of Good Practice</i>	87
QUADRO 5 -	EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 14001 ENTRE 2001 E 2010.....	92
QUADRO 6 -	EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC ENTRE 2000 E 2010.....	103
QUADRO 7 -	COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DO FSC – VERSÕES 1994 E 2012.....	112
QUADRO 8 -	GRUPOS E TEMAS DE AÇÕES EM CONSERVAÇÃO CONFORME ESTRATÉGIAS DEFINIDAS PELO INSTITUTO LIFE.	137
QUADRO 9 -	CLASSIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL SEGUNDO O SEU CONTEÚDO.	139
QUADRO 10 -	COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS ISO, FSC E LIFE EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO DE SEUS PADRÕES.	141
QUADRO 11 -	COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO ISO, FSC E LIFE.....	148
QUADRO 12 -	PERFIL DOS GESTORES AMBIENTAIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO.....	153
QUADRO 13 -	PERFIL DOS CONSULTORES E AUDITORES QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO.	155
QUADRO 14 -	A VISÃO SOBRE A CRISE AMBIENTAL GLOBAL E SUA GOVERNANÇA POR DIFERENTES INFORMANTES QUALIFICADOS (IFs).	186
QUADRO 15 -	A VISÃO DOS INFORMANTES QUALIFICADOS (IQs) SOBRE O PAPEL DE DIFERENTES ATORES NA QUESTÃO AMBIENTAL.....	190
QUADRO 16 -	A VISÃO DOS INFORMANTES QUALIFICADOS (IQs) SOBRE O PAPEL DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS.	192

APÊNDICES

Apêndice A	Glossário
Apêndice B	Roteiro do questionário aplicado via web
Apêndice C	Fluxograma do questionário aplicado via web
Apêndice D	Roteiro de entrevistas realizadas com informantes qualificados

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNT/CB	ABNT/Comitê Brasileiro
ABNT/CB-38	ABNT/Comissão de Estudo de Gestão Ambiental
ABNT/CEET	ABNT/Comissões de Estudos Especiais Temporários
ABNT/ONS	ABNT/Organismos de Normalização Setorial
ACB	Ações para a Conservação da Biodiversidade
BCSD	<i>Business Council for Sustainable Development</i>
CDB	<i>Convenção sobre a Diversidade Biológica</i>
CMDS	<i>Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável</i>
CMMAD	<i>Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento</i>
CNUCED	<i>Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento</i>
CNUMAD	<i>Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento</i>
CNUMAH	<i>Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano</i>
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
HCV	<i>High Conservation Value</i>
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
ISA	<i>International Federation of the National Standardizing Associations</i>
ISEAL	<i>International Social and Environmental Accreditation and Labelling</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
IUPN	<i>International Union for the Protection of Nature</i>
LIFE	<i>Lasting Initiative for Earth</i>
NMS	Novos Movimentos Sociais
NSMD	<i>Non-state market driven</i>
MEA	<i>Millenium Ecosystem Assessment</i>
OECD	<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico</i>
OI	Organização Internacional
OMC	<i>Organização Mundial do Comércio</i>
ONG	Organização Não-Governamental

ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
ONUMA	<i>Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente</i>
PNUMA	<i>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente</i>
TBT	<i>Technical Barriers for Trade</i>
TEEB	<i>The Economics of Ecosystems and Biodiversity</i>
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UNCED	<i>United Nations Conference on Environment and Development</i>
VEIB	Valor Estimado de Impacto à Biodiversidade
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WCMC	<i>World Conservation Monitoring Center</i>
WTO/TBT	<i>World Trade Organization/Technical Barriers to Trade</i>
WTO	<i>World Trade Organization</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. ABORDAGENS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 ABORDAGEM CONCEITUAL.....	26
2.2 ABORDAGEM INSTRUMENTAL.....	44
3 A CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO GLOBAL: DEBATES, GOVERNANÇA E A GESTÃO DE MERCADO	56
4. PADRÕES DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: OS SISTEMAS INTERNACIONAIS ISO, FSC E LIFE	81
4.1 PADRÕES FORMAIS E NÃO-FORMAIS.....	81
4.2 O SISTEMA INTERNACIONAL ISO E A CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL	89
4.3 O CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL – FSC (<i>FOREST STEWARDSHIP COUNCIL</i>).....	100
4.4 A CERTIFICAÇÃO LIFE (<i>LASTING INITIATIVE FOR EARTH</i>)	121
4.5 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS ISO, FSC E LIFE	138
5. INSTRUMENTOS PRIVADOS DE GESTÃO E SUA INFLUÊNCIA NAS PRÁTICAS PRODUTIVAS	149
5.1 RESULTADOS OBTIDOS DO QUESTIONÁRIO ONLINE.....	149
5.2 A PERCEPÇÃO DOS GESTORES AMBIENTAIS.....	156
6. O PAPEL DOS INSTRUMENTOS PRIVADOS DE GESTÃO NA GOVERNANÇA AMBIENTAL	170
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
8. CONCLUSÕES	208

RESUMO

Diante da deflagração de uma crise ambiental global, anunciada a partir da década de 1960, emergiu a necessidade e a oportunidade de criação de novos instrumentos de gestão e de autogestão, que resultaram nas certificações e nos selos ambientais. Porém, apesar do aumento no uso de selos ambientais, há pouco entendimento sobre as dinâmicas sociais das quais eles emergem, o seu significado perante uma governança global e sua influência na gestão ambiental empresarial. Novas formas de organização social resultaram em novos espaços de diálogo e aproximação entre os atores do movimento ambientalista e os protagonistas do desenvolvimento econômico. Esta tese se insere neste contexto e investiga a capacidade do movimento ambientalista em alterar paradigmas de gestão ambiental empresarial. O recorte estabelecido foi a participação do movimento no desenvolvimento de padrões privados de certificação. Um resgate histórico permitiu compreender a evolução da gestão ambiental privada e a participação do movimento ambientalista na governança ambiental por meio da atuação do terceiro setor. Foram analisados três sistemas internacionais de certificação ambiental: a ISO 14.001, o FSC (*Forest Stewardship Council*) e o LIFE (*Lasting Initiative for Earth*), interpretados a partir da análise documental. A influência de instrumentos privados na alteração de práticas produtivas foi avaliada por meio da percepção de gestores ambientais. A interface dos instrumentos privados com a governança e a gestão ambiental foi investigada através de entrevistas com informantes qualificados. Identificou-se que a participação do movimento ambientalista vem legitimando novos padrões de certificação e influenciando instrumentos privados de gestão ambiental por meio da inserção de novos elementos aos seus conteúdos convencionalmente técnicos e ambientais, como novos critérios ecológicos, sociais e culturais. A aplicação dos instrumentos privados apresenta na percepção dos gestores três tipos de alcance: a) técnicos/ambientais: reduzindo a poluição gerada pelos processos produtivos, aumentando a ecoeficiência, reduzindo o uso de recursos naturais e conservando a biodiversidade; b) de sensibilização do público interno: visando o engajamento individual e coletivo em relação à causa ambiental; e c) de cunho econômico: por meio do reconhecimento público da empresa no mercado, junto aos acionistas, clientes e fornecedores, e da redução de custos. Em relação à governança ambiental a valorização da participação na legitimação de padrões privados de gestão reforça o fenômeno do envolvimento dos atores civis e privados na arena global, como característica da transição de governo para governança.

Palavras-chave: governança ambiental; certificação ambiental; gestão ambiental; movimento ambientalista e atores coletivos; ISO; FSC; LIFE.

ABSTRACT

Before the outbreak of the global environmental crisis, announced from the 1960s, the need and opportunity to create new management tools emerged. Some of them resulted in environmental labels and certifications. However, despite the increased use of environmental labels, there is little understanding of the social dynamics from which they emerge, their meaning in the face of global governance and their influence on corporate environmental management. New forms of social organization have resulted in new opportunities for dialogue between the actors of environmental movement and the protagonists of economic development. This thesis fits into this context and investigates the ability of the environmental movement in changing management paradigms. The cut for the research was set at the movement's participation in the development of environmental private standards. A historical review was built bringing the evolution of environmental management and private involvement on environmental governance by third sector engagement. Three environmental certification systems were analyzed: ISO 14001, FSC (Forest Stewardship Council) and LIFE (Lasting Initiative for Earth), evaluated by documentary analysis. The influence of private instruments of environmental management in changing production practices was assessed through a questionnaire applied to environmental managers. The interface of private instruments to environmental governance was investigated through interviews with qualified informants. It was found that environmental movement participation has legitimized new certification standards and influenced private instruments by adding new elements to their conventionally technical and environmental contents criteria such as ecological, social and cultural ones. Private environmental instruments in the perception of managers have three types of results: a) technical / environmental: reducing pollution generated by production processes, increasing eco-efficiency, reducing the use of natural resources and conserving biodiversity, b) staff awareness: targeting individual and collective engagement to the environmental cause, and c) the economic nature: public market recognition – by shareholders, customers and suppliers, and cost reduction. In relation to environmental governance this movement seems to reinforce the phenomenon of increasing involvement of civil and private actors in the global arena, as characteristic of the transition from government to governance.

Key-words: environmental governance; environmental certification; environmental management; environmental movement and collective actors; ISO; FSC; LIFE.

RÉSUMÉ

Face la déflagration d'une crise environnementale mondiale, annoncée depuis les années 1960, ont émergé la nécessité et l'opportunité de création de nouveaux outils de gestion et d'autogestion, qui ont abouti à la certification et aux sceaux environnementaux. Mais, malgré le croissant usage des sceaux environnementaux, il y a peu de compréhension des dynamiques sociales desquelles ils émergent, de leur signification devant une gouvernance mondiale et leur influence sur la gestion environnementale des entreprises. De nouvelles formes d'organisation sociale ont abouti à de nouveaux espaces de dialogue et de rapprochement entre les acteurs du mouvement environnementaliste et les protagonistes du développement économique. Cette thèse est développée dans ce contexte et étudie la capacité de le mouvement environnementaliste changer des paradigmes de gestion. La thématique a été la participation du mouvement au développement de standards privés de gestion environnementale. Un historique a permis de comprendre l'évolution de la gestion environnementale privée et la participation du mouvement à la gouvernance environnementale par l'intermédiaire du troisième secteur. On a évalué trois systèmes internationaux de certification environnementale : l'ISO 14.001, le FSC (*Forest Stewardship Council*) et le LIFE (*Lasting Initiative for Earth*), interprétés à partir de l'analyse documentaire. L'influence des outils privés dans le changement des pratiques productives a été évaluée par la perception des gestionnaires environnementaux. L'interface des outils privés avec la gouvernance et la gestion environnementale a été recherchée par des entrevues avec des informateurs qualifiés. On a identifié que la participation du mouvement environnementaliste légitime de nouveaux standards de certification et influence des outils privés de gestion environnementale par l'insertion de nouveaux éléments à leurs contenus conventionnellement techniques et environnementaux, comme de nouveaux critères écologiques, sociaux et culturels. L'application des outils privés présente selon la perception des gestionnaires trois types de portée : a) techniques/environnementales : en réduisant la pollution générée par des processus de production, en augmentant l'eco-efficacité, en réduisant l'usage des ressources naturelles et en conservant la biodiversité ; b) de sensibilisation du public interne : visant à l'engagement individuel et collectif par rapport aux causes environnementales ; et c) de coin économique : par la reconnaissance publique de l'entreprise dans le marché, par les actionnaires, des clients et des fournisseurs; e par la réduction de coûts. Par rapport à la gouvernance environnementale la valorisation de la participation à la légitimation de standards privés de gestion renforce le phénomène de l'engagement des acteurs civils et privés dans l'arène mondiale, comme une caractéristique de la transition de gouvernement à gouvernance.

Mots-clés: gouvernance environnementale; certification environnementale; gestion environnementale; mouvement environnementaliste et acteurs collectifs; ISO; FSC; LIFE.

PREÂMBULO

Enquanto muitas questões podem, e até mesmo devem, ser tratadas a partir da visão disciplinar, caso isso ocorra no contexto de meio ambiente perde-se a conotação e a complexidade inerente à própria acepção do termo ambiental, correndo o risco de uma dada problemática deixar de ser uma questão própria desta área do conhecimento, por maior que seja a sua relevância em outras esferas da ciência ou da técnica.

A crise ambiental é uma “crise do nosso tempo” (LEFF, 2003 p. 15), que,

“ [...] mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado (LEFF, 2003 p. 19).”

Para dar conta da problemática ambiental, a proposta interdisciplinar do programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná objetiva a aproximação entre as ciências naturais e sociais para, de modo articulado, estudar questões relevantes dentro do binômio ambiente e desenvolvimento.

Quando analisadas as questões ambientais tomadas neste aspecto como um objeto científico híbrido, a abordagem interdisciplinar surge como uma alternativa útil para apresentar respostas e entendimentos mais completos. O procedimento desta abordagem, todavia, reforça a necessidade de troca de experiências de pesquisa, a fim de que, ao longo do processo as disciplinas incorporem novos questionamentos para suas lógicas disciplinares (FLORIANI; KNECHTEL, 2003 p. 80-81).

Para Zanoni et al. (2002, p. 13) quando se consideram não apenas as conseqüências dos processos ambientais sobre as sociedades humanas, mas também a necessidade de incorporar as dimensões ambientais na formação das políticas de desenvolvimento (harmonizando objetivos econômicos, sociais, culturais e éticos com a preservação da natureza), a exigência de interdisciplinaridade faz-se mais presente, autorizando entender-se como imprescindível a colaboração entre ciências físico-naturais, disciplinas técnicas e ciências sociais.

É preciso, certamente, levar em conta esta transformação científica com a qual a sociedade se depara nos dias atuais. Na ciência do século XIX, inúmeros saberes foram expulsos do contexto científico por não se enquadrarem nas ideias

iluministas do século anterior, que fortaleceram os campos disciplinares e a segregação do saber.

Apesar da relevância da pesquisa disciplinar para inúmeros fins, a pesquisa interdisciplinar é fundamental para o estudo de problemas que se apresentam como interdependentes entre as ciências naturais e sociais, como é o caso da crise ambiental, tema de natureza complexa. Nas palavras de Floriani (2009),

[...] los objetos complejos exigen sistemas de pensamiento igualmente complejos, no porque sean más difíciles que los demás conocimientos, pero sí porque las prácticas que los acompañan hacen parte de otros contratos metodológicos, son contracorriente e implican reordenar los dispositivos institucionales, politizando y resquebrajando los sistemas inerciales de la organización corporativa de las ciencias (FLORIANI, 2009, p.2).

Assim, destacou-se a importância no âmbito do trabalho coletivo de abordar os temas de pesquisa na complexidade inerente à leitura dos fatos sociais, evitando-se leituras restritas da realidade. Mas, considerando que Ciência e Política são duas vocações (WEBER, [1919] 2004), procurou-se durante o percurso do trabalho tratar a questão ambiental apenas através da leitura da realidade, para não haver um envolvimento maior com posicionamentos ideológicos¹.

Dar conta de um tema complexo por natureza envolve uma gama de possibilidades de recortes, problematizações e interpretações, que reforça o fato da abordagem disciplinar ser neste caso insuficiente. Rohde (1995, p. 41) explica que as ciências ambientais se espremem entre as ciências naturais e sociais, constituindo vazios epistemológicos que justificam a interdisciplinaridade. Estes vazios surgem porque a especialização retira um objeto do seu contexto e da sua totalidade, desconsiderando as ligações com o seu ambiente e a multidimensionalidade dos fenômenos (MORIN, 2003, p. 69).

Ao invés das certezas dos resultados previsíveis e manipuláveis que cercam os saberes disciplinares, a questão ambiental encontra-se cercada por incertezas, assim como a ciência. A constatação de que a ciência não pode dar conta do todo, segundo Prigogine (2003), nos coloca diante da necessidade de se pensar em outras racionalidades e de se empreenderem mudanças de pensamento. Essa abordagem reconhece as limitações do conhecimento científico para a compreensão dos fatos e a proposição de inovações.

¹ Durkheim cita, em sua obra Regras para o Método Sociológico, que o fato social deve ser tratado exatamente da forma como o cientista da Natureza trata os fenômenos naturais, no sentido de que a separação entre sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento garanta a neutralidade da ciência, e tudo o que se encontra fora disto seja chamado de ideologia (CHAUÍ, p. 30).

Empreender a reflexão levando-se em conta o contexto é fundamental, uma vez que o cenário atual é perpassado pela globalização e por mudanças globais (FLORIANI, 2009). Então, se o pensamento complexo é aquele que visa, ao invés de separar, diferenciar e ao mesmo tempo reunir (MORIN, 2003), ele procura contextualizar e globalizar, ao mesmo tempo em que se salientam o singular e o individual.

O pensamento complexo não procura acabar com as certezas em prol das incertezas, mas reconhecê-las, aceitá-las e incorporá-las (MORIN, 2003, p. 75). Em outras palavras, ao invés do paradigma da simplificação², que busca separar e reduzir – tal qual o observado na ciência determinista – e indicado para responder a inúmeras outras questões, este autor propõe o paradigma da complexidade, que busca reunir os fragmentos do conhecimento.

A teoria da complexidade foi a abordagem coletiva escolhida pelo Grupo da Governança da Turma XVIII, da qual emergiu a gestão ambiental como segundo tema coletivo de um dos grupos de pesquisa no qual se inseriu a autora dessa tese, e os instrumentos privados de gestão ambiental como tema dessa pesquisa individual.

Diante da grande crise ambiental contemporânea, a turma VIII do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná iniciou seu percurso intelectual com a temática “Natureza, sociedade e mudanças globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos, estratégias locais e globais”. Ao longo deste percurso as articulações promovidas acabaram por gerar recortes temáticos que despertaram como um dos interesses o estudo de estratégias de mudança e formas de organização na busca de práticas e políticas de sustentabilidade.

A partir da necessidade de compreender os conflitos socioambientais em suas múltiplas escalas e dimensões, foram detectados elementos conflituosos comuns ao campo de análise de cada disciplina envolvida no processo. Assim formaram-se grupos para analisar as diferentes “crises” que conformavam o campo maior da ampla crise ambiental: governança – grupo do qual participou a autora, biodiversidade, alimentar e energética.

² Para MORIN (1991, p. 71), “o paradigma da simplicidade é um paradigma que coloca ordem no universo e expulsa dele a desordem. A ordem reduz-se a uma lei, a um princípio [...] O princípio da simplicidade quer separar o que está ligado (disjunção), quer unificar o que está disperso (redução)”.

Depois de delimitadas essas crises, foram realizadas oficinas a fim de compreender como cada uma delas se conectavam a um debate maior, concernente a crise ambiental global. A proposta de trabalho definida para a Turma VIII pode ser visualizada na figura A.



FIGURA A - FLUXOGRAMA DA PRIMEIRA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE PESQUISA DA TURMA VIII DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
FONTE: ADAPTADO DE ANDRIGUETTO FILHO (2009).

Cada um dos grupos desenvolveu sua pesquisa coletiva, que procurava apontar para uma reflexão sobre a temática e apresentar um panorama da discussão em um sentido mais amplo, buscando também compreender como os diferentes elementos – apontados pelas diferentes crises – se articulavam. Neste sentido, para apresentar o problema desta pesquisa, foram resgatadas algumas discussões que permearam os grupos da crise da governança e da crise da biodiversidade, as quais também orientaram a construção das questões de pesquisa para esta tese.

Quanto à crise da governança, a pesquisa coletiva do grupo (DIEHL et al., 2009) apontou para a literatura sobre governança ambiental global que traz, para além das críticas alusivas às formas, à necessidade e à importância do poder do

Estado, exemplos, propostas e sugestões sobre outras formas de relação entre sujeitos, atores e instituições relacionados à temática ambiental. As alternativas em governança ambiental podem estar relacionadas tanto a outras estruturas ou formas de organização, hierarquização e participação dos agentes envolvidos, bem como estar guiadas por outras racionalidades que visam se opor às forças comuns de governança.

A compreensão do processo de governança amplia o debate sobre os mecanismos de participação dos atores no cenário internacional, envolvendo segmentos diversos, tais como o sistema das Nações Unidas, regimes internacionais setoriais, atores distintos que representam o mercado, e a crescente participação de setores da sociedade civil, como as ONGs, que cada vez mais assumem um papel estratégico na implementação de políticas ambientais no âmbito local, regional, nacional e global; contribuindo para a conformação da política cívica mundial (WAPNER, 1996).

Na sequência, passando de um panorama político amplo, as discussões voltaram-se às práticas e ações derivadas da gestão ambiental decorrente destas políticas e construções, sociais e históricas. Assim, as discussões coletivas do grupo de governança convergiram para o tema da gestão ambiental. Desse cenário, emergiu na etapa seguinte o objeto de pesquisa individual: os instrumentos privados de gestão ambiental.

Em relação à crise da biodiversidade, o grupo que abordou o tema na etapa de pesquisa coletiva, optou pela adoção de um ponto de vista não biocêntrico, abordando a crise em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, além dos ecológicos, passando também pelas discussões sobre a crise de governança. Partiu-se do pressuposto que todos esses aspectos estão profundamente imbricados na ideia de “crise da biodiversidade”, tendo em vista que, para além da crise “biológica”, existe também uma crise da sociedade e do modelo de desenvolvimento atual.

O Grupo da Biodiversidade destacou as relações entre o modelo de desenvolvimento atual e a degradação da biodiversidade, que envolve a emergência de diferentes abordagens nas discussões sobre a “sustentabilidade”. Assim, foram exploradas as relações entre a conservação e os modelos econômicos vigentes, e como as questões ambientais foram incorporadas à economia, abordando as diferentes correntes do pensamento ambientalista e suas controvérsias, as quais se

assentam nas causas e nas soluções propostas para crise ambiental frente à questão do desenvolvimento e estão orientadas por diferentes visões éticas.

A pesquisa se encontra na confluência de duas crises contemporâneas e dos elementos a elas associados. Por um lado, a crise da biodiversidade se impõe como conseqüência do modelo de desenvolvimento econômico, e por outro, formas de governança com base na participação política de novos atores resultam em outros instrumentos para a gestão ambiental empresarial (figura B).

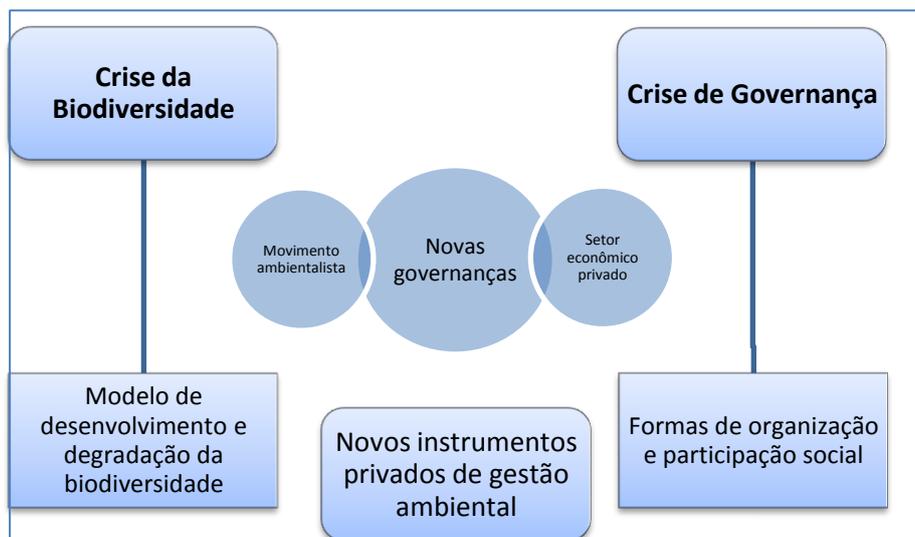


FIGURA B - CONSTRUÇÃO DO TEMA DE PESQUISA INDIVIDUAL A PARTIR DOS TEMAS DA PESQUISA COLETIVA.
FONTE: A AUTORA (2012).

1. INTRODUÇÃO

Diante da deflagração de uma crise ambiental planetária e civilizatória, anunciada a partir da década de 1960, a sociedade se viu diante da necessidade emergente de criação de novos instrumentos de gestão. Novas formas de organização, conseqüentes da demanda da sociedade civil pela participação na construção de novas políticas de desenvolvimento, parecem indicar novos espaços de diálogo entre racionalidades distintas, como uma aproximação entre os atores do movimento ambientalista e os protagonistas do desenvolvimento econômico.

Desde que se reconheceu a crise ambiental e se aumentou a pressão sobre a economia, as empresas passaram a buscar novos meios de diferenciar seus produtos visando angariar novos mercados. A internalização da questão ambiental pelo setor econômico por meio de instrumentos privados de gestão fez com que a sociedade de consumo contemporânea, apontada como causa e conseqüência da crise ambiental, se visse diante de diversos rótulos e certificações ambientais. Porém, enquanto há um aumento no uso de rótulos ambientais, há pouco entendimento sobre quais condições, critérios, premissas e propostas as certificações são criadas, a partir de quais dinâmicas sociais elas emergem e qual o seu papel na governança e na gestão ambiental empresarial.

Abramovay et al. (2010 p. 24) questiona o que está por trás da proliferação de iniciativas destinadas a melhorar a governança ambiental e social de setores estratégicos da economia quando se observa que organizações não-governamentais e organizações de pesquisa estão se reunindo em mesas-redondas com empresários para participar de decisões que até pouco tempo permaneciam sob a égide das diretorias das empresas. Esses autores se perguntam sobre o que os motivam e o que podem ser os mecanismos mais importantes deste processo, enfatizando a importância do estudo sobre este tema.

Neste cenário, o movimento ambientalista assume posição de ator da governança ambiental global, por meio de sua atuação junto ao mercado no formato de ação das ONGs, visando inserir novos paradigmas aos instrumentos privados de gestão ambiental e, conseqüentemente ao desenvolvimento econômico.

Dentre os instrumentos privados de gestão ambiental que proliferaram desde a década de 1990 identificou-se através da participação de novos atores na ordem global uma nova geração de instrumentos de gestão, constituindo sistemas de

governança não-estatais orientados pelo mercado (*non-state market driven - NSMD*) (CASHORE, 2002).

Tendo em vista a inserção do movimento ambientalista na aplicação de instrumentos privados de gestão, a partir da articulação com o setor econômico ou segundo setor, interessa neste particular compreender como o discurso ambiental inserido na lógica econômica alterou o paradigma da gestão ambiental privada a partir da década de 1990 e quais resultados se podem esperar destes instrumentos a partir de suas repercussões na gestão ambiental privada, bem como os significados deste movimento em termos de governança ambiental.

Ao refletir acerca da origem e do sentido do movimento ambientalista, Leff (2007 [2001], p. 96) lembra que, apesar dos limites da racionalidade econômica terem sido identificados há cerca de três ou quatro décadas, a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre uma diversidade de concepções e estratégias de solução.

Neste sentido, para o autor, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados, mas ainda assim, o ambientalismo abre um processo de ressignificação do mundo atual. A racionalidade ambiental, segundo Leff, coloca como um dos desafios para o estudo desse movimento social, investigar suas estratégias para transformar a racionalidade do desenvolvimento, incorporando outros valores éticos e princípios produtivos. Apesar de Leff questionar a capacidade dos movimentos ambientais de conduzirem estas demandas através de uma racionalidade alternativa frente à racionalidade dominante, questiona-se aqui a sua capacidade de conduzir mudanças a partir de uma aproximação e do diálogo com esta racionalidade.

Apesar do esvaziamento do conceito de sustentabilidade, movimentos e manifestos de representantes da sociedade contribuíram nas últimas décadas para o aumento da sensibilização global sobre a fragilidade ambiental e suas interfaces com modelos de desenvolvimento econômico, e com padrões de produção e consumo. Porém, sensibilização não significa mudança concreta nas práticas vigentes. E, por isso, interessa compreender os alcances que podem ter os novos instrumentos desenvolvidos com a participação do movimento ambientalista e de sua aproximação do mercado.

A partir desta discussão emerge a questão norteadora da presente pesquisa: a participação do movimento ambientalista por meio da governança não-

governamental orientada pelo mercado altera substantivamente os instrumentos privados de gestão ambiental e as práticas produtivas no sentido de promover sua real eficácia?

No entanto, cabe lembrar que a avaliação dessa participação não é realizada aqui de forma direta por meio de investigações junto a representantes do próprio movimento ambientalista, mas, por meio da percepção de atores vinculados a gestão ambiental privada e do aprofundamento sobre os sistemas de certificação os quais vêm sofrendo sua influência.

1.1 Hipótese

A participação do movimento ambientalista altera os instrumentos privados de gestão ambiental e as práticas produtivas, promovendo sua eficácia.

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a participação do movimento ambientalista na alteração dos instrumentos privados de gestão ambiental e das práticas produtivas, promovendo sua eficácia.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Resgatar a evolução histórica da gestão ambiental e dos regimes de governança orientados pelo mercado
- b) Caracterizar e comparar as certificações ISO, FSC e LIFE
- c) Verificar a percepção de gestores ambientais sobre os instrumentos privados de gestão e sua influência na alteração de práticas produtivas
- d) Investigar o papel dos instrumentos privados de gestão na governança ambiental

1.3 Estrutura da pesquisa

No capítulo 2 são apresentados os conceitos e as categorias analíticas da pesquisa, bem como os instrumentos quali-quantitativos utilizados: a pesquisa

bibliográfica e construção histórica, a análise de conteúdo, a aplicação de questionário e a realização de entrevistas.

Realizou-se pesquisa bibliográfica para a elaboração do capítulo 3, representando a fase da pesquisa necessária para compreender o estabelecimento de mecanismos internacionais de governança ambiental a partir da década de 1960, bem como o surgimento dos instrumentos privados ou instrumentos não-governamentais orientados pelo mercado, subsidiando as discussões empreendidas nos capítulos subseqüentes. A abordagem do capítulo 3 finaliza com o surgimento do movimento ambientalista e discute a aproximação de uma parte deste movimento dos protagonistas do mercado na construção de uma nova geração de instrumentos para a gestão ambiental.

No capítulo 4, três instrumentos privados de gestão ambiental foram detalhados através da análise documental, histórica e bibliográfica, o que possibilitou sua caracterização em função da participação de diferentes atores, a interpretação de seus conteúdos e paradigmas ambientais, e a comparação entre eles. Foram selecionados para esta etapa da pesquisa, o sistema de gestão ambiental ISO 14001; o Conselho de Manejo Florestal (FSC – *Forest Stewardship Council*); e a certificação LIFE (*Lasting Initiative for Earth*).

Finalmente, os alcances e as limitações das certificações ambientais na alteração de práticas empresariais de produção foram avaliados no capítulo 5, por meio da interpretação dos resultados de um questionário aplicado a profissionais da área de gestão ambiental empresarial. Esta análise foi complementada por meio da realização de entrevistas com informantes qualificados, brasileiros e estrangeiros, cuja análise é apresentada no capítulo 6, e que possibilitou retomar o objeto da pesquisa sob a ótica da governança ambiental, situando o papel global dos instrumentos privados de gestão, de forma a se chegar às considerações finais e conclusões deste trabalho, apresentadas nos capítulos 7 e 8.

2. ABORDAGENS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Abordagem conceitual

Este item tem como objetivo esclarecer e definir as principais categorias analíticas utilizadas na pesquisa, estabelecendo os pressupostos que fundamentaram as considerações sobre governança ambiental global, a caracterização do movimento ambientalista como ator social coletivo, a atuação das ONGs na governança ambiental global, o surgimento de novos instrumentos de gestão e de novas governanças.

2.1.1 Governança Ambiental e governança orientada pelo mercado

A abordagem a respeito da governança ambiental global parte do pressuposto de que a crise ambiental se constitui a partir de problemas que perpassam as fronteiras territoriais dos Estados nacionais, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Porém, esta crise ambiental global não diz respeito apenas a questões de ordem natural, mas também a questões de ordem política e social.

A crise ecológica origina-se na dualidade Terra-Mundo, inerente ao princípio ativo da civilização (CALDWELL, 1990), ou seja, em duas realidades nas quais vive a humanidade: uma mais permanente, a Terra, formada por ecossistemas altamente integrados, e o Mundo, uma realidade de sistemas sociais, culturais, políticos e naturais, com um maior grau de desintegração e conflito do que de cooperação e solidariedade (LEIS e D'AMATO, 1995, p. 78). Assim, a governança ambiental global emerge desta realidade que seria uma superposição destas duas esferas, enquanto visa: um "Mundo" que cristaliza a gama de interações políticas, econômicas e sociais entre os indivíduos do globo; e a Terra, que apreende o conjunto das coisas físicas ou naturais (BARROS-PLATIAU et al., 2004, p. 4).

Por um lado, a crise ambiental se depara – na esfera das interações políticas, econômicas e sociais, com o questionamento sobre as lógicas e

racionalidades do desenvolvimento³, que testa a limitação física dos recursos naturais, constantemente desafiada pela visão de crescimento ilimitado e pela negação da natureza. Portanto, pode-se dizer que a governança ambiental global visa mediar este conflito, resguardando as limitações físicas da esfera Terra através da definição de políticas e instrumentos, na esfera Mundo.

Para dar conta desta mediação, a promessa de universalidade e as dificuldades a ela inerentes foram acompanhadas da disseminação de um novo formato de ação: a atuação da sociedade civil através das Organizações Não-Governamentais (ONGs⁴). Entende-se assim que a atuação por meio das ONGs é um dos formatos de ação do movimento ambientalista e é o formato de ação de interesse para esta tese.

A denominação genérica ONGs foi criada pelas Nações Unidas em 1950 para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais (OIs) não oriundas de acordos governamentais, ou seja, provenientes da iniciativa privada, e atuantes no âmbito supranacional. A denominação é, às vezes, imprecisa em função do evidente aumento na quantidade dessas entidades civis (GONÇALVES, 1995).

O aumento no número de ONGs trouxe à tona a questão da importância e/ou existência da esfera pública entendida nos termos explicitados por Arendt⁵, como o espaço legítimo da ação política (LIMA e RONCAGLIO, 2001 p. 59), situando a emergência do terceiro setor em um contexto sociológico e político mais profundo que se traduz na reflexão sobre o papel do Estado. Nesse sentido, Ferreira (2001, p. 59) questiona se o fortalecimento do fenômeno das ONGs representaria a falência da capacidade do Estado nacional em formular e executar políticas públicas.

Barros-Platiau (2009) afirma que sim. Para a autora a iniciativa das organizações da sociedade civil foi um retorno institucional à crise ambiental⁶,

³ Utilizado aqui no sentido de crescimento econômico, apesar dos questionamentos sobre o termo desenvolvimento em função de sua dissociação da qualidade de vida dos habitantes do planeta e de sua corrente limitação à esfera do crescimento econômico.

⁴ Lembrando que as ONGs não têm personalidade jurídica internacional e, portanto, não são sujeitos de direito internacional (BARROS-PLATIAU, 2009).

⁵ ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

⁶ Barros-Platiau enumera quatro respostas globais que estabelecem mecanismos de governança ambiental: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma); a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS); as iniciativas das Organizações da Sociedade Civil (OCS); e a Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Onuma) – cuja criação foi proposta por mais de quarenta países em 2007 durante a Conferência Internacional “Cidadãos da Terra”, em Paris. A

estabelecidas pela insuficiente resposta do Estado que culminou em novos arranjos institucionais mais flexíveis, englobando atores internacionais emergentes.

A partir da emergência desses atores internacionais, a crise ambiental, que já era compreendida como global em termos de problema, passou a ser compreendida também de forma global em termos de solução. Assim, a ideia de gestão coletiva do meio ambiente trata de forma direta da convergência entre as esferas física e social (BARROS-PLATIAU et al., 2004, p. 6), entre “Terra” e “Mundo”, e pode se realizar tanto por meio de instituições formais em âmbito nacional, através do Estado, e internacional, através das Organizações Internacionais, como através de arranjos mais flexíveis ou informais.

Neste sentido é que a crise ambiental se relaciona também a uma crise de governança. Ao demandar a necessidade coletiva de se pensar a sustentabilidade da vida humana no planeta, a crise ambiental apontou um interesse social, o qual não foi inteiramente assumido pela esfera pública, mas transbordou para o setor privado, via terceiro setor, indicando uma passagem de governo à governança.

Para Santos (1997, p. 342)

“Governança refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos”.

Enquanto a governabilidade refere-se à dimensão estatal do exercício do poder, representando um conjunto de atributos para o exercício do governo (GONÇALVES, 2008), a governança apresenta um caráter mais amplo, podendo englobar dimensões presentes na governabilidade, mas indo além. Arts (2005) cita que o fenômeno do envolvimento crescente dos atores civis e privados na arena global, é a principal característica desta transição de governo para governança.

Kissler e Heidemann (2006) explicam que, sob a ótica da ciência política, a governança está associada a uma mudança na gestão política, com tendência a se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a

uma nova composição de formas de gestão. Esta nova composição pressupõe a participação de novos atores na construção de uma agenda política.

Internacionalmente, as perspectivas de gestão coletiva do meio ambiente passam pela governança global, pelos regimes internacionais e pelas abordagens organizacionais⁷ (BARROS-PLATIAU et al., 2004, p. 4). Segundo Barros-Platiau et al. (2004, p. 7) a governança global seria o conjunto de todos os regimes internacionais⁸. Mas, devido à forte complementaridade entre governança global e regimes internacionais, a governança internacional foi exatamente o núcleo em torno do qual se questionou como pode haver governança na ausência de governo (KRATOCHWIL e RUGGIE⁹ apud BARROS-PLATIAU et al., 2004, p. 7 e 8).

Porém, na ausência de um governo mundial, cada Estado regula as relações com o meio ambiente em seu território. Por um lado, as soluções para a crise ambiental que surgiram no âmbito do Estado estão associadas à ideia de que governar significa “deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões” (NOGUEIRA¹⁰, 2001, p. 99 apud GONÇALVES, 2008), e se traduzem nacionalmente em instrumentos de comando e controle. Por outro lado, as soluções para a crise ambiental global que surgem da autogestão (KISSLER e HEIDEMANN, 2006) da sociedade, são representadas pelas ações das ONGs. A atuação das ONGs voltada à defesa dos direitos coletivos relacionados à questão ambiental, que resulta no desenvolvimento de instrumentos próprios para a gestão ambiental, acentuou a interface entre as crises ambiental e de governança.

É fato que a crise ambiental anunciada na segunda metade do século XX encontrou uma crise de Estado já instalada, visto que o Estado moderno se caracterizou entre outros aspectos pela separação entre o público e o privado e pela reduzida intervenção estatal na economia. Porém, com o afrouxamento das relações de governo, o Estado passou a exercer o papel de coordenador de serviços e de

⁷ A abordagem organizacional trata da atuação das Organizações Internacionais (OIs), como a ONU, a UE, a OMC, entre outras, que são formadas pelos Estados, no contexto de um governo mundial.

⁸ Princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, sobre os quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área temática (KRASNER, Stephen. “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables”. In: KRASNER, Stephen (Ed.). *International regimes*. 8 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995, 1 p. apud BARROS-PLATIAU et al., 2004, p. 13).

⁹ KRATOCHWILL, Friedrich; RUGGIE, John G. *International Organization: a state of art on an art of the state*. In: *International Organization* 40, 4. Cambridge: MIT Press 1986, 754 p.

¹⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Ed. Senac, 2001

instituições, abrindo espaço para a sociedade civil exercer funções anteriormente exclusivas do Estado, constituindo o “terceiro setor”¹¹.

Porém, cabe destacar a diferença entre ONG e terceiro setor. Apesar de toda instituição do terceiro setor se constituir em uma organização não-governamental, nem toda organização não-governamental representa o terceiro setor. A principal característica do terceiro setor é a sua atuação voltada ao interesse público ou coletivo.

Segundo Sousa Santos (1998), o terceiro setor surgiu no século XIX visando novas formas de organização de produção e consumo, articulando vetores normativos com ajuda mútua, cooperação, confiança e formas alternativas de produção e de consumo. O autor complementa que a designação “terceiro setor” pretende dar conta de um vasto conjunto de organizações, que não são estatais, nem mercantis. Que, se por um lado, sendo privadas, não visam o fim lucrativo, por outro, são orientadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, mas não são estatais.

No âmbito da governança ambiental internacional, quando se enfatiza o papel das ONGs, é importante lembrar que sua legitimidade de ação não se trata de uma questão unânime. Ao contrário da posição de que a atuação das ONGs é combatente ao Estado, considera-se aqui a posição de que o papel das ONGs tem sido, cada vez mais, de trabalhar junto com os Estados em matéria ambiental, corroborando com Slaughter¹² (BARROS-PLATIAU, 2009).

Neste íterim cabe ressaltar o que diz Barros-Platiau (2009) a respeito: “É de bom alvitre ressaltar que a tendência mundial é de parceria entre as autoridades públicas e as ONGs, pois, além dos papéis que essas podem desenvolver, servem como legitimadoras da ação pública”. Assim, entende-se que o papel das ONGs é também em muitos casos o de legitimar a participação voluntária da sociedade junto ao Estado¹³.

¹¹ Considerando que historicamente é a sociedade que produz suas instituições, como o Estado e o mercado, alguns autores questionam sua identificação respectivamente como primeiro e segundo setores, afirmando que o terceiro setor poderia ser considerado como o primeiro setor (MONTAÑO, 2005, p. 54). As designações do terceiro setor refletem histórias, tradições, culturas e contextos políticos diferentes. Segundo Sousa Santos, o termo *organização não-governamental* é utilizado nos países chamados de Terceiro Mundo, enquanto que na França designa-se o mesmo como *economia social* e, nos países anglo-saxônicos, *setor voluntário* ou *organizações não-lucrativas*.

¹² SLAUGHTER, A.-M. The real new world order. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 5, p. 183-194, autumn 1997.

¹³ O que não significa assumir que esta relação público-privada seja ideal, e nem mesmo que o Estado não devesse assumir integralmente as questões de interesse da coletividade. Porém,

Barros-Platiau (2009) – para quem o reconhecimento de atores como ONGs é uma realidade que provavelmente ilustra uma tendência mundial no futuro próximo, lembra ainda que, todos os discursos de Kofi Annan – Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas no período de 1997 a 2007 –, refletem uma posição favorável à democratização das negociações internacionais, tanto pela criação de parcerias com o setor privado como pelo reconhecimento de ONGs e de suas atividades em diversos países. E cita ainda que, os textos da Assembléia-Geral sobre uma “Nova ordem humanitária internacional” já reconhecem as ONGs mesmo sem uma base jurídica real que lhes seja atribuída¹⁴.

O objeto desta tese se situa neste contexto. Se a governança engloba outras articulações e associações, insere-se também como forma de governança ambiental global a participação do terceiro setor na elaboração e desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental que resultam em uma nova geração de certificações ambientais.

Desta forma, a governança ambiental é aqui entendida como o conjunto de arranjos flexíveis entre instituições governamentais e não-governamentais, que emergem na sociedade contemporânea para dar conta da crise ambiental instalada. A governança ambiental surge do fortalecimento do terceiro setor, relacionado à crise de reformismo¹⁵ do Estado (Sousa Santos, 1998) e, resulta na conformação de novos arranjos institucionais, principalmente envolvendo organizações não-governamentais e organizações com fins lucrativos.

A governança ambiental é considerada nesta pesquisa como uma nova governança, assumindo como pressuposto que a gestão dos recursos naturais – por

considerando a complexidade de fatores sociais e humanos que levam a sociedade atual a adotar este modelo, além da necessidade de aprofundamento de teórico sobre o Estado necessário para empreender tal discussão, o que não seria possível a partir do recorte estabelecido para atender aos objetivos desta pesquisa, a relação público-privada é tomada neste trabalho de forma pragmática.

¹⁴ La démocratisation du système des Nations Unies, Fascicule de documentation, neuvièmes rencontres internationales d’Aix-en-Provence, le 8 et 9 décembre 2000. Université de Droit, d’Economie et des Sciences d’Aix-Marseille, Institute d’études politiques d’Aix-en-Provence, Centre d’études et des recherches internationales et communautaires (CERIC) – CNRS ESA 6108, Faculté de Droit et de Science politique d’Aix-Marseille, 627 p.

¹⁵ Para Sousa Santos (1998), entre os paradigmas de transformação social da modernidade, o reformismo foi pensado para ser exercido a favor do Estado, ou seja, o Estado como sujeito, tendo a sociedade como entidade problemática e, como tal, o objeto da reforma. Contudo, quando a percepção de objeto demandante de reforma passa da sociedade para o Estado, surge a crise do reformismo e, se questiona sobre quem, neste caso, assumiria o papel do novo sujeito. Para o autor, a reforma traduz-se numa articulação entre três princípios de regulação: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Conforme se estabelece um círculo virtuoso entre o Estado e o mercado, o ressurgimento do terceiro setor no final do século poderia ser lido como a oportunidade para o princípio da comunidade comprovar suas vantagens na regulação social.

meio da participação social de novos atores – encontra-se sob a governança de outros instrumentos de gestão ambiental e certificações, denominados nesta última década por Cashore (2002); Bernstein e Cashore (2004) e por Gulbrandsen (2004, 2005 e 2009) de sistemas não-estatais orientados pelo mercado - NSMD, regimes não-estatais de governança ambiental ou governança global não-estatal.

Contudo, cabe situar aqui uma outra conotação dada ao termo governança nesta tese, referindo-se aos “sistemas de governança das certificações” (capítulo 4). Nestes casos o termo foi utilizado no sentido estrito referindo-se à estrutura e composição de atores que deliberam as normas privadas.

2.1.2 A gestão ambiental por meio de instrumentos de mercado

Os instrumentos de gestão ambiental podem ser avaliados tanto quanto à sua abrangência, macro ou micro, quanto às esferas de atuação envolvidas, pública e privada (SEIFFERT, 2010[2007], p. 93). Foi na esfera pública que surgiu a primeira geração de instrumentos de gestão ambiental, os instrumentos de comando e controle, os quais se relacionam à implantação da gestão ambiental pelo Estado em diferentes níveis – municipal, regional, estatal ou nacional –, constituindo instrumentos mediadores de conflito, criando, implantando e monitorando regulamentações (SEIFFERT (2010[2007], p. 93).

Os instrumentos de comando e controle se fundamentam na elaboração de Políticas Públicas, operacionalizadas pelo sistema jurídico, e são caracterizados pela obrigatoriedade, controle estatal, normas de comportamento e sanções legais. Conforme identificado no capítulo anterior, a maioria dos Estados passou a inserir os programas ambientais em suas agendas a partir da década de 1970. Os instrumentos de gestão ambiental da esfera pública apresentam abrangência macro quando relacionados ao uso do espaço de modo geral; e abrangência micro, quando focados em organizações, como no caso dos licenciamentos ambientais.

Por outro lado, os instrumentos privados de gestão ambiental, também considerados instrumentos de abrangência micro (SEIFFERT, 2010[2007] p. 187), surgiram durante a década de 1980, quando as empresas passaram a responder às demandas ambientais por meio de uma auto-regulação imposta por normas elaboradas pelos próprios setores industriais. Conforme a sustentabilidade e alguns

outros termos relacionados à área ambiental como ecologia e preservação foram sendo difundidos e popularizados – muito embora seu real significado não fosse igualmente entendido ou esclarecido nos contextos em que eram utilizados – aumentaram os apelos ambientais nas mensagens de comercialização vinculadas aos produtos.

Porém, a inserção deliberada de uma mensagem no produto confundia o consumidor, não possibilitando a diferenciação das formas pelas quais a verificação das práticas de produção estava sendo realizada. Surgiu assim, a necessidade de se desenvolverem sistemáticas de análise ao longo da cadeia produtiva que servissem como pré-requisitos para a utilização de determinados rótulos ou selos ambientais. Estes sistemas de verificação são conhecidos como certificações ambientais.

Diversas certificações ambientais surgiram neste contexto, como forma de tornarem visíveis as opções adotadas pela empresa ou produtor em relação à sua postura ambiental, desde a origem da sua matéria-prima, passando pelas práticas e técnicas adotadas em sua produção, até o descarte de seus rejeitos e o ciclo de vida de seus produtos.

A indústria produziu então, desde a década de 1980, instrumentos voluntários de gestão ambiental, como os códigos de conduta, a publicação de relatórios ambientais, a elaboração de sistemas de gestão e o estabelecimento de padrões ambientais (ARTS, 2005), resultando ou não em certificações.

Esses instrumentos privados de gestão ambiental microorientados (SEIFFERT, 2010[2007] p. 187) são instrumentos de autocontrole, e não de comando e controle. Neste caso, o papel do poder público como principal regulador desaparece porque a empresa passou a atuar como seu próprio fiscal ambiental, no sentido de obter melhorias em seu desempenho (SEIFFERT, (2010[2007]), p. 94). Estes instrumentos surgiram desde que as empresas passaram a ser exigidas em termos de processos de gestão ambiental em um mercado globalizado e cada vez mais competitivo (idem, p. 187). Assim, os instrumentos avaliados nesta pesquisa, além de serem classificados como instrumentos de abrangência micro, classificam-se, antes de mais nada, como instrumentos econômicos de gestão ambiental ou instrumentos de mercado.

Esses instrumentos se baseiam nas forças do mercado e nas mudanças dos preços relativos para modificar o comportamento de poluidores e dos usuários de

recursos tanto públicos quanto privados, de modo que passem a internalizar em suas decisões a consideração de aspectos ambientais de maneira socialmente desejável. São instrumentos alternativos, ou complementares, às regras de comando e controle, que podem ajudar em muito os países em desenvolvimento na implementação de políticas ambientais mais eficazes e eficientes (IPEA, 1998).

Os instrumentos de mercado funcionam dentro do subsistema econômico. Porém, o subsistema econômico está sempre limitado por um sistema maior: a biosfera. Sendo a biosfera finita, é obvio que o subsistema econômico não pode romper e degradar o ambiente (MÉRICO, 1996 p. 30). Este é um fundamento da economia ecológica. Neste contexto, os instrumentos de mercado, que funcionam dentro do subsistema econômico, providenciam informações e incentivos para a devida alocação de recursos, canalizando os recursos de acordo com as preferências e as possibilidades de compra¹⁶ (idem p. 34). Como instrumento econômico ou de mercado, os sistemas de certificação ambiental visam sensibilizar e oferecer incentivos para produtores e consumidores através da oportunidade de escolha.

Segundo a lógica econômica de oferta e demanda, a maior procura por produtos ambientalmente corretos deve aumentar o seu valor de mercado. Porém, a necessidade de fazer com que o consumidor identifique estes produtos entre os concorrentes torna necessária a sua diferenciação por meio da utilização de selos ambientais. Para evitar fraudes de mercado e a concorrência desleal, esta identificação requer a validação oficial destes selos por organismos competentes. Assim, surgiram os sistemas de certificação ambiental como forma de atestar a credibilidade acerca de uma informação transmitida através de um selo, neste caso, no que diz respeito aos critérios ambientais vinculados a determinados produtos.

Sendo assim, a certificação ambiental é um instrumento de mercado, que visa regular os procedimentos técnicos para uso de informações relativas a critérios ambientais, incluindo o desenvolvimento de sistemáticas para sua análise ao longo de todo o processo produtivo.

¹⁶ O que o mercado não faz é resolver o problema da distribuição de riquezas produzidas e o problema da escala da economia em relação ao ambiente natural. A inabilidade do mercado em resolver o problema da distribuição justa é amplamente reconhecida, mas sua igual incapacidade de resolver o problema de uma escala sustentável da economia é pouco discutida. Por distribuição, deve se entender não somente a distribuição entre as classes ou os atores sociais, mas também quanto sobra para as futuras gerações e quanto sobra para as outras espécies que também habitam este planeta (MÉRICO, 1996, p. 34).

A certificação ambiental, também conhecida como eco-certificação, se diferencia da eco-rotulagem por apresentar estratégias diferentes, apesar de relacionadas. Uma organização pode obter uma certificação de suas práticas através de auditorias de suas práticas e processos realizadas por uma terceira-parte, mas optar por não rotular a certificação em seus produtos. No entanto, a organização precisa ter seus produtos certificados se quiser rotulá-lo (DELMAS e GRANT, 2008 p. 6). Diversas certificações ambientais surgiram neste contexto, como forma de tornarem visíveis as opções adotadas pela empresa ou pelo produtor em relação à sua postura ambiental, desde a origem da sua matéria-prima, passando pelas práticas e técnicas adotadas em sua produção, até o descarte de seus rejeitos e o ciclo de vida de seus produtos.

Segundo Upton e Bass (1996 p. 42-43), este tipo de instrumento deve ser escolhido quando: a) há uma boa vontade por parte do consumidor em pagar custos adicionais associados ao instrumento; ou b) o aumento nos custos associado ao instrumento pode ser compensado com ganhos comerciais adicionais, como: ganhos em eficiência e produtividade; proteção de mercado; aumento de oportunidades de mercado pela diferenciação do produto; melhores acessos a mecanismos de financiamento; melhoria de imagem para os mercados “verdes” e melhoria de imagem para os colaboradores.

Porém, os benefícios destes instrumentos são pequenos se as pessoas não demandam os produtos ou processos associados a eles, quando não podem pagar o diferencial de preço no mercado ou quando os mercados não foram desenvolvidos. A este respeito, surgem algumas generalidades a respeito do mercado de certificações (UPTON e BASS, 1996 p. 43):

a) Os consumidores não pagarão mais para produtos certificados se a qualidade e desempenho deste produto for inferior às alternativas disponíveis no mercado;

b) quando os produtos certificados conseguem igualar ou exceder as características de qualidade dos produtos alternativos no mercado sua identificação como certificado pode incentivar as vendas

c) mesmo que o produto certificado se iguale aos demais no mercado em termos de qualidade, não há garantias de que o consumidor pagará mais por ele

d) quando a satisfação de critérios ambientais for uma questão considerada essencial para atender parte da especificação de um produto a

rotulagem ambiental pode ser percebida como um ponto positivo na imagem do produto

e) melhorar a imagem do produto e manter os mesmos preços pode contribuir para manter ou ampliar uma fatia de mercado

Desta forma, a certificação ambiental é um instrumento alternativo ou complementar àqueles de comando e controle, que busca nas condições de comercialização, motivações para que os agentes econômicos mudem o seu comportamento.

Para May e Motta (1994, p. 51) a certificação ambiental pode ser classificada como um instrumento de benefício ambiental porque agrega a possibilidade de ação voluntária e a intenção de obter melhorias na qualidade ambiental através de sua aplicação, constituindo um presságio de círculo virtuoso, reforçando a ligação entre as forças de mercado e a proteção dos valores ambientais locais e globais. A certificação ambiental, embora contestada por diversas organizações, ganhou visibilidade e ainda encontra-se em ascensão (BULHÕES, 2001, p. 46) em vários setores, a exemplo do setor florestal.

O entendimento de que os instrumentos privados de gestão ambiental são instrumentos de autocontrole torna clara a relação das certificações ambientais com a crise de governança. O fato das empresas estarem exercendo um autocontrole está diretamente relacionado com a questão da redução no papel do Estado, discutida anteriormente sob o pano de fundo da crise de governança. Para May e Motta (1994) a certificação florestal é parte de um grande debate sobre a relativa eficácia das medidas de comando e controle, versus os incentivos econômicos, como opções de política ambiental. O princípio básico da certificação é aquele que estimula a promoção da adoção voluntária de práticas de manejo mais sustentáveis, guiada pelos benefícios econômicos potenciais.

O controle passa a ser realizado em função do mercado e pelo próprio mercado, com a fiscalização das empresas pelas próprias empresas e pelos seus clientes em todos os elos da cadeia de suprimentos. Portilho¹⁷ (2005 apud JACOBI 2006) levanta esta questão ao afirmar que um conjunto de atores relevantes se agrega ao processo para estimular a co-responsabilidade dos indivíduos comuns.

¹⁷ Fátima Portilho. Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania. São Paulo, Cortez Editora, 2005, 255pp.

Esta co-responsabilidade é argumentada através das características das práticas individuais cotidianas para atenuar ou agravar a crise ambiental. Assim, as chamadas “práticas individuais conscientes”, segundo a autora, começaram a se disseminar, e o termo sociedade sustentável passou a assumir visibilidade, ampliando o espectro de atores que consideram que suas ações possuem capacidade de interferir na qualidade do meio ambiente, multiplicando o consumidor verde – um indivíduo que prioriza produtos que levam em conta a dimensão ambiental.

Mas, como adverte a autora, é importante enfatizar justamente a questão de que o consumo verde não ataca toda a equação. Se por um lado o consumo verde enfatiza a tecnologia, priorizando a escolha por produtos naturais e decorrentes de tecnologias mais limpas, deixa de lado os processos de produção, distribuição e a própria cultura do consumo, a qual corre no sentido contrário à limitação dos recursos.

Entende-se então que o consumo verde é também uma consequência da crise de governança, visto que coloca apenas nas mãos dos cidadãos a responsabilidade pelas mudanças.

Segundo Portilho, o que ocorre neste caso é uma dupla transferência da atividade regulatória. De um lado, a transferência da atividade regulatória do Estado para o mercado, através de mecanismos de auto-regulação, e do Estado e do mercado para o cidadão, através de suas escolhas de consumo.

Mas, a transferência de responsabilidade apresenta ao menos dois problemas: a limitada consciência ambiental da sociedade como um todo, resultando em um número relativamente pequeno de consumidores verdes com poder limitado para ocasionar mudanças na cadeia produtiva; a diferença nas prioridades e no poder de compra dos cidadãos em função das desigualdades sociais, fazendo com que a maior parte da população não inclua critérios ambientais na sua escolha e/ou não tenha condições de arcar com um sobre-preço para adquirir produtos verdes.

Por outro lado, a transferência de responsabilidade é justamente o que tem permitido a participação de diferentes atores nesta emergente governança ambiental. É necessário, portanto, considerar que os novos instrumentos de gestão ambiental são definidos em diferentes contextos de arranjos institucionais, podendo apresentar maior ou menor ação conjunta com ONGs representantes do movimento ambientalista.

2.1.3 O movimento ambientalista

Foi a partir do movimento ambientalista que diversas ONGs se constituíram para enfrentar a questão ambiental global. Para Princen e Finger (1996) a crescente articulação das ONGs locais com as globais ou das nacionais com as transnacionais – facilitadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) formam aquilo que genericamente se denomina de “sociedade civil global”. Esta articulação evidencia a participação de novos atores na governança ambiental.

Dupas (2005) classifica os atores da ordem global em atores da economia¹⁸, sociedade civil e Estado. Os atores da economia incluiriam as corporações, o sistema financeiro e as associações empresariais; a sociedade civil englobaria as organizações sociais não-governamentais; e o Estado envolveria o Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos partidos políticos e das instituições internacionais¹⁹. Sendo assim, para Dupas o terceiro setor pode em si ser considerado um ator da ordem global. Segundo Barros-Platiau (2009) as ONGs se auto-atribuem o papel de representantes da sociedade civil global.

Até a década de 1990 política significava construção de cidadania e a partir de então passou para a arte da negociação (GOHN, 2010). Considerando que a negociação deve ocorrer entre todos os atores da ordem global – economia, sociedade civil e Estado – temos de um lado a negociação de parte do movimento ambientalista com as corporações, sistema financeiro, associações empresariais e acionistas – neste caso por intermédio da proposição e do estabelecimento de regras que visam novos caminhos para a produção e para a economia; e de outro a negociação do movimento com o próprio Estado, por meio da participação na definição, regulamentação e monitoramento do cumprimento destas regras no âmbito das nações – o que sem dúvida significa também uma negociação de poder na governança ambiental global.

Mas, para Leis (1996, p. 90), os atores que emergiram especificamente da deflagração da crise ambiental, podem ser melhor classificados em seis grupos: a) organizações não-governamentais que lutam pela proteção ambiental, sendo algumas com atuação internacional (como o Greenpeace, Friends of the Earth, WWF

¹⁸ Dupas situa o consumidor como “um ator especial”, “um gigante adormecido que poderia transformar seu ato de compra em um voto sobre o papel dos grandes grupos em escala mundial” (p. 30) e que poderá assumir um papel fundamental, mas, que ainda está fora do jogo.

¹⁹ Touraine identifica como atores sociais a Nação, a empresa e o consumidor, não enfatizando a sociedade civil.

e TNC); b) agências estatais federais, estaduais e municipais encarregadas da proteção do meio ambiente; c) grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais; inclusive impactando a dinâmica da comunidade científica; d) um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência do uso dos materiais, na conservação da energia, na redução da poluição e no controle total da qualidade; e) um mercado consumidor verde que demanda, entre outras coisas, alimentos da agricultura orgânica, produtos com eficiência energética, recicláveis e oriundos de tecnologias limpas e produzidos de maneira sustentável; f) agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Assim, para Leis, além das ONGs serem consideradas um ator social no bojo do movimento ambientalista, os administradores e gerentes com atuação na gestão ambiental privada também seriam considerados novos atores neste contexto. Porém, para Touraine (1997), ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está inserido através de decisões, relações e orientações (p. 220). Neste sentido, as ONGs são atores sociais de fato quando reivindicam uma modificação, mas, no caso dos gestores imagina-se que seu poder de atuação e modificação ocorra de forma limitada. Pelo fato de se tratarem de atores institucionais, os gestores ambientais podem estar subordinados às lógicas ideológicas, econômicas, funcionais e práticas do papel que ocupam nas organizações onde atuam, podendo apresentar um potencial limitado de promover mudanças.

Por outro lado, levando-se em conta ainda a definição de Touraine de que o ator social é aquele que modifica o meio, considerou-se para fins desta pesquisa como novo ator o movimento ambientalista em si que, como movimento social, seria por si só um ator coletivo (TOURAINÉ, 1997 p. 254) com capacidade de modificar o meio onde atua.

Desta forma, para os analistas do ambientalismo o conceito de movimento social é de grande valia, pois indica exatamente o lugar dos conflitos na sociedade onde se aglutinam diferentes interesses, expectativas e valores (FERREIRA, 2001 p. 61), fazendo com que as sociedades historicamente mudem através destes conflitos (CASTELLS, 2003). Desta forma, o movimento ambientalista se firma como um ator

social capaz de promover modificações. Para Castells, o movimento social é uma ação coletiva deliberada com propósito determinado cujo resultado, no sucesso ou no fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade.

O movimento ambientalista veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza (LEFF, 2007[2001], p. 15). Porém, para que uma preocupação e um questionamento social se transformassem em uma crise, foi necessário que se desse a eles, visibilidade. A crise ambiental global não teria visibilidade por si só. A visibilidade mundial da crise se construiu a partir de movimentos sociais, reconhecidos como um “sujeito social coletivo” (GOHN, 2010).

Movimento social normalmente pressupõe autonomia e pode ser entendido como a “ação coletiva deliberada que visa a transformação de valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2003). Mas, quando trata especificamente do movimento ambientalista, Castells (1999) lembra que, diferentemente de outros movimentos sociais que são reativos, o movimento ambientalista soube ser pró-ativo – ao menos parte das correntes que compõe este movimento – e soube melhor do que qualquer outro dar visibilidade às suas ideias. Assim, uma significativa parcela de segmentos desse movimento se aproximou dos setores produtivos empresariais.

Ao fazer uso da categoria movimento social nesta abordagem, o que se objetiva é destacar o papel do movimento ambientalista como um novo ator da governança ambiental global e sua atuação e influência na construção de instrumentos privados de gestão ambiental. Barros-Platiau (2009) explica que os novos atores são assim denominados por não pertencerem à esfera estatal, sendo os mais importantes as empresas multinacionais, as ONGs, os indivíduos, as comunidades epistêmicas, os representantes de crime organizado e a Igreja, sendo privilegiadas as ONGs pelo fato de terem assumido um papel importante no desenvolvimento do direito internacional ambiental.

Ainda em relação ao adjetivo novo, para Gohn (2010) o movimento ambientalista é classificado como um novo movimento social²⁰ porque, enquanto os

²⁰ A caracterização desses novos movimentos sociais não tem sido tarefa fácil para a sociologia política em função da novidade, variedade e dinamismo de suas manifestações, além de seu caráter complexo, multissetorial e variável de expressão (LEFF, 2007 [2001], p. 104). Para GOHN (2010 apud SIQUEIRA, 2010 p. 238), continuam prevalecendo grandes lacunas na produção teórica e acadêmica acerca dos movimentos sociais, apesar de sua recorrente presença na literatura das Ciências Sociais. Tais lacunas dizem respeito ao próprio conceito de movimento social e englobam: a sua qualificação como novos; a sua distinção de outras ações coletivas ou organizações sociais,

movimentos do passado lutavam ainda pelo “direito a ter direitos”, os movimentos contemporâneos buscam o reconhecimento e o respeito às diferenças e às demandas e características particulares. Para Gohn, em relação aos movimentos sociais do passado, os movimentos atuais redefiniram sua própria identidade e a qualificação do tipo de suas ações. Esta mudança estaria menos focada em pressupostos ideológicos, como no passado, e mais nos vínculos de integração com esferas da sociedade.

Viola (1987)²¹ e Leis (1991²², 1992²³) traçam o perfil do movimento ambientalista como um movimento social histórico, portador de um projeto de mudança, com fôlego para articular setores sociais díspares, provenientes de agências governamentais, mundo acadêmico, empresas, organizações não-governamentais e movimentos comunitários (FERREIRA, 2001 p. 60).

Mas, segundo Ferreira (2001 p. 60) a literatura especializada em movimentos sociais (HABERMAS, 1981²⁴; EVERS, 1984²⁵; TOURAINE, 1985²⁶; OFFE, 1985²⁷; ANTUNIASSI, 1989²⁸) já caracterizava o movimento ambientalista nos anos 1970 e início dos anos 1980 como um novo movimento. Isto porque, emergindo no seio da classe média intelectualizada dos grandes centros urbanos, parecia ter no seu reconhecimento como grupo social diferenciado e na aceitação de suas ideias, o seu principal objetivo, tal qual em outros movimentos (estudantil, de minorias étnicas, de gênero). Porém, segundo a autora, o movimento surpreendeu a todos quando passou a dialogar com outros segmentos sociais e ultrapassou suas

como as ONGs; as conseqüências de sua institucionalização; e o seu papel no atual momento histórico. Estas lacunas têm dificultado o entendimento e o mapeamento corretos da categoria movimentos sociais, a qual se vê suplantada pela categoria *mobilização social*, que pode ser entendida como simples participação e cooperação muitas vezes induzidas por estruturas políticas externas a ela.

²¹ VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-86): do ambientalismo à ecopolítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3. São Paulo. 1987.

²² VIOLA, E; LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (org.) Ecologia e política mundial. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/Airi. 1991.

²³ VIOLA, E; LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991. In: HOGAN, D. e FREIRE, P. (orgs). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, Unicamp. 1992.

²⁴ HABERMAS, H. New social movements. Telos, n. 49, 1981. p. 33-37.

²⁵ EVERS, T. A face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos Cebrap, 2(4). São Paulo. 1984.

²⁶ TOURAINE, Alan. An introduction to the study of social movements. Social Research, v. 52, n. 4, p 749-787. 1985

²⁷ OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. Social Research, v. 52, n. 4, p. 817-868. 1985.

²⁸ ANTUNIASSI, M. et al. O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. Textos CERU, n. 2. São Paulo. 1989.

ideias iniciais de oposição a uma sociedade predatória para esboçar um novo projeto de sociedade.

Enquanto movimento social, o movimento ambientalista representa não apenas a articulação e a participação social na defesa dos interesses ambientais, coletivos e difusos, mas um movimento que torna visível ao mundo a crise ambiental instalada na sociedade contemporânea. Para Scherer-Warren (2001), por meio da participação os sujeitos coletivos podem alterar as estruturas dos modelos de desenvolvimento, estabelecendo novos rumos de civilidade para a nossa sociedade com vistas às gerações futuras.

Várias transformações sociais foram antecedidas por movimentos²⁹ que ao reconhecerem uma crise instalada, criaram seus próprios mecanismos, visando alterar os rumos do desenvolvimento a partir de seus propósitos. Dessa forma, considera-se aqui a participação social como um mecanismo de transformações (SCHERER-WARREN, 2001 p. 45).

Para Scherer-Warren (2001, p. 41-42) são muitas as organizações da sociedade civil e as possibilidades de participação nas questões de interesse público coletivo, sendo uma das mais frequentes o associativismo civil.

“Uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública é pelas formas de associativismo civil e de movimentos sociais, que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária. Na sociedade contemporânea há Novos Movimentos Sociais (NMS), como os ecológicos e pela qualidade de vida, pelo reconhecimento da diversidade étnica e de gênero, enfim, uma multiplicidade de novos sujeitos com especificidades diversas, que vêm se fortalecendo por meio de inovadoras formas de participação na esfera pública” (SCHERER-WARREN, p. 41).

Por isso Melucci (2001) compara o movimento social a um “profeta” (MELUCCI, 2001). Para o autor, nas sociedades complexas os movimentos são “profetas desencantados”, eles são “um sinal”. Mais do que meramente o resultado

²⁹ Percorrendo rapidamente a trajetória dos movimentos sociais, GOHN (2010) cita o movimento operário e os movimentos revolucionários, desde a Revolução Francesa, nos séculos XIX e início do século XX, como seus precursores. Durante a década de 1960 nos Estados Unidos, surgem os movimentos pelos direitos civis, feministas, contra a Guerra do Vietnã e o movimento estudantil. No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 surgem os movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas, articulados com as Pastorais, de oposição ao regime militar, etc. Muitos dos movimentos atuais, são herdeiros destes movimentos. Enquanto a fase da década de 1980 pode ser chamada de movimentalista, na década de 1990 o cenário se altera, novíssimos personagens entram em cena, como as modernas organizações não-governamentais e o terceiro setor, muitas articuladas com as empresas no contexto da responsabilidade social (GOHN, 2010).

de uma crise, eles sinalizam uma transformação profunda nas lógicas e processos que guiam as sociedades. Assim como um profeta, o movimento social seria aquele que “fala” antecipadamente aos fatos.

Os movimentos sociais da atualidade, ao atuarem num cenário contraditório em que políticas, programas e projetos podem engessá-los, discutem e problematizam a esfera pública com vista à construção de novos modelos organizativos (GOHN, 2010) e de um novo projeto de sociedade. Assim, o movimento ambientalista pode ser compreendido como um novo movimento social, preocupado com a construção da cidadania, e que se institucionaliza e se articula, não na sua totalidade, mas de forma majoritária, para negociar os seus interesses na governança global através também de ONGs transnacionais³⁰.

Porém, o movimento ambientalista não é homogêneo em si e guarda conflitos em seu próprio meio. Os movimentos que surgem a partir da crise ambiental não se inserem todos em um mesmo paradigma chamado de ambientalista, mas em uma série de representações com ideologias diferentes e com diferentes graus de diálogo com o modelo global de desenvolvimento.

Essa tese trata apenas de uma parte do movimento ambientalista³¹, uma vez que o objetivo deste trabalho é justamente o de avaliar os potenciais, os desafios e as limitações dos instrumentos que surgem do diálogo que esta parte do movimento ambientalista trava com atores da economia global, ao se inserir na corrente do desenvolvimento econômico convencional³².

Para delimitar a parte do movimento ambientalista inserida nesta tese, recorreu-se a Leis (1996, p. 91), que distingue duas posições básicas no ambientalismo: uma minoritária, que não assume a dimensão política; e uma majoritária, que assume a dimensão política da questão. A vertente majoritária se divide, por sua vez, em uma minoria que reivindica uma drástica redistribuição de poder político e econômico em âmbito global e local e, uma majoritária, de caráter

³⁰ Para GOHN (2010) o movimento ambientalista se esforçou em inserir novos atores sócio-políticos na agenda do desenvolvimento, como podem ser compreendidas as ONGs. A formação de organizações não-governamentais – ONGs cresceu nos últimos trinta anos, paralelamente ao esverdeamento das políticas públicas, representando uma diversidade político-ideológica e se configurando em instituições organizadas por cidadãos não vinculados ao Estado ou ao mercado, mas que pretendem dialogar com estes e redefinir o papel dos indivíduos e da sociedade na esfera pública (LIMA e RONCAGLIO, 2001 p. 59).

³¹ Como um caso espelho, poderia se abordar o caso de outros instrumentos de gestão e transformação das lógicas estruturais do modelo econômico neoclássico. Nesses casos poderiam ser citadas as certificações ambientais alternativas que se aplicam a produção familiar.

³² “*Business as usual*”.

reformista. Esta é a vertente ou a parte do movimento ambientalista à qual se refere neste estudo: a vertente majoritária de caráter reformista.

Leis e D'Amato (1995, p. 99) elaboraram uma perspectiva teórico-prática do ambientalismo que rejeita o paradigma determinista, que estabelece virtudes e defeitos em cada um dos elementos do seu universo. Para os autores, não existe nenhuma vertente ética, nenhum ator e nenhum setor em particular que, *a priori* e unilateralmente, seja melhor ou pior que outro para atender à crise ecológico-civilizatória. Desta forma, todas as formas de ação do ambientalismo, das mais às menos radicais, teriam por si e cada qual à sua maneira, uma importante contribuição para a construção de novos paradigmas.

Ainda que, segundo Scherer-Warren (2001 p. 45) o movimento ecológico transcenda as ONGs, uma vez que se trata de um conjunto de práticas e valores com repercussões no tecido social, o movimento ambientalista foi tratado nesta tese a partir de suas formas institucionalmente reconhecidas. Neste sentido, foi avaliado o papel do movimento ambientalista a partir de sua atuação institucionalizada na forma de ONGs com atuação na defesa do meio ambiente.

Em função do caráter interdisciplinar desta pesquisa, considerou-se relevante explicitar alguns termos e conceitos na forma pela qual eles foram utilizados nesta tese, os quais se encontram no Apêndice A.

2.2 Abordagem instrumental

Seria extremamente tecnicista tratar de sistemas de certificação ambiental, em um trabalho acadêmico interdisciplinar, apenas a partir do viés da normalização que os definem. Assim, antes de discutir as normas em si, suas características, alcances e limitações, fez-se necessário compreender de que processos e dinâmicas sociais elas emergem.

A utilização de diversos métodos para a coleta de dados permitiu recorrer a várias perspectivas para a mesma situação, bem como obter informações de diferentes naturezas e proceder a complementação entre as informações. Esse processo permite evitar ameaças à validade interna inerente à forma como os dados de uma pesquisa são coletados. Assim, recorreu-se a questionários, entrevistas e à

análise documental (IGEA et al.³³, 1995 apud CALADO e FERREIRA, 2005). Porém, como cada etapa da pesquisa se dedicava a atender um objetivo diferente e por isso demandavam informações específicas, a triangulação foi utilizada para comparar apenas os resultados que emergiram em todas elas.

A pesquisa foi delineada de forma quali-quantitativa, em quatro etapas (quadro 1):

- Etapa 1: levantamento de dados bibliográficos a respeito da crise ambiental global para a contextualização histórica da governança ambiental privada

- Etapa 2: pesquisa quali-quantitativa realizada a partir da análise de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica, da análise documental de três sistemas de certificação ambiental e da comparação entre seus paradigmas por meio de um sistema de pontuação do conteúdo

- Etapa 3: pesquisa quantitativa realizada a partir de dados primários, coletados por meio de um questionário *online*

- Etapa 4: pesquisa qualitativa a partir de dados primários, realizada através de entrevistas com informantes qualificados

A influência da participação do movimento ambientalista na criação de regimes não-estatais de governança ambiental e sua alteração de paradigmas de gestão só poderia ser avaliada através da comparação entre modelos convencionais ou formais com modelos que aparentemente seriam alternativos. Foram considerados como critérios prévios para a seleção dos modelos indícios de: a) diferenças no contexto de participação de partes interessadas no desenvolvimento dos padrões; b) diferenças conceituais sobre a gestão ambiental no conteúdo dos padrões. Tais indícios seriam analisados em maior profundidade e confirmados no decorrer da pesquisa.

Para atender a estes pré-requisitos foram selecionados o sistema de gestão ambiental série ISO 14.001, representando o modelo pioneiro e convencional de gestão ambiental no meio empresarial – sendo considerado o modelo testemunha; o sistema de certificação de manejo florestal FSC³⁴ (*Forest Stewardship Council*), o qual ganhou grande repercussão e visibilidade na literatura internacional pela

³³ IGEA, D.; AUGUSTÍN, J.; BELTRÁN, A.; MARTÍN, A. Técnicas de investigación en ciencias sociales. Madrid: Dikinson. 1995.

³⁴ Frente às interações entre organismos públicos, o setor privado, organizações da sociedade civil, o setor informal e organizações internacionais, a FAO (2009) considera que o panorama se tornou mais complexo, especialmente no campo das instituições do setor florestal.

inovação no seu sistema de governança; e o sistema de certificação LIFE (*Lasting Initiative for Earth*) de ações para a conservação da biodiversidade, representando uma iniciativa brasileira de inovação conceitual na linha de instrumentos que relacionam negócios e biodiversidade com repercussão internacional nos últimos dois anos.

Devido às características qualitativas da pesquisa, e ao fato dos três sistemas de certificação em estudo apresentarem diferentes tempos de maturação, a metodologia não teve como objetivo o detalhamento quantitativo e estatístico dos resultados da aplicação dos indicadores de gestão propostos de cada sistema, mas, um aprofundamento qualitativo sobre cada um deles à luz da participação de novos atores em sua elaboração e da alteração de paradigmas na visão ambiental que os fundamentam.

ETAPA	OBJETIVO	TÉCNICA DE PESQUISA	OBJETO
1	Resgatar a evolução histórica da governança ambiental privada e evidenciar a emergência da participação do movimento ambientalista na construção de instrumentos privados de gestão ambiental.	Pesquisa bibliográfica	Crise ambiental global e a emergência da governança ambiental privada.
2	Analisar e comparar a governança de cada sistema; seus conteúdos e paradigmas ambientais, sua governança interna e seus processos de validação e controle.	Análise documental	Documentos relacionados aos requisitos e processos dos sistemas de certificação avaliados.: Padrões de Certificação LIFE, Guia Técnico LIFE 01, Guia Técnico LIFE 02, Padrões de Certificação FSC, ISO NBR 14001:2004.
3	Verificar a influência dos instrumentos privados de gestão ambiental na alteração de práticas produtivas.	Questionário <i>online</i>	Profissionais com atuação na área ambiental dos setores de produção e transformação (primário e secundário), com interface direta e rotineira na implantação e manutenção dos sistemas de gestão ambiental: gestores ambientais empresariais; e consultores em gestão ambiental.
4	Investigar a interface das certificações (instrumentos privados) com a governança e a gestão ambiental.	Entrevistas	Interlocutores da área de meio ambiente e negócios: auditores, representantes do movimento ambientalista, gestor de ONG, técnicos e executivos de organismos multilaterais.

QUADRO 1 - TÉCNICAS UTILIZADAS EM CADA ETAPA DA PESQUISA CONFORME SEUS OBJETIVOS.

FONTE: A AUTORA (2012).

2.2.1 A análise documental

Considera-se que documento é uma impressão deixada por um ser humano em um objeto físico que pode apresentar-se sob a forma impressa, de endereços eletrônicos e outros. Sua análise trata-se de uma investigação educativa que consiste na detecção de unidades de significado em um texto e no estudo das relações entre elas e em relação ao todo (FLORES³⁵, 1994 apud CALADO e FERREIRA, 2005).

Para realizar a análise documental relativa a cada sistema de certificação foram utilizados os documentos apresentados no quadro 2.

³⁵ FLORES, J. Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa. Barcelona: PPU. 1994.

ISO	FSC	LIFE
ISO. <i>International Standards and Private Standards</i> . Geneva, 2010.	FSC-STD-01-001 V4-0 EN (2010a)	Estatuto
<i>How are ISO standards developed</i> (ISO, 2011).	<i>FSC Standard: FSC Principles and criteria for Forest stewardship</i> FSC-STD-01-001 V5-0 D4-9	Padrões de Certificação LIFE
ISO in figures for the year 2010 (ISO, 2011)	<i>FSC Certificate Database – 2010</i>	GTL01 – Guia Técnico LIFE 01
Assembleia Geral – ISO (ISO 2011)	<i>Membership weighting of votes (FSC 2011)</i> .	GTL02 – Guia Técnico LIFE 02
<i>Engaging stakeholders for ISO national standards bodies</i> (ISO 2012)	<i>Global FSC certificates: type and distribution (FSC, 2012^a)</i>	Relatório de Oficinas Técnicas ³⁶
ABNT NBR ISO 14001:2004. Sistemas de Gestão Ambiental – requisitos com orientação para uso	<i>Setting Social and Environmental Standards vs. 5.0 – ISEAL Code of Good Practice (ISEAL, 2011)</i> .	<i>Setting Social and Environmental Standards vs. 5.0 – ISEAL Code of Good Practice (ISEAL, 2011)</i> .
ABNT NBR ISO/IEC 17021:2011. Avaliação de conformidade - Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão	ISEAL. P017 – ISEAL Memorandum and Articles of Association. Londres, 2010.	ISEAL. P017 – ISEAL Memorandum and Articles of Association. Londres, 2010.

QUADRO 2 - DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AVALIADAS RELACIONADAS AOS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO ISO, FSC E LIFE.

FONTE: A AUTORA (2012).

2.2.2 O questionário

O questionário cumpre pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social (RICHARDSON et al., 2007 p. 189). Segundo Richardson, não existe uma quantidade determinada de perguntas ou tópicos para se definir um questionário. É responsabilidade do pesquisador determinar a natureza, o tamanho e o conteúdo do questionário.

Para a análise da visão de profissionais com atuação na área ambiental de gestão ambiental empresarial, vinculados à produção e transformação (setores primário e secundário) quanto aos alcances e limitações de sistemas de certificação, foi elaborado um questionário de pesquisa por meio da ferramenta *Google Forms* (GOOGLE, 2011) e disponibilizado via *web*. Esta ferramenta é disponibilizada gratuitamente para a criação de formulários *online* no sistema *Google Docs*, plataforma *online* do *Google* utilizada para editar textos, planilhas e apresentações, que permite o acesso a documentos de qualquer computador.

³⁶ Acesso *in loco* no Instituto LIFE.

A opção de aplicação *online* do questionário se justifica pela facilidade com a qual esta ferramenta permite acessar um maior número de pessoas e localidades distantes, evitando a necessidade de deslocamentos, reduzindo os custos e o tempo necessário para aplicação do questionário. Porém, a desvantagem da aplicação do questionário à distância é a baixa taxa de respostas, visto que o entrevistado não se sente comprometido com a pesquisa.

Optou-se pelo questionário de perguntas fechadas com perguntas e afirmações apresentando categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. A vantagem deste tipo de questionário é a objetividade da análise, permitindo a mensuração de categorias e sua comparação. Porém, a desvantagem é o fato do entrevistado ser obrigado a escolher entre alternativas que não correspondam com sua forma livre de pensar (RICHARDSON, 2007 p. 191 e 195).

A estrutura do questionário (Apêndice B) foi elaborada para identificar a visão de gestores ambientais e consultores sobre as influências dos processos de certificação ambiental – ou seja, de instrumentos privados de gestão ambiental – na alteração dos processos produtivos das empresas.

Para selecionar o perfil de profissionais de interesse para a pesquisa, o questionário contou com dois filtros (questões 1 e 2 do Apêndice): a atuação na área ambiental; e a atuação na área ambiental nos setores primário e/ou secundário. A escolha dos setores primário e secundário para a aplicação do questionário se deve ao fato do maior impacto em relação ao uso dos recursos naturais nestes setores³⁷.

Quanto à forma de atuação, os profissionais com atuação direta na gestão ambiental empresarial e com vínculo empregatício com as empresas foram denominados para esta pesquisa de “gestores ambientais”³⁸. Os profissionais com atuação indireta na gestão ambiental empresarial foram agrupados na classe de “consultores”. Quanto à escolha dos setores primário e secundário, esta se deu em função da maior importância das áreas de produção primária e beneficiamento para as questões ambientais em comparação ao setor de serviços.

³⁷ A simples necessidade de grandes extensões de área para a produção agrícola, florestal e pecuária, e o potencial poluidor da indústria de transformação em comparação às atividades de serviço, tornam mais relevantes os instrumentos de gestão ambiental para estes setores em relação ao setor terciário.

³⁸ Apesar da criação de Cursos de Graduação de Gestão Ambiental no Brasil a partir de 2002 e da atual tramitação de projeto de Lei para a regulamentação da profissão, em função da época de formação de muitos dos profissionais que participaram da pesquisa ser anterior a este fato, o termo “gestor ambiental” refere-se nesta tese a todos os profissionais de empresas atuando na área de gestão ambiental.

O questionário foi aplicado em uma primeira fase, pessoalmente, para a realização de teste-piloto. Durante o teste foi identificada a necessidade de ajuste em algumas questões para facilitar a interpretação das questões pelo respondente e a de reduzir o tempo necessário para o seu preenchimento.

O questionário ficou disponível *online* durante um mês. Ao total eles foram enviados a 1.006 endereços eletrônicos, obtidos de listas pessoais e profissionais relacionados à área de gestão ambiental empresarial de acesso da pesquisadora, com foco em empresas privadas. A aplicação da versão revisada do questionário após a realização dos testes ocorreu pela sua disponibilização em página eletrônica desenvolvida especialmente para este fim³⁹, divulgada a partir de um endereço eletrônico criado exclusivamente para a pesquisa (ufpr.pesquisa.made@gmail.com) de forma a reduzir a probabilidade dos destinatários descartarem o email. Uma mensagem enviada no corpo do correio eletrônico informava o destinatário sobre o objetivo da pesquisa e sua finalidade exclusivamente acadêmica.

A escolha da aplicação do questionário *online* visou alcançar um maior número de participantes do que sua aplicação de forma pessoal. Além disto, se objetivava alcançar profissionais em diferentes pontos geográficos, de forma aleatória, uma vez que não se conhecia o tamanho da população a ser amostrada. Dentre 1006 convites enviados para a participação na pesquisa 50 destinatários responderam, sendo que 34 respostas puderam ser aproveitadas em função da aplicação dos filtros. A aplicação do filtro sobre o setor de atuação eliminou 27% das pessoas que acessaram o questionário e estariam dispostas a preenchê-lo. Assim, oito opiniões deixaram de ser aproveitadas para a análise final. Apesar do escopo da pesquisa focar nas atividades de produção e transformação (setores primário e secundário), durante a análise dos resultados observou-se que a inclusão do setor terciário teria possibilitado a obtenção de uma amostra maior para análise, além de permitir a comparação da percepção de gestores sobre os impactos da certificação nas áreas de produção, beneficiamento e serviços.

Apesar do número final de participantes ter se apresentado satisfatório para os objetivos da pesquisa e sido maior do que seria possível via aplicação de forma presencial, o retorno de 5% ficou abaixo do esperado. Segundo RICHARDSON

39

<https://spreadsheets.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHFXZ2N6c015SVcxcUk2SnUzVkpFVmc6MQ>

(2007 p.197) o retorno de questionários não aplicados de forma presencial não chegaria a 70%. Porém, o autor não se refere diretamente à aplicação de questionários *online* e sim via correio. Considerando que a aplicação ocorreu via web acredita-se que um dos fatores que contribuíram para o baixo retorno é a quantidade de informações diárias que todas as pessoas recebem eletronicamente e que acabam justamente por este fato sendo descartadas. Outro fator pode ter sido a extensão do questionário. Acredita-se que questionários mais curtos e rápidos de serem respondidos retornem um maior número de resultados.

2.2.3 As entrevistas

A aplicação dos questionários de perguntas abertas ocorreu de duas formas distintas: pessoalmente e via correio eletrônico. Considerando que “a melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face” (RICHARDSON et al., 2007 p. 207), as entrevistas possibilitaram um maior detalhamento do assunto, evitando informações menos interessantes e um direcionamento para o tema da pesquisa, bem como uma maior exploração dos comentários de maior relevância. Porém, os questionários recebidos via email foram de grande importância para enriquecer a análise, uma vez que permitiram a participação de informantes qualificados de fora do país (Organização Internacional) e representantes do movimento ambientalista (ONG).

A fala do entrevistado tem valor nela mesma quando tomada como fonte de conhecimento e se analisada de forma correta tem concretude, densidade e legitimidade suficientes para, se for o caso, fornecer subsídio e base para questionarmos pressupostos e concepções teóricas estabelecidas e consolidadas.

A interface dos instrumentos privados com a governança e a gestão ambiental foi investigada através de entrevistas com informantes qualificados. A realização das entrevistas teve um caráter de complementaridade das informações sobre sistemas de certificação, a partir de um ponto de vista externo às organizações, contribuindo para identificar o papel das certificações no contexto da governança ambiental. As entrevistas foram orientadas por meio de um roteiro semi-estruturado (Apêndice D), com questões aplicadas conforme o perfil do informante.

Para a realização das entrevistas foram selecionados informantes qualificados (IQs) representando diferentes pontos de vista sobre os instrumentos de

gestão ambiental em função do setor no qual atuam – Organização Internacional; academia; Estado, empresa, ONG, organismo certificador – ou com mais de uma atuação, considerados multilaterais (quadro 3); selecionados em função do tempo de experiência, do conhecimento sobre o assunto e possibilidade de contribuir com o tema. Quatro informantes foram entrevistados pessoalmente (IQ1, IQ2, IQ3, IQ4) e dois (IQ5 e IQ6) responderam às questões por meio eletrônico.

Um breve currículo de cada um dos informantes qualificados é apresentado a seguir:

IQ1: Profissional graduado em Biologia e Ciências Políticas, trabalhou para o Departamento Canadense de Relações Exteriores e Comércio Internacional, onde desempenhou diversas funções, sendo a última como Vice-Diretor de Relações Exteriores Canadá-EUA. Trabalha desde o início de 2011 na Organização das Nações Unidas (ONU), no Programa de engajamento com a comunidade de negócios do Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), sediado em Montreal - Canadá.

IQ2: Professor de Ciências Ambientais e Políticas da George Mason University. Biólogo da conservação, Ph.D. pela Yale University, introduziu o termo diversidade biológica na comunidade científica na década de 1980. Coordena pesquisas científicas na Amazônia brasileira desde 1965. Entre 1973 e 1987 dirigiu o programa de conservação do WWF (World Wildlife Fund). Conselheiro-chefe do Presidente do Banco Mundial para assuntos relacionados à biodiversidade, Conselheiro-sênior da presidência da Fundação das Nações Unidas, atualmente Preside o Centro Heinz de Ciência, Economia e Meio Ambiente, sediado em Washington – Estados Unidos da América.

IQ3: Profissional graduada em Química Industrial, trabalha em um organismo certificador credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) desde 1997, o qual atesta se produtos, processos e/ou serviços estão em conformidade com normas nacionais, estrangeiras ou internacionais. Auditora com mais de 14 anos de experiência em auditorias de sistema de gestão da qualidade e meio ambiente. Docente de cursos de gestão ambiental.

IQ4: Executiva com 17 anos de experiência na área industrial. Engenheira Química graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em Planejamento e Gestão de Negócios; Auditora Líder na Norma de Certificação

ISO 9001; Mestre em Gestão Ambiental; Responsável pelo desenvolvimento, manutenção e melhoria do Sistema de gestão de qualidade e meio ambiente em empresa da área gráfica, como gestora ambiental. Atualmente atua como Gerente de Produção da mesma empresa. Docente de pós-graduação da FIEP e SENAI.

IQ5: Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Coordena o Programa de Negócios, Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos – do Centro Mundial de Conservação e Monitoramento (WCMC), sediado em Londres.

IQ6: Conservacionista, médico veterinário Mestre em Zoologia pela Universidade Federal do Paraná, fundador e Diretor Executivo de ONG paranaense, fellow da Ashoka e da Fundação Avina. Conselheiro Consultivo do Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto LIFE.

ATORES REPRESENTADOS PELOS INFORMANTES QUALIFICADOS (IQs)	IQ1	IQ2	IQ3	IQ4	IQ5	IQ6
Organização internacional (OI)						
Academia (AC)						
Gestor ambiental (GA)						
Movimento ambientalista (MA)						
Auditor ambiental (AD)						
Multilateral (ML)						

QUADRO 3 - PERFIL DOS INFORMANTES QUALIFICADOS CONFORME O SETOR DE ATUAÇÃO.

FONTE: A AUTORA (2012).

Para a análise das entrevistas os textos foram transcritos e fragmentados em unidades de significado – o mínimo de texto necessário à compreensão do assunto de interesse (DUARTE, 2004) – as quais foram interpretadas de forma articulada – entre elas, com a literatura, com a hipótese de pesquisa e com os resultados levantados nas etapas anteriores da pesquisa – permitindo a elaboração de inferências sobre o universo estudado.

As unidades de significação foram agrupadas segundo temas a partir das discussões empreendidas no decorrer da tese, considerando os conteúdos recorrentes que emergiram durante a análise. A análise final foi realizada por meio da articulação das informações e da identificação de recorrências, concordâncias, contradições e divergências entre as informações coletadas.

2.3 A relação observador-objeto

Em função da perspectiva observador-objeto, cabe registrar aqui a relação da pesquisadora com os sistemas de certificação ambiental em estudo. Profissional atuante desde janeiro de 2010 no Instituto LIFE, participou da organização e condução de todas as reuniões públicas no Brasil por parte deste organismo normalizador (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba), da condução das reuniões do Comitê Técnico-Científico e da Comissão Técnica Permanente desta organização em Curitiba, participando também como uma das representantes deste Instituto em outubro de 2010 da COP 10 (Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica) em Nagoya, Japão, bem como de diversos outros eventos internacionais relacionados aos temas biodiversidade e negócios, e a Padrões privados para a

gestão ambiental promovidos pelo Pnuma/CMMC (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Centro Mundial de Monitoramento para a Conservação) e pela CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica).

Anteriormente, a pesquisadora atuou por mais de dez anos como consultora em gestão ambiental e socioambiental para diversas empresas do setor florestal e afins, envolvendo os outros dois sistemas avaliados nesta tese (ISO 14.001 e FSC), pela empresa RBG Conhecimento Ltda. Durante este período, sua principal atuação foi na realização de cursos e treinamentos para gestores e auditores, elaboração de diagnósticos e implantação de sistemas de gestão ambiental e adequação aos princípios do FSC para empresas de base florestal e de atividades da cadeia de custódia de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros. Atuou também como auditora interna (formando e coordenando equipes de auditores das empresas) e como auditora externa (integrando equipes de organismos certificadores).

Esta proximidade com o tema em estudo, por um lado exigiu um esforço de distanciamento dos objetos em análise, buscando uma isenção na leitura acadêmica sobre a realidade estudada; mas por outro, facilitou a elaboração do roteiro para as entrevistas, o desenvolvimento do questionário e o acesso ao material de apoio e aos informantes qualificados no país e no estrangeiro para a execução da pesquisa.

3 A CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO GLOBAL: DEBATES, GOVERNANÇA E A GESTÃO DE MERCADO

Este capítulo não se propõe apenas a sintetizar a história dos eventos ambientais internacionais que marcaram em especial o século XX e a primeira década do século XXI, mas seu objetivo é, principalmente, relacionar a sucessão destes eventos com o surgimento da gestão ambiental, inicialmente no bojo do Estado e, sua gradual migração para o setor empresarial, visando resgatar sua evolução histórica e sua confluência com a criação dos regimes não-estatais de governança ambiental (non-state market driven - NSMD).

Primeiramente cabe lembrar que todas as concepções de natureza que emergiram na história da humanidade resultaram de relações concretas entre sociedade e natureza, sendo, assim, socialmente construídas (MONTIBELLER FILHO, 2004). A percepção da natureza pelo ser humano mudou com o decorrer do tempo, em função de vários aspectos sócio-econômicos e culturais de cada momento histórico, possibilitando a teorização de diferentes práticas de vida com maior ou menor proximidade da natureza.

Os primeiros conceitos de natureza no Ocidente surgiram com as culturas pré-mercantis, em que o homem fazia parte de um grande organismo vivo, concebido como uma totalidade viva e divina, e não como um instrumento. Esta visão era muito comum entre os naturalistas ainda no século XVI, quando o tema natureza estava relacionado fortemente a um gosto estético pela paisagem natural (LENOBLE, 1990; MÜLLER; LUTZ, 2006).

Porém, os processos de industrialização e urbanização iniciados no século XVIII passaram a determinar um novo modo global de produzir a vida, que viriam a acarretar sérias conseqüências à saúde e ao meio ambiente. Os modos tradicionais de produção agrícola e o consumo voltado unicamente à sobrevivência foram substituídos por um modelo de desenvolvimento fundamentado na produção em larga escala, alavancada por metas ilimitadas de maximização produtiva, visando transformar a economia a partir da geração constante de maior riqueza e lucro.

Esse modelo de desenvolvimento, compreendido como sinônimo de crescimento econômico ilimitado resultou em um processo de degradação do ambiente e de afastamento do homem do seu meio natural. A consciência global em torno dos problemas deste modelo de desenvolvimento industrial provocou, desde o

final do século XIX, e de forma mais evidente a partir da década de 60 do século XX, uma série de fatos e dinâmicas sociais voltadas à inserção da temática ambiental nas esferas política e econômica nacionais e internacionais, culminando com a atual governança ambiental global e seus instrumentos. Para compreender a construção social que resultou no surgimento dos instrumentos privados de gestão ambiental, possibilitando uma análise mais ampla e completa do objeto de pesquisa, resgatou-se neste capítulo os principais marcos da crise ambiental no contexto global.

Ainda na segunda metade do século XIX a sensibilização ambiental foi fortemente marcada pela preocupação com a alteração da natureza, evidenciada pela criação, em 1872, do primeiro Parque Nacional do mundo, nos Estados Unidos – o Parque Nacional de Yellowstone, fato que viria a tornar-se um marco na história mundial preservacionista. Este e outros parques surgiram, nos Estados Unidos, como um reflexo das ideias filosóficas e artísticas do movimento romântico que havia se iniciado no século XVIII, perdurando ao longo do século XIX.

A corrente filosófica denominada protecionismo ou preservacionismo, que surgiu em finais daquele século, apresentava uma visão essencialmente ética e estética da natureza, orientada pelo que se chamou de protecionismo contemplativo, divulgada e difundida por muitos artistas e filósofos da época (HOLDGATE⁴⁰ apud DOUROJEANNI; JORGE PÁDUA, 2001, p. 168; DIEGUES; VIANA, 2004, p. 10). Motivado por um fascínio pelas novas descobertas da Biologia e por uma filosofia inspirada no romantismo, a corrente valorizava a natureza pelo prazer da contemplação estética e da noção de que os seres humanos faziam parte dela (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 67). A preservação ambiental pressupunha a necessidade de afastamento entre o homem e a natureza, partindo do princípio de que o ser humano causava danos à mesma. Desta forma, a saída seria o seu isolamento ou o isolamento das áreas *naturais* do homem, preservando-as do contato e da depredação humana.

A criação dos parques foi influenciada pelas ideias do naturalista americano John Muir (1838-1914). Muir e os preservacionistas, ao pensarem em alternativas de proteção à natureza, foram os precursores da exclusão de áreas virgens de qualquer ocupação humana mais efetiva, destinando-as quase que exclusivamente ao lazer. A constituição de parques nacionais intencionava preservar para a posteridade

⁴⁰ HOLDGATE, M. *The green web: A Union for World Conservation*. London: IUCN, 1999. 308p.

áreas dotadas de grande beleza natural em seu estado selvagem (FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 67). Além de serem os responsáveis pela criação das reservas naturais no mundo, os preservacionistas fomentaram a criação das primeiras instituições de defesa da natureza.

Diferentemente, os conservacionistas vieram a apresentar uma perspectiva instrumental da relação do homem com a natureza, no sentido de possibilitar uma exploração racional dos recursos naturais, como o solo, as florestas e a água. Inspirados por Gifford Pinchot (1865-1946), norte-americano expoente da tradição de manejo florestal, eles sintetizavam seus objetivos em três princípios: (a) o desenvolvimento, obtido pelo uso dos recursos existentes pela geração presente; (b) a prevenção do desperdício, garantia do uso dos recursos existentes pela geração futura; e (c) o desenvolvimento dos recursos naturais para o benefício de muitos e não de poucos (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 67).

Assim, os conservacionistas defendiam o uso dos recursos naturais de maneira criteriosa, para garantir a sua sustentabilidade em longo prazo, e a sua melhor distribuição pela totalidade da população. É importante lembrar que, o conceito de sustentabilidade, que viria a surgir na década de 1980, não havia sido ainda empregado na relação com o meio ambiente e, traria uma série de outras discussões e implicações sobre esta relação. Ou seja, a esta época o conceito de sustentabilidade permanecia dissociado das discussões ambientais sobre o modelo de desenvolvimento econômico e industrial que vinha sendo adotado pela sociedade. A partir da consolidação e difusão mundial do conceito de sustentabilidade, vários autores, das mais diferentes áreas do conhecimento, passaram a discutir e a se posicionar, estabelecendo diferentes critérios de análise para fundamentar discursos dos mais variados matizes político-ideológicos (LIMA, 2002 p. 35).

As discussões, até então, se restringiam à necessidade emergente de proteger os recursos naturais do avanço territorial das populações humanas – defendida pelos protecionistas, e a necessidade de garantir a existência de recursos para as gerações futuras – defendida pelos conservacionistas, mas, não situando ainda o modelo econômico de desenvolvimento na posição central do debate.

A concepção conservacionista influenciou⁴¹ sobremaneira a forma como as sociedades deveriam relacionar-se com os ambientes, abrindo espaço para outros usos e formas de gerir os recursos naturais, para além daqueles pregados pelos preservacionistas (DOUROJEANNI; JORGE PÁDUA, 2001). Após a criação do Parque Nacional de Yellowstone foram criadas áreas protegidas também na África, na Ásia e na América Latina durante as primeiras décadas do século XX. Todo este século seria marcado pela preocupação global com os limites dos recursos naturais, influenciada por essas duas correntes ambientalistas: o preservacionismo e o conservacionismo⁴².

Assim, apesar de os antecedentes da crise ambiental remontarem ao século XIX, o ambientalismo começou de fato a ganhar visibilidade no contexto do Pós-Guerra (após a Segunda Guerra Mundial), basicamente nos anos 50 e 60 (McCORMICK⁴³ apud LEIS; D'AMATO, 1995 p. 79). A primeira organização ambiental global – União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for the Conservation of Nature* - IUCN) havia sido criada em 1948, e duas outras importantes organizações privadas para a conservação da natureza foram fundadas nestas décadas: em 1951, nascia a The Nature Conservancy (TNC, 2011) e dez anos mais tarde, em 1961, era criado o World Wildlife Fund (WWF, 2011).

Além das preocupações preservacionistas e conservacionistas, a questão ambiental passou a ser fortemente relacionada aos impactos negativos do desenvolvimento decorrentes da poluição industrial, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, após os primeiros grandes registros de acidentes ambientais (figura 1). Esses impactos foram evidenciados a partir da década de 1950, quando uma série de acidentes ambientais passou a mobilizar a atenção de todo o mundo: os grandes nevoeiros⁴⁴ decorrentes da poluição atmosférica em Londres em 1952; a contaminação por mercúrio da baía de Minamata, no Japão, em

⁴¹ Para Dourojeanni e Jorge Pádua (2001) a influência do conservacionismo começou a tomar forma a partir das décadas de 1960 e 1970.

⁴² Especialmente nas três últimas décadas do século XX, uma terceira corrente – o socioambientalismo – ganhou projeção: o problema da relação entre o ser humano e a natureza não mais podia prescindir de uma adequada consideração dos impactos sociais.

⁴³ McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1992.

⁴⁴ Fenômeno conhecido como “smog”, resultante do encontro de uma massa fria com a nuvem de enxofre e material particulado emitido pelas indústrias de geração de energia elétrica, ocasionando inversão térmica.

1956; a contaminação atmosférica com uma dioxina⁴⁵ em Seveso, Itália, em 1976; o vazamento de isocianato de metila em Bhopal, Índia, em 1984; a explosão do reator da usina de Chernobyl, antiga URSS; a contaminação do Rio Reno com pesticidas em 1986; o vazamento do navio-tanque Exxon-Valdez, nos Estados Unidos em 1989 (SEIFFERT, 2010, p. 8-9).

Essa recapitulação dos desastres ambientais ao longo do século XX⁴⁶ demonstra que ficava assim evidente a urgência na implementação de práticas de controle que pudessem conter a poluição industrial. Estes fatos iniciaram uma discussão que iria culminar mais à frente com a criação de outra corrente do pensamento ambientalista, focada no desenvolvimento de técnicas de controle ambiental, denominada por Foladori (2001) e Pierri (2002) de “ambientalismo moderado” e por Leis (1996) de reformista, a qual domina hoje os discursos ambientais. O ambientalismo moderado crê nas limitações ambientais, mas acredita na tecnologia como sua solução mais promissora e suficiente. Assim, não evidencia preocupações concretas com o modelo de desenvolvimento em si, nem acredita de fato na insustentabilidade ecológica, isolando assim, causas e conseqüências dos problemas ambientais.

⁴⁵ Tetracloro Dibenzeno Dioxina – TCDD, desfolhante altamente venenoso conhecido como “agente laranja”.

⁴⁶ Mais recentemente, durante o início do século XXI, dois foram os acidentes ambientais de grande repercussão. Em abril de 2010, o mundo acompanhou o que foi considerado o pior desastre ambiental da história dos Estados Unidos: o vazamento marítimo e poluição decorrente da explosão de uma plataforma de petróleo no Golfo do México. Em 2011, depois do tsunami ocorrido no dia 11 de março, o Japão vivenciou uma superposição de eventos: um natural e um tecnológico, enfrentando uma crise em suas usinas nucleares que tiveram suas estruturas ameaçadas pelo forte terremoto. Situada no nordeste do Japão, a Usina de Fukushima foi a mais atingida dentre as usinas do sistema de produção de energia nuclear do país, com várias explosões e panes em seus reatores que elevaram os níveis de radiação atômica no ar e no mar. Particularmente, este último grande acidente ambiental foi um claro reflexo do avanço dos espaços urbanos e da ocupação de áreas de risco.

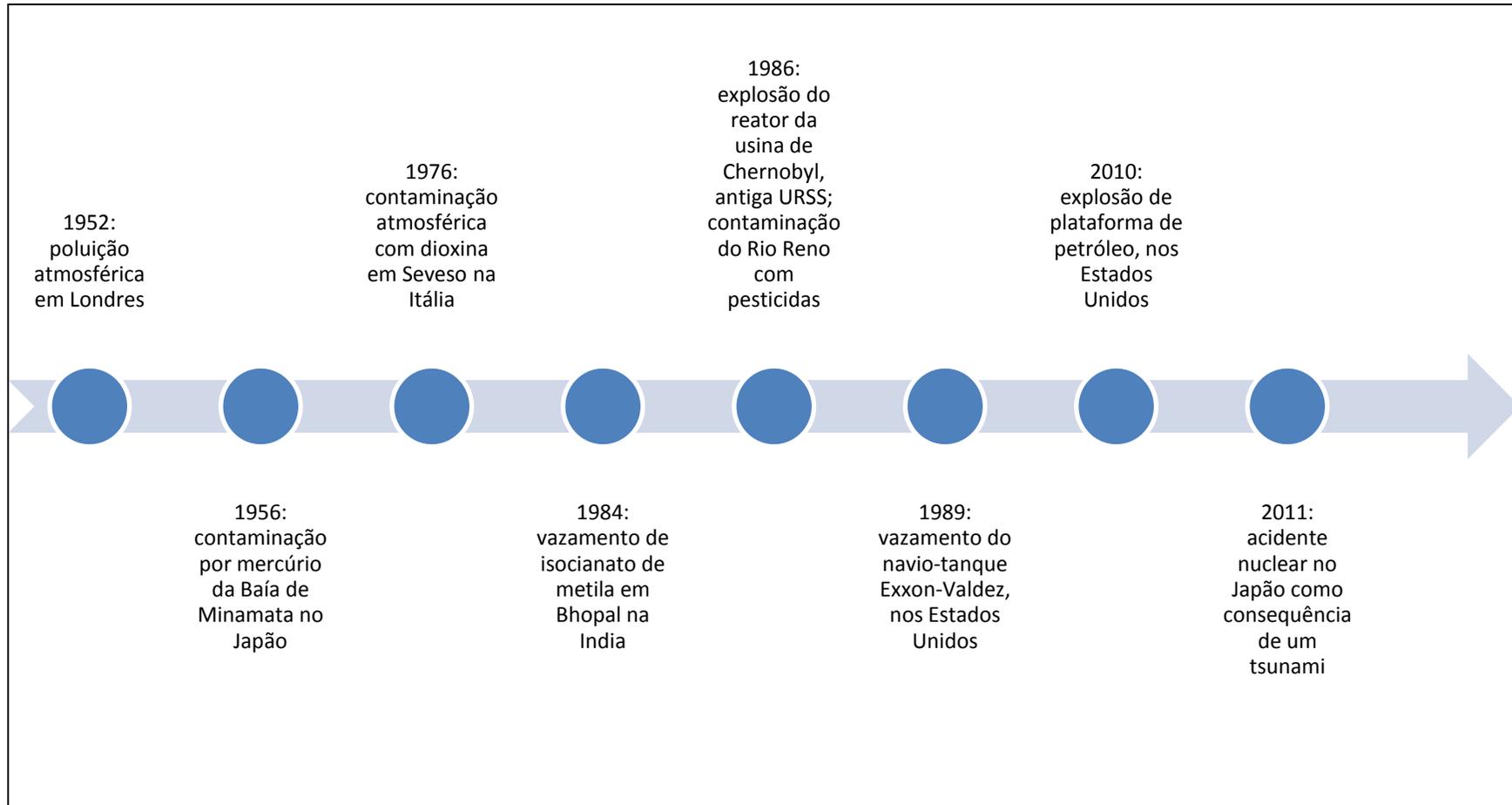


FIGURA 1 - DESASTRES AMBIENTAIS COM REPERCUSSÃO MUNDIAL A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.
FONTE: A AUTORA. ELABORADO, ADAPTADO E COMPLEMENTADO A PARTIR DE SEIFFERT (2010[2007]).

Desta forma, apesar dos eventos apresentados na figura 1 terem contribuído para reforçar a mudança do discurso com foco preservacionista do século anterior, a ênfase até a década de 1970 não era ainda a vinculação direta entre a questão ambiental e o modelo de desenvolvimento econômico, e sim o melhoramento das técnicas de produção do modelo industrial.

Essa passagem da preocupação com a natureza em si, para a preocupação com o controle dos danos das atividades humanas sobre ela, caracteriza a passagem da ecologia profunda para a ecologia superficial, ou ainda, da ecologia revolucionária, para o ambientalismo reformista (GIDDENS, 1996).

O ambientalismo moderado ou ecologia rasa viria a se preocupar, mais tarde, também com os danos associados à revolução agrícola. Além do forte processo de industrialização que já vinha se intensificando desde o século XIX, a produção agrícola no século XX também foi intensamente modificada após o fim da Segunda Guerra Mundial, pela Revolução Verde, caracterizada por uma forte alteração nos modos de produção agrícola: adoção intensiva de utilização de agroquímicos, plantio de monoculturas em larga escala, práticas com alto índice de mecanização, adoção de sementes melhoradas geneticamente e redução da variabilidade genética natural.

Todas aquelas transformações nos modos de produção, industriais e agrícolas, marcaram um novo modelo de desenvolvimento, caracterizado pela dicotomia campo-cidade, com maior atenção para as áreas urbanas, onde as populações passariam a concentrar-se. Assim, a busca pelo desenvolvimento tornou-se sinônimo de industrialização e de crescimento urbano e econômico, sem atentar para as externalidades⁴⁷ ambientais e sociais deste processo, ou seja, o desenvolvimento econômico não contabilizava ainda os prejuízos ambientais e sociais de seus resultados.

Enquanto este movimento do campo para a cidade e da agricultura de subsistência para a produção e consumo em larga escala contribuía para o afastamento entre o homem e a natureza, o surgimento das tecnologias de comunicação em massa fazia com que a sociedade recebesse cada vez mais

⁴⁷ Para a economia neoclássica, externalidade passou a ser entendida como qualquer resultado de atividades de quaisquer agentes econômicos, não contemplado na categoria de receita, nem na de custo. Um exemplo apresentado por Vivien (2000 p. 64) seria o de uma empresa A que contamina a água que seria utilizada pela empresa B, localizada à jusante e que, apesar dos prejuízos sofridos, não seria recompensada financeiramente.

informações sobre os impactos ambientais em um espaço de tempo cada vez menor. Estas informações, em termos de publicações e eventos, resultaram em uma sensibilização para a causa ambiental a partir da década de 1960, modificando a anterior situação de descaso generalizado por parte das autoridades e de desconhecimento por parte da população em relação às emissões de poluentes, aos acidentes ambientais e aos limites dos recursos naturais.

Uma das principais publicações que contribuíram para essa sensibilização foi o livro *Silent Spring*, da bióloga Rachel Carson, em 1962, expondo os perigos do DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) e de seus efeitos nocivos na reprodução das aves. Com a sensibilização da sociedade global para a questão ambiental, importantes marcos foram registrados na agenda política internacional a partir da segunda metade do século XX.

Um destes marcos foi a criação do Clube de Roma, em 1968, quando a ênfase recaiu sobre os impactos da industrialização. Fundado pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, e constituído por 36 cientistas e economistas, o Clube de Roma visava estudar o impacto global da produção industrial e suas interações com a população, energia, poluição, saneamento, tecnologia e consumo de alimentos. O grupo publicou em 1972 o relatório intitulado “Limites do Crescimento”⁴⁸, o qual previa sérias catástrofes globais⁴⁹ em um prazo de 100 anos, a partir de simulações matemáticas que envolviam o crescimento populacional, os níveis de poluição e os limites dos recursos naturais. Fundamentado pelos resultados do estudo do Clube de Roma, seu coordenador, Dennis Meadows propôs o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, rediscutindo e corroborando uma teoria que havia sido formulada em 1798: a teoria malthusiana⁵⁰.

O ano de 1972 seria ainda marcado pela realização da primeira cúpula dos governos de todo o mundo, reunida em Estocolmo, Suécia, para discutir as

⁴⁸ Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows.

⁴⁹ Uma das conclusões do grupo de pesquisadores, coordenado por Dennis Meadows foi de que “se as tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuassem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta seriam alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável seria um declínio súbito e incontrollável, tanto da população quanto da capacidade industrial” (CAVALCANTI, 1995, p. 30).

⁵⁰ Seu autor, o reverendo Thomas Malthus, economista e demógrafo inglês, afirmava que enquanto a população cresce exponencialmente, a produção de alimentos cresce linearmente (CAVALCANTI, 1995, p. 30; LOMBORG, 2002, p. 75).

conseqüências da economia sobre o meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH). Esta conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano, produziu um Plano de Ação Mundial, e criou o Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, importante marco político para a questão ambiental internacional. A Conferência de Estocolmo, reunindo países ricos e pobres, tornou-se um marco histórico por diversas razões: propiciou a legitimação política mundial da questão ambiental, favoreceu o posterior surgimento de um espaço público mundial, facilitando e fortalecendo o debate ambientalista em diferentes países e, sob a reação dos países do Hemisfério Sul⁵¹, ampliou o conceito de meio ambiente – que compreendia os problemas ecológicos num sentido estrito – englobando a partir daí também os problemas sociais da fome e da pobreza (LEIS⁵² apud LIMA; RONCAGLIO, 2001 p. 59).

A CNUMAH na década de 1970 foi também um divisor de águas, situando a crise ambiental como uma crise da sociedade global e se inserindo na agenda política internacional, como consequência de um modelo industrial de crescimento econômico que não levava em conta a finitude dos recursos naturais nem a relação entre os problemas ambientais e os problemas sociais. As discussões até então voltadas para a manutenção dos recursos naturais, passaram a associar meio ambiente e desenvolvimento, sociedade e natureza. As relações entre pobreza mundial e degradação ambiental passariam a ser tema freqüente dos eventos ambientais internacionais subsequentes, assinalando as diferenças entre as necessidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento, que marca a emergência do socioambientalismo. Assim, a ênfase a partir da década de 1970 se deslocou do ambiente natural e da Biologia, para questões sociais e políticas, como a economia e o desenvolvimento.

Em 1973, caracterizando uma concepção alternativa de política do desenvolvimento, o Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, utilizou pela primeira vez a palavra ecodesenvolvimento, para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado. Porém, os princípios básicos do ecodesenvolvimento foram formulados por Ignacy Sachs, a partir da ideia original de

⁵¹ Hemisfério Sul assume aqui a conotação sociológica, e não geográfica, em conformidade com as categorias da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): Hemisfério Sul compreende os países em desenvolvimento, incluindo países que integravam a antiga União Soviética. Hemisfério Norte compreende países desenvolvidos, independentemente de sua localização geográfica, a exemplo de Nova Zelândia e Austrália.

⁵² LEIS, Hector Ricardo. **A modernidade insustentável**. Rio de Janeiro: 1999. p. 116-145.

Strong: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social; e o respeito às culturas locais (LEIS, 1999 p. 146; CAVALCANTI, 1995, p. 31). O ecodesenvolvimento, ou a ecossocioeconomia, considerou o fortalecimento da liberdade democrática como parte do desenvolvimento sustentável e, paralelamente, propôs o estabelecimento de alguns mecanismos de regulação do mercado para coibir práticas não-sustentáveis⁵³.

Ao invés do mero crescimento econômico, ou do preservacionismo estritamente ético da ecologia profunda, o objetivo maior do ecodesenvolvimento é a promoção social e humana. Esta preocupação focada nas questões humanas permite caracterizar a ecossocioeconomia como uma corrente antropocentrista⁵⁴. Os mecanismos sugeridos por seu autor, Ignacy Sachs, serviriam para direcionar a geração de recursos para atingir os objetivos de um desenvolvimento para além do campo econômico, incorporando-se a ele as dimensões sociais, ambientais, territoriais e políticas a partir dos quais outros objetivos da sociedade seriam perseguidos.

Entretanto, diferentemente do ecocentrismo, descendente da Biologia, o ecodesenvolvimento fundamenta as bases de suas argumentações na Economia. Ao considerar a importância teórica das diferentes dimensões da sustentabilidade – econômica, ambiental, social, territorial e política – e sua interdependência, discute os caminhos de acesso ao futuro desenvolvimento sustentável desejado. Levando em conta a concentração geográfica da produção como um dos fatores principais de desequilíbrio ambiental, o ecodesenvolvimento propõe a produção em pequena escala e a industrialização descentralizada como alternativas para conciliar a eficácia econômica e a prudência ecológica.

⁵³ Entre eles, estariam a criação de um imposto progressivo com forte incidência sobre artigos de luxo e não-incidente sobre bens essenciais; e um sistema internacional de imposto para taxação do uso de áreas e recursos globais, como energia, uso dos oceanos e espaços aéreos (SACHS, 2007).

⁵⁴ Foladori (2001) sintetiza vários estudos, lembrando que, enquanto os fundamentos das correntes ecocentristas se situam nas leis da natureza a partir das quais também interpretam o homem, as correntes antropocentristas situam o homem primeiramente como um ser social, tendo como fundamento principal as questões sociais. Foladori propõe uma tipologia do pensamento ambientalista na qual não aparece de forma explícita a ecossocioeconomia de Sachs, mas esta corrente foi aqui interpretada a partir desta tipologia como antropocentrista, vinculando o pensamento econômico ao desenvolvimento social e humano.

A proposta do ecodesenvolvimento alterou o lugar do modelo econômico nas discussões. Ao invés deste ser atacado como o grande inimigo, a teoria de Ignacy Sachs propôs alternativas para internalizar a questão ambiental no sistema econômico vigente, porém retirando o crescimento do lugar central e cedendo espaço à regulação de mercado. Sob o ponto de vista político, a teoria de Sachs faz parte de uma série de propostas reformistas do desenvolvimento, mas, refletindo um debate mais profundo: a questão Norte-Sul⁵⁵. Se durante a década de 1960 a questão ambiental passou a ter visibilidade e tornou-se mundial, a década de 1970 evidenciou a dicotomia sobre sua interpretação, tornando clara a polarização Norte-Sul da visão sobre meio ambiente e desenvolvimento⁵⁶. A inserção destas questões socioeconômicas nos debates ambientais contribuiu para uma ampliação das discussões e viria a se refletir mais tarde no desenvolvimento de novos instrumentos privados de gestão ambiental.

Em relação à segregação de pontos de vista éticos, filosóficos e políticos do movimento ambientalista especificamente sobre a questão da biodiversidade, Escobar (1998) identifica quatro perspectivas: a) a perspectiva globalocêntrica; b) a perspectiva nacionalista; c) a perspectiva da biodemocracia; e d) a perspectiva da autonomia cultural. A visão globalocêntrica define como ameaças à biodiversidade: a perda de habitats, a introdução de espécies exóticas e a fragmentação de ambientes naturais. A solução proposta seriam medidas que passam pela investigação científica, pela conservação *in situ* e pelo planejamento nacional da gestão. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) assenta nesta concepção.

Enquanto isto, a perspectiva nacionalista procura negociar os termos dos tratados e estratégias internacionais para a biodiversidade em função do que se define como interesse nacional. Por outro lado, a biodemocracia entende como

⁵⁵ Nesta década, dois documentos marcaram a posição política de luta contra as desigualdades e o papel dos países desenvolvidos para a degradação ambiental: a Declaração de Cocoyok e o Relatório Dag-Hammarskjöld. A Declaração de Cocoyok foi elaborada em 1974, como resultado de uma reunião da CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e do Pnuma, destacando que a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos; que a participação dos países do Norte e do Sul é desproporcional na poluição da biosfera; que a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é resultado da pobreza; e que os países industrializados têm que baixar seu consumo. Em 1975, as posições da Declaração de Cocoyok foram aprofundadas em um relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, contando com a contribuição do Pnuma e de mais treze organizações da ONU. Ambos os relatórios foram rejeitados ou não apoiados pelos governos dos países industrializados e por cientistas e políticos conservadores (CAVALCANTI, 1995, p. 32).

⁵⁶ Nesta década o mundo encontrava-se polarizado entre duas grandes potências político-militares: os Estados Unidos e a União Soviética.

ameaças à biodiversidade a destruição de habitats a partir de grandes empreendimentos, a implantação de monoculturas, a agricultura em larga escala e a ciência tecnicista. Já a perspectiva da autonomia cultural visa abrir espaços para formas culturais de desenvolvimento fundamentadas em projetos de vida associados a lugares e à biodiversidade (ESCOBAR, 1998). Esta interpretação de Escobar reforça o fato de que a biodiversidade foi deslocada da ecologia para a ecologia política (LEFF, 2007[2001], p. 350).

A questão ambiental que até os anos 1970 do século XX era uma preocupação de preservacionistas e conservacionistas, imbuída de valores estéticos, científicos e sociais extrapolíticos passou a ser discutida politicamente a partir deste deslocamento.. Na esfera da ação, surgiu nos Estados Unidos a avaliação de impacto ambiental (AIA), como uma avaliação tecno-racional necessária para a tomada de decisão objetiva, previamente à aprovação da instalação de empreendimentos potencialmente poluidores (JAY et al., 2007).

Assim, no contexto das políticas públicas, o principal reflexo político da movimentação ambiental mundial na década de 1970, foi o início da instrumentalização ambiental. A AIA foi a primeira regulamentação com um enfoque preventivo, considerada um primeiro passo na busca do controle da expansão industrial e de seus impactos ambientais, sendo um dos principais instrumentos da gestão ambiental pública. Por esta razão, a década de 1970 pode ser considerada a década do surgimento da “gestão ambiental”. O encadeamento destes fatos permite observar que, apesar do surgimento da AIA na esfera pública da ação, a esfera privada permanecia na posição de sujeito dos instrumentos de gestão ambiental, ou seja, as propostas surgiam na esfera pública com o objetivo de regular a esfera privada, controlando os seus impactos ambientais.

Em comparação com os debates que marcaram a década de 1970, o principal documento da década de 1980 a tratar da questão ambiental, o Relatório Brundtland (CMMAD, 1987), caracterizou um discurso de afastamento à crítica da sociedade industrial. Diante das emergentes críticas a respeito da apropriação da natureza e de sua contínua degradação, ficava clara a necessidade de reação e defesa do sistema econômico, de modo a provar sua capacidade em incorporar elementos de proteção ambiental e de justiça social.

Como consequência, o Relatório Brundtland trouxe à tona a ênfase sobre esta possibilidade, e em seu conteúdo sobressai um elevado grau de pragmatismo

no sentido de viabilizar a continuidade do desenvolvimento econômico, trazendo a crítica para dentro do próprio sistema, o qual deveria se modificar para receber e tratar aquelas novas prioridades demandadas pela sociedade. Assim, o termo desenvolvimento ainda permaneceu atrelado à ideia de crescimento econômico, porém, passando a incluir a preocupação ambiental e social, conforme mostra um excerto do próprio Relatório:

“Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito.” (CMMAD, 1991 [1987] p. 40)

Ou seja, o Relatório Brundtland propôs conciliar o crescimento econômico e a proteção ambiental, enfatizando se tratarem de um único e complexo problema a ser enfrentado conjuntamente pelas políticas. Este Relatório foi resultado de um trabalho da CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento) criada em 1983 no âmbito da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid (CAVALCANTI, 1995 p. 32). Sua principal e mais difundida contribuição até os dias atuais foi a definição do termo desenvolvimento sustentável, o qual incorporou e resumiu a complexidade do seu objetivo: “Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991[1987] p. 46). Um conceito claramente político e ideológico, e não científico, uma vez que visava resolver os dilemas econômicos entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos que emergiram na década de 1970.

Esta construção conceitual resultante das discussões da CMMAD deslocou oficialmente a problemática ambiental, a qual deixou de ser uma questão unicamente natural – biológica e ecológica, para se tornar uma questão social – econômica e política. Ao defender a tese do desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland articulou uma nítida conexão entre meio ambiente e economia:

“Antes, nossas maiores preocupações voltavam-se para os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Hoje, temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico”. (CMMAD, 1991[1987], p. 38).

Porém, a necessidade premente de incorporação emergencial das questões ambientais à agenda de crescimento econômico causou distorções ao conceito.

Para Leff (2007[2001], p. 21), a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum.

A partir daí o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado de forma flexível, sendo apropriado para se referir a qualquer situação, representando qualquer relação com o meio ambiente ou com a qualidade de vida, independentemente da sustentabilidade de fato, no sentido da capacidade de suporte do planeta⁵⁷. Apesar da verdade de que todas as esferas da vida guardem alguma relação com a problemática ambiental, a visibilidade do tema o tornou também um produto de mercado, sem controle de sua veiculação midiática.

Para Fernandez (2008) a palavra sustentabilidade está atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual já havia se tornado imensamente popular nas últimas décadas, como a “panacéia” que permitiria conciliar o desenvolvimento com a necessidade cada vez mais óbvia de não destruir a própria base de recursos da qual o desenvolvimento dependia. Para o autor, esta popularidade transmitiu a ideia de que estamos cercados de práticas de exploração sustentável de recursos naturais, permitindo mantê-los para as gerações futuras, enquanto estudos científicos mostram exatamente o contrário: que a maior parte das práticas vigentes de exploração não são biologicamente sustentáveis, ou que não existem ainda informações suficientes a seu respeito para que possamos fazer tais afirmações.

Da mesma forma, Lima (2002 p. 34) lembra que a utilização dos conceitos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, desde os anos 1980, associados a qualquer discussão ambiental, exige uma reflexão. Definida como a característica de um processo ou estado que pode ser mantida indefinidamente, a sustentabilidade implica melhorar a qualidade de vida humana e simultaneamente viver dentro da capacidade de suporte do planeta, estabelecendo-se a partir daí, a necessidade de escolhas políticas, econômicas, sociais e ético-filosóficas (LIMA, 2002 p. 34).

A partir de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global, o Relatório Brundtland se referia à sustentabilidade, sublinhando a relação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela

⁵⁷ Densidade populacional estável, em que a taxa de natalidade é igual à taxa de mortalidade. Denominada de capacidade de suporte porque representa o tamanho da população que os recursos do ambiente podem exatamente manter (“suportar”), sem uma tendência de aumento ou redução. (BEGON et al., 2007 p. 138). Nota da autora.

responsabilidade tanto entre gerações quanto entre os membros da sociedade contemporânea (CAVALCANTI, 1995, p. 33).

Para Lima (2002, p. 34), o desenvolvimento sustentável depende de empenho político. A autora lembra que para a comissão que elaborou o Relatório, o desenvolvimento sustentável não seria necessariamente um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estariam de acordo com as necessidades atuais e futuras. E, por depender de empenho político, e assim estabelecer uma estreita confluência com a política, Lima (idem, p. 35) assinala que a proposta de desenvolvimento sustentável tornou-se, ao final do século XX e início do século XXI, a principal opção para a discussão dos problemas ambientais nos círculos institucionais e tecnocráticos.

Porém, em torno da noção de sustentabilidade cresceu uma disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendiam compatíveis ou portadoras da sustentabilidade (ACSELRAD⁵⁸ apud LIMA 2002, p. 35). Desde o final da década de 1980, quando o termo sustentabilidade começou a aparecer em publicações periódicas impressas, o uso do termo nestas publicações aumentou exponencialmente, chegando, segundo Eccles e Krzus (2011, p. 128) a 100.000 citações no ano de 2008.

Assim como as disputas filosóficas e políticas que segregam as diferentes correntes do pensamento ambientalista e ecologista, a disputa da sustentabilidade entre práticas e formas sociais percorre o campo da ética. Para Norgaard (2009, p. 57), o debate sobre a sustentabilidade é sim, fundamentalmente, sobre ética: sobre o direito de nossos descendentes a um meio ambiente, ao menos como o que temos atualmente.

Enquanto se delineava o conceito de sustentabilidade, e ainda como um desdobramento da Conferência de Estocolmo, um dos resultados políticos durante a década de 80 do século XX foi a difusão em muitos países de leis regulamentando a atividade industrial, com a consolidação e fortalecimento da obrigatoriedade de realização dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que haviam surgido na década anterior, incluindo a realização de audiências públicas e as

⁵⁸ ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas: ANPUR, n. 1, maio 1999.

aprovações dos licenciamentos ambientais pelos governos. Com a instrumentalização dos EIA/RIMA, a questão ambiental se universalizou nas políticas públicas durante esta década. Porém, os agentes privados que foram apenas sujeitos das regulamentações durante a década de 1970, começaram a despontar no cenário político internacional como atores da governança ambiental nas décadas seguintes.

Organizações não-governamentais, com e sem finalidade lucrativa, passaram a participar do debate ambiental e a se inserir na agenda política. Um dos primeiros indícios desta alteração em termos de dinâmica social que deflagrou o início da construção de uma gestão ambiental com participação privada foi a elaboração da I Estratégia Mundial para a Conservação, documento elaborado em 1980 pela organização não-governamental IUPN⁵⁹, com a colaboração de outra organização privada, o WWF e do Pnuma. Ao lado da criação da CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento) e do aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável elaborado neste fórum, este documento foi um dos marcos ambientais da década de 1980. Elaborada por grandes ONGs internacionais, a estratégia marcava o início da participação de atores privados na construção da política ambiental internacional.

Na esfera pública transnacional surgiram nesta mesma época os tratados sobre os impactos transfronteiriços e a criação de um Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), pela ONU. Alguns manifestos internacionais assinalaram nesta época a articulação da sociedade que denunciava práticas depredatórias, como por exemplo, o boicote à comercialização de madeira tropical. Sob este início de pressão da sociedade civil, iniciativas empresariais deram os primeiros sinais de adaptação a novas demandas. Assim, surgiu o primeiro modelo formal de gestão ambiental privada: o Programa de Atuação Responsável / *Responsible Care Program* (SEIFFERT, 2007), criado no Canadá por iniciativa da indústria química. Porém, a gestão ambiental – que havia nascido na esfera pública

⁵⁹ A IUPN (*International Union for the Protection of Nature*) surgiu da ideia de se criar uma organização internacional para a proteção da natureza, que se concretizou em 1948. A IUPN deveria promover a preservação da vida selvagem e do ambiente natural, o conhecimento público das questões, educação, pesquisa científica e legislação, e coletaria, analisaria e divulgaria dados e informações. Nos primeiros anos de sua criação ela parece ter priorizado as questões de cunho preservacionista, porém na medida em que uma consciência mais ampla das consequências ecológicas das atividades humanas se disseminava, as suas preocupações voltaram-se para a conservação. Essa nova ênfase levou a União a mudar, em 1956, o nome para International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) (FRANCO; DRUMMOND; 2009 p. 9).

durante a década de 1970 – viria a se tornar mesmo evidente na esfera privada durante a década de 1990.

A última década do século XX foi, portanto, marcada pela introdução dos conceitos de “sistema de gestão ambiental” (SGA), “auditorias” e “certificação” na agenda das empresas. Um dos marcos neste sentido foi a aprovação em 1994 da norma internacional de proteção ambiental ISO 14001, proposta como referência para o processo de gestão ambiental organizacional durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED⁶⁰). A ISO (*International Organization for Standardization*) criou o Grupo Estratégico Consultivo sobre o meio ambiente, que tinha como objetivo principal promover uma abordagem de gestão ambiental semelhante à dos sistemas de gestão da qualidade, mas aperfeiçoando a capacidade das organizações em alcançarem e medirem melhorias no seu desempenho ambiental (SEIFFERT, 2010 p. 16).

Enquanto isto, na esfera política transnacional a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) ou ECO 92 se tornava o principal evento ambiental daquela década. Reuniram-se no Brasil durante este evento mais de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de governos. Os principais resultados desta Conferência foram cinco acordos oficiais internacionais: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; a

⁶⁰ Os resultados da Cúpula da Terra foram criticados pelo *Worldwatch Institute*, principalmente em relação à pressão dos Estados Unidos para a eliminação das metas e cronograma de redução de emissões no acordo sobre o clima, e a falta de sua assinatura na Convenção da Diversidade Biológica (CAVALCANTI, 1995, p. 34)

Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas⁶¹; a Convenção sobre a Diversidade Biológica⁶²; e a Declaração de Florestas.

Desta forma, a evolução das discussões ambientais em âmbito global mostra que o século XX testemunhou uma evidente preocupação em diferentes segmentos da sociedade civil, com a necessidade de disciplinar o uso dos recursos naturais a partir da aceitação da existência de limites à sua exploração. Enquanto que na metade do século a crise ambiental apenas começava a se mostrar aparente para o mundo como uma importante questão global, as décadas seguintes retrataram a apropriação do tema por diferentes correntes filosóficas e políticas, bem como por diferentes atores e setores, públicos e privados.

Na finalização do século XX, o mundo oscilava entre a modernidade e a pós-modernidade, gerando incertezas e fazendo com que o século XXI fosse aguardado como uma promessa de novos horizontes (FLORIANI & KNECHTEL, 2003). A crise ambiental global chegou ao século XXI com uma compreensão mais amadurecida sobre a necessidade de administrar adequadamente os recursos naturais para deles poder dispor tanto no tempo presente como ao considerar as demandas das gerações futuras.

O primeiro grande evento internacional na área de meio ambiente no novo milênio foi a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), realizada em 2002, em Joannesburgo, África do Sul – e amplamente conhecida como Rio+10. O objetivo da CMDS era o de avaliar os resultados das medidas adotadas na CNUMAD (1992). Em se tratando de conteúdo político, a CMDS

⁶¹ Na década de 1990, se tornaram evidentes os problemas relacionados ao clima e as suas relações com a sobrevivência dos ecossistemas. As mudanças climáticas passam a dominar as discussões sobre meio ambiente. A Conferência Mundial sobre o Clima ocorre em 1990, em Genebra, e a Primeira Conferência das Partes para a Convenção sobre o Clima é realizada em 1995, Berlim. O Protocolo de Kyoto foi assinado em 1997 no Japão durante a COP 6 (Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas). Permanecem os desencontros Norte-Sul na agenda do clima. Em 2000 (COP 6) as negociações foram suspensas pela falta de acordo entre a União Européia e os Estados Unidos em relação aos sumidouros e às atividades de mudança do uso da terra. Em 2001 (COP 7) as discussões foram retomadas, sem os Estados Unidos que se retirou sob a alegação de que os custos para a redução de emissões seriam muito elevados para a economia norte-americana. Em 2004 (COP10) a Rússia ratificaria o Protocolo de Kyoto, permitindo sua implementação que dependia da assinatura de países que representassem no mínimo 55% do total de emissões, iniciando a comercialização de carbono. Porém, em 2011 (COP 17) representantes da União Européia e dos Estados Unidos praticamente acabaram com as esperanças de sucesso da próxima conferência ao afirmar que um tratado internacional é impossível.

⁶² O Brasil foi o primeiro país a assiná-la, em 4 de junho, durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Eco - 92), no Rio de Janeiro, e a ratificou em 28 de fevereiro.

reconheceu pela primeira vez em um evento oficial a relação entre problemas ambientais, sociais e a globalização⁶³. A Conferência de Joanesburgo, de 2002 permitiu perceber com maior clareza a associação entre as questões ambientais e as questões sócio-econômicas.

Apesar de a relação entre os aspectos naturais e os sociais anteceder essa Conferência, foi durante este evento que ela ganhou visibilidade. A CMDS deixou claro o intuito de aumentar a proteção da biodiversidade, o acesso à água potável, ao saneamento, ao abrigo, à energia, à saúde e à segurança alimentar. Também procurou priorizar nas discussões o combate à fome crônica, à desnutrição, aos conflitos armados, ao narcotráfico, ao crime organizado, à corrupção e à xenofobia. Ou seja, o foco da CMDS foi o desenvolvimento social no contexto intenso da globalização em que se acentuaram as discussões sobre os modelos de desenvolvimento. A globalização passou a ser tema recorrente nas discussões ambientais, principalmente em se tratando dos perigos que poderia representar à diversidade cultural e à perda de recursos locais em função de uma homogeneização excessiva dos modos de vida⁶⁴. A amplitude que ganhou a questão ambiental neste contexto contribuiu para que o conceito de sustentabilidade se distanciasse da capacidade de suporte do planeta, questão que passou a ser dominada e gerenciada em âmbito político global transnacional pela Convenção da Diversidade Biológica.

A síntese dos principais acontecimentos ambientais internacionais permitiu situar o surgimento da gestão ambiental, inicialmente no setor público e posteriormente no setor privado. Esse resgate permitiu observar que, em pouco mais de meio século, desde os anos 1950 até o início do século XXI, a questão ambiental passou por diferentes momentos, considerando a segregação do tema em variadas correntes filosóficas, sua apropriação por inúmeras concepções políticas e sua articulação por diferentes atores sociais.

Contudo, a partir da década de 1960 é que a crise ambiental se tornou evidente⁶⁵, principalmente após os grandes acidentes ambientais, a intensificação da industrialização e as alterações na produção agrícola, ocasionando uma maior

⁶³ A década de 1990 foi fortemente marcada por uma aceleração inédita do processo de globalização.

⁶⁴ Este debate é acentuado quando o sistema capitalista atravessa em 2008 a sua mais grave crise desde a quebra da bolsa em 1929.

⁶⁵ “A crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico.” (LEFF, 2007[2001], p. 15).

sensibilização para a causa e dando início e força à série de eventos públicos oficiais que resultaram nos acordos internacionais e marcaram a agenda política de governança ambiental global. Porém, se na esfera pública a revolução ambiental na década de 1960 foi um marco nos Estados Unidos, na década seguinte, anos setenta, tal preocupação expandiu-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália, atingindo na década de 80 a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Sul e Leste da Ásia (VIOLA e LEIS, 1991; LOWE e GOYDER, 1983; MUELLER-ROMMEL, 1989 apud LEIS, 1996, p. 90).⁶⁶

O marco na gestão ambiental pública nas décadas de 1970 e 1980 foi o crescimento no número de países que incluíram programas ambientais em suas agendas: antes da Conferência de Estocolmo, em 1971, somente 12 países tinham agências estatais voltadas para o meio ambiente, a maioria constituída por países desenvolvidos. Já em 1981, mais de 140 países haviam criado órgãos administrativos nessa área, sendo quase proporcional a relação entre os países mais e menos desenvolvidos⁶⁷ (CASTELLS⁶⁸ apud LIMA e RONCAGLIO, 2001 p. 59).

Outros eventos relacionados à crise foram o acelerado processo de globalização durante a década de 1990, as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) e a intensificação acelerada da urbanização, principalmente no século XXI quando a população urbana ultrapassa pela primeira vez a população rural, em 2007.

A visão conservacionista herdada do século anterior, se por um lado ganhou visibilidade com a criação da IUPN em 1948, com a elaboração da Estratégia para a Conservação em 1980 e com a criação da Convenção da Diversidade Biológica em 1992, por outro lado cedeu espaço ao questionamento do modelo de desenvolvimento e das relações entre a conservação e as grandes questões sociais.

A instrumentalização ambiental no contexto das políticas públicas, como a exigência da realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), marcou a década de 1970 com o surgimento da gestão ambiental. Segundo Leff (2007[2001], p. 16), a

⁶⁶ FALTA REFERÊNCIAS NO RODAPÉ.

⁶⁷ Não obstante pudesse ser questionada a efetiva atuação e eficiência dos organismos públicos ambientais criados, à medida que a sua proliferação se deu em diversos países pela demanda e pressão internacional que ansiava por um novo discurso ético, do que propriamente como resultado de uma conquista política (LIMA e RONCAGLIO, 2001 p. 59).

⁶⁸ CASTELLS, M. *O poder, da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. p. 163.

consciência ambiental expandiu-se nos anos 1970, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, quando foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental no projeto civilizatório da sociedade humana.

Durante a década de 1980 a sociedade já sinalizava para o mercado a iniciativa de promover mobilizações em prol de mudanças nas práticas econômicas vigentes, de modo a evitar a degradação dos recursos naturais. Como afirmou Leff (2007[2001], p. 22), se nos anos 1970 a crise ambiental alertou para a necessidade de frear o crescimento (Meadows et al., 1972⁶⁹), nos anos 1980 o discurso econômico afirmava que não existia contradição entre ambiente e crescimento, o que foi enfatizado pelo Relatório Brundtland.

As discussões políticas que segregavam Norte e Sul durante a década de 1970 desapareceram nesse discurso, caracterizando um afastamento político à crítica da sociedade industrial, e fazendo com que se sobressaísse um elevado grau de pragmatismo no sentido de viabilizar a continuidade do desenvolvimento econômico. Este fato contribuiu para que surgissem e se intensificassem os instrumentos de mercado para gestão ambiental, trazendo a crítica para dentro do próprio modelo econômico vigente através da inclusão de critérios ambientais e sociais em diferentes instrumentos públicos e privados.

As discussões e os eventos internacionais, e a sensibilização da sociedade para a causa ambiental intensificada a partir da década de 1960 (figura 2), contribuíram para que se identificasse na sociedade global⁷⁰ contemporânea a crise ambiental.

⁶⁹ MEADOWS, D. et al. Los limites del crecimiento. México: FCE. 1972.

⁷⁰ Barros-Platiau (2009 p. 3) explica que há uma grande confusão teórica entre os conceitos de sociedade internacional e sociedade civil global. Sociedade internacional pode ser entendida como tudo o que está além da sociedade pública de Estados. Sociedade civil global, por sua vez, seria tudo aquilo que se encontra entre as esferas pública e individual, ou seja, o que há abaixo do Estado e acima do indivíduo. A sua maior diferença com o conceito de sociedade internacional é o fato de ressaltar o papel de atores não-estatais, cada vez mais independentes da influência dos Estados.

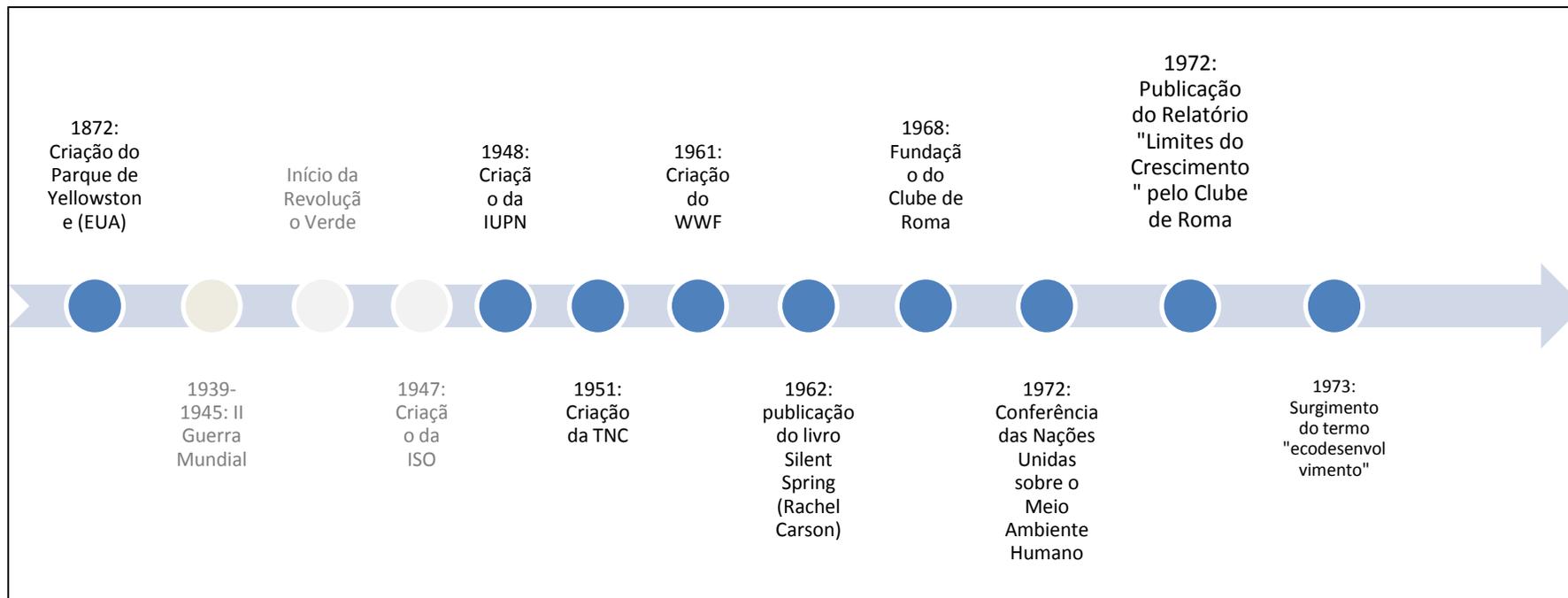


FIGURA 2 - EVENTOS ESTRATÉGICOS E FÓRUMS DE DISCUSSÕES ASSOCIADOS À CRISE AMBIENTAL GLOBAL A PARTIR DE FINAIS DO SÉCULO XIX.

FONTE: A AUTORA (2012).

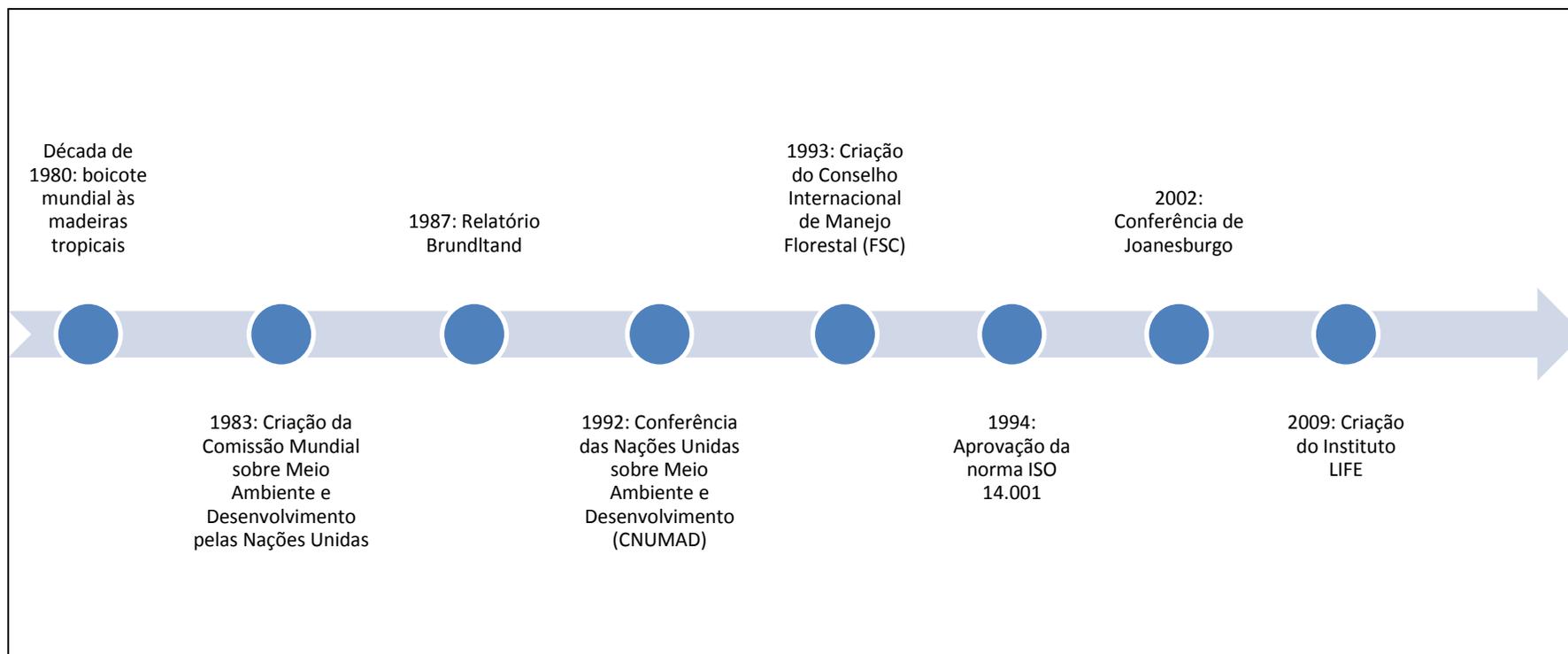


FIGURA 2 - CONTINUAÇÃO.
FONTE: A AUTORA.

É preciso lembrar, mais uma vez, que o conceito de desenvolvimento sustentável surge com o sistema econômico de livre mercado consolidado, com o progresso tecnológico do século XX, justamente após a “descoberta” da crise ambiental (LIMA, 2002, p. 35, grifo do original).

Atualmente, a visão de que uma proposta econômica focada no crescimento ilimitado de produção é por teoria incoerente com a ideia de limitação dos recursos naturais do planeta – e inconsistente frente aos novos paradigmas propostos pelas discussões que envolvem as relações entre natureza, sociedade, culturas e qualidade de vida – provocou o surgimento de uma série de discursos e estudos que visam internalizar as limitações ambientais na ordem econômica vigente. Contudo, talvez ainda longe de uma solução que atenda satisfatoriamente a todas as vertentes do desenvolvimento sustentável, a sociedade vem se adaptando e o mercado vem buscando sua adesão às propostas ambientais e sociais emergentes, à medida que as críticas ao convencional modelo de desenvolvimento se intensificam.

Enquanto poucas empresas já adotam há algum tempo uma filosofia legítima de cuidado com a natureza, a postura de preocupação repentina de algumas organizações com a causa ambiental, aliada a uma propaganda excessivamente maior do que o real engajamento com a causa vem sendo amplamente criticada e rotulada como *greenwashing* ou “maquiagem verde”⁷¹.

Mas, a necessidade de atender a demanda da sociedade pela causa ambiental, seja por motivação única e exclusivamente econômica, seja pela legítima preocupação de seus gestores com o futuro da humanidade e do planeta, ocasionaram uma aproximação entre o setor econômico e o movimento ambientalista.

Se para as empresas esta aproximação é positiva em função da possibilidade de contar com a orientação e apoio de representantes de longa data da causa ambiental, para o movimento ambientalista esta aproximação representa também a oportunidade de alavancar novos projetos com o apoio do empresariado. Mas, antes da busca pelo apoio do movimento ambientalista em ações de caráter voluntário, as empresas estão sujeitas às regulamentações e controle ambiental por

⁷¹ O termo *greenwashing* ou “maquiagem verde” refere-se à forma de propaganda enganosa que busca disfarçar más práticas ambientais com políticas de fachada, ações filantrópicas pouco relevantes ou grandes campanhas de *marketing* e propaganda visando associar a empresa a uma imagem positiva de ponto de vista ambiental (SMERALDI, 2009 p. 179).

parte do Estado, que por sua vez envolve as ONGs na construção das políticas ambientais. Nesta aliança, primeiro, segundo e terceiro setores se mesclam, repercutindo no surgimento de novos arranjos institucionais e em novas formas de governança com repercussão na gestão ambiental empresarial.

Castells (1999 [1996], p. 164) lembra que ações conjuntas entre empresas e organizações ambientalistas vêm se constituindo atualmente mais em regra do que em exceção:

A maioria das organizações ambientais vem se institucionalizando, isto é, tem concordado com a necessidade de atuar estando inseridas na estrutura das instituições já estabelecidas e de acordo com as normas de produção e de uma economia de mercados globais (CASTELLS, 1999 [1996], p. 164).

Os instrumentos de gestão que surgem dessa nova governança se situam na proposta global de mercado, mas, Castells (1999 [1996], p. 163) considera que este pragmatismo do movimento ambientalista apresenta a vantagem de poder influenciar importantes decisões de caráter econômico.

4. PADRÕES DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: OS SISTEMAS INTERNACIONAIS ISO, FSC E LIFE

Como Padrão⁷² de certificação entende-se, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, “um conjunto de requisitos globais ou regionais cujo atendimento pelos setores econômicos aos quais se aplica é exigido pela instituição responsável pelo seu desenvolvimento, e contra os quais estes setores podem ser auditados” (PNUMA, 2011).

Por outro lado, “sistema de certificação” é um termo mais amplo e se refere ao conjunto de todos os métodos e processos da organização responsável pelos padrões através dos quais se operacionaliza a certificação. O sistema de certificação envolve os processos para o desenvolvimento dos Padrões, incluindo o sistema de governança e participação e os requisitos para a realização de auditorias. O sistema de certificação surge como método para implantar um processo consistente, de credibilidade e transparência na avaliação do atendimento de um Padrão, que permita ao consumidor identificar que um determinado setor ou atividade atende aos requisitos aplicáveis. Normalmente se diferenciam os termos Padrões e Sistemas de Certificação, uma vez que os Padrões podem, em alguns casos, serem desenvolvidos e disponibilizados apenas para fins de orientação da empresa e/ou verificação por organismo independente, porém, sem que resultem em um certificado e/ou rótulo.

4.1 Padrões formais e não-formais

A abrangente definição do Pnuma para Padrões decorre da emergência de novos tipos de padrões para a gestão ambiental e do seu reconhecimento no mercado durante a última década. Porém, segundo a ISO (2010) existem “Padrões Internacionais Formais” e outros padrões privados *emergentes*, chamados pela ISO de “Padrões Privados⁷³”. A ISO explica que caracteriza os seus Padrões como

⁷² Mesmo considerando que o sistema ISO se refere aos seus requisitos como Normas e não Padrões, este termo é utilizado nesta tese considerando a definição do Pnuma, para os três casos em estudo.

⁷³ A ISO classifica os Padrões Privados em três segmentos: Padrões Privados para o setor TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação); Padrões para o varejo da indústria agro-alimentar;

Internacionais e Formais em função do seu atendimento aos princípios do WTO/TBT (transparência; abertura; imparcialidade; consenso; efetividade; relevância; coerência). A reivindicação da ISO como Padrão Internacional Formal se relaciona também à sua proximidade com os Estados, desde a sua criação, e à participação de departamentos governamentais como membros.

Para a ISO, o sistema internacional formal de padronização é uma plataforma global que pode complementar ou ajudar a harmonizar os emergentes padrões privados e contribuir com soluções globais coerentes (ISO 2010 p. 7). A ISO se propõe neste documento a auxiliar e padronizar os padrões emergentes na área ambiental em função de sua experiência no desenvolvimento e consolidação do sistema ISO 14001 (gestão ambiental); ISO 14064 (emissões de gases de efeito estufa); ISO 14020 (rotulagem ambiental); ISO 14040 (análise de ciclo de vida) e ISO 26000 (responsabilidade social). O fato da ISO se propor a auxiliar os demais padrões para a gestão ambiental, derivados de iniciativas independentes do seu sistema, pode ser interpretado como uma necessidade de aproximação ou tentativa de reconhecimento mútuo devido à importância que estes últimos vem ganhando.

Porém, a própria ISO lembra que os seus padrões não são convencionalmente ou oficialmente denominados formais, e por isso julga urgente que se faça uma distinção pública, evitando confundir o consumidor (ISO 2010, p. 8). Contudo, ainda que informais no seu entendimento, a ISO reconhece o destaque que ganharam os padrões privados e o seu papel ao afirmar que “[...] é uma moderna realidade que os padrões privados nas áreas de TIC⁷⁴, indústria agro-alimentar e questões sociais e ambientais estão, em alguns casos, endereçando com sucesso uma grande variedade de prioridades orientadas por suas partes interessadas” (ISO 2010, p. 8).

Entende-se desta forma que, a emergência dos padrões privados pode ser um resultado de dois fatores: insuficiência dos padrões formais, no estilo da ISO, em

Padrões Privados relacionados a aspectos ambientais e sociais. Enquanto o primeiro segmento de padrões é uma resposta aos interesses da indústria em formular seus próprios requisitos (ISO 2010, p. 6), o segundo segmento apresenta motivações diferentes, visto que seu objetivo é a promoção de melhoria contínua nos sistemas de segurança alimentar e na garantia de confiança e consistência na entrega de alimentos seguros ao consumidor. Por outro lado, os Padrões Privados relacionados a aspectos ambientais e sociais, grupo no qual se encaixam as certificações FSC e LIFE, são promovidos por um movimento de ONGs visando promover mudanças de paradigma na gestão ambiental formal. Neste grupo a ISO classifica também os padrões relacionados a pegada de carbono (*carbon footprint*), eco-labelling e gestão sustentável de recursos naturais.

⁷⁴ Tecnologias da Informação e Comunicação.

atender algumas expectativas da sociedade em termos de mudanças de paradigmas ambientais; e da própria intenção da sociedade em participar de forma mais direta na elaboração de padrões.

A ISO cita que as práticas de elaboração dos padrões privados variam bastante, e menciona a organização internacional privada chamada Aliança Global para Padrões Sociais e Ambientais (ISEAL – *International Social and Environmental Accreditation and Labelling Alliance*), pertencente ao terceiro setor, afirmando que seus membros visam “contribuir para um mundo onde a sustentabilidade ecológica e a justiça social sejam as condições normais dos negócios”.

Além de ser reconhecida pela iniciativa ISO por meio desta menção, a ISEAL vem sendo citada como referência no meio das certificações não formais e angariando cada vez mais adeptos. São membros atualmente da aliança global o ASI – *Accreditation Services International; Fairtrade International*; IOAS – *International Organic Accreditation Service*; MSC – *Marine Stewardship Council; Sustainable Agriculture Network*, RSB – *Roundtable on Sustainable Biofuels*; UTZ Certified, UEBT – *Union for Ethical Biotrade*, 4C Association e o FSC – *Forest Stewardship Council*, se constituindo em um sistema paralelo de sistemas ambientais de verificação e certificações elaboradas pelo terceiro setor.

O principal objetivo da ISEAL é o envolvimento das principais partes interessadas no processo de elaboração e revisão dos Padrões de Certificação. A ISEAL surgiu da necessidade de reconhecimento internacional de padrões já estabelecidos ou emergentes que incorporavam novas formas de elaboração de padrões, que não aquelas vigentes até o momento. Hoje a instituição recebe o apoio da FAO e do Banco Mundial, entre outros.

O processo completo de participação na elaboração de normas segundo as boas práticas para a normalização segundo a ISEAL, citado nesse documento, pode ser sintetizado em quatro etapas principais: 1. mapeamento das partes interessadas; 2. balanço de interesses; 3. realização de consultas públicas; 4. processos decisórios, conforme explicado a seguir, explicadas respectivamente pelos itens 5.3; 5.5; 5.6 e 5.9 do Código de Normalização (ISEAL, 2010).

Para o mapeamento das partes interessadas o organismo normalizador deve “conduzir um mapeamento das partes interessadas ou deve atualizar o mapeamento existente no início do desenvolvimento dos Padrões ou dos processos de revisão” (ISEAL, 2010). Este mapeamento tem a finalidade de “identificar os principais

setores de interesse e as partes-chave interessadas com base nos objetivos dos Padrões” (ISEAL, 2010). O mapeamento deve incluir a definição de quais setores de interesse são relevantes; quais são as principais questões de interesse para cada setor e quais são os meios de comunicação que deverão ser utilizados para melhor alcançar todas as partes.

O organismo normalizador deve assegurar que a participação nas consultas é aberta a todas as partes interessadas e que os processos decisórios refletem um balanço de interesses das partes sobre o assunto e escopo geográfico ao qual se aplica o Padrão. A ISEAL lembra que é importante reconhecer que há um número de abordagens válidas para participação e votação que chegam a um balanço de interesses.

Organismos normalizadores devem considerar um balanço entre setores, incluindo aqueles indiretamente afetados; representação geográfica; gênero; representação de ecossistemas; a escala das instalações e diferentes tipos de organizações. Quando identificadas as partes interessadas, os organismos normalizadores devem incluir partes com experiência relevante no assunto principal dos Padrões; partes que possam ser materialmente afetadas pelos Padrões e partes que possam influenciar na implementação dos Padrões. Partes materialmente afetadas são aquelas que serão diretamente impactadas pela aplicação do Padrão. Idealmente, o organismo normalizador deve apoiar a participação de partes materialmente afetadas que sejam especialistas no assunto de interesse do Padrão. Contudo, se não for o caso, o organismo normalizador deve identificar outros participantes com conhecimento relevante.

Quando o organismo normalizador limita os processos decisórios aos seus membros, os critérios de afiliação e os procedimentos para aplicação devem ser transparentes e não-discriminatórios. Para aqueles normalizadores instituídos em associações, a ênfase deve estar em assegurar que todas as partes interessadas em se candidatar como membro recebam tratamento objetivo e transparente, com base nos seus procedimentos.

Transparência significa que os processos decisórios e as justificativas para as decisões estão disponíveis aos candidatos e fundamentados em claros critérios e procedimentos de candidatura. A discriminação contra a qualquer candidato à adesão pode ser evitada pelos normalizadores que se fundamentam apenas nos critérios de adesão e não cobrando taxas excessivas para a participação.

Uma fase de consulta pública para o desenvolvimento ou revisão dos Padrões deve ser realizada em pelo menos duas etapas de submissão a comentários pelas partes interessadas, quando necessário. A extensão do processo de consulta deve ser determinada pelo escopo da revisão e pelo uso final do produto. Por exemplo, alterações administrativas e mudanças não-substanciais de um Padrão podem ser realizadas pelo organismo normalizador sem a necessidade de consulta ou processos formais de revisão. Uma segunda rodada de consulta é necessária quando persistem questões substanciais não resolvidas da primeira etapa.

O processo do organismo normalizador deve buscar pelo consenso sobre o conteúdo dos Padrões a partir de um balanço entre as partes interessadas. O normalizador deve definir critérios para determinar quando procedimentos alternativos de decisão devem ser utilizados. Nestes casos, quando os Padrões são aprovados por votação, organismos normalizadores devem definir com antecedência os limiares para se obter um consenso.

A amplitude e diversidade de partes interessadas relacionadas a Padrões ambientais e sociais tornam a possibilidade de consenso menor. É aceitável trabalhar no sentido do consenso, mas com um mecanismo de recuo para a tomada de decisões para as quais não houve consenso. É importante que o organismo normalizador possua um procedimento documentado para o processo decisório para os casos nos quais uma votação é requerida, e faça um esforço explícito para informar as partes interessadas sobre este procedimento antes do início do desenvolvimento ou revisão dos Padrões.

Critérios para determinar quando considerar a necessidade de votação podem incluir que as partes interessadas as quais não concordem com determinada decisão, apresentem uma solução alternativa para a questão em análise, e que se estas não forem aceitas pela maioria ou não seja algo viável, uma tomada de decisão alternativa pode entrar em vigor. O normalizador deve estabelecer e documentar procedimentos para guiar as tomadas de decisão, incluindo a definição dos limiares para a votação que sejam coerentes com um consenso.

Estes procedimentos devem buscar assegurar que nenhum grupo de interesse possa dominar outro. Mais importante do que o método de decisão, é que as partes interessadas tenham confiança nele, o que significa empoderamento e

representação. Para que um processo de tomada de decisão seja administrável, um formato da representação de interesses setoriais é requerido.

É de responsabilidade do organismo normalizador assegurar que os setores são identificados e equilibrados quanto à sua participação nos processos de tomada de decisão. Enquanto alguns normalizadores delegam a tomada de decisão para os seus membros plenos, é possível que o equilíbrio seja atingido ou parcialmente atingido através do Conselho de Diretores ou dos Comitês. A importância recai mais na transparência do processo de decisão.

Boas práticas sobre as tomadas de decisão envolvem a devolutiva de respostas às partes que participaram do processo, o que pode ser atendido circulando o documento final entre aqueles que comentaram e compartilhando suas respostas com os tomadores de decisão. Frequentemente ocorre de algumas partes interessadas estarem melhor organizadas e mais familiarizadas com o processo. Como resultado, elas são hábeis em propor moções e fazer *lobby* para manipular resultados. É o caso de setores que vêm se engajando no processo de normalização por um longo tempo e conhecem melhor os processos.

Em relação às observações da ISO quanto à formalidade de seus padrões estar relacionada à adoção do código da WTO, observou-se por meio da análise documental realizada, que a organização ISEAL – a qual reúne internacionalmente padrões denominados pela ISO de *padrões privados* – também utiliza as normas e diretrizes ISO e WTO como referência de seu Código de Boas Práticas:

2. Publicações referenciadas

ISO/IEC Guide 2:2004. Standardization and related activities - General vocabulary;

ISO/IEC Guide 59:1994. Code of good practice for standardization.

WTO Agreement on Technical Barriers to Trade (TBT) Annex 3: Code of good practice for the preparation, adoption and application of Standards;

WTO Agreement on Technical Barriers to Trade (TBT) Second Triennial Review. Annex 4: Principles for the Development. of International Standards, Guides and Recommendations with Relation to Articles 2, 5 and Annex 3 of the Agreement (ISEAL, 2010 p. 4).

E referencia estas duas instituições em vários itens de seu Código de Boas Práticas (quadro 4):

ITEM	PÁGINA	TEXTO
3.3	5	Padrão: Documento que fornece, para uso comum e repetido, regras, diretrizes ou características para produtos, processos e métodos de produção relacionados, cujo cumprimento não é mandatório. Nota - Pode também incluir ou tratar exclusivamente de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou rotulagem, como eles se aplicam a um produto, processo ou método de produção - com base no Anexo 1 do Acordo TBT (Barreiras Técnicas ao Comércio) da OMC.
5.10.2	12	5.10.2 Todas as minutas e versões finais dos Padrões devem ser disponibilizados ao público gratuitamente em meio eletrônico. O Código de Normalização (<i>Standard Setting Code</i>) reconhece que as normas internacionais detêm uma distinção especial entre os Padrões, dada a sua priorização explícita no Acordo da OMC sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.
3	4	Todas as definições da ISO / IEC Guia 2:2004 se aplicam ao Código de Boas Práticas do ISEAL, com as seguintes exceções e adições: 3.1 Consenso: Acordo Geral, caracterizada pela ausência de oposição sustentada a questões relevantes por qualquer parte importante sobre os interesses em disputa. NOTA - Consenso deve ser o resultado de um processo de busca por opiniões das partes interessadas, em particular daquelas diretamente afetadas, e conciliar qualquer argumento conflitante. Ele não precisa implicar em unanimidade - (baseado na norma ISO / IEC Guia 2:2004).

QUADRO 4 - DOCUMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES ISO/IEC E WTO MENCIONADOS NO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS – ISEAL – *Setting Social and Environmental Standards vs. 5.0 – ISEAL Code of Good Practice.*

FONTE: A AUTORA (2012).

A partir da menção à ISEAL, a ISO afirmou que um nível de cooperação mais próximo entre os elaboradores dos padrões privados e os padrões formais internacionais seria necessário. Esta necessidade foi mencionada em sessões realizadas pela WTO (ISO 2010, p. 8) sobre o assunto que reconheceram a necessidade de se promover o diálogo e o fortalecimento das relações entre sistemas de padrões privados e organizações de sistemas formais internacionais. Para a ISO, a meta a ser perseguida é a de “um único padrão internacional, um único teste, e um único certificado” (ISO 2010 p. 8) de forma a atingir aceitação global bem como os impactos desejados.

Porém, acredita-se que a variedade de padrões é desejável pela sociedade global, a qual vem demonstrando por meio de sua participação no desenvolvimento destes, um interesse na atuação direta de elaboração e monitoramento de requisitos conforme seus interesses. Ou seja, como a sociedade global é heterogênea e multicultural é natural que sua participação no desenvolvimento de padrões privados

para a gestão ambiental resulte em uma variedade de padrões para a certificação, e não em um padrão único como requer a ISO. Pelo contrário, este movimento internacional pela elaboração de padrões com participação direta das partes interessadas é provavelmente uma tendência que decorre da busca pelo alternativo ao invés da padronização e da homogeneização.

Diante desse debate sobre a participação da sociedade civil, decorrente de um movimento social amplo – o movimento ambientalista, na elaboração e criação de padrões privados para a gestão ambiental, foram selecionados para essa tese três padrões para análise: a certificação de gestão ambiental ISO 14.001 como testemunha; a certificação florestal FSC; e a certificação para conservação de biodiversidade LIFE, representando três organismos normalizadores, ou seja, três instituições responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de Padrões de adesão voluntária.

É importante enfatizar o papel destas três organizações. Todas as três são organismos normalizadores e, portanto, responsáveis apenas pelo desenvolvimento de normas. O processo de certificação em si, o qual envolve as auditorias, nesses três casos é realizado por outras organizações, chamadas de terceira-parte, organismos de certificação ou organismos certificadores. Trata-se de uma maneira dos sistemas de certificação garantirem a independência entre a elaboração dos padrões e a realização de auditorias.

Uma certificação de terceira parte é, segundo a ABNT (NBR ISO/IEC 17021:2011) uma certificação realizada por organização de auditoria independente tanto do cliente quanto do usuário, para fins de certificação do sistema de gestão do cliente. Assim, pode ocorrer, e é bastante comum, que um mesmo organismo certificador realize auditorias para diferentes sistemas de certificação.

As informações sobre os sistemas de certificação escolhidos se situam no período entre o início da década de 1990 e a primeira década do século XXI, e são apresentados em ordem cronológica de surgimento: ISO, FSC e LIFE. Os três sistemas avaliados foram interpretados a partir da análise documental realizada que envolveu: o histórico das organizações; seus sistemas de governança; e o conteúdo dos seus padrões.

Ressalta-se que os detalhes apresentados sobre o ISEAL neste item, se aplicam tanto aos ideais de participação da sociedade civil na elaboração de padrões da certificação FSC quanto da certificação LIFE. Porém, em duas

temporalidades distintas: o FSC como organização anterior ao surgimento da ISEAL e membro associado desta organização; e o LIFE como uma iniciativa recente, a qual seguiu as diretrizes gerais da ISEAL para a elaboração dos seus padrões, em processo de análise para afiliação.

4.2 O sistema internacional ISO e a certificação de Sistemas de Gestão Ambiental

4.2.1 Histórico

Considerando que a crise ambiental tornou-se evidente em âmbito global a partir da década de 1970, conforme discutido no capítulo 3, observa-se que o desenvolvimento das normas de gestão ambiental organizacional é relativamente recente.

As normas da série ISO 14000 surgiram como uma resposta para concretizar a necessidade de definir padrões de gestão ambiental discutida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). O debate sobre a sustentabilidade durante a ECO 92 enfatizava as formas de tornar o desenvolvimento econômico viável frente aos problemas ambientais, na intenção de valorizar o discurso de mercado para o aprimoramento da gestão ambiental a partir de normas de natureza voluntária (SEIFFERT, 2010[2007], p. 192).

Mas, apesar do desenvolvimento de uma série de normas dentro do sistema ISO voltada às questões ambientais (ISO série 14000) ter se iniciado em 1991, a criação da instituição ISO (*International Standardization Organization*) como um sistema internacional normativo, remete à fase do Pós-Segunda Guerra Mundial, 1946, iniciando seu trabalho com o desenvolvimento da normalização voltada à qualidade para a padronização mundial de produtos (ISO série 9000). A normalização é uma atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto (ABNT, 2011).

Um sistema de normalização para a garantia da qualidade significava uma forma de gerenciamento das atividades e processos que afetassem a qualidade dos produtos em todos os estágios de sua fabricação, desde o fornecimento de matéria-

prima até o desempenho do produto da sua utilização. O conceito evolui até o surgimento em 1963 da norma militar MIL-Q-9858, de origem norte-americana e foi incorporado mais tarde pela indústria automobilística, que passou a publicar normas próprias, a exemplo da *General Quality Standard* da *General Motors* (HARRES, 2004, p. 66).

Mas, o resgate⁷⁵ da gestação do sistema ISO, e não apenas da elaboração da ISO 14001 se fez importante para a compreensão das lógicas que fundamentaram os conceitos ambientais deste sistema de gestão e certificação.

A Organização Internacional para Normalização, ISO, do inglês *International Standardization Organization*, surgiu da união de outras duas organizações: a ISA, *International Federation of the National Standardizing Associations*, estabelecida em Nova Iorque em 1926 e administrada na Suíça, e a UNSCC, *United Nations Standards Coordinating Committee*, estabelecida somente em 1944 e administrada em Londres.

Apesar de sediada em Nova Iorque, a ISA possuía atividades predominantemente voltadas ao continente europeu. Os organismos normalizadores do Reino Unido e dos Estados Unidos não participavam do seu trabalho, sendo que o Reino Unido aderiu à ISO logo antes da Segunda Guerra Mundial. A ISA serviu como um protótipo, sendo que muitos dos estatutos e regras de procedimento da ISO provieram da ISA, e muitos dos Comitês Técnicos que a ISO estabeleceu, eram comitês já existentes naquela organização. A ISA tentou manter a continuidade de seus trabalhos quando a Guerra iniciou em 1939, mas, devido aos problemas na comunicação internacional, sua administração passou a ser realizada na Suíça. À época, a administração da ISA era realizada em Nova Iorque por uma única pessoa, o engenheiro suíço Huber-Ruf.

Embora a Guerra tenha levado as atividades da ISA ao fim, uma nova organização foi constituída. O Comitê para a Coordenação de Padrões para as Nações Unidas, UNSCC, foi estabelecido pelos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, em 1944, para trazer os benefícios da padronização para enfrentar os trabalhos de reconstrução no pós-guerra. A associação na época não foi aberta aos

⁷⁵ O resgate histórico da gestação dos sistema ISO, que ocorreu no período entre 1944 e 1946, tem como referência o depoimento de Willy Kuert, delegado participante do evento de criação da ISO em Londres (ISO, 2011c).

países do Eixo⁷⁶ ou a países neutros. O Comitê foi administrado dos escritórios de Londres de uma organização internacional de normalização já bastante reconhecida, a Comissão Internacional Eletrotécnica (IEC, *International Electrotechnical Commission*), fundada em 1906.

A questão para as pessoas que estavam à frente dessas organizações ao final da Segunda Grande Guerra era a de como criar um novo organismo internacional para a normalização. Em outubro de 1945 os delegados do UNSCC se reuniram em Nova Iorque para discutir o futuro da normalização internacional. Os delegados concordaram que o UNSCC deveria se aproximar da ISA, constituindo uma organização que foi inicialmente chamada de Associação Internacional para a Coordenação de Normas (*International Standards Coordinating Association*).

Em outubro de 1946, durante uma Conferência realizada no Instituto de Engenheiros Civis em Londres pelas organizações nacionais de normalização de 25 países, representados por 65 delegados, decidiu-se pela extinção da ISA e do UNSCC, dando lugar à operacionalização da ISO, *International Organization for Standardization*, com sede em Genebra.

Um ano após o fim da Segunda Guerra, o objetivo era o de criar uma nova organização que pudesse realizar o trabalho de normalização de uma forma democrática, aberta a qualquer país que quisesse participar, com igualdade de direitos e deveres. A escolha do nome⁷⁷ da organização visava também refletir esta ideia.

Após uma importante fase de desenvolvimento focado na qualidade, apenas em 1991 deu-se início à elaboração da norma internacional de proteção ambiental ISO 14001, proposta como referência para o processo de gestão ambiental organizacional durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). A ISO (*International Organization for Standardization*) criou o Grupo Estratégico Consultivo sobre o meio ambiente, que tinha como objetivo principal promover uma abordagem de gestão ambiental semelhante à dos sistemas de gestão da qualidade, mas aperfeiçoando a capacidade das

⁷⁶ Alemanha, Itália e Japão.

⁷⁷ Pelo fato de que "International Organization for Standardization" teria diferentes acrônimos em diferentes línguas, seus fundadores decidiram, buscando um nome curto, pelo nome ISO, derivado do grego *isos*, que significa "igual". Qualquer que fosse o país ou a língua, a forma abreviada da organização seria sempre ISO.

organizações em alcançarem e medirem melhorias no seu desempenho ambiental (SEIFFERT, 2010 p. 16).

Até o ano de 2010 já existiam mais de 250.000 organizações com certificação ISO 14001 em 155 países (quadro 5).

	2001	2002	2003	2004	2005	2010
Total mundial	36.464	49.440	64.996	89.937	111.162	250.972
Nº. de países/economias	112	116	113	127	138	155

QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 14001 ENTRE 2001 E 2010.
 FONTE: ADAPTADO DE ISO (2011).

4.2.2 Atores sócio-políticos e a governança no sistema ISO

A estrutura de governança da ISO é formada por uma Assembleia Geral, um Conselho e um Secretariado Geral. O Conselho, por sua vez, é assessorado por Comitês de Desenvolvimento de Políticas, Comitês de Apoio Permanente; Grupos de Assessoramento e um Conselho Técnico-Administrativo, auxiliado por meio de Comitês Técnicos e Grupos Consultivos (figura 3). A Assembleia Geral é constituída por uma reunião dos Diretores e delegados indicados pelos membros associados. Os membros correspondentes e assinantes podem participar como observadores. Sua agenda inclui ações relacionadas com o planejamento estratégico plurianual, situação financeira e relatórios anuais da ISO. O Presidente é o Presidente da Assembleia (ISO, 2011).

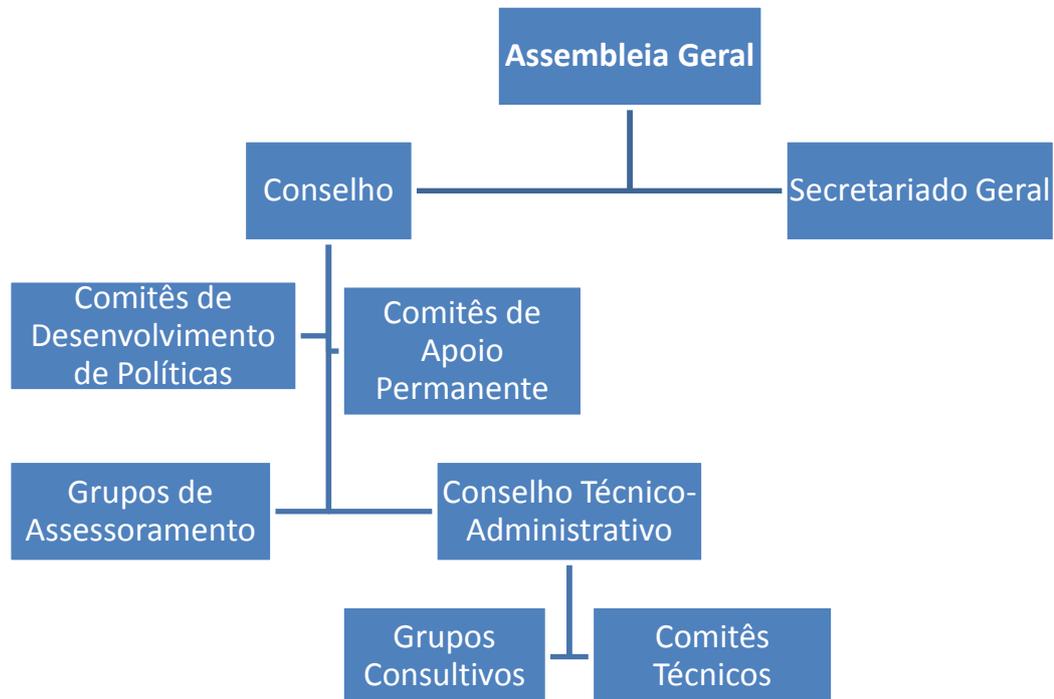


FIGURA 3 - GOVERNANÇA DO SISTEMA ISO.
 FONTE: ADAPTADO DE ISO (2011).

Em 2010, vinte e quatro países coordenavam as atividades da ISO no mundo através de 163 organismos nacionais normalizadores (ISO, 2010). O Brasil está representado na ISO através da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A participação como membro direto da ISO ocorre de três formas: como membro-pleno, membro correspondente ou como membro assinante. O membro associado é o organismo nacional mais representativo em relação à normalização de cada país. Apenas uma organização é aceita para representar cada país na ISO, a qual participa e exerce o direito de voto em qualquer comitê técnico ou político da ISO. Os membros associados podem utilizar as normas ISO como referência para os Padrões Nacionais.

O membro correspondente é normalmente o representante de um país onde ainda não há atividades de normalização nacional. Os membros correspondentes

não atuam nos trabalhos de desenvolvimento técnico e político, mas têm o direito de ser plenamente informados sobre os trabalhos de seu interesse. Por outro lado, a filiação como assinante foi criada para países de economia muito reduzida, e permite o acesso a taxas de adesão subsidiadas e a manutenção de contato com a normalização internacional (ISO, 2011c). Desta maneira, o critério para associação à ISO é a existência de um organismo nacional de normalização no país. A anuidade paga à ISO depende da população do país, do seu PIB e do seu envolvimento na normalização.

Porém, esta participação pode ocorrer de formas distintas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Enquanto nos países desenvolvidos os organismos nacionais normalizadores são normalmente independentes, nos países em desenvolvimento eles estão alocados em departamentos governamentais (ISO 2010, p. 4). Desta forma, nos países em desenvolvimento, um departamento do governo pode se tornar um membro direto da ISO.

4.2.2.1 Processo de Elaboração dos Padrões

A elaboração de uma norma ISO ocorre sempre e apenas quando existe uma demanda clara de mercado. Neste caso, o trabalho é conduzido por especialistas encarregados das áreas técnica, industrial e comercial que demandaram os padrões e, conseqüentemente, serão seus usuários. Segundo a ISO (2011), os Padrões são desenvolvidos de acordo com os seguintes princípios: visão de todos os interessados, incluindo produtores, vendedores, usuários, consumidores, grupos, laboratórios de testes, governos, profissionais da engenharia e organizações de pesquisa; soluções globais para satisfazer indústrias e seus clientes em todo o mundo; orientação pelo mercado e envolvimento de todas as partes interessadas do mercado.

Na prática, as normas ISO são elaboradas por meio de Comissões de Estudo (CE) formadas por representantes dos setores envolvidos no assunto ao qual a norma se destina, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Nacionais, dos Organismos de Normalização Setorial e das Comissões de Estudos Especiais Temporárias. Entre estes representantes encontram-se produtores, consumidores e universidades (ABNT, 2004).

Os documentos que definem os processos para a elaboração de Padrões no sistema ISO e que foram avaliados são: a) *ISO/IEC Directives Partie 1 – Procedures for Technical Work* (2011, 8ª. ed.); b) *ISO/IEC Directives Partie 2 – Rules for the Structure and Drafting of International Standards* (2011, 6ª. ed.); c) *ISO/IEC Directives Supplement - Procedures Specific for ISO* (2011, 2ª. ed).

O documento “*ISO/IEC Directives Partie 1 – Procedures for Technical Work*” trata da necessidade de criação de novos Padrões, estabelecendo os atores envolvidos na elaboração e análise de propostas e na execução dos trabalhos para sua consolidação:

1.5.3 Uma proposta de trabalho em um novo campo de atividade técnica que parece exigir o estabelecimento de um novo comitê técnico pode ser feita na respectiva organização por:

- um membro nacional;
- um comitê ou subcomitê técnico;
- um comitê de política;
- o Conselho de Administração Técnica;
- o Diretor-Presidente;
- um organismo responsável pela gestão de um sistema de certificação operando sob os auspícios da organização;
- outra organização internacional com membros do corpo nacional

E trata da participação nos trabalhos dos Comitês Técnicos e subcomitês:

1.7 Participação nos trabalhos dos Comitês Técnicos e subcomitês, subitem. 1.7.1: “Todos os membros nacionais têm o direito de participar no trabalho dos Comitês Técnicos e subcomitês”.

A participação dos membros nos trabalhos por ser efetiva (“P-members”); ou de observação (“O-members”). O documento descreve todas as etapas e responsabilidades da participação dos membros (P-membros e O-membros). Apenas membros-pletos podem atuar como participantes. Após sua elaboração, o documento deve circular internamente e entre os membros nacionais:

2.6 Fase de consulta: 2.6.1 Na fase de consulta, a minuta do documento deve circular por meio do escritório do CEO durante 4 semanas para os membros nacionais para um período de votação de 5 meses.

2.6.3 Uma minuta do projeto é aprovada se a) dois terços de votos dos membros-P do comitê técnico ou subcomitês são favoráveis, e b) não mais de um quarto do total de número de votos são negativos.

Durante a fase de aprovação a minuta é enviada novamente aos membros para um período de 2 meses de votação:

2.7 Fase de aprovação: 2.7.1 Durante a fase de aprovação, a versão final dos Padrões deve ser distribuída por meio do escritório do CEO dentro de 3 meses “para todos os membros nacionais para um período de 2 meses de votação”. [...]

2.7.3 A minuta final dos Padrões Internacionais circulada para votação será aprovada quando a) dois terços de votos dos membros-P do comitê técnico ou subcomitês são favoráveis, e b) não mais de um quarto do total de número de votos são negativos.

O documento “ISO/IEC Directives Partie 2 – Rules for the Structure and Drafting of International Standards” não foi utilizado nesta análise pelo fato de se referir apenas à estrutura geral necessária para os Padrões Internacionais, sem menção a participação no seu desenvolvimento.

O terceiro documento, “ISO/IEC *Directives Supplement - Procedures Specific for ISO*”, cita que

1.14.3 Os Comitês são fortemente encorajados a estabelecer grupos para assessoramento de novos trabalhos, especialmente relacionados às necessidades de mercado para novos Padrões Internacionais, dinâmicas globais relevantes, relações entre Padrões propostos e regulamentações técnicas existentes e como isto poderia afetar o trabalho de desenvolvimento dos Padrões, e a identificação de *stakeholders* relevantes (países, grupos de *stakeholders*, e entidades específicas) que poderiam se engajar no trabalho.

Segundo a ISO (2012, p. 6), esta estrutura permite ao processo de elaboração de suas normas um nível duplo de consenso, que inclui: uma primeira fase de desenvolvimento, com consenso entre representantes do mercado e especialistas; e em uma segunda fase, de deliberação, com consenso entre os países-membro. O termo consenso é definido no documento ISO/IEC Guide 2:2004 e traduzido em sua versão brasileira ABNT ISO/IEC Guia 2:2006, como:

1.7 consenso: acordo geral, caracterizado pela ausência de oposição fundamentada a aspectos significativos por qualquer parte importante dos interesses envolvidos, através de um processo que busca levar em conta as posições de todas as partes interessadas e a conciliação das opiniões conflitantes.

A ISEAL utiliza a mesma definição para o termo “consenso” utilizada pelo sistema ISO. Ou seja, tanto para o ISO quanto para a ISEAL, consenso não significa unanimidade. Tal esclarecimento aparece também neste mesmo documento. Esta definição (ISO/IEC Guide 2: 2004) é referenciada no documento de Boas Práticas do ISEAL (ISEAL, 2010):

3.1 Consenso: acordo geral, caracterizado pela ausência de oposição sustentada a questões substanciais por qualquer parte importante dos interesses envolvidos (ISEAL, 2010).

Todo o processo de elaboração de normas ISO no Brasil é coordenado pela ABNT e seus órgãos: Comitê Brasileiro (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), Comissões de Estudos Especiais Temporárias (ABNT/CEET). A ABNT NBR ISO 14001, equivalente brasileira à ISO 14001:2004, foi elaborada no

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (ABNT/CB-38), pela Comissão de Estudo de Gestão Ambiental (CE-38:001.01).

As demandas industriais ou comerciais são direcionadas para o programa de normalização, do qual resulta um projeto de norma. Este projeto circula em consulta nacional e dependendo de seu resultado torna-se uma norma efetiva ou retorna para reelaboração, conforme fluxograma apresentado na figura 4 (ABNT, 2012).

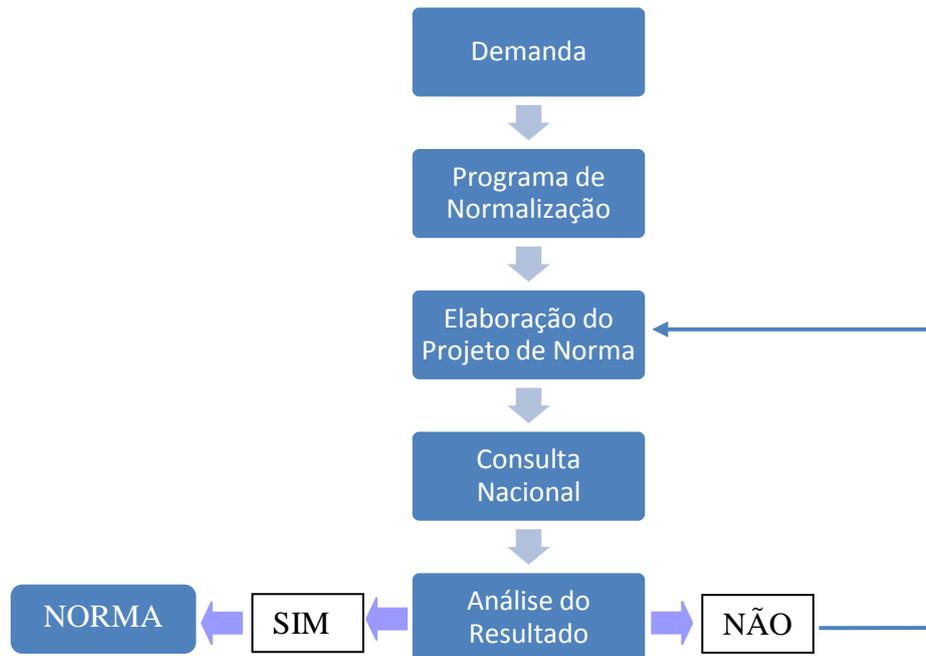


FIGURA 4 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PADRÕES ISO SEGUNDO A ABNT.
 FONTE: ADAPTADO DE ABNT (2012).

Observa-se desta forma que, diferentemente do preconizado pela ISEAL, no sistema ISO a demanda pelo padrão se origina na indústria e o seu desenvolvimento conta com a participação da indústria e de consumidores diretos da cadeia, ou seja, atores vinculados ao mercado. Como mencionado anteriormente em relação aos critérios da ISEAL para a elaboração de padrões, para essa organização é obrigatório o envolvimento de todas as partes interessadas.

Para a ISEAL a participação deve iniciar com um mapeamento das partes interessadas e deve ser realizado um balanço de interesses por região geográfica, ecossistemas, gênero e escala; e os processos decisórios devem refletir um balanço de interesses das partes sobre o assunto e escopo geográfico ao qual se aplica o Padrão. Exigências que não aparecem nos procedimentos ISO.

A disseminação dos novos regimes de certificação ambiental reconhecidos no cenário internacional pelo sistema de participação previsto pela ISEAL, fez com que a ISO, recentemente, criasse um grupo de avaliação de processo (PEG – *Process Evaluation Group*) sobre esta questão, considerando que:

Nos últimos anos, para ser responsivo às atuais e às novas necessidades das partes interessadas e para se manter como um relevante elaborador de Padrões em nível internacional, a ISO tem visto seu programa expandir e adentrar novas áreas de interesse. Um desafio para a ISO sobre seus processos de desenvolvimento de padrões emerge, com esta evolução, conforme as expectativas das partes interessadas do sistema estão mudando (ISO 2012, p. 5).

Frente a esta nova demanda, a ISO, por meio do citado PEG, definiu duas tarefas (ISO 2012 p. 5): a) Revisar a situação atual e considerar a possibilidade de modelos alternativos de desenvolvimento de Padrões e participação no sistema ISO; b) examinar os processos de tomada de decisão por consenso, e engajamento das partes interessadas, dentro dos organismos nacionais de normalização pertencentes ao sistema.

Evidencia-se assim, o reconhecimento por parte de um sistema formal, de um sistema alternativo que inova nas formas de participação da sociedade e de suas partes interessadas na fase de elaboração de padrões privados para a gestão ambiental.

4.2.3 Padrões da Certificação ISO: a norma ISO 14001:2004

As especificações para o Sistema de Gestão Ambiental (ABNT, 2004) apresentam requisitos em cinco grupos de ações: Política Ambiental; Planejamento; Implementação e operação; Verificação; Análise pela Administração.

O primeiro passo para a organização implementar um sistema de gestão ambiental no modelo ISO é a definição de uma Política Ambiental. Em seguida é necessário realizar um planejamento ambiental a partir do levantamento dos aspectos ambientais das atividades realizadas pela organização e do levantamento dos seus requisitos legais. A partir do levantamento destes dados a organização deve definir objetivos e metas mensuráveis e implementar programas ambientais que permitam atingir as metas definidas.

A implementação e operacionalização do sistema de gestão ambiental depende da definição de recursos, das responsabilidades, autoridades e

competências da equipe necessárias à sua execução, de treinamentos e conscientização, além da comunicação, documentação, implantação de controles operacionais e preparação para atendimento a emergências. Todas as informações sobre o sistema de gestão ambiental devem ser documentadas e os documentos controlados. Os Padrões exigem a definição de procedimentos para o controle das operações e para identificar e responder a situações de emergência.

Em relação ao monitoramento ambiental, exige-se a verificação das metas ambientais através de medições periódicas, da avaliação constante do atendimento aos requisitos legais, da identificação de não-conformidades, e da avaliação das ações corretivas. Os dados devem ser coletados através de equipamentos de mensuração calibrados e é necessário que haja um controle dos registros. Como parte do monitoramento exige-se também a implantação de auditorias internas do sistema de gestão ambiental (ABNT, 2004).

A adequação, a pertinência e a eficácia do sistema de gestão devem ser avaliados periodicamente pela alta administração da organização, prevendo a avaliação de oportunidades de melhoria e a necessidade de alterações no sistema de gestão ambiental, incluindo a Política Ambiental, os objetivos e as metas.

Observa-se desta maneira que os requisitos da norma enfatizam os controles: dos requisitos legais, dos aspectos e impactos, dos registros, das ocorrências, das não-conformidades, das ações corretivas e preventivas. Pode-se dizer que a ênfase nos controles é um reflexo das raízes do sistema ISO na administração científica do taylorismo do início do século XX, com seus estudos de tempos e movimentos, visto que o taylorismo enfatiza as tarefas, visando aumentar a eficiência em nível operacional.

Mas, para que as tarefas sejam bem definidas e os controles gerem bons resultados, a definição da Política Ambiental é o requisito principal da norma, porque a partir dela a organização irá definir as suas prioridades e planejar a sua atuação ambiental. A norma estabelece que a Política Ambiental da organização certificada seja apropriada à natureza, escala e impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços. Não obstante, a norma não estabelece indicadores objetivos ou quantitativos, ficando a critério da própria organização a definição de suas metas e o desempenho para além do atendimento legal, assim como fica a critério do auditor avaliar a coerência entre o sistema de gestão implantado com o porte e a natureza da organização.

Porém, independentemente do porte e da natureza do negócio, a Política Ambiental de qualquer organização certificada pela ISO 14001 deve assegurar no mínimo: a) comprometimento com a melhoria contínua e com a prevenção da poluição; b) comprometimento em atender os requisitos legais; c) estrutura para estabelecer e analisar objetivos e metas ambientais; d) documentação e divulgação interna; e) disponibilização pública.

Apesar dos Padrões não estipularem um desempenho mínimo obrigatório para além dos requisitos legais, existe a necessidade de um compromisso com a melhoria contínua. Assim, se o requisito mínimo obrigatório é o atendimento legal e deve haver melhoria contínua, subentende-se que ao longo do tempo as organizações devem ou deveriam estar atingindo melhores níveis de desempenho.

É possível observar que a principal característica das normas ISO de gestão ambiental, em termos de abrangência é o foco organizacional. Ainda assim, segundo SEIFFERT (2010[2007], p. 193) estas normas são mais abrangentes do que aquelas com foco exclusivamente no produto e no processo de produção, pois passam a identificar e mapear seus aspectos e impactos ambientais, levantando assim algumas possíveis interfaces entre ambiente interno, organizacional, e ambiente externo.

4.3O Conselho de Manejo Florestal – FSC (*Forest Stewardship Council*)

4.3.1 Histórico⁷⁸

Durante a década de 1980 o desmatamento das florestas tropicais do mundo seguia de forma acelerada. A visibilidade mundial do desmatamento das florestas tropicais contribuiu para que o mercado sentisse a pressão da sociedade quando, alguns consumidores, principalmente europeus e norte-americanos, iniciaram um boicote ao comércio internacional de madeira proveniente de florestas tropicais. A

⁷⁸ A principal referência para a pesquisa a respeito do histórico da criação do FSC foram depoimentos coletados pelo Instituto de Manejo e Certificação Agrícola (IMAFLOA, 2005). O IMAFLORA é uma organização sem fins lucrativos brasileira, representante no Brasil da ONG americana *Rainforest Alliance*, primeira organização brasileira a realizar auditorias neste sistema no país e responsável pelo maior número de auditorias e certificações FSC no Brasil.

intenção do boicote era que, ao deixar de demandar produtos de origem tropical, as florestas fossem protegidas e os direitos das populações tradicionais respeitados.

Em finais da década de 1980 vários governos e empresas deixavam de comprar produtos florestais tropicais. Em 1992, mais de 30 prefeituras na Inglaterra, cerca de 200 cidades na Alemanha e mais da metade dos municípios holandeses haviam banido o uso de madeiras tropicais (IMAFLOA 2005, p. 15). Porém, o boicote teve pouca influência sobre o ritmo de desmatamento, uma vez que a produção de madeira não era sua causa principal (idem, p. 15), e sim a expansão da fronteira agrícola.

Pouco tempo depois, o fracasso do boicote de madeiras tropicais na redução do desmatamento no Brasil, foi anunciado por um estudo do Imazon (1999), que indicava que grande parte da madeira produzida nos trópicos era consumida dentro do próprio país. Mais de 85% da madeira produzida na Amazônia era consumida dentro do Brasil, mais precisamente pelo estado de São Paulo (BATMANIAN et al., 2005 p. 15). Como resultado, além de não reduzir o desmatamento, o boicote desvalorizava a floresta como opção produtiva – incentivando ainda mais sua substituição por outras atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária; e não permitia o reconhecimento de iniciativas sérias ou que ao menos buscavam critérios e indicadores para a sustentabilidade em suas operações.

A principal consequência do boicote foi o fato de consumidores de madeira tropical em países como os Estados Unidos e a Inglaterra passarem a ter dificuldades em adquirir matéria-prima. Na região de Nova Inglaterra (EUA), artesãos que fabricavam móveis e artefatos com madeiras tropicais começaram a ter suas atividades ameaçadas. Esses artesãos reuniram-se com uma ONG norte-americana (*Rainforest Alliance*) para promover um esforço de identificar projetos florestais ao redor do mundo, nos quais a madeira era extraída em condições que conservassem as florestas (BATMANIAN et al., 2005, p. 15).

Entre 1991 e 1992 foram elaboradas reuniões para a elaboração de uma proposta de criação de padrões e para a criação de um organismo internacional de acreditação de certificadores para o manejo florestal (IMAFLOA, 2005 p. 16), que culminou com a criação do Conselho Internacional de Manejo Florestal – FSC, em Toronto, Canadá, em 1993. É importante enfatizar a participação brasileira neste momento. Participaram da fundação do Conselho mais de dez brasileiros, sendo dois eleitos como membros do Conselho Diretor. A participação brasileira na

iniciativa se tornou ainda mais forte anos depois, em 2008, quando um brasileiro, Andre de Freitas, assumiu a Diretoria Executiva.

O Conselho previa em seu sistema de governança a representação de interesses ambientais, sociais e econômicos, com o objetivo de propor e gerir regras próprias para a gestão de recursos florestais, com possibilidade de diferenciação dos produtos no mercado através de um selo.

Apesar do número já bastante significativo de selos ambientais no mercado, o FSC surgiu com o propósito de se diferenciar dos demais sistemas de certificação, avaliando as práticas socioambientais adotadas no manejo dos recursos florestais, ao invés do desempenho ambiental do produto em si, além de enfatizar uma estrutura democrática em termos de governança interna ao sistema, buscando a participação de diferentes interesses para a definição dos seus Padrões.

Desta forma, é possível observar que, em relação às origens de cada sistema de certificação, uma das principais diferenças entre o sistema ISO de gestão ambiental e a certificação florestal FSC é o fato de que o primeiro foi elaborado pelo segundo setor, ou seja, pelas organizações do mercado, com alguma contribuição de governos de diferentes países. O FSC por sua vez, foi construído por meio de alianças entre essas e organizações não-governamentais representantes de interesses ambientais e sociais (ARTS, 2005), sendo a sua principal característica a estrutura democrática (MEIDINGER⁷⁹, 2002 apud ARTS, 2005).

É importante ressaltar que as mesmas empresas florestais às quais a certificação FSC era aplicável, poderiam já nesta época optar pela certificação de gestão ambiental ISO 14.001. Porém, em função da necessidade de romper a barreira não-tarifária imposta aos produtos de origem florestal no mercado internacional, exigia-se um selo com apelo direto à origem do recurso florestal, e não à implantação de um sistema de gestão ambiental. Assim, entendeu-se que a divulgação ao público de uma certificação de gestão ambiental de organizações em geral, aplicável a qualquer setor, como seria o caso da ISO 14.001, não atenderia a esta demanda de mercado, no sentido de informar ao consumidor de forma clara a legalidade e os padrões socioambientais de gestão dos recursos.

⁷⁹ Meidinger, E.E. (2002), *Law making by Global Civil Society: The Forest Certification Prototype*. Paper prepared for the International Conference on Social and Political Dimensions of Forest certification, University of Freiburg, Germany, June 2001.

Este instrumento privado de gestão florestal teve no Brasil grande repercussão, atingindo mais de 3 milhões de hectares e 20 mil trabalhadores em 2010, entre unidades de manejo empresariais e associações comunitárias. No mundo todo o FSC atingiu a marca de 100 países e mais de 17 mil unidades de manejo florestal. Após 17 anos de sua criação os números mostram que o crescimento das áreas certificadas no mundo continua ocorrendo (quadro 6).

	2000	2006	2008	2010
Nº de membros	357	647	811	828
Nº de iniciativas nacionais	19	39	53	-
Organismos certificadores credenciados	5	16	19	23
Área florestal certificada (milhões ha)	24,4	82,6	105,4	135,4
FSC global sul ⁸⁰	6,1	41,4	52,6	-
FSC global norte	18,3	41,2	52,8	-
Certificados de manejo florestal	284	860	944	1.026
FSC global sul	94	432	483	-
FSC global norte	190	428	461	-
Certificados de cadeia de custódia ⁸¹	1.138	5.178	11.111	18.120
FSC global sul	323	1.554	2.582	-
FSC global norte	815	3.624	8.529	-

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC ENTRE 2000 E 2010.
 FONTE: ADAPTADO DE *FSC CERTIFICATE DATABASE*⁸² (2010).

No mundo todo o FSC havia certificado até 2010, 17.000 unidades de manejo florestal. Entre 2000 e 2010 houve um aumento no número de membros do FSC de 357 para 828. Os dados mostram que a certificação de manejo florestal conseguiu mercado primeramente nos países do norte, e que os números a partir de 2006 já mostravam um equilíbrio norte-sul entre florestas certificadas. A busca pelo equilíbrio norte-sul é um dos resultados esperados pela divisão geográfica da atuação FSC que visava o desenvolvimento igualitário das condições de manejo florestal e de mercado para a certificação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Segundo Siqueira (2005 p. 34) o significado da “guerra declarada” entre norte e sul representa também uma guerra corporativista, visto que não há como comparar as vantagens do sul para o estabelecimento de plantações florestais.

⁸⁰ As sub-câmaras de governança FSC Global Norte e Sul também se referem às categorias da OECD (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento): FSC Global Sul não inclui apenas aqueles países em desenvolvimento, mas também aqueles em transição da antiga União Soviética, enquanto que Austrália e Nova Zelândia encontram-se na sub-câmara FSC Global Norte, apesar de geograficamente localizadas no Hemisfério Sul (FSC, 2009).

⁸¹ Cadeia de beneficiamento do produto, desde a sua origem até o consumidor final.

⁸² <http://info.fsc.org/>

Neste sentido, entende-se que a distribuição norte-sul teria também o objetivo de evitar um forte *lobby* das empresas do norte do setor de papel e celulose no sentido de transformar a certificação em uma grande barreira não-tarifária para os produtos do sul.

Porém, em relação ao número de certificados de cadeia de custódia, que representam a circulação do produto de origem florestal certificada em todos os elos da cadeia produtiva – e por isso podem ser interpretados como a movimentação de mercado para a certificação, há uma diferença entre norte e sul ainda não superada e ampliada entre 2006 e 2008. Considerando as diferenças de escala e estrutura entre as economias dos países do norte e do sul, é provável que esta relação não se altere em curto prazo.

É interessante observar um reflexo do que foi citado anteriormente sobre o destaque da participação do Brasil no desenvolvimento dos padrões FSC. Em 2000 (quadro 5), já haviam florestas certificadas no país (as primeiras certificações no país datam de 1996), quando existiam no mundo todo apenas cinco organismos certificadores credenciados. Tais números ressaltam novamente a importante participação do país neste contexto.

Após 18 anos de sua criação os números mostram que o crescimento das áreas certificadas pelo FSC continua ocorrendo. Em fevereiro de 2012 os números mostravam 80 países com empresas certificadas e um total de 1.096 certificados para uma área aproximada de 150 milhões de hectares certificados no mundo (FSC, 2012a).

Independentemente da distribuição geográfica da certificação, o aumento no número de certificados emitidos pelo FSC demonstra uma resposta do mercado à iniciativa, mesmo sem uma garantia de sobrepreço de produtos com certificação. Em relação às exigências da ISO em se fazer reconhecer como um padrão formal, a evolução da certificação FSC mostra que, independentemente de sua ‘informalidade’ houve um reconhecimento da iniciativa pelo mercado. O que significa que outras questões, que não a formalidade de um padrão, contribuem para sua disseminação enquanto prática ambiental e enquanto requisito de boas práticas ambientais na cadeia de comercialização.

Uma pesquisa de mercado realizada pela Universidade de Bonn/ZEM (*Zentrum für Evaluation und Methoden*), contratada pelo FSC (FSC 2010) indicou que 92% das empresas consideram o FSC uma organização com credibilidade e

89,3% afirmam a intenção de manter seus certificados, sendo que 73% das empresas utilizam a marca FSC para propaganda. Porém, 16,5% afirmam já terem presenciado o uso indevido da marca.

Em relação à obtenção de sobrepreço para a comercialização de produtos madeireiros ou não-madeireiros certificados, fator importante para o posicionamento de mercado e sustentação da certificação como prática de governança setorial, 31% dos detentores de certificados de manejo florestal e 46% dos detentores de certificados de cadeia de custódia afirmaram ter atingido suas expectativas em obter um sobrepreço na venda de produtos certificados (FSC, 2010b), ainda que os resultados não detalhem qual era esta expectativa. Segundo May et al. (2005 p. 112) os sobrepreços pagos no mercado de certificação florestal são bem inferiores aos pagos por consumidores de produtos orgânicos.

Contudo, ainda na ausência de sobrepreço, a demanda por produtos certificados pode selecionar aqueles que permanecerão no mercado a partir do momento em que a certificação se torna um requisito do cliente para os fornecedores. Isto pode ser observado porque entre as razões econômicas para a certificação apontadas nessa pesquisa, os aspectos comerciais como o acesso a novos clientes e a manutenção dos atuais ficaram à frente dos aspectos financeiros como o aumento de receita ou redução de custos.

Segundo a FAO (2009), a certificação das florestas realizada por terceiros continuaria aumentando, ainda que a obtenção de um sobrepreço para os produtos certificados permanecesse como um desafio.

4.3.2 Atores sócio-políticos: a governança no sistema FSC

A governança no sistema FSC é realizada por três câmaras com igual distribuição de votos: uma câmara econômica, formada por produtores e empresas do setor florestal; uma câmara social, constituída por representantes de trabalhadores florestais e de comunidades tradicionais e indígenas; e uma câmara ambiental, formada por representantes de organizações não-governamentais ambientalistas. Além das organizações representando interesses econômicos, ambientais e sociais, representando cada uma 90% dos votos da respectiva câmara, é permitida a participação de membros individuais, estes respondendo por 10% dos

votos da câmara à qual pertence. Evidencia-se a representatividade de outros interesses na deliberação dos padrões através da participação das câmaras ambiental e social com 66,66% dos votos contra 33,33% de participação de interesses econômicos, sendo 50% do total de votos oriundos de países desenvolvidos e 50% de países em desenvolvimento (figura 5).

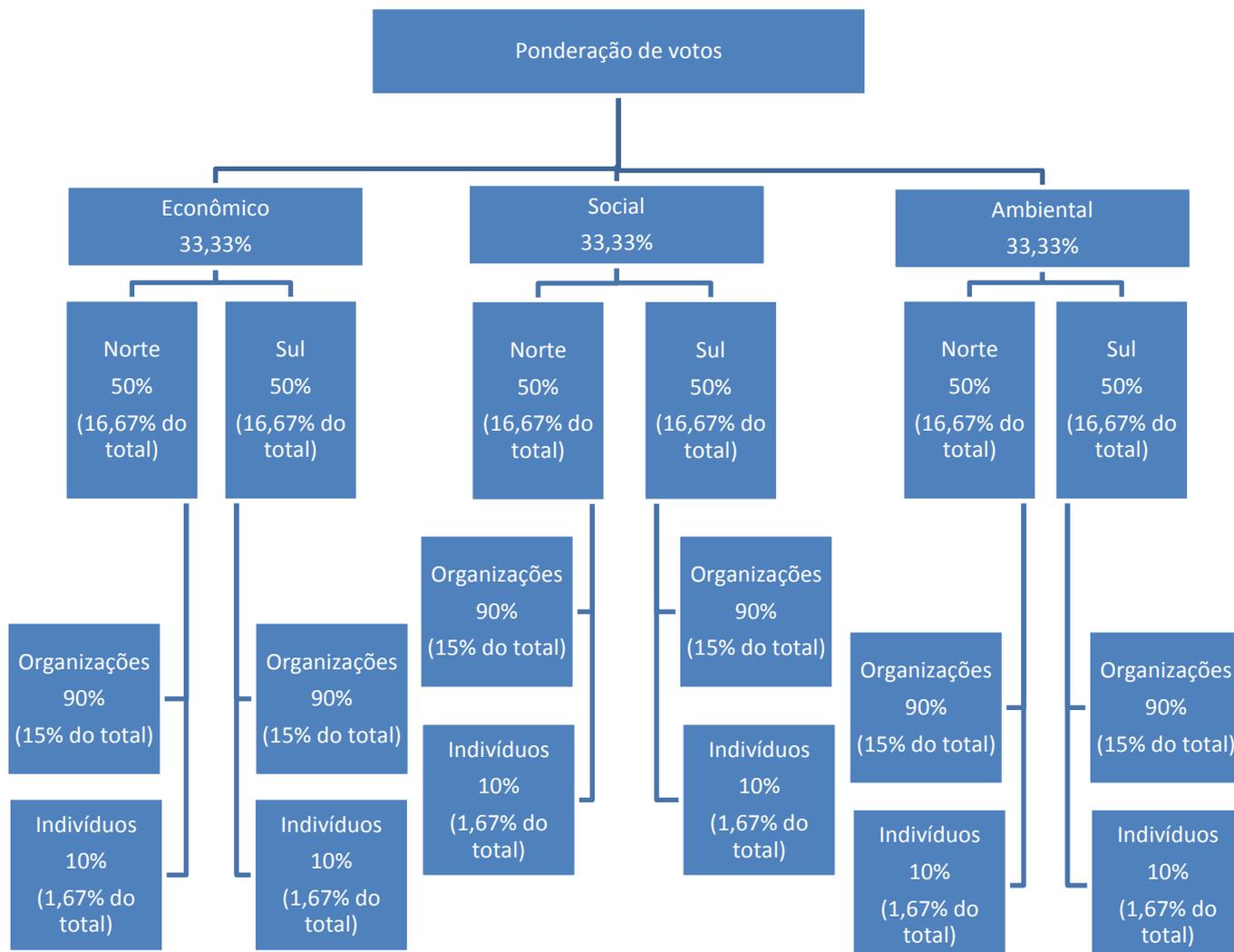


FIGURA 5 – PONDERAÇÃO DE VOTOS ENTRE AS CÂMARAS ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL NA GOVERNANÇA DO FSC.
 FONTE: ADAPTADO DE FSC (2011).

Enquanto, conforme observado no item anterior, o termo “partes interessadas” no sistema ISO se refere à indústria, aos consumidores e aos usuários que demandam a criação de seus Padrões, para a Certificação FSC o termo partes interessadas inclui representantes do movimento ambientalista e de comunidades afetadas pelas atividades de manejo florestal, como comunidades indígenas e tradicionais, representadas respectivamente pelas câmaras ambiental e social. Essas partes interessadas oriundas da sociedade civil representam dois terços dos votos na deliberação dos Padrões de certificação contra um terço do setor de

negócios, sendo que cada uma das três câmaras possui representação dos hemisférios Norte e Sul.

Nesse sentido, é possível observar que a governança do FSC, sob o ponto de vista político, coaduna em certo ponto com a teoria da ecossocioeconomia de Sachs, citada no capítulo 3, que faz parte de uma série de propostas reformistas do desenvolvimento econômico, refletindo entre outras coisas um debate mais profundo: a questão Norte-Sul. Este debate foi enfatizado durante a década de 1970 evidenciando a dicotomia de interpretação sobre meio ambiente e desenvolvimento, polarizando a visão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, chamados neste contexto de Norte e Sul sociológicos.

O sistema de certificação florestal FSC é apontado por Auld et al. (2008) como uma das iniciativas mais desenvolvidas para a rotulagem ambiental do mundo em relação à inclusão de interesses heterogêneos. Os ideais já apontados na literatura sobre este sistema abrangem a transparência, a inclusão de diferentes interesses e o envolvimento de uma ampla gama de atores no desenvolvimento dos padrões de certificação, rigor nos requisitos sociais e ambientais e independência nas auditorias (GULBRANDSEN, 2005).

Isto porque dentre os inúmeros instrumentos convencionais de gestão ambiental existentes, a certificação florestal FSC se diferenciou dos demais na última década especialmente em termos de governança (ROS-TONEN, 2004; GUILLERY et al., 2007; VISSEREN-HAMAKERS; GLASBERGEN, 2008 [2007]), possibilitando a participação equitativa de interesses ambientais, sociais e econômicos nas esferas de decisão sobre os critérios da gestão ambiental e social dos recursos florestais, conforme apresentado na figura 5.

Assim, a prioridade da certificação FSC recai principalmente sobre a participação nas definições sobre o manejo florestal a ser adotado, mais do que na conservação efetiva dos recursos propriamente dita, o que pode ser observado nas discussões do item seguinte. Desta forma, entende-se que o sistema de certificação FSC, pelo fato de se inserir na leitura socioambiental de mundo a respeito da crise ambiental global, se diferencia do sistema ISO – o qual estaria mais próximo da corrente do ambientalismo moderado com ênfase na técnica como proposta de solução aos problemas ambientais.

4.3.2.1 A elaboração dos Padrões

Os Padrões FSC são elaborados de acordo com os requisitos do Código de Boas Práticas para a Elaboração de Padrões Ambientais e Sociais da ISEAL – Aliança Global de Padrões Ambientais e Sociais (ISEAL, 2010), descrito anteriormente. E, por isso, apresentam diferenças processuais do sistema ISO em relação à participação social. O FSC é membro associado da ISEAL.

Porém, o documento de aprovação da última versão dos princípios e critérios do FSC (FSC, 2012) ressalta “o início de uma nova fase”, e anuncia que, a partir de agora, poderá envolver as partes interessadas no desenvolvimento de requisitos básicos. O que significa que, mesmo em sendo membro associado, há necessidades de melhoria a serem perseguidas para o envolvimento das partes interessadas, até mesmo porque o trabalho da ISEAL é dinâmico e os membros devem estar permanentemente buscando a atualização dos seus processos às exigências normativas.

Estes requisitos básicos aos quais as partes interessadas serão envolvidas se referem, segundo o documento citado do FSC, ao estabelecimento de indicadores genéricos de atendimento aos princípios e critérios. Assim, entende-se que, as partes interessadas serão envolvidas na definição direta dos requisitos, com um engajamento dos representantes de cada câmara no estabelecimento de indicadores, e não apenas em sua aprovação ou revisão futura por meio de consultas públicas.

4.3.3 Padrões de Certificação FSC

Os Padrões de Certificação FSC foram analisados a partir de dois documentos: FSC-STD-01-001 V4-0(FSC, 2010a) EN e FSC-STD-01-001 V5-0 (FSC, 2012b) D4-9. O primeiro traz a primeira versão dos Padrões FSC com seus princípios e critérios, aprovada em novembro de 1994. Este documento sofreu alterações em 1996 (Ratificação do Princípio 10 – Plantações Florestais) e em 1999 (Ratificação do Princípio 9 – Florestas de Alto Valor para a Conservação) e modificações menores em 2002. Porém, a primeira revisão completa de todos os princípios e critérios iniciou-se em janeiro de 2009 e foi aprovada em 2012. Os resultados desta revisão encontram-se no segundo documento analisado.

A análise dos Padrões FSC visou identificar conjuntamente os seus principais paradigmas, além de permitir uma comparação entre as duas versões (quadro 7) e a elaboração de algumas inferências sobre o significado das modificações realizadas. A estrutura dos Padrões obedece a hierarquia de princípios e critérios. Os princípios são apresentados no quadro 7 e seus critérios (FSC, 2012b) são discutidos a seguir.

PRINCÍPIOS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC				
Nº	FSC-STD-01-001 V4-0 EN		FSC-STD-01-001 V5-0 D4-9	
	Título	Texto	Título	Texto
1	Obediência às Leis e aos princípios do FSC	O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os princípios e critérios do FSC.	Obediência às Leis	A Organização deve respeitar todas as leis, regulações e tratados internacionais, convenções e acordos ratificados pelo país aplicáveis.
2	Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra	Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.	Direito dos trabalhadores e condições de trabalho	A Organização deve manter ou elevar o bem-estar social e econômico dos trabalhadores
3	Direitos dos Povos Indígenas	Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.	Direitos dos povos indígenas	A Organização deve identificar e apoiar os direitos legais e costumários de propriedade, manejo e uso das terras, territórios e recursos afetados pelas suas atividades de manejo
4	Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores	As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.	Relações comunitárias	A Organização deve contribuir para a manutenção e melhoria do bem-estar social e econômico das comunidades locais.
5	Benefícios da Floresta	As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.	Benefícios da floresta	A Organização deve manejar eficientemente a variedade de múltiplos produtos e serviços da floresta unidade de manejo para manter ou elevar sua viabilidade econômica de longo prazo e a variedade de benefícios ambientais e sociais
6	Impacto Ambiental	O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.	Valores e impactos ambientais	A Organização deve manter, conservar, e/ou restaurar os serviços ecossistêmicos e valores ambientais da unidade de manejo, e deve evitar, reparar ou mitigar impactos ambientais negativos
7	Plano de Manejo	Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.	Planejamento do Manejo	A Organização deve possuir um plano de manejo consistente com suas políticas e objetivos e proporcional à escala, intensidade e risco de suas atividades de manejo. O plano de manejo deve ser implementado e mantido atualizado com base em

				informações de monitoramento para promover o manejo adaptativo. A documentação de planejamento e procedimentos associados deve ser suficiente para orientar o pessoal envolvido, informar as partes interessadas e justificar decisões de manejo
8	Monitoramento e Avaliação	O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.	Monitoramento e avaliação	A Organização deve demonstrar que, o progresso em atingir os objetivos do manejo, os impactos das atividades de manejo, e as condições da unidade de manejo, são monitorados e avaliados proporcionalmente à escala, à intensidade e ao risco das atividades de manejo, de forma a implantar um manejo adaptativo
9	Manutenção de florestas de alto valor de conservação ⁸³	As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.	Altos valores para a conservação	A Organização deve manter e/ou elevar os Altos Valores para a Conservação na unidade de manejo por meio da aplicação da abordagem de precaução
10	Plantações ⁸⁴	As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os princípios e critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.	Implementação de atividades de manejo	Atividades de manejo conduzidas pela ou para a Organização para a unidade de manejo devem ser selecionadas e implementadas de forma consistente com as políticas e objetivos econômicos, ambientais e sociais da Organização, e em conformidade com os princípios e critérios coletivamente

QUADRO 7 - COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DO FSC – VERSÕES 1994 E 2012.

FONTE: A AUTORA (2012). ELABORADO A PARTIR DE FSC (2010a; 2012b).

⁸³ Ratificado pelos membros e pelo Conselho Diretor em 1999.

⁸⁴ Ratificado pelos membros e pelo Conselho Diretor em 1996.

A exigência e a verificação do atendimento a requisitos mandatórios fazem parte deste instrumento voluntário privado para a gestão ambiental, o que pode ser observado pelo fato dos Padrões internalizarem o atendimento legal ao processo de certificação em seu Princípio 1. Em relação ao Padrão ISO, o FSC se diferencia neste sentido ao exigir também que a organização respeite os acordos, tratados e convenções das quais o país seja signatário. Esta exigência permite que temas em pauta de acordos internacionais sejam auditados, ainda antes de sua internalização no sistema jurídico nacional.

Traçando um paralelo com a questão da governança, é interessante observar que, além do Princípio 1, os Princípios 2, 3 e 4 da primeira versão dos Padrões FSC, e os Princípios 2 e 3 da versão mais recente, vinculam-se diretamente a questões de governança pública, ou seja, estão relacionados a questões mandatórias e de comando do Estado (obediência às leis, direito de uso da terra, direito dos trabalhadores e direitos dos povos indígenas).

Os critérios do Princípio 1 visam garantir o atendimento da legislação já existente e aplicável à organização. Observa-se desta forma o interesse do instrumento em se fazer cumprir o que já foi estabelecido pelo Estado, constituindo um controle de um instrumento de comando e controle. Em relação a requisitos relacionados a estes instrumentos, qualquer certificação internacional que exija a verificação de seu cumprimento pode recair em dois problemas: o primeiro seria a diferenciação de níveis de exigência de desempenho entre operações em países com maior ou menor avanço técnico e estrutural do seu sistema jurídico; e o segundo diz respeito a diferentes níveis de corrupção entre os países que possam fazer com que evidências legais para fins de auditoria sejam fraudadas. Visando atacar este segundo problema, o FSC inseriu em sua nova versão, diretamente na forma de um critério, a necessidade de evidências de compromisso da organização auditada contra a corrupção (critério 7), tema que fazia parte de uma das políticas da instituição:

“1.8 A Organização deve demonstrar um compromisso sobre não dar ou receber suborno em dinheiro ou outras formas de corrupção e deve se comprometer com a legislação anti-corrupção onde ela exista. Na ausência desta legislação, a Organização deve implementar outras medidas anti-corrupção proporcionais à escala e intensidade de seu manejo, e ao risco de corrupção”.

Em relação aos direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais (Princípios 3 e 4), ao trazer critérios relacionados, por exemplo, à proteção de direitos costumeiros⁸⁵, acredita-se que a intenção do FSC está em estabelecer indicadores que representem uma garantia do respeito à diversidade cultural, visto que determinados projetos podem implicar em perdas neste sentido ainda que todos os instrumentos de comando sejam obedecidos.

Assim, a certificação visa garantir um nível mínimo de desempenho das condições ambientais, sociais e econômicas da produção florestal, e salvaguardá-lo de possíveis autorizações legais que permitam sua flexibilização em determinados projetos. Qualquer conflito entre o atendimento da legislação e o cumprimento de um critério da certificação deve ser resolvido pelo FSC, o que novamente denota a implicação dos Padrões privados na governança sobre práticas de produção.

Quanto às condições de trabalho, o Princípio 2 se refere ao atendimento da legislação trabalhista e das Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ao cumprimento de acordos e convenções de trabalho, quando aplicáveis, e ao pagamento de um salário no mínimo compatível com os praticados pela indústria florestal. Também se exige da organização certificada pelo FSC que se estabeleça um mecanismo para a resolução de queixas, em conjunto com os trabalhadores.

Os critérios para o Princípio 3 – Direitos dos Povos Indígenas estabelecem que a Organização deve obrigatoriamente: a) identificar povos indígenas que podem ser afetados pelas atividades de manejo florestal (critério 3.1); b) identificar seus direitos de posse, de acesso e de uso da terra, seus direitos e obrigações legais e costumeiras, os sítios de especial interesse cultural, religioso, econômico, espiritual ou ecológico, contando com o engajamento⁸⁶ destes povos (critérios 3.1, 3.2 e 3.5); c) reconhecer e apoiar o seu direito de proteger e utilizar seus conhecimentos tradicionais, e compensá-los pelo uso deste conhecimento, garantindo o

⁸⁵ Direitos que resultam de uma série de ações habituais ou costumeiras, repetidas constantemente, que tenham adquirido força de lei dentro de uma unidade geográfica ou sociológica (2010a). Segundo Peluso e Vandergeest, 2001 (apud FSC 2012b) um conjunto de direitos costumeiros inter-relacionados podem ser reconhecidos como uma lei costumeira que, em algumas jurisdições apresentam poder de lei estatutária. Porém, não foi objetivo deste trabalho a interpretação de cada um dos critérios de certificação à luz do Direito.

⁸⁶ Processo pelo qual a organização comunica, consulta e/ou provê para as partes interessadas garantia de que suas preocupações, desejos, expectativas, necessidades, direitos e oportunidades são considerados no estabelecimento, implementação e atualização do plano de manejo (FSC 2012b).

“consentimento livre, prévio e informado⁸⁷” (critério 3.6); d) reconhecer e elevar seus direitos legais e costumários de forma a manter o controle sobre as atividades de manejo na extensão necessária à proteção de seus direitos, recursos, terras e territórios (critério 3.2), e) identificar áreas onde há contestação sobre estes direitos (critério 3.1).

Os critérios relacionados ao princípio de Relações Comunitárias são muito semelhantes aos critérios estabelecidos para as relações com os povos indígenas, como a identificação das comunidades afetadas; à necessidade de engajamento da comunidade na definição e implementação de práticas estabelecidas que visem o atendimento ao princípio; à necessidade de “consentimento livre, prévio e informado” para a utilização de conhecimento tradicional; à identificação conjunta de sítios de interesse religioso, espiritual, cultural ou econômico.

Uma inovação na redação destes dois princípios da primeira para a segunda versão do documento foi a inserção da necessidade de engajamento dos povos indígenas e das comunidades nas ações para atendimento dos seus critérios. A versão anterior possibilitava que a organização estabelecesse os seus planos para atender os princípios, sem o envolvimento das partes interessadas. A nova versão, que prevê o engajamento das comunidades e dos povos indígenas nestas ações, foi deliberada com aprovação de 78%, 61% e 86% das câmaras econômica, ambiental e social (FSC 2012), respectivamente, mostrando o apoio da câmara social às alterações realizadas e que vieram a atender uma série de demandas desta câmara (BOWLING⁸⁸ 2003 apud FSC 2009) quanto ao preenchimento de lacunas apontadas na primeira década de certificação.

Os princípios 5 e 10 são os mais importantes princípios do FSC em termos técnicos da atividade florestal, madeireira e não-madeireira. São estes princípios que tratam especificamente de aspectos relacionados ao manejo florestal. Estes

⁸⁷ O uso do termo “consentimento livre, prévio e informado” (Free, Prior and Informed Consent) pelo FSC tem como base sua definição pela Comissão de Direitos Humanos, Sub-Comissão de Promoção e Proteção de Direitos Humanos, 22ª sessão do Grupo de Trabalho em Populações Indígenas de julho de 2004, a qual vem subsidiando decisões da Convenção da Diversidade Biológica em relação ao tema de Acesso e Repartição de Benefícios (*ABS – Access and Benefit Sharing*) do uso de recursos da biodiversidade. Trata-se de uma condição legal segundo a qual se assume que uma pessoa ou comunidade consentiu de forma livre, de posse de todas as informações necessárias, e consciente de suas interpretações e implicações, com determinada ação, antes que ela se efetivasse. O termo já era utilizado na primeira versão dos Padrões (*Free and informed consent*), mas foi enfatizado e referenciado em sua revisão.

⁸⁸ Bowling, Jill. Community level participation of workers in forest certification: does it work? In: Meidinger, E., C. Elliott, and G. Oesten (Ed.). “Social and political dimensions of forest certification”. 2003. Remagen-Oberwinter, Germany: Dr. Kessel. pp.63-82.

princípios eram chamados na primeira versão do documento de “Benefícios da Floresta” e “Plantações”⁸⁹.

Como resultado das discussões e sugestões recebidas ao longo dos últimos anos, a versão revisada dos Padrões e aprovada em 2012, não contem o termo “plantações” em seu Princípio 10, cujo título foi alterado para “Implementação de atividades de manejo”, apresentando um caráter mais abrangente, com aplicação ao manejo tanto de áreas naturais quanto ao manejo de plantações florestais. Esta revisão evidencia uma pressão sofrida pelo FSC em relação ao seu apoio às plantações florestais que, conforme menciona Siqueira (2005), existiu desde o surgimento do FSC. Isto porque as inúmeras discussões e controvérsias a respeito dos impactos das plantações florestais são motivo de dissenso entre as câmaras social e ambiental e econômica.

Em relação ao Princípio 5 – “Benefícios da floresta”, o FSC aborda a necessidade de se garantir a eficiência no manejo dos recursos florestais para manter em longo prazo a viabilidade econômica do empreendimento. Este Princípio contempla tanto questões sócio-econômicas, quanto questões de economia ecológica e de economia ambiental⁹⁰.

Do ponto de vista sócio-econômico, o princípio exige o comprometimento da organização com o desenvolvimento através da obrigatoriedade do processamento local dos produtos, visando a geração de emprego e renda na localidade onde o empreendimento está instalado. Caso a localidade não apresente condições para que isto ocorra, a Organização deve empreender esforços para providenciá-las (critério 5.4); e a economia local deve ainda ser fortalecida por meio da produção de benefícios e produtos diversificados com base na variedade de recursos e serviços ecossistêmicos⁹¹ (critério 5.1).

⁸⁹ Segundo Siqueira (2005 p. 34), desde a Assembleia de Fundação do FSC em 1993 as discussões sobre plantações vinham se tornando mais freqüentes, representando um dos pontos mais delicados da certificação. A primeira versão dos padrões não as incluía e houve a necessidade de se criar um novo princípio para inserir o tema, ratificado apenas em 1996.

⁹⁰ Ver glossário. Segundo os Padrões FSC, externalidades são os impactos positivos e negativos nas partes interessadas que não estejam diretamente envolvidas nas atividades, ou em um recurso natural ou no meio ambiente, os quais usualmente não compõem os sistemas de contabilidade de custos padrão, de forma que os preços de mercado não refletem todos os custos ou benefícios da produção.

⁹¹ O FSC utiliza como referência para o termo serviços ecossistêmicos a Síntese da Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005): os benefícios obtidos pelas pessoas a partir dos ecossistemas, o que inclui: a. serviços de provisão, como alimento, produtos florestais e água; serviços de regulação, como regulação de enchentes, secas, da qualidade do ar, do clima e de

Do ponto de vista da economia ecológica, exige-se que os produtos e serviços da unidade de manejo sejam explorados no nível ou em níveis menores do que aqueles que possam ser permanentemente sustentados (critério 5.2). Este é o único critério (5.2) que trata diretamente da sustentabilidade do recurso florestal ao longo do tempo.

Em relação à economia ambiental, o critério 5.3 exige que a organização demonstre que externalidades positivas e negativas das operações sejam incluídas nos planos de manejo. A inclusão do termo externalidade também foi uma inovação na revisão dos Padrões, assim como o termo “serviços ecossistêmicos” (critério 5.1), o qual também não aparecia na sua primeira versão. Externalidades, para o FSC, são os impactos negativos e positivos das atividades sobre partes interessadas não diretamente envolvidas nas atividades de manejo ou sobre recursos naturais ou sobre o ambiente, os quais não compõem os sistemas de contabilidade, de forma que os preços praticados no mercado não reflitam de forma integral e completa estes impactos. Conceito este que caracteriza a economia ambiental.

No Princípio 10 – “Implementação de atividades de manejo”, o FSC traz critérios gerais para atividades de manejo em áreas naturais ou em plantações. As diretrizes para o manejo de áreas naturais envolvem a regeneração da área após a colheita e o uso de espécies ecologicamente bem adaptadas, utilizando sempre espécies e genótipos locais para a regeneração (critérios 10.1 e 10.2).

Critérios aplicáveis às plantações florestais envolvem a proibição de material geneticamente modificado (critério 10.3); o uso de espécies exóticas apenas quando comprovado que o potencial invasivo pode ser controlado e medidas de controle foram implementadas (critério 10.4); evitar ou eliminar o uso de produtos químicos (critério 10.7); evitar ou eliminar o uso de fertilizantes (critério 10.6);

O critério 10.7 enfatiza que a organização certificada não pode utilizar produtos químicos proibidos pelo FSC (Política FSC). Destaca-se aqui, novamente, a governança privada estabelecida pela instituição, uma vez que a lista não se restringe às regulamentações já existentes e definidas, por exemplo, pela Organização Mundial da Saúde.

Observa-se que vários critérios técnicos ambientais relacionados às atividades florestais e seus processos, os quais se encontravam no Princípio 6 da versão anterior, encontram-se agora no Princípio 10, ou seja, o controle dos impactos ambientais foi integrado como parte das atividades de manejo, como a necessidade de evitar impactos na água e no solo, a preferência pelo uso de espécies nativas, a proibição de uso de organismos geneticamente modificados e a necessidade de eliminar ou reduzir o uso de químicos.

Nos Princípios 6 e 10 da nova versão dos padrões aparece novamente um novo termo para a certificação: valores ambientais⁹².

10.11. A Organização deve manejar as atividades associadas com a colheita e extração de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros de forma que os valores ambientais sejam conservados, os resíduos reduzidos e os danos a outros produtos e serviços sejam evitados.

A diversidade biológica aparece novamente nos Princípios 6 e 9. O Princípio 6 – “Valores e impactos ambientais” menciona que a Organização deve proteger espécies raras e ameaçadas e os seus habitats no interior da unidade de manejo, por meio de “zonas de conservação” e “áreas de proteção”, e que a organização deve considerar os requisitos ecológicos e geográficos dessas espécies fora dos limites da unidade de manejo para o estabelecimento de medidas de proteção no seu interior (critério 6.4). Observa-se aqui que o FSC criou dois termos técnicos específicos para a certificação, visando evitar conflitos com os termos “unidades de conservação” e “áreas protegidas”, os quais fazem parte do arcabouço legal de muitos países.

Ainda em relação à conservação, o FSC estabelece que a organização deve também identificar e proteger ou restaurar amostras do ecossistema nativo da unidade de manejo florestal. Quando estas amostras não mais existem na unidade de manejo, uma proporção da área deve ser destinada para este fim (critério 6.5). Porém, a proporção não é especificada. Orienta-se somente que o tamanho da área deve ser proporcional ao *status* de conservação e aos valores do ecossistema no nível da paisagem, e à escala, intensidade e riscos das atividades de manejo.

Os critérios mais objetivos do FSC em relação à conservação da biodiversidade exigem que a organização efetivamente mantenha a ocorrência de espécies e genótipos nativos e previna a perda de diversidade biológica dentro da

⁹² Valores ambientais para o FSC são um conjunto de elementos dos ambientes biofísico e humano, que incluem as funções ecossistêmicas (incluindo o seqüestro de carbono), a diversidade biológica, os recursos hídricos, os solos, a atmosfera, os valores de paisagem (incluindo valores culturais e espirituais).

unidade de manejo (critério 6.6); e impede a certificação de plantações oriundas da conversão de ecossistemas nativos (critério 6.9) e implantadas após novembro de 1994, ou seja, da data de aprovação da primeira versão de seus Padrões.

É interessante observar a inclusão do termo genótipos nativos, além das espécies nativas, nesta versão atualizada dos Padrões, o que provalmente reflete a visibilidade dada nos últimos anos ao conceito de biodiversidade segundo a Convenção da Diversidade Biológica, que deu visibilidade à inclusão da variabilidade de genes no conceito.

O princípio do FSC que trata especificamente da conservação, o Princípio 9, criou um novo termo, o qual vem sendo utilizado em outros fóruns da conservação internacional e que foi internalizado pelo Pnuma (2011). O Princípio 9 do FSC é responsável pela criação do termo “Altos Valores para a Conservação” ou HCV (*High Conservation Values*). O termo foi desenvolvido pela organização americana *Pro-Forest*, a pedido do FSC, visando a definição de critérios objetivos que possibilitassem auditar o atendimento desse princípio que, estabelecia a necessidade de manter atributos de alto valor para a conservação, mas, não definia o que eram estes valores de alta importância. O termo apareceu pela primeira vez em 1999 e estabelece seis tipos de valores que caracterizam uma determinada área com potencial relevante para a conservação:

HCV1. Diversidade de espécies: áreas contendo concentração significativa de valores relativos à biodiversidade em nível global, regional ou nacional (ex: endemismo, espécies ameaçadas, refúgios de biodiversidade).

HCV2. Nível de paisagem: áreas extensas, em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional, onde populações viáveis da maioria, ou de todas as espécies naturais ocorrem em padrões naturais de distribuição e abundância.

HCV3. Ecossistemas e habitats críticos: áreas situadas dentro de, ou que contenham ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção.

HCV4. Serviços ecossistêmicos críticos: áreas que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas (ex.: proteção de bacias hidrográficas, controle de erosão).

HCV5. Necessidades das comunidades: áreas essenciais para suprir as necessidades básicas de comunidades locais (ex: subsistência, saúde).

HCV6. Valores culturais: áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades).

Observa-se assim que mesmo quando trata especificamente de conservação o FSC insere elementos sociais e culturais nas suas definições.

A importância política da criação e visibilidade adquirida pelo termo HCV pode ser observada a partir da criação de uma rede mundial estabelecida por um grupo de organizações que utilizam esta abordagem. A rede inclui ONGs, agências

de desenvolvimento internacional, como o Pnuma, produtores, certificadores de produtos florestais, entre outras instituições, e visa “manter e aprimorar valores ambientais e sociais das florestas e outros ecossistemas como parte do uso do solo responsável, bem como avançar na definição de estratégias locais para o manejo” (HCV, 2011).

Os Princípios 7 e 8, “Planejamento do Manejo” e “Avaliação e Monitoramento” são focados, conforme indicam seus títulos, às atividades da gestão propriamente dita, sendo assim em termos de conceito, os mais próximos do sistema ISO. A diferença neste caso é que o FSC exige que um resumo do plano de manejo seja disponível ao público.

A partir da análise do seu histórico, do seu sistema de governança e do conteúdo dos seus Padrões, foi possível caracterizar a certificação FSC como uma certificação de caráter socioambiental, apresentando potencial para inserir elementos ecológicos e sociais no manejo realizado pelo setor florestal em relação ao sistema de gestão ambiental ISO. A existência de três princípios dedicados às questões sociais, o viés multicultural identificado nos critérios do Princípio 3, além da dedicação de um terço da sua governança à câmara social, denota a presença de ideais do socioambientalismo como característica fundante desta iniciativa.

Neste sentido, é importante enfatizar que este sistema se destaca também pela intencionalidade de direcionar esforços para a definição e apoio estratégico a áreas com prioridade global em credibilidade, equidade, acesso ao mercado e fortalecimento da rede FSC. Assim, a inclusão das pequenas propriedades no mercado das certificações é um aspecto-chave deste programa.

Para este fim, o FSC desenvolveu uma linha específica de Políticas Sociais. O programa de Políticas Sociais do FSC é uma estratégia para viabilizar os objetivos da iniciativa voltados ao aumento dos benefícios da certificação para os pequenos produtores e para as operações de manejo florestal de baixo impacto (SLIMF: *small and low intensity mangement forestry*), bem como para operações florestais de base comunitária.

Outros aspectos-chave deste programa estão relacionados às questões de certificação relacionadas aos trabalhadores florestais e aos povos indígenas. O FSC vem informando em seu website que o Programa de Políticas Sociais está atualmente implementando vários projetos e novas iniciativas políticas relacionadas a estas áreas focais.

Porém, ao analisar as diferentes trajetórias das certificações da agricultura ecológica⁹³ e florestal em relação às suas posturas ideológicas, Bulhões (2001) destaca o fato de que a certificação florestal não constitui um sistema alternativo propriamente dito, mas se insere no modelo dominante, visando provocar a mudança de práticas e atitudes a partir do diálogo e da participação.

Sendo assim, diferentemente de outras iniciativas socioambientais para a certificação, como é o caso das certificações alternativas fundamentadas pela economia solidária, o fato da certificação FSC buscar ideais socioambientais e ao mesmo tempo se inserir na estrutura econômica dominante de mercado, pode caracterizá-la como um sistema politicamente híbrido.

Contudo, a internalização de novos termos na versão dos Padrões revisada e aprovada em 2012, como “serviços ecossistêmicos”, “valores ambientais” e “externalidades”, sinaliza para uma releitura e atualização do posicionamento econômico e ambiental da iniciativa no mercado.

4.4 A Certificação LIFE (*Lasting Initiative for Earth*)

4.4.1 Histórico

Vinte anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a preocupação com a perda de áreas naturais e com as taxas de extinção de espécies continuava presente nas discussões ambientais e culminou com a assinatura da Convenção da Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. A Convenção⁹⁴ foi o instrumento que estabeleceu os três objetivos ambientais globais de conservação por meio de um acordo internacional: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos da biodiversidade e a repartição de

⁹³ Um exemplo de certificação agroecológica com base na economia solidária seria a Rede Ecovida. Neste sistema parte-se do princípio da confiança entre os produtores o qual resulta em um sistema de certificação auto-governado, ou seja, no qual não há a participação de auditores independentes; os “auditores”, que não adotam este termo, são os próprios participantes da rede, que se “auto-gestiona” sem a participação de uma terceira parte. A partir das redes de relações de confiança estabelecidas entre si, os produtores associados desempenham o papel de monitorar o atendimento aos requisitos mínimos para a certificação. Fonte: debates realizados durante a Oficina IV (2009) com o Grupo da Crise Alimentar – MADE/Doutorado Turma VIII.

⁹⁴ Ato multilateral resultante de Conferências Internacionais que versam sobre assuntos de interesse geral.

benefícios do uso destes recursos. As discussões sobre o acordo iniciaram em 1991, sendo adotada pelos países durante a CNUMAD em 1992, embora o instrumento tenha entrado em vigor apenas em 1993.

Porém, desde o ano 2000, ainda se perdem seis milhões de hectares de florestas primárias a cada ano no mundo (IUCN, 2012). No Brasil, entre 2002 e 2008, o registro de supressão de área da Mata Atlântica ainda era de 2.742 km² (MMA/IBAMA, 2010a); de 85.074,87 km² de Cerrado (MMA/IBAMA, 2009); de 16.576 km² da Caatinga; de 4.412 km² do Pantanal; e de 2.179 km² do Pampa (MMA/IBAMA, 2010b, 2010c, 2010d), ou seja, perdas de 274.200 ha, 8.507.400 ha, 1.657.600 ha, 441.200 ha e 217.900 ha, respectivamente. Considerando que os números só foram possíveis de serem obtidos porque o governo ampliou o monitoramento do desmatamento por satélite, acredita-se que os números sejam ainda maiores.

Estima-se que no mundo todo, a ação humana vem acelerando o ritmo de extinção de espécies de mil a 10 mil vezes em relação às taxas naturais. De 59.507 espécies já identificadas, 19.265 estão ameaçadas de extinção, o que significa que o homem leva espécies à extinção antes mesmo de conhecê-las (IUCN, 2012). A perda global de áreas naturais e suas conseqüências para o bem-estar humano foi objeto de um estudo realizado por um grupo de centenas de especialistas ao redor do globo, que elaborou um relatório conhecido como Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA, 2005). O estudo alertou para o fato de que o planeta estava atingindo um grau irreparável de danos ambientais, com 60% dos ecossistemas degradados ou utilizados de forma insustentável, evidenciando que o pior momento desta degradação ocorreu nos últimos 50 anos.

Entre as principais conseqüências da perda de biodiversidade, no sentido amplo do termo estariam a alteração do clima, o surgimento de novas doenças e a perda de qualidade da água. Em relação ao bem-estar humano, o estudo indicou que, por maiores que tenham sido os benefícios obtidos pela espécie humana nos últimos 50 anos, a degradação ocorrida no planeta poderia reverter este quadro nos próximos 50 anos. Mas, segundo a conclusão dos especialistas, tal situação ainda poderia ser revertida, sendo necessária uma mudança de visão em relação à natureza, que deve ser entendida como um bem limitado. Ou seja, indicadores econômicos ou de gestão não efetivamente comprometidos com a manutenção dos

recursos físicos e biológicos não seriam suficientes para conter a degradação ambiental e suas conseqüências para o bem-estar humano.

Assim, após três décadas do desenvolvimento dos primeiros instrumentos de comando e controle, a biodiversidade voltou a ocupar espaço nas discussões internacionais e passou a ser contemplada de forma mais direta por diferentes iniciativas e ferramentas voltadas às empresas.

Ao resgatar as origens da participação empresarial nas discussões que envolvem a questão da biodiversidade, em 2006, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS) reconheceu e documentou sua preocupação com a escassez de recursos (*Earthwatch Institute, 2006*), a partir dos resultados da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM⁹⁵), embora com ênfase na escassez de matéria-prima e conseqüente risco operacional aos negócios.

Esses debates sobre a conservação da biodiversidade e sua inclusão em instrumentos privados de gestão ambiental, foram inseridos no contexto internacional de visibilidade da crise da biodiversidade, que repercutiu no ambiente privado por intermédio de uma linha estratégica denominada Negócios e Biodiversidade. Esta linha estratégica parte do pressuposto da necessidade de se reconhecer a dependência que as empresas apresentam em relação aos ecossistemas.

A linha estratégica “Negócios e Biodiversidade” está vinculada ao Artigo 11 da CDB, que trata de incentivos às Partes:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, adotar medidas econômica e socialmente racionais que sirvam de incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica.

Em 2007, o estudo denominado “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade” – (TEEB – *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*), elaborado em sua primeira versão em 2007, ganhou também visibilidade internacional. O estudo foi lançado pela Alemanha e Comissão Europeia em resposta a uma proposta dos Ministérios de Meio Ambiente do G8+5 para desenvolver um estudo global sobre os efeitos da perda da biodiversidade sobre e economia. Este estudo foi conduzido pelo Pnuma com o objetivo de orientar

⁹⁵ Lançada pelo Secretário General das Nações Unidas, Kofi Annan, em junho de 2001 e finalizada em março de 2005, a AEM fornecerá informações científicas à Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção sobre Combate à Desertificação, Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas e à Convenção sobre Espécies Migratórias, assim como a múltiplos usuários no setor privado e na sociedade civil.

respostas políticas práticas para a crescente evidência dos impactos da perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (TEEB, 2009).

Posteriormente, em 2008, o Pnuma divulgou um alerta para a crise dos 3 *Fs* (*financial, fuel, food*): crise financeira, crise de combustíveis e crise alimentar, decorrentes do que seria a maior crise do sistema econômico capitalista desde a Grande Depressão da década de 1930, e lançou uma nova estratégia através da iniciativa global denominada Economia Verde, aliada à iniciativa do TEEB. Esta iniciativa, financiada pelo governo da Noruega, teve o objetivo de comunicar um plano global para uma revolução verde industrial através do investimento em uma nova geração de recursos: infra-estrutura ambiental; tecnologias limpas; energia renovável; produtos e serviços da biodiversidade (incluindo produtos orgânicos); gestão de resíduos e tecnologias de mitigação; cidades verdes (habitat do futuro para a humanidade) (Pnuma, 2008).

Enquanto isto no Brasil, se antecipando a estas mesmas preocupações locais e globais da crise, era gestado um novo instrumento internacional para a gestão ambiental empresarial, com ênfase na conservação da biodiversidade, vindo a se tornar o primeiro Padrão global desenvolvido para fins de conservação vinculado a um sistema de certificação voluntária independente, a Certificação LIFE. Uma análise crítica dos mecanismos privados de gestão ambiental existentes até o momento indicava o distanciamento dos mesmos em relação ao tema da conservação da biodiversidade, apesar da premente necessidade de conter a degradação dos ecossistemas remanescentes. Assim, após uma série de discussões entre organizações historicamente comprometidas com a conservação, e grupos de especialistas, foi criado no Brasil o Instituto LIFE em 2009, na cidade de Curitiba.

Desta forma, o surgimento do Instituto LIFE e da Certificação LIFE ao final da primeira década do século XXI, remonta suas origens neste contexto de evidência da crise da biodiversidade, como um instrumento de mercado voltado a definir diferenciais estratégicos para os negócios; porém, aliando a gestão ambiental tradicional à necessidade premente de conservação dos recursos da biodiversidade existentes ou remanescentes. É importante enfatizar que o surgimento desta ferramenta no Brasil reforça novamente o papel do país nas discussões ambientais internacionais e sua participação em instrumentos privados com inovação participativa.

A iniciativa surgiu com o objetivo de construir um elo entre a gestão ambiental convencional, focada em aspectos internos da organização e institucionalizada pelo sistema ISO 14001, e a conservação dos ecossistemas naturais. Paralelamente, a certificação LIFE visava a criação de um mecanismo de aplicação pragmática e direta dos objetivos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) às lógicas ambientais empresariais, somando desta forma, aos objetivos iniciais da criação do instrumento, a repartição dos benefícios oriundos de recursos da biodiversidade.

Quatro organizações foram as idealizadoras deste movimento: duas organizações brasileiras sem fins lucrativos, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS); uma organização não-governamental para o desenvolvimento sustentável da América Latina: a Fundação Avina; e uma empresa privada paranaense: a Gráfica e Editora Posigraf, do Grupo Positivo (LIFE 2010).

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza é uma organização sem fins lucrativos cuja missão é promover e realizar ações de conservação da natureza. Criada em 1990, a instituição é resultante de uma política de investimento social privado de O Boticário, e nasceu do desejo do fundador da empresa de empreender ações em prol da preservação da natureza. A atuação da Fundação Grupo Boticário é nacional, e suas ações incluem proteção de áreas naturais, apoio a projetos de outras organizações e sensibilização da sociedade para a causa conservacionista.

A Fundação Avina foi criada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny⁹⁶, e é mantida pelo VivaTrust, fideicomisso⁹⁷ criado pelo mesmo empresário. A Fundação Avina é uma organização com a missão de “contribuir para o desenvolvimento sustentável da América Latina fomentando a construção de vínculos de confiança e alianças frutíferas entre líderes sociais e empresariais, e articulando agendas de ação consensuadas” (FUNDAÇÃO AVINA, 2011) e que atua em quatro áreas prioritárias: equidade de oportunidades; governabilidade

⁹⁶ Empresário responsável pela criação do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), associação que congrega 180 empresas de todo o mundo, oriundas de mais de trinta países e vinte grandes setores industriais, em uma plataforma para a troca de informações e experiências sobre as melhores práticas ambientais empresariais.

⁹⁷ Instituição criada para garantir a integridade de um patrimônio de família, geralmente bens de raiz, e pela qual um testador cede ao testamentário ou legatário apenas o usufruto dos bens legados, impondo-lhe a obrigação de, por sua morte, transferi-los íntegros ao seu herdeiro ou legatário.

democrática e estado de direito; desenvolvimento econômico sustentável; conservação e gestão dos recursos naturais.

A SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental foi fundada em novembro de 1984 por um grupo de jovens profissionais do Museu de História Natural de Curitiba. A organização tem por missão incentivar pesquisas e atividades educativas ligadas à conservação do meio ambiente. E a empresa Posigraf, também idealizadora do Instituto LIFE, é a maior gráfica do Brasil e uma das maiores da América Latina, com filiais e representações em todo o Brasil, Mercosul e Estados Unidos.

Durante os anos de 2008 e 2009 foram realizadas várias reuniões entre especialistas e ONGs no intuito de delinear os fundamentos da Certificação. Em 2010 se intensificaram os trabalhos de desenvolvimento metodológico e o Instituto LIFE obteve o apoio do Ministério do Meio Ambiente para a realização de quatro consultas públicas, nas cidades de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Participaram das consultas públicas mais de 120 pessoas entre 54 organizações representando academia, ONGs, empresas e governo. O resultado das consultas públicas foi disponibilizado ao público e utilizado para testes em campo por meio da realização de seis auditorias-piloto. Neste mesmo ano foi formado um Comitê Técnico-Científico⁹⁸.

Em 2011 foi constituída a Comissão Técnica Permanente, também com a participação da academia, empresas e ONGs, representando diferentes biomas do Brasil. Paralelamente o Instituto LIFE deu início ao seu projeto de expansão internacional com parceiros no Paraguai, Argentina e Chile. A convite do Secretário da CDB o Instituto LIFE participou de vários eventos sobre o tema biodiversidade e negócios realizados na Europa, onde iniciou contatos para expansão naquele continente e Ásia. Ainda em 2011 foram realizados dois treinamentos visando capacitar auditores e consultores com o objetivo de operacionalizar o sistema em 2012.

Recentemente, a Petrobras efetivou seu apoio à iniciativa por intermédio de um projeto para a realização de testes de refinamento e aprimoramento da metodologia em vinte unidades operacionais, sendo um deles fora do país.

⁹⁸ Informações da autora.

O histórico de criação da certificação LIFE permitiu identificar o seu caráter privado misto entre organizações com e sem fins lucrativos, e que reúne experiências da sociedade civil na área de conservação que remontam à década de 1980, e sua aderência à linha internacional estratégica de negócios e biodiversidade. Também foi possível observar sua proximidade com uma instância governamental nacional, por meio do apoio do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro e, internacional, por intermédio do apoio de uma Organização Internacional, a Convenção da Diversidade Biológica. Esta união de esforços entre mercado e ONGs e o apoio recebido do primeiro setor, inserem a iniciativa como um novo modelo de governança ambiental global, nos termos definidos nesta tese.

4.4.2 Atores sócio-políticos: a governança no sistema LIFE

O Instituto LIFE estabelece uma política de gestão participativa e prevê em seu Estatuto uma estrutura composta por: Assembleia de Associados, Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Secretaria Executiva e Comissões Técnicas. Porém, a diferença no sistema de governança da certificação LIFE (LIFE 2011d) em relação aos dois sistemas anteriores, é a ênfase na participação da comunidade acadêmica, a qual deve representar um terço das instâncias consultivas e deliberativas. Assim, ONGs e academia somam dois terços das orientações e deliberações do Instituto, enquanto as empresas somam um terço e desempenham o papel de validar a aplicabilidade prática da metodologia.

Em relação ao sistema ISO, a principal diferença da certificação LIFE em relação ao sistema de governança é o envolvimento direto da sociedade civil em todo o processo de normalização. Ambos os sistemas LIFE e FSC apresentam um sistema de governança composto por três câmaras. Porém, enquanto a sociedade civil está representada no FSC por duas câmaras, uma representando interesses ambientais e outra representando os interesses sociais, no caso do sistema de certificação LIFE os interesses ambientais e sociais se somam em uma câmara com um terço dos votos, de forma a dedicar um terço dos votos para os membros da comunidade científica. Assim, a principal característica de governança do Instituto LIFE em relação aos demais sistemas é a sua ênfase na participação da

comunidade científica de forma igualitária aos interesses da sociedade civil organizada por meio das ONGs.

Por outro lado, o apoio da ONU e do governo brasileiro (LIFE 2010) à iniciativa LIFE indica uma parceria do Instituto LIFE, terceiro setor, com o Estado, primeiro setor, e pode ser evidenciada pela participação do Ministério do Meio Ambiente na Comissão Técnica Científica do Instituto para discussão de assuntos relacionados à repartição de benefícios⁹⁹, pelo apoio deste Ministério para a realização de todas as consultas públicas durante a fase de desenvolvimento da primeira versão dos Padrões (LIFE 2011c), e pelo convite ao Instituto para a realização de um workshop internacional no Rio de Janeiro em parceria com o Ministério, a pedido do Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica da ONU para o engajamento do setor empresarial na discussão do tema “Negócios e Biodiversidade” – plataforma de discussão criada no âmbito da ONU.

A série de workshops que vem sendo realizada neste sentido faz parte de um amplo programa de estímulo da ONU ao engajamento do setor de negócios, cujos objetivos principais são: discutir com empresas de diferentes setores a importância da inclusão da biodiversidade nos seus processos de gestão; disponibilizar ao setor empresarial informações acerca de ferramentas e práticas correntes já existentes; estimular o desenvolvimento de uma rede de negócios nacional e internacional sobre o tema Negócios e Biodiversidade; fomentar o diálogo nacional entre setor privado, empresas estatais, governo e organizações não governamentais sobre Negócios e Biodiversidade; estimular a constituição de conselhos ou comitês nacionais (grupo de negócios, governo, ONGs e academia) que possam dar continuidade ao trabalho em cooperação com a CDB e órgãos similares no exterior (LIFE, 2011e). Após a realização desse evento em 2011 o Instituto LIFE voltou a ser convidado pela CDB para promover outro workshop sobre o tema durante a Rio+20 em 2012.

Ou seja, do ponto de vista político da governança, o Instituto LIFE foi criado por meio de uma parceria direta entre setor empresarial e terceiro setor, com a participação e envolvimento em sua idealização de personagens com vínculos com o movimento ambientalista desde a década de 1980, ou seja, há mais de três décadas, e criando espaço para a participação da comunidade acadêmica com

⁹⁹ Informação da autora.

igualdade de representação junto às ONGs. Sendo assim, observa-se a construção deste sistema de certificação como parte da nova governança ambiental (CASHORE, 2002; BERNSTEIN e CASHORE, 2004; GULBRANDSEN, 2004, 2005 e 2009; ABRAMOVAY et al., 2010), surgindo no bojo de novos arranjos institucionais, mas, inovando em relação aos sistemas apresentados anteriormente quanto à ênfase no papel da academia.

4.4.2.1 A elaboração dos Padrões

A elaboração dos Padrões de Certificação LIFE prevê a participação de diferentes partes interessadas. Conforme identificado no histórico da iniciativa, os Padrões LIFE foram elaborados a partir de vários processos que ocorreram de forma paralela e que contaram com a participação da comunidade acadêmica, de ONGs e de empresas, além de representantes do governo e de organismos certificadores. Todos os documentos foram disponibilizados publicamente após a fase de consultas públicas e encontram-se ainda disponíveis em todas as suas versões no site do Instituto LIFE (LIFE 2011d).

Em função do histórico e desenvolvimento apresentado sobre outras organizações internacionais de certificação, o Instituto LIFE optou por utilizar as diretrizes da ISEAL para a elaboração de seus padrões e visa buscar este reconhecimento internacional para proceder suas revisões já como membro desta organização. Porém, como iniciativa recente, o LIFE encontra-se ainda em fase inicial do processo para a afiliação junto à ISEAL.

4.4.3 Padrões de Certificação LIFE

Os requisitos para a Certificação LIFE são apresentados e detalhados em três documentos: Padrões de Certificação (LIFE, 2011), os quais apresentam suas premissas, princípios, critérios e indicadores; Guia Técnico LIFE 01 (LIFE, 2011a), o qual apresenta as lógicas de cálculos matemáticos para a definição de um desempenho mínimo em conservação; e o Guia Técnico LIFE 02 (LIFE, 2011b), o

qual apresenta o detalhamento das ações em conservação pontuadas para a certificação.

O primeiro princípio diz respeito à responsabilidade¹⁰⁰, enfatizando que o compromisso com a conservação é tanto de atores públicos quanto privados, e que o compromisso deve ser estendido aos fornecedores e aos clientes (critério 2), envolvendo a cadeia de suprimentos. É obrigatório que a conservação da biodiversidade integre a política ambiental da organização, ainda que não haja uso direto de seus recursos, e que o tema biodiversidade seja inserido nos programas, objetivos e metas da organização (critério 1, indicadores 1 e 2).

O compromisso das empresas com os marcos regulatórios também faz parte da Certificação LIFE (Princípio 2), incluindo a necessidade de análise dos desdobramentos de acordos e tratados internacionais aplicáveis à organização. Porém, a certificação reconhece apenas aquelas empresas que realizam ações voluntárias para a conservação da biodiversidade (P3.c1.i1), com justificativa e embasamento científico, considerando a contribuição dos conhecimentos tradicionais associados (P6) e o compromisso de compartilhamento e divulgação dos resultados obtidos (P6.c3).

Importa ressaltar aqui que a observação quanto aos conhecimentos tradicionais imprime também ao Princípio 6 um caráter sócio-cultural. Outro princípio reforça este caráter ao estabelecer que a organização deve valorizar o patrimônio cultural, respeitando os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e locais, considerando, quando aplicável, a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da biodiversidade e do conhecimento tradicional (P7).

Apesar do P7 não se referir diretamente ao termo “consentimento livre, prévio e informado” (*Free, Prior and Informed Consent*) com base na definição da Comissão de Direitos Humanos e que orienta as discussões da Convenção da Diversidade Biológica em relação ao tema de Acesso e Repartição de Benefícios (*ABS – Access and Benefit Sharing*) – como fez o FSC em seus princípios relacionados a comunidades e povos indígenas (P3 e P4) – as organizações às quais se aplica estão igualmente sujeitas ao arcabouço legal internacional e nacional que tratam do assunto, segundo o princípio 2 (P2.c1.i8: “conformidade legal

¹⁰⁰ Uma análise detalhada acerca de sua aplicabilidade e aderência ao “princípio responsabilidade” na leitura da Filosofia e/ou do Direito demandaria um novo trabalho a ser realizado, tendo em vista a profundidade do assunto e a necessidade de imersão no arcabouço teórico-filosófico específico para tratar adequadamente do tema.

relacionada ao acesso a recursos genéticos, conhecimento tradicional e repartição de benefícios”). Porém, ao dedicar um princípio exclusivo à valorização do patrimônio cultural e à repartição de benefícios (Princípio 7), além do compromisso legal exigido no princípio 2, a certificação LIFE demonstra o seu comprometimento com os objetivos da Convenção de forma mais explícita.

Acredita-se que a certificação LIFE neste caso apresente o potencial de se transformar em um instrumento que possa trazer avanços concretos neste sentido, sendo por isso valorizada pelas agências governamentais das Partes que assinam a Convenção da Diversidade Biológica e que necessitam demonstrar resultados quanto às metas estabelecidas para 2020 (UICN, WWF-BRASIL e IPÊ, 2011¹⁰¹). Entretanto, devido à complexidade do assunto e da diversidade de interesses envolvidos principalmente em relação ao tema de repartição de benefícios, acredita-se também que este assunto (Princípio 7) pode se tratar de um dos maiores desafios da certificação LIFE, considerando ainda a diferença de realidades entre países.

Comparando as exigências da certificação com exigências de comando e controle, as ações de conservação realizadas pela organização, apenas são pontuadas como desempenho para a certificação LIFE quando não decorrentes de legislações, licenças ou termos de ajustamento de conduta, garantindo desta forma que apenas empresas com desempenho superior ao exigido em lei sejam certificadas.

Este fato é novamente observado quando se trata de conversão de áreas naturais. Em caso de novos empreendimentos que impliquem conversão¹⁰² de áreas naturais, ainda que esta seja autorizada pelo órgão ambiental competente, a certificação ocorre apenas mediante uma contrapartida da organização auditada na forma de criação ou apoio à criação de áreas protegidas, com no mínimo duas vezes a área convertida nos casos da área já se encontrar com ecossistemas alterados. No caso da conversão ocorrer em ecossistemas íntegros a compensação deve representar uma área no mínimo três vezes maior (P3.c2 e P3.c3). Estas exigências

¹⁰¹ Um primeiro conjunto de metas para a implementação da Convenção foi estabelecido para o período 2002-2010. Um plano estratégico foi criado para guiar sua implementação em nível nacional, regional e global com o propósito de parar a perda da biodiversidade e assegurar a continuidade de seus benefícios e sua repartição equitativa.

¹⁰² Porém, o conceito de perda líquida de biodiversidade, a qual pode ocorrer mesmo com a compensação de áreas de maior tamanho, é assunto que se encontra em discussão pela Comissão Técnica Permanente em função da aceitabilidade internacional do termo e recentes discussões no âmbito do Pnuma/WCMC.

não são vinculadas ao licenciamento ambiental, ou seja, são adicionais e complementares às demandadas pelos instrumentos de comando e controle.

Se o empreendimento já se encontra em operação, é obrigatório que ações de recuperação em qualquer área degradada sob responsabilidade da organização já estejam sendo realizadas (P5.c4).

As ações voluntárias para a conservação (P3.c1.i1) são passíveis de pontuação de desempenho desde que sejam apresentados indicadores de ação e de seu resultado (LIFE, 2011b), ou seja, evidências de que as ações foram implementadas, e quais são seus resultados efetivos para a conservação da biodiversidade. Os indicadores de resultado devem contribuir para que apenas ações efetivas resultem em pontuação de desempenho para as empresas. Porém, reside aqui um desafio no sentido de avaliar, testar e padronizar indicadores de resultados concretos em conservação para todos os diferentes tipos de ação propostos no documento GTL02. Por exemplo, monitoramentos da fauna em campo, fiscalização de área protegidas e elaboração de plano de manejo são tipos diferentes de ações que resultam em diferentes tipos e qualidade de indicadores.

Ainda, considerando que mudanças em longo prazo dependem da conscientização das pessoas e que, mesmo a mudança de práticas dentro da organização só ocorre a partir do momento em que há uma relação direta de suas ações com a necessidade de conservação dos ambientes naturais, a organização deve implementar um programa de educação ambiental que aborde as interações entre biodiversidade, conservação e qualidade de vida (P4.c1.i1). Por outro lado, para que fique clara a relação de interdependência entre os negócios e a biodiversidade, deve ser realizado um mapeamento de todos os processos do negócio e suas interações com a biodiversidade (P4.c2.i1). O desenvolvimento de novos produtos, processos ou tecnologias deve também ser precedido de um levantamento dos seus impactos à biodiversidade (P5.c1.i2).

O maior diferencial da Certificação LIFE encontra-se desta forma na promoção de ações voluntárias para a conservação. Em relação a um sistema de gestão ambiental convencional, o diferencial dos Padrões de certificação LIFE está na necessidade de que o levantamento de aspectos e impactos seja focado na biodiversidade (P5.c1.i1) e de que sejam obrigatoriamente contempladas todas as relações do negócio com a biodiversidade e os complexos ecossistêmicos, ainda que não se faça uso direto destes recursos (P4.c2.i1). Em relação ao desempenho

da gestão ambiental, exige-se um aumento na ecoeficiência dos processos (P5.c5.i1) e a demonstração de melhoria nos resultados do “valor estimado de impacto à biodiversidade”.

O valor estimado de impacto à biodiversidade (VEIB) é um índice que foi desenvolvido pelo Instituto LIFE especificamente para viabilizar a etapa quantitativa da certificação e representa uma inovação na abordagem de desempenho para a certificação por meio de um critério objetivo. Além do atendimento dos indicadores de gestão organizacional relacionados aos princípios e critérios, os quais devem demonstrar a responsabilidade institucional com o tema, é obrigatório que a organização apresente um desempenho mínimo em ações voluntárias para a conservação, avaliadas por intermédio de um sistema de pontuação.

As ações voluntárias apresentadas pela empresa (P3.c1.i1) são pontuadas pelo auditor conforme o seu alinhamento com as ações estratégicas em conservação priorizadas pelo Instituto LIFE e de acordo com a capacidade da organização em demonstrar seus resultados efetivos.

Porém, para cada organização e a cada auditoria calcula-se uma pontuação mínima, proporcional ao impacto da atividade à biodiversidade (VEIB) e ao seu porte ou capacidade de investimento, de acordo com o faturamento bruto declarado. Ou seja, quanto maior o faturamento bruto da empresa, maior deve ser a sua contribuição para a conservação, segundo a metodologia LIFE. O cálculo do VEIB permite a comparação do impacto ambiental entre quaisquer organizações de qualquer porte ou setor, desde que se definam de forma clara os seus limites físicos para a obtenção dos dados.

As variáveis mensuradas para a obtenção do índice foram selecionadas considerando: sua relevância para a perda global de biodiversidade segundo a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (2005) – destruição de habitats; mudanças climáticas; poluição –; sua viabilidade de mensuração (o que explica o porquê da introdução de espécies exóticas invasoras e a sobre-exploração de espécies ficarem de fora da etapa quantitativa de mensuração de impactos apesar de estarem também entre as principais causas de perda de biodiversidade); a disponibilidade de dados; e a possibilidade de obtenção de dados para organizações de qualquer porte ou setor.

Assim, são consideradas para o cálculo de impacto informações relacionadas à quantidade dos aspectos ambientais gerados pela atividade:

emissões de gases de efeito estufa (informadas em tCO₂e/ano), geração de resíduos (informada em t/ano), consumo de água (informado em m³/ano), utilização de energia (informada em tep/ano) e área ocupada pelo empreendimento no bioma (informada em ha); e informações relacionadas à severidade de cada aspecto ambiental (quadros 8 e 9): potencial de aquecimento dos gases; proporção entre resíduos perigosos e não-perigosos; disponibilidade hídrica da região hidrográfica; matriz energética utilizada; área remanescente do bioma onde se localiza o empreendimento (LIFE 2011a).

A justificativa para o uso de razões de proporcionalidade deve-se ao fato de os aspectos ambientais apresentarem diferentes naturezas, sendo necessária a conversão destes valores para valores adimensionais. Para isso, toda e qualquer organização é avaliada através de uma comparação com o valor total nacional de cada aspecto ambiental.

Esses valores totais nacionais são chamados na metodologia LIFE de valores de referência (VRs) e são selecionados a partir dos melhores dados disponíveis de órgãos oficiais nacionais. A obtenção dos melhores dados disponíveis em cada país faz parte do trabalho de expansão internacional¹⁰³, por meio das Comissões Técnicas nacionais, estabelecidas por organismos parceiros do Instituto LIFE fora do Brasil.

Para o Brasil são atualmente considerados dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE); de Inventários Estaduais de Resíduos Sólidos; da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; do Balanço Energético Nacional (Ministério de Minas e Energia); e da Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (Agência Nacional de Águas).

A comparação dos dados ambientais da organização com os totais declarados pelo Estado permite situar várias organizações quanto à sua contribuição relativa para os impactos nacionais à biodiversidade, exigindo uma contrapartida proporcional em “ACB” – Ações de Conservação para a Biodiversidade.

Os valores obtidos para a quantidade e severidade de cada aspecto (quadro 8) são transformados em índices. O Índice de Severidade é um índice que associa a informação de quantidade a uma informação de gravidade do impacto ambiental

¹⁰³ Conforme comentado anteriormente, o projeto de expansão da Certificação LIFE encontra-se em andamento, com início consolidado para o Mercosul e contatos realizados na Europa e Ásia.

negativo para o aspecto considerado, combinando o critério qualitativo à magnitude do aspecto ambiental avaliado.

Um índice total de quantidade (ITQ) e um índice total de severidade (ITS) são obtidos somando-se os índices de cada aspecto ambiental (consumo de água, geração de resíduos, emissões de gases de efeito estufa e utilização de energia). Somados ao índice de ocupação de área, resultam no valor estimado de impacto à biodiversidade.

O índice de ocupação de área é obtido por meio do VOA (Valor de Ocupação de Área), o qual indica na metodologia LIFE o quanto uma organização representa na perda de um determinado bioma, e a severidade desta ocupação em função do tamanho da área original do bioma e de sua área remanescente atual.

Para receber a Certificação LIFE a empresa precisa, além de atender os compromissos institucionais na forma dos indicadores de gestão para a biodiversidade, atingir um desempenho mínimo em Ações para a Conservação da Biodiversidade (ACB), determinado por dois fatores: o valor estimado de impacto à biodiversidade (VEIB) e o seu faturamento bruto (FB). Isto é, quanto maior o impacto da organização, maior é a exigência quanto ao desempenho em ações de conservação. Em relação ao faturamento bruto, a certificação LIFE considera que empresas maiores podem assumir um compromisso maior com a biodiversidade quando comparadas com empresas menores, em função de sua capacidade de investimento.

Observa-se que o fato dos cálculos intermediários para a definição do VEIB resultarem em índices de quantidade e severidade de impacto para cada um dos quatro aspectos avaliados (água, energia, emissões e resíduos), os mesmos podem ser independentemente utilizados pela organização e pelos auditores como indicadores de desempenho ambiental, possibilitando a comparação entre organizações ou entre unidades de negócio da mesma organização, e a avaliação do direcionamento das políticas em conservação da empresa de acordo com as características de seus impactos. Assim, uma organização com maior impacto nos recursos hídricos pode, por exemplo, direcionar ou ser solicitada a direcionar o desempenho em ACB para a restauração de áreas de preservação permanente.

A pontuação de desempenho em ACB é definida por meio de cinco grupos estratégicos: áreas protegidas (G1); táxons de interesse para a conservação (G2); fragmentos e conectividade (G3); minimização de impactos à biodiversidade (G4) e

ações de âmbito global e estratégico para a conservação (G5); cada um deles definindo temas que tratam de opções para a atuação da empresa na área de conservação e uso sustentável da biodiversidade (quadro 8).

G1 – Áreas protegidas	
G1T1	Ações em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) própria
G1T2	Ações em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de terceiro
G1T3	Ações em Unidade de Conservação não marinha de Proteção Integral
G1T4	Ações em Unidade de Conservação não marinha de Uso Sustentável e dominialidade pública (RESEX, RDS, FLONA)
G1T5	Ações em Terras Indígenas (TI)
G1T6	Ações em Unidade de Conservação de Uso Sustentável e dominialidade pública e/ou privada (APA)
G1T7	Ações em Reservas Legais (RL) ou Áreas de Preservação Permanente (APP)
G1T8	Ações para criação de novas Unidades de Conservação de Proteção Integral de dominialidade pública e RPPN de terceiros
G1T9	Ações em Unidades de Conservação marinha de Proteção Integral
G1T10	Ações em Unidades de Conservação marinha de Uso Sustentável
G1T11	Ações para planejamento e gestão de mosaicos (MOS) de Unidades de Conservação
G1T12	Ações em áreas com algum nível de proteção, mas não oficialmente instituídas
G2 – Táxons de interesse para a conservação	
G2T1	Táxons da fauna de interesse para a conservação – Ações <i>in situ</i>
G2T2	Táxons da fauna de interesse para a conservação – Ações <i>ex situ</i>
G2T3	Táxons da flora de interesse para a conservação – Ações <i>in situ</i>
G2T4	Táxons da flora de interesse para a conservação – Ações <i>ex situ</i>
G2T5	Táxons migratórios
G2T6	Controle / erradicação de táxons exóticos invasores
G3 – Fragmentos e conectividade	
G3T1	Ações para implantação e manutenção de corredor ecológico
G4 – Minimização de Impactos à biodiversidade	
G4T1	Minimização dos impactos sobre a biodiversidade continental
G4T2	Minimização dos impactos sobre a biodiversidade aquática
G5 – Ações de âmbito global e estratégico para a conservação da biodiversidade	
G5T1	Ações globais para a conservação da biodiversidade
G5T2	Ações estratégicas para a conservação da biodiversidade

QUADRO 8 - GRUPOS E TEMAS DE AÇÕES EM CONSERVAÇÃO CONFORME ESTRATÉGIAS DEFINIDAS PELO INSTITUTO LIFE.

FONTE: GTL02 – GUIA TÉCNICO LIFE (LIFE, 2011b).

A adaptação dos temas à realidade nacional de cada país, como por exemplo, seus sistemas nacionais de áreas protegidas, faz parte do trabalho de expansão internacional e é realizado por meio de Comissões Técnicas nacionais, estabelecidas por organismos parceiros do Instituto LIFE fora do Brasil, como a Fundación Naturaleza para el Futuro (Argentina) e a Asociación Guyra (Paraguay). O documento que pontua as ações para a conservação na metodologia LIFE contempla uma série de filtros e tabelas com informações locais adicionais, as quais também são adaptadas a cada realidade nacional por especialistas locais. Entre estas informações encontram-se a priorização de biomas para a conservação; áreas

prioritárias para a conservação definidas pelo Estado Nacional; vulnerabilidade de habitats em cada bioma; categorias de ameaça segundo listas nacionais.

Avaliando as ações previstas em cada um dos temas (LIFE 2011b) observa-se que os grupos estratégicos do Instituto LIFE para a conservação estão alinhados àqueles preconizados pela Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA 2005a, p. 10 e 11): áreas protegidas (G1); proteção de espécies ameaçadas (G1 e G2); conservação da diversidade genética in situ e ex situ (G2); restauração ecosistêmica (G1, G3 e G4). Assim, este documento serve como um guia a ser utilizado pelas organizações que desejam atuar de forma alinhada a estratégias nacionais e internacionais de conservação. O documento estabelece a pontuação conforme prioridades definidas para a conservação com base em referências nacionais e internacionais, como IBAs (*Important Bird Areas*); KBAs (*Key Biodiversity Areas*); lista de espécies ameaçadas segundo a IUCN.

Apesar dos Padrões serem a principal referência conceitual da certificação pelo fato de estabelecerem as premissas e os princípios da certificação, a análise dos três documentos em conjunto foi necessária para compreender para explicar a certificação LIFE porque diferentemente dos outros sistemas estudados, este concilia duas formas de abordagem: uma qualitativa, como os demais, focada em indicadores de gestão organizacional, estabelecidas na forma de princípios, critérios e indicadores – que evidenciam os critérios; e outra, quantitativa, estabelecendo a lógica de cálculo para a definição de um desempenho mínimo auditável para a pontuação de ações de conservação da biodiversidade.

Em síntese, a certificação LIFE compreende a avaliação dos compromissos institucionais e gerenciais da organização com a biodiversidade e, de forma adicional, a avaliação quantitativa do desempenho mínimo em ações voluntárias para a conservação, de forma proporcional aos seus impactos e ao seu porte.

4.5 Principais características e diferenciações entre os sistemas ISO, FSC e LIFE

A caracterização de cada um dos sistemas permitiu identificar o elemento predominante entre critérios sociais, ambientais, ecológicos, culturais, regulatórios, técnicos e de gestão em seus conteúdos, o que serviu para caracterizar o paradigma ambiental predominante em cada um deles.

Essa análise considerou como requisitos técnicos e ambientais aqueles relacionados à implementação de programas, procedimentos e controles ambientais com foco nos processos produtivos ou proteção de recursos naturais abióticos. Os requisitos relacionados à sustentabilidade do negócio, à interdependência entre negócios e serviços ecossistêmicos e à geração de emprego e renda foram classificados como econômicos. Os requisitos relacionados de forma direta à proteção e à sustentabilidade dos recursos biológicos ou à interação entre recursos bióticos e abióticos foram classificados como ecológicos. Aqueles relacionados à definição de metas, controles documentais e controles de resultado foram classificados como requisitos de gestão; e aqueles relacionados ao atendimento a requisitos legais e/ou à responsabilidade pela regulação da gestão ambiental foram classificados como regulatórios. Os requisitos relacionados à participação social e comunitária, às condições de trabalho, ao bem-estar humano e ao desenvolvimento sócio-econômico foram classificados como sociais; enquanto os relacionados à proteção da diversidade cultural, ao conhecimento tradicional e à valorização do patrimônio cultural foram classificados como culturais (quadro 9).

PERFIL	CONTEÚDO
Técnicos/Ambientais	Implementação de programas, procedimentos e controles ambientais com foco nos processos produtivos; proteção de recursos naturais abióticos; conhecimento científico.
Econômicos	Sustentabilidade do negócio; interdependência entre negócio e serviços ecossistêmicos; geração de emprego e renda.
Ecológicos	Proteção e sustentabilidade de recursos bióticos; preservação das relações entre recursos bióticos e abióticos.
Gestão	Definição de programas e metas; controles documentais e de resultados.
Regulatórios	Atendimento de requisitos legais; responsabilidades de regulação da gestão ambiental.
Sociais	Participação comunitária; condições de trabalho; serviços sociais; bem-estar humano; relações comunitárias; desenvolvimento sócio-econômico.
Culturais	Proteção da diversidade cultural; valorização do patrimônio cultural; conhecimento tradicional.

QUADRO 9 - CLASSIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL SEGUNDO O SEU CONTEÚDO.

FONTE: A AUTORA (2012).

No sistema ISO foi avaliado um total de 17 itens equivalentes aos requisitos da norma, referentes aos grupos: Política ambiental; Planejamento; Implementação e operação e Verificação (ABNT, 2004). No sistema FSC foi avaliado um total de 70 itens, equivalente a todos os critérios dos seus dez Princípios (FSC, 2012b). E para o caso do LIFE foram avaliados 47 itens, referentes à: 19 critérios em oito Princípios da abordagem qualitativa da certificação (LIFE, 2011); a cinco aspectos ambientais de mensuração obrigatória para a estimativa do impacto à biodiversidade (LIFE, 2011a) e a 23 temas em conservação da biodiversidade (LIFE, 2011b), sendo estes dois últimos referentes à abordagem quantitativa da avaliação para certificação.

Os elementos contemplados em cada requisito de certificação dos sistemas em análise foram indicados como “perfil” no quadro 10, onde o número de requisitos avaliado em cada um deles está indicado entre parênteses.

ISO		FSC		LIFE	
Requisitos (17)	Perfil	Requisitos (70)	Perfil	Requisitos (47)	Perfil
Política Ambiental (1)	Ambiental/Gestão/ Regulatório	Obediência às Leis (8)	Regulatório	Responsabilidade comum (2)	Regulatório
Planejamento (3)	Gestão/Regulatório/ Técnico/Ambiental	Direito dos trabalhadores e condições de trabalho (6)	Regulatório/Social	Respeito à legislação, acordos, tratados e programas internacionais (1)	Regulatório
Implementação e operação (7)	Técnico/Gestão/ Ambiental	Direitos dos povos indígenas (6)	Regulatório/ Cultural	Conservação da biodiversidade como ação de adicionalidade (3)	Ecológico
Verificação (5)	Técnico/Ambiental/ Gestão/Regulatório	Relações comunitárias (8)	Social	Interação entre biodiversidade, bem-estar humano e negócios (2)	Ecológico/ Econômico/ Social/ Ambiental
Análise pela administração (1)	Gestão	Benefícios da floresta (5)	Econômico/Social/ Ecológico	Prioridade e complementariedade entre gestão ambiental e compensação dos impactos à biodiversidade (5)	Técnico/ Ambiental/ Ecológico
		Valores e impactos ambientais (10)	Ecológico	Ciência e conhecimento tradicional (3)	Técnico / Cultural
		Planejamento do Manejo (6)	Técnico/Gestão	Valorização do patrimônio cultural e repartição de benefícios (1)	Social/Cultural
		Monitoramento e avaliação (5)	Gestão	Monitoramento e melhoria contínua (2)	Gestão
		Altos valores para a conservação (4)	Ecológico/Social/ Cultural	GTL01 – avaliação quantitativa de impactos ambientais (5)	Ambiental
		Implementação de atividades de manejo (12)	Gestão/Técnico/ Ambiental/Ecológico	GTL02 – ações para a conservação da biodiversidade (23)	Ecológico

QUADRO 10 - COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS ISO, FSC E LIFE EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO DE SEUS PADRÕES.
FONTE: A AUTORA (2012).

Para definir o conceito predominante em cada sistema, primeiramente cada um dos requisitos foi classificado segundo os perfis definidos e apresentados no quadro 9. Assim, cada um dos 17, 70 e 47 requisitos avaliados, respectivamente nos sistemas ISO, FSC e LIFE teve seu perfil definido. O número de vezes em que cada perfil apareceu nos requisitos do sistema foi somado e ponderado pelo número total de requisitos, permitindo definir o percentual do conteúdo do sistema correspondente a este perfil. Os valores percentuais são apresentados na tabela 1. A soma dos valores em cada sistema ultrapassa 100% porque um mesmo requisito dos padrões poderia ser classificado em mais de um perfil.

TABELA 1 - PERFIL DO CONTEÚDO ABORDADO NOS PADRÕES ISO, FSC E LIFE

	ISO	FSC	LIFE
Técnico	88%	26%	17%
Ambiental	94%	17%	26%
Gestão	100%	33%	9%
Regulatório	53%	29%	2%
Econômico	0%	7%	4%
Ecológico	0%	44%	74%
Social	0%	33%	6%
Cultural	0%	14%	9%

FONTE- A AUTORA (2012).

A síntese indica que o perfil predominante no sistema ISO é o de gestão e nos sistemas FSC e LIFE é o ecológico, porém, com 44% e 74%, respectivamente. O sistema ISO contempla aspectos ambientais, regulatórios e técnicos, mas sua ênfase é sobre a gestão do próprio sistema, presente em 100% dos seus requisitos. O caráter regulatório do sistema ISO fica também evidenciado pelo fato de 53% dos requisitos estarem de alguma forma vinculados a este tema. O fato de não aparecer no conteúdo dos padrões ISO elementos relacionados a aspectos econômicos, ecológicos, sociais ou culturais, enfatiza o seu caráter tecnicista quanto à abordagem da questão ambiental, característica do ambientalismo moderado.

A certificação no sistema ISO 14001 indica que uma organização possui um sistema de gestão ambiental implementado e adequado aos requisitos desta norma e, logo, teria condições de assegurar seu fornecimento com a qualidade ambiental requerida (HARRES, 2004 p. 53). Mas, a norma não estabelece critérios específicos de desempenho ambiental (ABNT, 2004). Ainda assim, resultados de pesquisa (OLIVEIRA, SERRA e SALGADO, 2010 p. 1.805) mostram que a implantação da

gestão ambiental nestes moldes pode ser uma alternativa concreta para reduzir a poluição, gerar economia, reduzir a geração de resíduos e as emissões atmosféricas.

Porém, de um ponto de vista ecossistêmico, a redução da poluição não pode ser dissociada da manutenção dos recursos naturais, ou seja, é necessário considerar a interdependência entre a conservação dos recursos externos à organização, a manutenção de suas atividades produtivas e a qualidade de vida. Desta forma, apesar do elevado rigor quanto ao controle dos processos internos à organização, evidenciado pelas exigências quanto à documentação e registros de dados ambientais, não fica claro no conceito de meio ambiente que fundamenta a norma o paradigma ecológico que prevê a interdependência dos sistemas internos e externos à organização.

A lacuna teórica em termos de paradigma ambiental neste caso é que a limitação de recorte físico e geográfico, isolando um ambiente de outro, permitiria a coexistência de organizações com sistemas de gestão ambiental 100% eficazes no aproveitamento dos recursos, ainda que os recursos naturais externos à organização estivessem esgotados. Como o objetivo da norma é a regulação do uso dos recursos utilizados diretamente pela organização, e não necessariamente a conservação dos complexos ecológicos que os mantêm, a limitação se encontra no fato de segregar ambientes que na realidade física estão conectados.

Sobre o foco desse sistema nos marcos regulatórios é importante enfatizar que, apesar da importância do instrumento como uma garantia para o atendimento à legislação, espera-se sempre que a finalidade de um sistema de certificação seja a promoção e o reconhecimento de ações voluntárias, ou seja, que ultrapassem aquilo que é por natureza compulsório. Valorizar o atendimento àquilo que é compulsório resulta aceitar como comportamento normal o seu não atendimento.

Callenbach et al. (1993) lembra que o ponto de partida para a solução dos problemas ambientais deve ser o reconhecimento de que eles não podem ser resolvidos isoladamente: “São problemas sistêmicos – interligados e interdependentes – e sua compreensão e solução requerem um pensamento sistêmico ou ecológico”. Para os autores, a passagem do ambientalismo superficial (chamada no capítulo 3 de ecologia rasa) para a ecologia profunda ou, do gerenciamento ambiental para o gerenciamento ecológico, requer uma mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico.

“Um aspecto essencial dessa mudança é que a percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo. Essa mudança diz respeito à nossa percepção da natureza, do organismo humano, da sociedade e, portanto, também à nossa percepção de uma organização. As empresas são sistemas cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico (Capra, Exner, Königswieser s.d)”.

O FSC apresenta um conceito ambiental/ecológico mais amplo do que o sistema ISO, no sentido de obrigar as organizações a reduzirem o uso de produtos químicos e proibir o uso de alguns produtos legalmente liberados no país. No sistema ISO estes mesmos temas seriam tratados por outra ótica: autorizar químicos liberados pela legislação nacional e implementar um controle sobre o seu uso. Mas, as recomendações se restringem no FSC, obviamente, às unidades de manejo florestal certificadas, uma vez que a certificação é setorial. Neste sentido, o sistema LIFE é o que melhor representa a abordagem ecossistêmica em termos de ferramenta de governança ambiental para a biodiversidade, pelo fato de relacionar ambiente interno e externo das organizações, ou seja, a dependência de qualquer organização de qualquer setor dos recursos da biodiversidade e dos complexos ecológicos associados.

Cabe ressaltar que esta análise é conceitual e visa compreender de forma ampla os alcances de cada instrumento para a governança ambiental global, o que também não significa uma deficiência de cada norma em si em atender os objetivos aos quais ela se propõe.

Considerando que os avanços que podem ser obtidos das certificações são identificados principalmente pelos elementos que avançam a questão regulatória e que, requisitos técnicos e de gestão devem fazer parte de qualquer sistema que vise ser eficiente, observa-se a possibilidade de ganho técnico ambiental na gestão administrada segundo os padrões ISO; e em conteúdo ecológico, social, econômico e cultural nos padrões FSC e LIFE, em diferentes proporções: os requisitos sociais e culturais são predominantes no sistema FSC (33% e 14%), enquanto os requisitos ecológicos são predominantes no sistema LIFE (74%).

Os critérios ecológicos do sistema FSC são específicos para o manejo florestal e incluem a proibição de uso de organismos geneticamente modificados; a eliminação ou redução no uso de produtos químicos; o controle de espécies exóticas (apesar de plantações com espécies exóticas serem permitidas); e a conservação de altos valores para a conservação (HCV), os quais incluem igualmente critérios biológicos, sociais e culturais. A ênfase socioambiental do sistema FSC se torna

mais evidente quando relacionada à legislação trabalhista, às relações comunitárias e aos direitos dos povos indígenas. Os critérios sociais e culturais abordados pelo LIFE se referem à valorização do patrimônio cultural, avaliação dos conhecimentos tradicionais aplicáveis e, principalmente, à repartição de benefícios, critério pela primeira vez abordado em um sistema internacional de certificação ambiental.

Os sistemas FSC e LIFE parecem atribuir um mesmo peso à questão econômica (7% e 4% do conteúdo dos padrões, respectivamente) apesar da diferente abordagem sobre o aspecto. Enquanto o FSC enfatiza a importância das atividades de manejo florestal serem economicamente viáveis ao longo do tempo; o LIFE enfatiza as relações de interdependência entre a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das organizações.

Um aspecto de governança aparece no sistema LIFE quando o mesmo evidencia o apoio às políticas governamentais por meio do fortalecimento de ações diretamente relacionadas às áreas protegidas previstas em lei.

A abordagem quantitativa do método LIFE, a partir de um cálculo próprio para o “Valor Estimado de Impacto à Biodiversidade” (VEIB), considerando o porte e o setor de atuação da empresa permite, não apenas demandar de forma objetiva uma maior eficácia em conservação da biodiversidade das organizações com maior impacto, mas também daquelas com maior capacidade de investimento. Observa-se aqui um novo componente, relacionado à distribuição da responsabilidade conforme o poder de atuação e o faturamento da organização avaliada, e conforme o impacto causado pela organização.

Esta proporcionalidade no caso da Certificação LIFE se insere como uma etapa quantitativa da metodologia, que corrobora de forma objetiva com o primeiro princípio deste sistema de certificação: a responsabilidade comum; e um componente sócio-econômico: a distribuição da responsabilidade de acordo com a capacidade econômico-financeira de cada empresa. Ao incorporar no cálculo do desempenho mínimo o faturamento bruto da empresa, a metodologia LIFE se diferencia por atribuir um componente distributivo à responsabilidade de ações conforme o porte do negócio.

Em se tornando uma referência para a conservação global e ao aliar suas estratégias de conservação às metas da CDB, a certificação LIFE apresenta potencial para se tornar um novo mecanismo de governança ambiental, engajando o

setor produtivo de forma pragmática à agenda global de conservação, inserida no contexto das novas governanças orientadas pelo mercado.

O sistema FSC avança em relação aos aspectos regulatórios na área ambiental, social e cultural. Porém, o fato da certificação ser setorial resulta que os critérios são aplicáveis em unidades produtivas de manejo florestal. O sistema LIFE se aplica a qualquer setor e visa a implantação de ações de conservação por organizações de qualquer porte ou setor, enfatizando a criação e manutenção de áreas protegidas. Por outro lado, o sistema ISO está focado nos processos produtivos das atividades empresariais. Assim, entende-se que esta comparação é limitada pela própria diferença de escopo de cada sistema.

Ainda assim, o resultado permitiu observar que há diferença entre eles tanto em relação à sua estrutura de governança, à visão predominante sobre a questão ambiental e à participação de atores ou partes interessadas (quadro 11), evidenciando que os sistemas desenvolvidos a partir da participação dos novos atores apresentam uma visão mais abrangente da questão ambiental, inserindo outros elementos para além de critérios técnicos.

Retomando a discussão sobre padrões formais e privados é possível, por meio das análises apresentadas, elaborar uma classificação e síntese dos sistemas estudados:

- ISO 14001: modelo formal e mundialmente dominante de certificação ambiental, com grande aplicação industrial, originado de normas militares e focado na avaliação sistemática de impactos ambientais da organização, cujos padrões são elaborados por representantes do mercado (produtores, consumidores e usuários) e especialistas.

- FSC: modelo semi-alternativo¹⁰⁴ de certificação socioambiental, que surgiu no início da década de 1990 como uma resposta global do setor florestal ao boicote de madeiras tropicais da década de 1980, cujos padrões são desenvolvidos com a participação de produtores e empresários do setor florestal, de ONGs ambientais e sociais em um sistema de governança tripartite (econômico, ambiental e social).

¹⁰⁴ Os modelos ditos alternativos, os quais não foram abordados nesta pesquisa, mas utilizados como referência para a definição do termo “semi-alternativo” nesta caracterização, se referem, conforme citado anteriormente, àqueles modelos denominados “contra-hegemônicos”, os quais visam estabelecer novas lógicas e valores na estrutura econômica e que, portanto, não dialogam com o sistema econômico neoclássico.

- LIFE: modelo semi-alternativo de certificação que surgiu na primeira década do século XXI como uma resposta global à crise da biodiversidade, originário do diálogo entre movimento ambientalista e o empresariado, com apoio da Convenção da Diversidade Biológica, focado na conservação, uso sustentável e repartição de benefícios dos recursos da biodiversidade, cujos padrões são desenvolvidos com a participação de ONGs, empresas e academia em um sistema de governança tripartite (empresarial, sociedade civil e academia).

	ISO	FSC	LIFE
Data de fundação	1947	1993	2009
Data de lançamento do primeiro padrão ambiental	1994	1994	2010
Local de origem da iniciativa	Estados Unidos e Europa	Estados Unidos	Brasil
Sede	Genebra – Suíça	Bonn - Alemanha	Curitiba-Brasil
Contexto global de origem da iniciativa e dos padrões	- reconstrução do pós- Segunda Guerra na década de 1940 - origem nas normas militares - início de desenvolvimento de norma ambiental como preparação do setor econômico às discussões da Rio92	- resposta ao boicote às madeiras tropicais na década de 1980 - demanda de artesãos americanos pelo estabelecimento de critérios globais para o conceito de um manejo florestal adequado	- resposta de ONGs ambientalistas e do mercado à crise ambiental global - demanda relacionada à estratégia internacional de negócios e biodiversidade do século XXI
Governança da organização	Organismos normalizadores indicados pelo país	Câmara econômica Câmara ambiental Câmara social	Câmara única (1/3 sociedade civil; 1/3 empresarial; 1/3 academia)
Atores e processos envolvidos na elaboração dos padrões	- representantes do mercado e especialistas	- representantes do mercado e do terceiro setor	- representantes do mercado, ONGs e academia
Elementos no conteúdo dos padrões	Técnico, ambiental, regulatório e de gestão	Técnico, ambiental, regulatório, econômico, ecológico, social, cultural e de gestão	Técnico, ambiental, regulatório, econômico, ecológico, social, cultural e de gestão
Paradigma ambiental predominante nos padrões	Ambiental	Social/Ecológico	Ecológico
Corrente do pensamento ambientalista predominante no conteúdo dos padrões	ambientalismo moderado	socioambientalismo	conservacionismo
Países representados	24 países e 163 organismos nacionais normalizadores (2010)	80 países (2012)	Brasil - em fase de expansão para o Mercosul
Aplicação dos padrões	organizações de qualquer porte ou setor	unidades de manejo florestal	organizações de qualquer porte ou setor

QUADRO 11 - COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO ISO, FSC E LIFE.
FONTE: A AUTORA (2012).

5. INSTRUMENTOS PRIVADOS DE GESTÃO E SUA INFLUÊNCIA NAS PRÁTICAS PRODUTIVAS

A análise dos instrumentos privados para a gestão ambiental permitiu compreender suas características e expectativas em relação às práticas organizacionais. Porém, estas expectativas serão atendidas de acordo com o maior ou menor grau de influência que os instrumentos privados conseguem a partir da adesão pelas empresas. Esta influência, seus alcances e limitações foram avaliados por meio da aplicação de questionários a gestores ambientais.

5.1 Resultados obtidos do questionário online

Os 1.006 correios eletrônicos enviados para diferentes empresas e locais do país informando sobre a pesquisa e disponibilizando o questionário *online* resultaram em 50 retornos (4,97%). Destes, 16 foram eliminados automaticamente pelos dois filtros inseridos para selecionar o perfil do respondente de forma a atender ao objetivo esperado. Por exemplo, muitos correios foram enviados a endereços de empresas sem a informação sobre o destinatário estar atuando ou não na área ambiental. Se o mesmo respondia que não atuava nesta área, ele era automaticamente direcionado para o fim do questionário, sendo eliminado do número total de respondentes. Considerando este e outros filtros aplicados, o resultado final foi de 34 retornos efetivos (3,38% do total).

Em relação ao setor de atuação dos profissionais, um filtro inicial selecionou os setores primário e secundário, conforme justificado no capítulo 2.

Do total de gestores ambientais que responderam ao questionário 77% informaram que a empresa na qual trabalham possui um sistema de gestão ambiental implantado e 64% informaram que além de possuir um sistema de gestão ambiental implantado a empresa possui certificação ambiental. Dos respondentes que identificaram nas respostas as certificações ambientais da organização, 91% mencionou a ISO e 36% mencionou o FSC (a certificação LIFE não se encontrava em fase de operação).

Responderam ao questionário 34 funcionários dos cargos de: Diretoria; Gerência; Coordenação; Analista; Supervisão; e Engenharia, sendo 44% com até 10

anos de atuação e 56% com mais de 10 anos (tabela 2). O maior tempo de atuação informado foi de 35 anos. Os respondentes pertenciam a 16 Municípios em oito Estados do Brasil: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Pará, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, e Distrito Federal. A relação completa do perfil dos profissionais que responderam ao questionário *online* encontra-se nos quadros 12 e 13.

Tempo de atuação profissional (anos)	Área de atuação da organização	Localização	Cargo	Escolaridade	Formação
35	Indústria de Transformação	São Paulo/SP	Diretoria	Superior completo	Engenharia
3	Produção de madeira de reflorestamento	Bituruna/PR	Supervisor de Gestão Sócio Ambiental	Mestrado	Biologia
30	Indústria Química	Rio de Janeiro/RJ	Diretor Técnico	Doutorado	Engenharia Química
11	Setor Financeiro	São Paulo	Gerente	Doutorado	Engenharia de Alimentos
4	Produção, geração, transmissão de energia elétrica e telecomunicações	Paraná	Eng. Florestal - Analista Socioambiental	Mestrado	Geografia
3	Venda de caminhões, ônibus, peças e serviços	Goiânia/GO	Gestora Ambiental	Pós-graduação	Internacionalista, com especialização em responsabilidade socioambiental e terceiro setor
2	Farmoquímica	Botucatu/SP	Eng. Florestal	Superior completo	Engenharia Florestal
6	Mineração	Canaã dos Carajás/PA	Analista de Meio Ambiente	Pós-graduação	Engenharia
1	Produção	Belo Horizonte/ BH	Diretor	Superior incompleto	não informado
5	Papel e Celulose	São Paulo/SP	Consultora	Pós-graduação	não informado

35	Sustentabilidade	Rio de Janeiro/RJ	Gerente Geral	Pós-graduação	Engenharia Química; Segurança do Trabalho; Gestão Ambiental para Executivos
26	Empresa de Energia Elétrica	Brasília	Analista de Meio Ambiente	Mestrado	Mestrado em Ciências Ambientais
7	Gerenciamento de resíduos, projetos, licenciamentos	São José dos Pinhais/PR	Especialista em Meio Ambiente	Pós-graduação	Meio Ambiente
12	Hotelaria	Santa Catarina	Coordenador de Ecologia	Superior incompleto	não informado
30	Industrialização de café torrado e moído	Volta Redonda/RJ	Diretora Comercial	Superior completo	Administração Empresas
4	Fabricação de papel	Telêmaco Borba / PR	Engenheiro Ambiental	Pós-graduação	Engenheiro Ambiental, pós graduado em Química Ambiental
4	Consultoria	Florianópolis/SC	Geógrafo	Mestrado	Utilização e Conservação dos Recursos Naturais
3	Indústria Química e Petroquímica	São Paulo/São Paulo	Engenheiro de Desenvolvimento Sustentável	Mestrado	Engenharia Química
12	Industria	Curitiba/PR	Analista	Pós-graduação	não informado
4 na área ambiental	Produção de açúcar, álcool e energia	Novo Horizonte/SP	Coordenador de Gestão Ambiental	Mestrado	Ciências da Computação - Matemática - Tecnologia Ambiental - Sistemas de Gestão Integrada
15	Energia	Minas Gerais e Rio de Janeiro	Gerente de Desenvolvimento	Doutorado	Engenharia Ambiental

			Sustentável		
15	Mineração	Anchieta/ES	Analista de Meio Ambiente	Mestrado	Biologia

QUADRO 12 - PERFIL DOS GESTORES AMBIENTAIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO.

Tempo de atuação profissional (anos)	Área de atuação da organização	Localização	Cargo	Escolaridade	Formação
15	Normalizadora	Paraná	Coordenação	Mestrado	Engenharia Florestal
18	Conservação e Sustentabilidade	Rio de Janeiro/RJ	Consultor Sênior	Doutorado	Engenheiro Florestal, Mestrado em Conservação da Biodiversidade
13	Diagnóstico e Remediação Ambiental	Curitiba/PR	Sócio	Pós-graduação	Engenheiro Químico
5	Consultoria	Santa Catarina	Consultor	Mestrado	Bacharel e Mestre em Química
19	Consultoria em meio ambiente, saúde, segurança, mineração	Belo Horizonte	Consultor Associado	Pós-graduação	Graduação em Biologia, especializações em Geografia, Ciências Florestais e Segurança do Trabalho
15	Consultoria	São Paulo	Consultor	Pós-graduação	Engenharia da Qualidade
10	Consultoria	Curitiba/PR	Consultora	Pós-graduação	Perícia, Auditoria e Sistemas de Gestão Ambiental
5	Consultoria	Curitiba/PR	Coordenadora	Pós-graduação	Comunicação Social / Jornalismo, Especialização em Desenvolvimento Local Sustentável

15	Ensino e Pesquisa	Campinas/SP	Docente e consultor em gestão ambiental e sustentabilidade	Pós-graduação	Master em Gestão para Sustentabilidade
22	Consultoria	Curitiba/PR	Consultor Sênior	Doutorado	Biólogo, Mestre e Doutor em Zoologia
4	Extração de Óleo de Xisto	São Mateus do Sul/PR	Gerente de Contrato	Pós-graduação	Ciências Biológicas, Pós-Graduação em Educação Ambiental
18	Consultoria Ambiental	Rio de Janeiro/RJ	Sócia Diretora	Mestrado	Ciências Ambientais

QUADRO 13 - PERFIL DOS CONSULTORES E AUDITORES QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO.

TABELA 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA AMBIENTAL AMOSTRADOS.

TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	GESTORES AMBIENTAIS	CONSULTORES E AUDITORES	TOTAL
Até 10 anos	50%	34%	44%
Maior que 10 anos	50%	66%	56%

FONTE: A AUTORA (2012)

Quanto à escolaridade, 6% dos respondentes possuía formação superior incompleta, 9% possuía curso superior completo sem pós-graduação e 85% com pós-graduação, sendo 15% do total com Doutorado (figura 6).

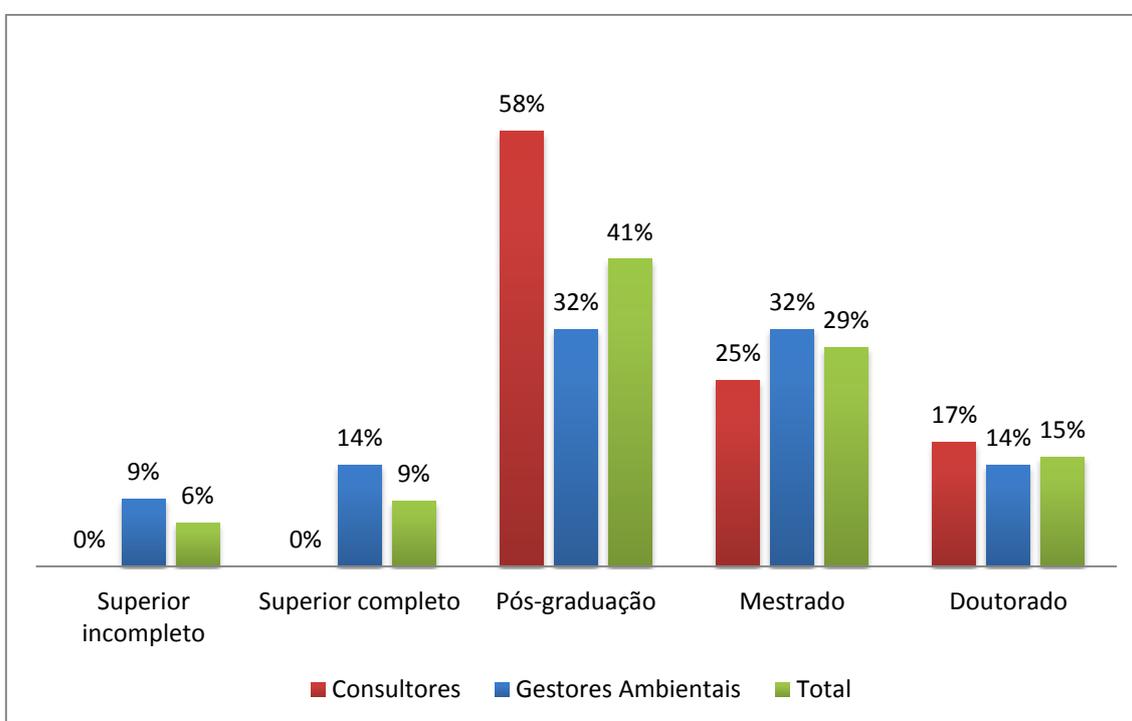


FIGURA 6 - ESCOLARIDADE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA AMBIENTAL AMOSTRADOS.
FONTE: A AUTORA (2012)

5.2 A percepção dos gestores ambientais

Antes de investigar a influência dos padrões voluntários sobre a alteração das práticas empresariais se avaliou a percepção dos gestores em relação à crise ambiental global e sua visão sobre os caminhos mais prováveis para a solução desta crise. O resultado mostrou que entre os gestores, 29% acredita que a tecnologia virá a ser suficiente para solucionar os problemas ambientais, embora o

questionário não permita avaliar se creem neste fato como única solução, ou seja, se sua visão é de fato tecnocrática. Mas, 58% dos profissionais amostrados no Brasil acredita que os problemas ambientais não terão solução nos atuais modelos de produção (figura 7), sendo que os consultores externos apresentam uma visão mais pessimista do que os gestores ambientais que trabalham nas empresas.

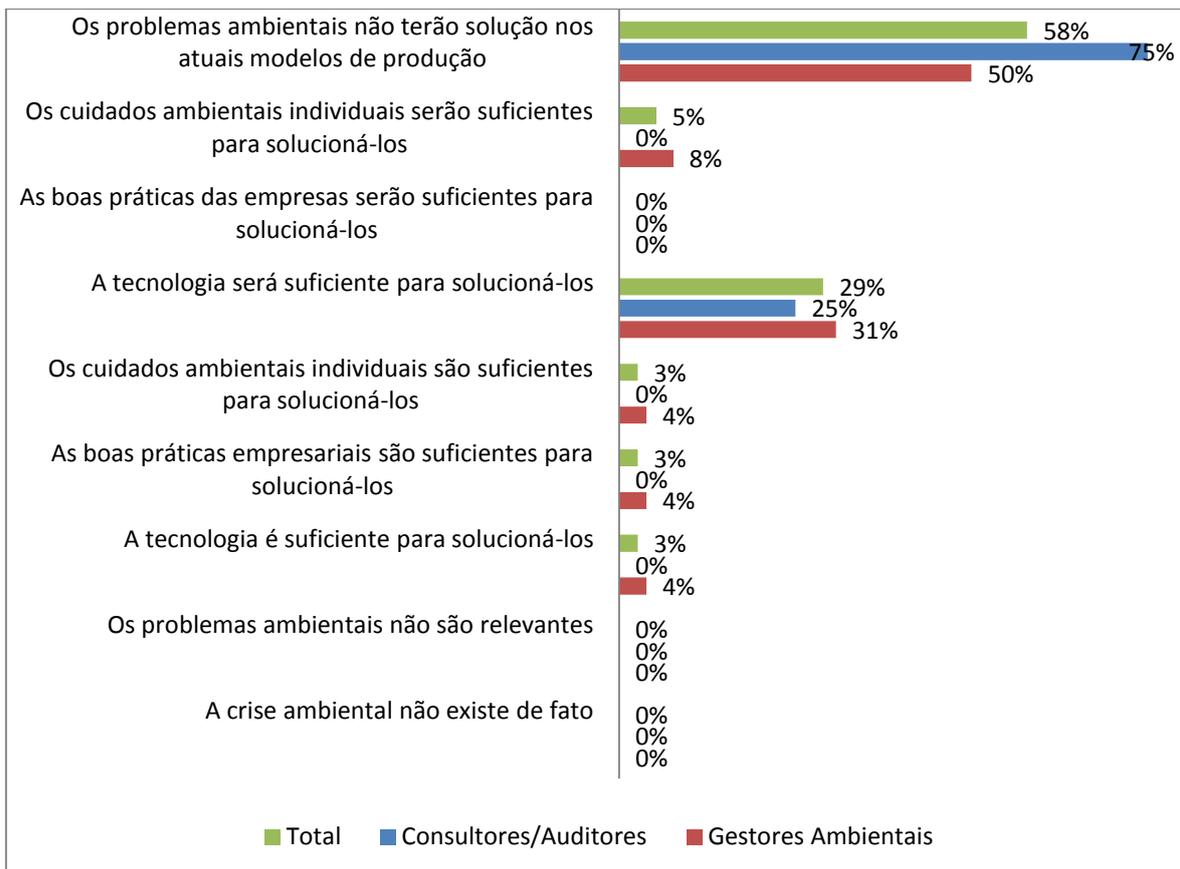


FIGURA 7 – PERCEPÇÃO DOS GESTORES AMBIENTAIS SOBRE A CRISE AMBIENTAL E SUAS PERSPECTIVAS.

FONTE: A AUTORA (2012)

Porém, apesar da limitação sinalizada pelos profissionais quanto aos modelos de produção, eles indicaram os principais aspectos que influenciam a alteração dos processos produtivos.

Os resultados indicam que os instrumentos de comando e controle apresentam um maior poder de ação em relação aos instrumentos privados de gestão para promover mudanças nas práticas empresariais. As exigências legais foram apontadas como os principais motivadores de alterações nos processos produtivos das empresas, seguidos por fatores relacionados a questões de ordem

econômica. A ênfase dada pelos gestores aos requisitos legais mostra que, apesar do surgimento de novas governanças de mercado, os instrumentos de comando e controle exercem o seu papel ao pressionar as organizações por mudanças. Os padrões de adesão voluntária foram apontados como a quarta causa de mudanças nas práticas de produção, atrás dos requisitos legais, das ações para a melhoria da qualidade dos produtos e para a redução de custos.

A melhoria na qualidade do produto foi considerada na análise como um aspecto de ordem econômica, além de ser um aspecto técnico, visto que ela valoriza o produto no mercado, melhorando o retorno financeiro para a empresa. Apesar do aumento de preço ser também uma questão econômica, acredita-se que esse aspecto foi menos enfatizado do que a redução de custo pelo fato da pressão por desempenho estar normalmente atrelada à redução de custo e não ao aumento de preço, visto que este se forma em decorrência de vários fatores externos à empresa. A alteração de processos produtivos nem sempre está vinculada às certificações ou padrões voluntários e, mesmo quando está vinculada, não há uma garantia de prêmio para os produtos, conforme comentado anteriormente. Mudanças realizadas pelas empresas de forma voluntária aparecem em último lugar, sinalizando que ainda há oportunidades de avanço neste sentido. Os resultados mostram que as mudanças positivas de práticas empresariais são ainda decorrentes de pressões externas (tabela 3), sejam do Estado ou do mercado.

TABELA 3 - PRINCIPAIS ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A ALTERAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS DAS EMPRESAS.

	Notas médias (de 1,0 a 8,0) e intervalos de confiança (IC)					
	gestores		consultores		geral	
	nota	IC	nota	IC	nota	IC
Exigência legal	7,32	0,54	6,92	0,45	7,18	0,44
Melhoria da qualidade do produto	7,00	0,43	6,92	0,61	6,97	0,35
Redução de Custos	6,45	0,51	6,75	0,73	6,56	0,37
Certificações/padrões de adesão voluntária	5,64	0,84	5,75	0,88	5,68	0,66
Melhoria voluntária da qualidade ambiental	6,14	0,72	4,75	1,23	5,65	0,61
Aumento de preço	5,36	0,88	5,92	0,76	5,56	0,62
Demandas/reclamações/sugestões	5,23	0,96	5,50	1,07	5,32	0,72
Melhoria voluntária de benefícios sociais	5,36	0,96	4,83	1,20	5,18	0,70

FONTE: A AUTORA (2012).

Alterações de fato voluntárias para a melhoria de qualidade ambiental da produção e de benefícios sociais¹⁰⁵, ou seja, não oriundas de pressões externas à organização – seja via Estado, via mercado ou via sociedade civil – mas que se originam na motivação de atores internos à organização, não foram indicadas como prioritárias pelos gestores. Este resultado reforça a ideia a respeito da origem da pressão por mudanças das práticas se encontrar no meio externo às organizações, ou ainda, do limitado papel dos próprios gestores ambientais enquanto atores motivadores de mudanças.

Aqui cabe lembrar que todas as ações pontuadas pela metodologia de certificação LIFE devem ser voluntárias. Ações resultantes de requisitos legais não são contabilizadas quantitativamente como desempenho ambiental.

Aqui é importante lembrar que, apesar das certificações serem em si mecanismos ditos voluntários, elas resultam de uma demanda de mercado. Se um cliente exige a certificação para manter uma parceria comercial, mesmo sendo um padrão de atendimento voluntário pelo fato de não se encontrar sob a forma de um instrumento de comando e controle, a certificação torna-se exigência de mercado para manutenção de clientes e ganho de concorrência. O quer dizer que, apesar da certificação ser um processo voluntário, sua manutenção pode se tornar comercialmente obrigatória ao longo do tempo.

Quando os gestores foram questionados de forma direta sobre quais os atores que exercem maior influência sobre as práticas produtivas, a resposta apontou o mercado e o Estado. Esses atores foram apontados à frente da sociedade civil, indicando que as empresas não percebem de forma direta e pressão exercida pelas ONGs nas mudanças de suas práticas ambientais. Outros atores externos como comunidades, ONGs e sindicatos apareceram em um plano secundário, como atores de menor influência (tabela 4).

¹⁰⁵ Um exemplo de benefício social como causa de alteração de processos produtivos seria a redução de poluição visando melhorar as condições sanitárias para a comunidade do entorno.

TABELA 4 - ATORES COM MAIOR INFLUÊNCIA NA ALTERAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS DAS EMPRESAS.

	Notas médias (de 1,0 a 8,0)					
	gestores		consultores		geral	
	nota	IC	nota	IC	nota	IC
Consumidor final ou outros clientes	7,36	0,40	6,67	0,91	7,12	0,42
Colaboradores diretos (funcionários)	6,05	0,69	7,00	0,99	6,38	0,58
Estado	5,95	0,83	4,50	1,12	5,44	0,70
Comunidades (vizinhos, lideranças comunitárias)	5,36	0,71	5,33	1,19	5,35	0,61
Colaboradores indiretos (consultores, parceiros comerciais)	5,36	0,65	4,58	1,01	5,09	0,56
Fornecedores	5,68	0,65	3,58	1,17	4,94	0,67
ONGs	4,50	1,05	5,42	1,22	4,82	0,81
Sindicatos	4,18	0,80	5,08	1,06	4,50	0,65

FONTE: A AUTORA (2012).

Em relação às pressões de mercado, os consumidores e clientes se destacaram quando apontados por gestores e consultores como os principais atores com poder de influência sobre as práticas produtivas das empresas.

Aqui importa discutir separadamente os consumidores e os clientes. Sobre os consumidores finais, ou seja, sobre as relações comerciais que envolvem decisões individuais e não relações comerciais entre organizações, cabe resgatar a expressão utilizada por Dupas (2005), sobre o fato do consumidor se tratar, na realidade, de um “gigante adormecido” em relação ao poder que possui. Se as decisões das empresas têm sido fortemente influenciadas pelas demandas de mercado, o poder que se encontra nas mãos do consumidor seria de fato um tema importante a ser explorado.

Porém, apesar de Dupas (2005) utilizar o termo “adormecido” no sentido da existência de um poder não explorado, o mesmo termo pode ser utilizado referindo-se à falta de organização política ou de uma ação coletiva deliberada¹⁰⁶ deste ator. Ou seja, apesar da quantidade de consumidores passivos – visto que para o mercado cada indivíduo é um consumidor em potencial – este fato não resulta necessariamente em poder de ação.

¹⁰⁶ O Instituto Akatu é um exemplo de organização não-governamental que vem atuando para a mobilização deste poder, no sentido de mobilizar as pessoas para a transformação do ato de consumo como instrumento para a construção da sustentabilidade no planeta. Porém, este poder do consumidor ainda é extremamente questionado.

Isto se explica também porque o consumo, segundo Canclini (1995), é algo que está muito além de uma atitude de mercado. Não se trata apenas de um momento do ciclo de produção no qual se completa o processo iniciado com a geração de produtos, mas, o consumo é algo muito mais complexo e que incorpora um conjunto de processos socioculturais, estando além de exercícios de gostos, caprichos e atitudes individuais. Assim, pagar mais ou não por um produto certificado, é algo que está além da boa vontade do consumidor, como afirmam Upton e Bass (1996). Não é possível relacionar de forma direta a pressão do consumidor com sua disposição em pagar.

Por outro lado, em se tratando de clientes na cadeia de produção, ou seja, das relações comerciais entre organizações de mercado, atender a uma exigência do cliente pode se tratar de uma necessidade para a sobrevivência do negócio ou para a manutenção do mercado, mesmo na ausência de sobrepreço. Além de que, como afirmam Upton e Bass (1996 p. 43), os clientes não pagarão mais por produtos certificados se a qualidade e desempenho deste produto forem inferiores às alternativas disponíveis.

Apesar do questionário não separar cliente de consumidor, entende-se que a pressão recebida pela empresa advém mais dos clientes da sua cadeia de produção, e menos do consumidor final. Assim, os clientes ou o mercado são indicados em conjunto como o ator de maior pressão para mudanças das práticas produtivas.

As ONGs aparecem em sétimo lugar e sua influência direta na alteração de práticas produtivas não é percebida pelos gestores. Porém, de forma indireta, conforme verificado no capítulo anterior, por meio da participação das ONGs nos padrões voluntários de gestão sua atuação é influente.

As consequências da adesão pelas empresas a padrões voluntários, segundo os gestores ambientais, estão na redução da poluição, na manutenção dos clientes, no aumento da ecoeficiência, na consequente diminuição no uso dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade (figura 8).

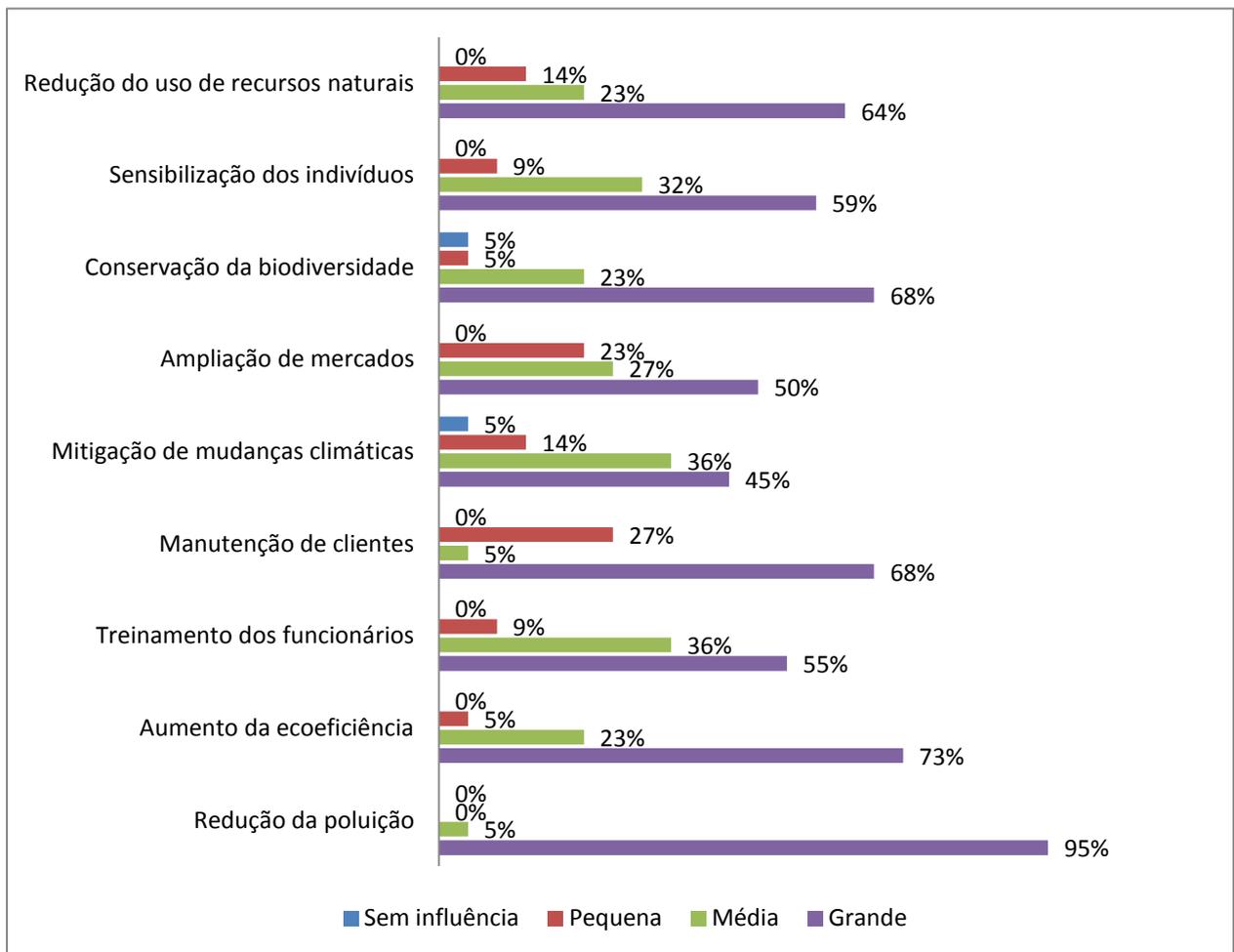


FIGURA 8 – ASPECTOS INFLUENCIADOS PELA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL NA VISÃO DE GESTORES AMBIENTAIS.
 FONTE: A AUTORA (2012).

São apontados também como resultados positivos, a sensibilização dos indivíduos para o engajamento em ações individuais e coletivas; e resultados econômicos, como a manutenção de clientes e a ampliação de mercados. Os gestores amostrados percebem menor possibilidade de influência da gestão ambiental empresarial sobre a mitigação das mudanças climáticas, que ainda assim foi apontada como recebendo grande influência da gestão por 45% dos profissionais.

Os padrões voluntários ainda estão de alguma forma associados ao cumprimento da legislação, que infere em um aspecto econômico de certa forma, se avaliado em relação à proteção contra multas, assim como o aumento da ecoeficiência, também um aspecto econômico, uma vez que visa o aumento da

eficiência produtiva. A manutenção de clientes e a conservação da biodiversidade parecem ter o mesmo peso para as empresas nesta investigação, levando-se em conta, porém que, enquanto o cliente é o motor da empresa, a biodiversidade está associada à manutenção do meio ambiente para usufruto do homem.

Considerando que a implantação de um sistema de gestão ambiental pode ocorrer de forma independente de um processo de certificação, os gestores foram questionados sobre a motivação para buscar este processo e a alteração de práticas que dele decorrem. Entre os gestores ambientais amostrados apenas 13% respondeu que a certificação ambiental foi um resultado natural do bom desempenho ambiental e das boas práticas já adotadas pela organização. Esses acreditam que, em função de uma preocupação inicial da empresa com as questões ambientais, independentemente de pressões externas, um sistema de gestão ambiental foi implementado e, como consequência, a empresa obteve a certificação.

Quando considerado o total da amostra, 23% dos profissionais indicaram que a certificação foi resultado da busca pelo reconhecimento público, o que volta a situar o papel do mercado em posição de destaque (tabela 5).

TABELA 5 - A CERTIFICAÇÃO COMO CAUSA E CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS NA VISÃO DOS GESTORES¹⁰⁷

	gestores (5)	consultores (9)	total (14)
A certificação foi uma consequência das boas práticas já realizadas pelas empresas	36%	0%	13%
As boas práticas foram implementadas como resultado do processo de certificação ambiental	64%	0%	23%
Mesmo após o processo de certificação as empresas não implementaram melhorias	0%	100%	64%

FONTE: A AUTORA (2012)

Quer dizer que, para estes profissionais, independentemente da real preocupação dos principais executivos em relação às questões ambientais, a decisão sobre implantar processos de gestão ambiental e buscar atender padrões voluntários de certificação é atribuída ao poder do mercado. Para este grupo, apesar da motivação das empresas em buscar as certificações ser comercial, são percebidas melhorias na gestão ambiental da organização em função do processo.

¹⁰⁷ Valores ponderados conforme número de profissionais que responderam a esta questão: 5 gestores e 9 consultores.

Mas, se destacou o resultado médio de 64% que acredita que mesmo após o processo de certificação não houve melhorias ou modificações nas práticas das empresas. Os gestores apresentaram uma visão mais otimista em relação aos consultores que, em 100% dos casos responderam não haver alteração nas práticas empresariais em função da certificação (tabela 5).

Quando se considera que os gestores estão subordinados às lógicas econômicas e institucionais da organização onde atuam e, por isso não podem ser considerados efetivamente como atores independentes no processo de gestão ambiental, pode-se dizer que os consultores apresentam uma visão mais isenta e autônoma do processo. Este fato pode ser uma das causas das diferenças apresentadas entre a opinião destes dois grupos. Por outro lado, imagina-se que os gestores tenham maior conhecimento a respeito das técnicas e processos empregados na produção e das alterações que estes vem sofrendo ao longo dos anos por meio da adaptação e dos monitoramentos necessários para as certificações ambientais.

A questão é que as práticas produtivas podem aparentar melhoria em um contexto de eficiência tecnológica e processual, mas ainda assim representar uma ameaça ambiental em um contexto mais amplo sob um olhar externo. Por exemplo, um determinado processo de produção pode ser mais eficiente a cada ano, mesmo em se tratando da produção de um produto extremamente tóxico à saúde e ao meio ambiente.

Mas, das mudanças efetivas, os principais resultados práticos apontados pelos gestores foram o incentivo para a melhoria dos processos produtivos e seus controles (59%); a sensibilização, conscientização e comprometimento individual/coletivo com a questão ambiental (22%); e o reconhecimento público/benefícios econômicos (19%) (tabela 6).

TABELA 6 - PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CERTIFICAÇÕES INDICADOS PELOS GESTORES AMBIENTAIS

Alteração	Melhorias citadas pelos gestores ambientais	% de indicação
Melhoria dos processos produtivos e seus controles	Melhoria ambiental dos processos produtivos; cumprimento da política ambiental da organização; melhoria no controle dos impactos ambientais; elaboração de procedimentos operacionais ambientais; criação de grupos de trabalho; acompanhamento de resultados ambientais através de indicadores; renovação da matriz energética; ampliação e melhorias no tratamento de efluentes; investimento na mitigação e monitoramento <i>online</i> de emissões atmosféricas; redução significativa no uso de energia pelos processos industriais; eliminação de resíduos para aterro; inclusão de aspectos ambientais para análise de projetos de produtos e instalações; padronização dos processos; organização e sistematização da área ambiental; Respeito às exigências legais em todos os aspectos; ampliação do conhecimento e divulgação sobre a legislação ambiental; melhoria no processo interno de avaliação de conformidade legal.	59%
Sensibilização, conscientização e comprometimento individual/coletivo	Comprometimento individual dos colaboradores para a atuação pessoal de forma integrada aos aspectos socioambientais, de conservação, de segurança e respeito individual ; e coletivo; sensibilização de funcionários e gerentes; maior comprometimento dos funcionários; conscientização do público interno; participação dos funcionários na conscientização de pessoas sobre a questão ambiental; engajamento de todos com a responsabilidade na gestão ambiental; melhoria no clima organizacional.	22%
Reconhecimento público e benefícios econômicos	Exemplo de sucesso a ser empregado por outras empresas do setor; promoção do reconhecimento público e valorização da prestação dos serviços em várias áreas de atuação; redução de custos; reconhecimento da importância e influência das certificações junto ao mercado, consumidores, acionistas e fornecedores; reconhecimento por parte dos fornecedores.	19%

FONTE: A AUTORA (2012)

Analisando os resultados apontados pelos gestores é possível desenhar o fluxo do processo no mercado, considerando o cenário no qual as empresas efetivam os compromissos assumidos e promovem melhorias em sua gestão ambiental (figura 9).

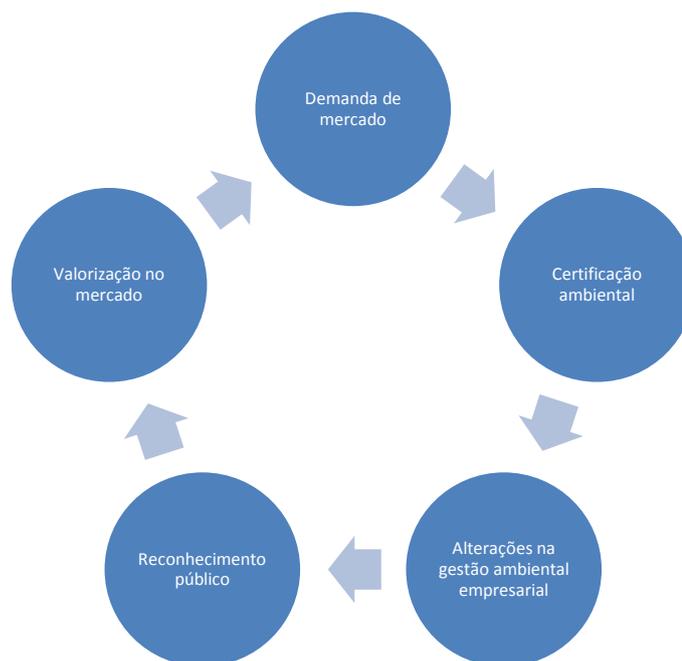


FIGURA 9 – MUDANÇAS NAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS DECORRENTES DA AÇÃO DO MERCADO NA VISÃO DOS GESTORES AMBIENTAIS.
 FONTE: A AUTORA (2012).

Neste cenário (figura 9) o processo de alterações das práticas empresariais se inicia, majoritariamente, como uma demanda econômica, seja na forma da pressão de clientes ou da busca por um reconhecimento para a manutenção ou ampliação de mercado. Para obter um reconhecimento visível ao público a empresa adere a um sistema de certificação. Na sequência, este sistema de certificação passa a ocasionar alterações, sendo as principais: a melhoria dos processos produtivos e seus controles; a sensibilização, conscientização e comprometimento individual/coletivo com a questão ambiental; e o reconhecimento público com benefícios econômicos, ou seja, um benefício de mercado. O fluxo se mantém porque a valorização da organização ou de seus produtos no mercado alimenta a demanda pela certificação. Neste momento, a certificação, apesar de originada de um processo voluntário pelo reconhecimento e valorização no mercado, pode tornar-se comercialmente obrigatória para o atendimento da demanda criada pelo reconhecimento público.

Porém, se a visão dos consultores externos às organizações estiver correta, ou seja, se as empresas não modificam suas práticas a partir dos processos de certificação, este fluxo, apesar de movimentar o mercado, não estaria resultando em

melhorias concretas. Assim, justamente o elo de “alterações na gestão ambiental empresarial” poderia ser uma falácia.

Os instrumentos privados avaliados no capítulo anterior mostram que há novos paradigmas em termos de abrangência do conceito sobre meio ambiente sendo incorporados nos requisitos de padrões voluntários, a partir do engajamento do movimento ambientalista em participar destes processos. Contudo, a inovação de conceitos para a gestão ambiental depende da sua implantação por parte da empresa.

As estruturas de verificação previstas pelos sistemas de auditoria, contando com avaliações realizadas por uma terceira parte, devem ser capazes de garantir a concreta aderência das organizações aos padrões voluntários, com isenção de conflitos de interesse. Portanto, a sinalização deste grupo de atores sobre a não implementação pelas empresas dos critérios estipulados, alerta para a necessidade de um monitoramento eficaz neste sentido.

Apesar dos resultados aqui apresentados não estarem obrigatoriamente relacionados àqueles instrumentos, eles apontam para os alcances e as limitações de instrumentos privados de uma forma geral sobre a prática das empresas. Neste caso, a limitação seria a possibilidade de falhas no monitoramento do processo que permitam a uma empresa permanecer certificada sem que as adequações necessárias fossem implementadas.

Em relação aos alcances foram identificados resultados em três frentes: técnicos e ambientais; educativos; e econômicos. Entre os alcances técnicos e ambientais foram identificados os potenciais dos instrumentos em reduzir a poluição gerada pelos processos produtivos, aumentar a ecoeficiência, reduzir o uso de recursos naturais e conservar a biodiversidade. No entanto, a conservação da biodiversidade se daria de forma indireta, via melhoria dos processos técnico-produtivos. Emerge aqui a questão de se aprofundar o entendimento dos gestores a respeito da conservação da biodiversidade no sentido ecossistêmico explorado no capítulo anterior, ou seja, na necessidade da manutenção dos recursos e complexos naturais externos à organização, independentemente da eficiência interna dos processos e resultados ambientais.

O alcance educativo dos instrumentos se encontra na sensibilização do público interno, visando o seu engajamento individual e coletivo em relação à causa ambiental.

O alcance econômico encontra-se na obtenção de um reconhecimento público da empresa no mercado, junto aos acionistas, clientes e fornecedores, e na redução de custos.

O fato dos instrumentos de comando e controle possuírem maior poder em ocasionar mudanças nas práticas empresariais não foi interpretado como uma limitação. Pelo contrário, foi considerado um dado importante em relação à legitimação do poder do Estado, ao menos no Brasil, além de que, como evidenciado no capítulo anterior, os instrumentos privados atuam também no fortalecimento da aplicação dos requisitos legais.

Porém, além da ação reativa às ações de comando, os resultados indicaram que as empresas modificam suas práticas também reativamente em resposta às demandas do mercado, oriundas de seus clientes. Os clientes apareceram à frente do Estado quando os gestores foram questionados sobre os atores mais influentes no processo de alteração das práticas produtivas empresariais.

Isso significa que, ambos, Estado e mercado, apresentam poder de ação neste sentido. Considerando os três atores da ordem global, o Estado, o mercado e as ONGs, estas foram apontadas pelos gestores como os atores menos relevantes em relação à influência direta em suas práticas de negócio.

Entretanto, os resultados do capítulo anterior mostram que, de forma indireta, por meio de sua participação no desenvolvimento dos instrumentos privados de gestão, e na inserção de suas lógicas e paradigmas no conteúdo e indicadores dos instrumentos, a sociedade civil está atuante e influenciando a alteração de paradigmas de gestão ambiental empresarial por meio do conteúdo dos padrões. Ou seja, apesar dos gestores não perceberem uma influência direta das ONGs, indiretamente elas podem estar fazendo bastante diferença. Mesmo que os padrões de adesão voluntária não sejam os principais motivadores de mudanças, espera-se que, quando implementados, resultem em mudanças que excedam o desempenho ambiental e social estipulado pelos instrumentos regulatórios.

Apareceram aqui dados interessantes sobre a questão do poder e do papel que exercem os diferentes atores. A abordagem conceitual do início da tese comenta sobre a possível limitação do papel do gestor ambiental enquanto ator, explicada pela sua subordinação a lógicas institucionais, econômicas e ideológicas. Esta questão aparece nos resultados quando se observa que, 100% dos gestores acredita na realidade concreta da crise ambiental e mais de 50% acredita que a

solução para a crise não pode ser encontrada nos atuais modelos de produção e consumo.

Por um lado, este resultado mostra a própria eficiência de programas de sensibilização quanto à relevância da crise ambiental – indicados pelos gestores como um dos três principais resultados positivos da implantação de padrões voluntários de sistemas de gestão – mas, por outro lado, indica que a sensibilização dos gestores encontra, talvez na própria racionalidade econômica, um limitante que impede alterações de posicionamento ambiental mais eficazes ou que um engajamento mais arrojado pelas empresas seja realizado.

Assim, independentemente da sensibilização, o poder de atuação dos atores internos a empresas ainda é limitado. As mudanças das práticas ambientais empresariais não se originam no seu interior, e sim como resultado de uma pressão de mercado ou da exigência do Estado.

Aparece assim uma conjunção de informações: o fato de toda a amostra acreditar na relevância da crise ambiental; a indicação de limitações para a ação voluntária; a reserva de poder de ação para o mercado e o Estado; a crença no incerto, ou seja, no futuro da tecnologia como solução; a predominância do perfil tecnicista característico do ambientalismo moderado entre os gestores ambientais. Destas informações emerge como uma nova questão, o tempo e a capacidade da ciência e da tecnologia para resolverem todos os problemas ambientais da atualidade, considerando principalmente a relação entre o tempo do esgotamento dos recursos frente aos níveis atuais de produção e consumo.

A relação entre esgotamento de recursos frente aos níveis atuais de produção e consumo não está clara para os gestores. No dia-a-dia das empresas a tecnologia ainda é a solução para os seus problemas. Mas, sua relação com o esgotamento dos recursos ainda é uma questão a ser internalizada. Mas, ainda restaria questionar a que ponto esta questão poderia ser internalizada frente à racionalidade econômica, ainda que os gestores estivessem plenamente cientes a seu respeito.

6. O PAPEL DOS INSTRUMENTOS PRIVADOS DE GESTÃO NA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Para a análise das entrevistas os textos foram transcritos e fragmentados em unidades de significado, as quais foram primeiramente agrupadas por assunto: o movimento ambientalista; o papel do setor econômico; os padrões formais de certificação ambiental; os padrões semi-alternativos de certificação ambiental. Cada um destes assuntos foi reconstruído a partir da visão dos diferentes atores entrevistados e posteriormente sintetizados para uma análise geral da visão dos atores sobre o papel dos instrumentos privados de gestão para a governança global.

6.1 O movimento ambientalista e os instrumentos privados de gestão

Sendo uma consequência do movimento ambientalista internacional, os instrumentos de gestão ambiental orientados pelo mercado foram uma resposta do setor privado a uma demanda social global. Por um lado, as empresas responderam às pressões com a criação de instrumentos de autogestão e, por outro, o movimento ambientalista passou a atuar de forma direta e conjunta com outros atores no desenvolvimento de instrumentos privados.

Assim, atores que permaneciam no ambiente externo às corporações se manifestando socialmente pela crítica, emergiram nas últimas décadas como novos atores na governança ambiental e passaram a dialogar e a interagir diretamente com o mundo empresarial. Foi esta parte do ambientalismo que Leis (1996) denominou de ambientalismo reformista pelo fato de se inserir no sistema econômico dominante. Mesmo os atores que representam o movimento entendem e admitem que houve essa modificação em sua postura, principalmente na última década.

“Nas últimas décadas existe um diálogo maior entre parte do movimento ambientalista e as empresas. Agora é totalmente diferente de dez anos atrás” (IQ2).

Apesar de se reportar a dez anos atrás, foi justamente nesse período que surgiram os primeiros indícios desta aproximação e diálogo. Contudo, somente agora é possível perceber de forma mais clara esta dinâmica, ou seja, apenas agora no século XXI esta dinâmica do movimento ganhou maior visibilidade.

Mas, cabe aqui empreender a reflexão sobre a real capacidade dessa aproximação e diálogo resultar em algum deslocamento da racionalidade econômica e de aproximá-la de outros fundamentos ético-filosóficos, talvez como uma oportunidade de ação. Parece que, de fato, as racionalidades em si não se aproximam, apesar do discurso sobre o mesmo tema, e a crise ambiental segue predominantemente uma via intermediária entre o pessimismo dos malthusianos sobre o esgotamento dos recursos, e o otimismo dos cornucopianos com sua fé na tecnologia como salvação.

Mas, apenas parte do movimento ambientalista está disposta a atuar desta forma, por meio do diálogo com a visão mundialmente dominante de mercado. Em função desta oposição foi que emergiram as certificações alternativas, fundadas em outras correntes, fundamentadas pela economia solidária e de baixa escala – no sentido antiglobalização –, se constituindo como um contraponto à economia neoclássica.

As correntes do ambientalismo que atuam via oposição e se negam ao diálogo, entendem esta aproximação como um risco de homogeneização de discursos e práticas que coadunem com um modelo de desenvolvimento nocivo à natureza e precursor da crise ambiental. Mas, para os moderados, esta diversidade é necessária e salutar.

“O movimento ambientalista precisa da diversidade, assim como os ecossistemas. Existem ONGs que suspeitam das indústrias e por isso estão sempre contra elas. Enquanto isto há outras trabalhando em conjunto porque, se sempre teremos indústrias, precisamos cuidar do sistema industrial” (IQ2).

Entende-se assim que, a inserção do ambientalismo no mercado é vista como promotora de uma tensão saudável e que visa uma transição rumo a novas racionalidades que permitam ultrapassar as limitações de princípios estritamente econômicos para internalizar novos conceitos e práticas na gestão do setor industrial.

“A atuação das ONGs e a conscientização do público sobre as questões ambientais tensionam a indústria sobre o seu papel. Colocam uma tensão entre o papel tradicional da indústria e o seu papel moderno” (IQ2).

A recente atuação de ONGs neste campo significa uma manifestação por formas de participação mais ativas e diretas na regulação do setor produtivo. Mas, com o aumento no número de organizações que não são nem estatais e nem mercantis, tal atuação se insere no questionamento sobre a importância da esfera pública como espaço legítimo da ação política.

Porém, legitimidade pode também ser encontrada na necessidade de atuação direta da sociedade nas questões ambientais. Se a iniciativa das organizações da sociedade civil é resultado de uma insuficiente resposta do Estado que abriu oportunidade para novos arranjos institucionais mais flexíveis (BARROS-PLATIAU, 2009), “as ONGs passam a ser de grande importância e centrais para a governança e a gestão ambiental” (IQ2).

Entre atores formais e informais da governança ambiental global encontram-se “[...] os Ministérios do Meio Ambiente, ONGs, Ols [...] programas como a CDB, Climate Change, companhias privadas, etc.” (IQ1).

“A governança ambiental é muito fortemente afetada por objetivos políticos de curto prazo” (IQ5). Há deficiências na governança ambiental e por isto esta precisa ser priorizada, se tornar um assunto de economia. A mudança climática e a biodiversidade não são questões ambientais, e sim, econômicas e de segurança. Só se cuida de questões de meio ambiente se não há algo mais importante, por isso é necessário introduzir tais questões como problemas de economia e segurança.” (IQ1).

Mas, se as questões de ordem ambiental precisam se transformar em questões de ordem econômica para que sejam priorizadas, Leff (2007[2001] p. 106) tem razão quando afirma que, ainda que os princípios do ambientalismo introduzam novas motivações no campo político, as próprias circunstâncias nas quais se manifesta a problemática ambiental se tornam obstáculo para a tradução desta consciência em uma nova racionalidade.

Há uma esperança nos discursos sobre o deslocamento desta racionalidade quando se fala que “as ONGs devem se envolver cada vez mais com as empresas para disseminar informações, capacitação e facilitar a mitigação” (IQ5). Mas, a compreensão da predominância e das limitações de uma visão com interesses estritamente econômicos, os quais guiaram as práticas produtivas até o momento e se tornaram em propulsores da crise, aponta para um desafio para a proteção ambiental.

Na visão das organizações internacionais, um exemplo é a própria dificuldade em se separar os interesses públicos dos interesses privados devido à interdependência entre atores nos campos econômico e político.

“Muitos governos estão com medo de que a indústria ou um setor não concorde com sua atuação. Se o governo diz que vai implantar um sistema de monitoramento para um setor e o setor não concordar, o dinheiro irá para esforços de protesto e lobby. Isso faz com que haja muita pressão de cima para baixo. Se o setor concordasse com as regulamentações necessárias seria muito positivo. Mas se a indústria não quer, o governo não vai destruir sua própria indústria” (IQ1).

Os ganhos na agenda ambiental internacional apontados estão principalmente relacionados à biodiversidade:

O desenvolvimento de fortes Estratégias Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP¹⁰⁸) alinhadas à agenda da Convenção da Diversidade Biológica apresenta potencial para alterações positivas em escala". Espera-se que a proliferação de encontros globais sobre biodiversidade (Rio+20; COP11; IUCN/Jeju) gerem resultados positivos e uma forte agenda. Mas há necessidade de indicadores para mensurar o sucesso da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA), iniciativas e políticas ambientais. É necessária também uma maior transparência com a maior experiência dos países, compartilhando dados entre governos e setores; além de uma regulação mais forte, aplicação de incentivos, desincentivos e penalidades relacionadas ao desempenho das operações e suas relações com a biodiversidade" (IQ5).

Em relação a novos incentivos privados, a inserção da biodiversidade na agenda política internacional também repercutiu em novos instrumentos privados de gestão, evidenciados nesta tese, com é o caso da certificação LIFE. O apoio da CDB a uma ONG brasileira visando a difusão de uma nova ferramenta que se alinha a agenda política internacional reflete a ideia de gestão coletiva de meio ambiente que, segundo Barros-Platiau et al. (2004), se realiza por meio de instituições formais em âmbito nacional e internacional através do Estado e das Organizações Internacionais, e de arranjos informais.

"Globalmente o reconhecimento sobre a importância da biodiversidade está aumentando, assim como está aumentando o apoio a projetos para mitigação de impactos à biodiversidade e para a compensação" (IQ5).

Como discutido anteriormente, DUPAS (2005) questionou se seria possível em longo prazo realizar uma coalizão entre "perdedores" e "ganhadores" da abertura econômica, tratando os ecologistas como perdedores e as grandes corporações e o mercado financeiro como ganhadores. Porém, diante do fato da aproximação entre ecologistas, grandes corporações e mercado financeiro, é possível observar que esta coalizão já está ocorrendo. Mais do que isto, os atores do ecologismo que se engajaram nesta aproximação e apostaram em novas formas de ação junto ao mercado não parecem de todo perdedores, chegando a afirmar que "*houve mudanças nas práticas de negócio desde 1972, quando surgiram as primeiras discussões: acredito que as coisas estão mudando e seguindo para frente*" (IQ2). Mas, apesar de acreditarem em alguns sinais de mudança nas práticas de negócio, a preocupação geral com os rumos do desenvolvimento ainda é grande.

¹⁰⁸ National Biodiversity Strategies and Action Plans. São os principais instrumentos para a implantação da Convenção da Diversidade Biológica em nível nacional.

Segundo os representantes do movimento ambientalista, o desafio agora é *“a proporção que tomou o problema ambiental, sendo que a trajetória até agora caminhou para uma falha global”* (IQ2). *“Enganamos a nós mesmos, convencidos de que algum milagre acontecerá, mesmo sem termos a mínima ideia de qual possa ser este milagre que não seja a mudança drástica na maneira de encarar o desenvolvimento”* (IQ6). Mesmo os gestores acreditam que *“as práticas ambientais das empresas ainda são pequenas e poucas”*, lembrando da questão cultural de que *“o homem não foi educado para respeitar a natureza: nossa educação tem como base a cultura de exploração”* (IQ4).

Apesar da aproximação entre o movimento ambientalista e o mercado por meio do diálogo e construções conjuntas, suas racionalidades não se aproximam. Mas, a realidade do ambientalismo no mundo dos negócios se tornou mais complexa: o que anteriormente era influenciado apenas por pressões externas, passou a influenciar questões de cunho econômico e se tornou questão de sobrevivência das organizações.

Para as Organizações Internacionais, *“instrumentos de mercado têm o potencial de fortalecer os negócios no engajamento em operações responsáveis, visto que produzem oportunidades para negociações rentáveis, como créditos de compensação”* (IQ5). Porém, *“motivar economicamente os parceiros da empresa para que eles insiram a conservação da biodiversidade como conceito de gestão ambiental permanece sendo um desafio”* (IQ4).

É interessante observar que diferentes atores que vêm trabalhando com esta questão acreditam que de fato *“houve mudanças no engajamento do setor privado com as questões ambientais e de biodiversidade”* (IQ5) e que *“há maior utilização de fontes sustentáveis, em função de uma crescente pressão dos governos e da sociedade civil, de consumidores e de outras partes interessadas”* (IQ5).

A visibilidade dada à crise ambiental nos últimos anos pelo movimento ambientalista é provavelmente o motivo deste aumento citado a respeito do comprometimento com a questão e do *“aumento da quantidade de Padrões regulatórios e voluntários relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos”*. Outro resultado desta visibilidade é que *“até mesmo os fundos estão demandando melhores desempenhos em relação aos serviços ecossistêmicos para os financiamentos”* (IQ5). Assim, seja por meio de padrões regulatórios ou voluntários, o engajamento do setor privado passou a ser cobrado de forma mais

intensa, considerando uma demanda geral que pode ser observada neste discurso de um informante de uma OIG:

“São as corporações privadas e as empresas de capital público que têm impacto ambiental direto. O governo e os indivíduos não têm. Todos são um pouco responsáveis, mas é a empresa quem faz a mesa, a câmera, quem extrai os recursos e cria facilidades utilizando energia” (IQ1).

Importa a partir destas colocações e diante da pressão do movimento ambientalista e de sua aproximação do mercado para a ação, acompanhar o resultado das mudanças anunciadas tanto pelo segundo como pelo terceiro setor e sua capacidade, entre outras, de reverter a tendência atual de perda de habitats e ecossistemas.

6.2 O papel do setor econômico

Para LEFF (2001, p. 87), a racionalidade econômica se construiu em torno de uma doutrina que aspira a uma cientificidade fundada restritamente à eficácia técnica, a qual levou à superexploração de recursos e ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais¹⁰⁹. Assim, a problemática ecológica questiona tanto os custos da racionalidade produtiva fundada unicamente nos cálculos econômicos (p. 133), quanto a racionalidade cartesiana e tecnológica fundada na eficácia dos sistemas de previsão e controle que buscam incrementar a capacidade de certeza sobre a realidade do incerto (p. 136).

Incorporar a questão ambiental nessa racionalidade é sem dúvida um desafio para as lógicas do próprio sistema. *“Não adianta termos uma visão altruísta, ela é econômica” (IQ4)*. Considerando que a geração de lucro é fundamental para a sobrevivência de qualquer negócio, o deslocamento da racionalidade econômica para dar espaço à racionalidade ambiental depende da internalização desta última às mesmas lógicas, o que resulta nas críticas à própria economia ambiental em função das lacunas evidenciadas pelas já citadas externalidades.

Por outro lado, entende-se que a capacidade de mudanças que podem se originar do setor econômico quando se considera sua escala e potência de atuação

¹⁰⁹ “Economistas como Sen, Tsuru e Schumacher, Georgescu-Roegen e Daly questionaram os fins e fundamentos da economia regida pela acumulação e pelo crescimento; por um ideal de progresso cujo êxito se reflete no incremento do PNB (Produto Nacional Bruto), sem importar-se se ele é constituído [...] pela superexploração de recursos não-renováveis e pela superprodução de mercadorias subvencionadas pela subvalorização da natureza, pela destruição das florestas e pela contaminação do planeta” (LEFF, 2001, p. 88).

é enorme. Daí a importância de que este setor esteja de fato atento e disposto a internalizar mudanças concretas, o que pode ocorrer também por intermédio de novos instrumentos de gestão ambiental.

“A participação do setor privado nas questões ambientais sempre foi muito importante em função do seu poder. Ao mesmo tempo, importante porque o setor privado está mais atento às questões ambientais e por isso está operando este conceito dentro do modelo econômico - o setor privado é fundamental porque é ‘a ponta afiada da vara’” (IQ2).

O principal motivo é a fonte de recursos, a capacidade do setor privado de investimento, o que reforça a questão da interdependência econômica e política entre o primeiro e o segundo setores.

“Os fundos governamentais para a conservação da biodiversidade são insuficientes para atender as necessidades relacionadas à degradação dos ecossistemas. O setor de negócios precisa liderar sobre os impactos que estão tendo sobre a biodiversidade, apoiados por legislações mais fortes e incentivos do governo” (IQ5).

Porém, instrumentos econômicos, como mencionado, dependem de demandas que gerem a valorização de práticas inovadoras – reconhecidas, por exemplo, pela eco-rotulagem – por meio de um prêmio, de proteção ou de ampliação de mercado. Ainda assim, é possível identificar ações inovadoras na forma de voluntariado, mesmo que não representem soluções por si só em função de sua escala: *“Você vê certas coisas como o apoio a áreas protegidas e acha que são coisas de mercado, mas elas são em maioria resultados de voluntariado” (IQ1).* Atualmente acredita-se que o engajamento na questão ambiental representa visão e liderança de mercado: *“Há vinte anos já havia empresas pensando nestas questões, mas agora acredito que os líderes estão lá” (IQ2).*

Contudo, ações inovadoras na área ambiental também podem deixar de ser resultado de voluntariado quando o real entendimento sobre a crise e a consequente consciência sobre a interdependência entre negócios e biodiversidade ameaça a própria sustentabilidade econômica: *“Originalmente a conservação era vista como filantropia pelas empresas, mas, agora, as empresas com visão sabem que ela é essencial. Se elas querem um futuro, elas precisam reconhecer” (IQ2).* Provavelmente em função de uma melhor compreensão sobre os riscos que a perda da biodiversidade representa para os negócios, *“observa-se uma maior conscientização sobre os impactos e valores da biodiversidade e serviços ecossistêmicos e suas relações com o risco para os negócios” (IQ5).*

Um instrumento econômico utilizado no sentido de obrigar um melhor desempenho ambiental das organizações são as taxas de poluição¹¹⁰, o que remete novamente à questão da predominância da racionalidade econômica e em função disto à necessidade de tratar a questão ambiental sob este prisma. A grande maioria das empresas pratica ações ambientais guiada pela racionalidade econômica, e não pela racionalidade ambiental.

“Hoje as empresas têm uma consciência maior em relação aos resíduos porque estão pagando. Isto pesa no bolso. Há uma preocupação em realizar alterações no processo produtivo visando à redução de custo. O objetivo não é atacar a geração de resíduos em si, mas reduzir os custos uma vez que é necessário gastar com a destinação. Esta mudança ocorreu nos últimos dez anos” (IQ3). “O que pode fazer diferença é a conscientização do gestor, da Alta Administração” (IQ3).

Mas, quando se fala em organizações ou empresas, não se pode esquecer dos gestores e executivos responsáveis pela tomada de decisões e a capacidade ou alcance que teriam sua sensibilização e conscientização ambiental para um engajamento efetivo na questão ambiental.

“Existem executivos da Alta Administração das empresas que já possuem consciência ambiental. Independentemente da necessidade de redução de custos ou pressões de mercado, já internalizaram este conceito, mas infelizmente são poucos” (IQ3).

Porém, como a pressão do negócio apresenta um poder maior em relação à visão ambiental ou intenção de mudanças por prática do gestor, e as regras de mercado são dirigidas por pressões sociais, aparece novamente o consumidor como potencial agente de mudança ou portador de uma força ainda não explorada, como lembrou Dupas (2005) ao chamá-lo de “gigante adormecido”.

“A racionalidade econômica pode ser um limitante para a implantação de um sistema de gestão ambiental eficaz, dependendo do nível de conscientização, até mesmo dos consumidores e dos clientes. Até certo ponto a questão econômica “trava” a questão ambiental, mas se a sociedade começar um movimento de conscientização e a cadeia de suprimentos buscar efetivamente fornecedores com práticas concretas, o próprio fator econômico apontará que as práticas ambientalmente corretas valem a pena” (IQ4).

Esta limitação dos instrumentos no próprio mercado aparece como um ponto de consenso entre diferentes atores. Sob o ponto de vista das organizações internacionais, “os instrumentos de mercado estão crescendo, mas, seu uso pelo mercado é ainda limitado, e assim é sua capacidade para ocasionar mudanças” (IQ5).

¹¹⁰ Instrumento de caráter fiscal que permite atribuir um valor à poluição liberada no meio ambiente. Pagamento de imposto com base na quantidade ou na qualidade de uma descarga de poluente no meio (SEIFFERT, 2010[2007], p. 238).

“Há mudanças genuínas. Algumas empresas estão realmente mudando e há pessoas comprometidas. É possível observar que há pessoas percebendo que há algo de errado. E eu acredito que há empresas ainda caminhando para mudanças” (IQ1).

6.3 Os padrões formais de certificação ambiental

Os alcances dos padrões formais e convencionais em termos de conceito e paradigma ambiental foram apontados pelos informantes, bem como suas limitações, confirmando os resultados encontrados com a aplicação dos questionários. Reforçou-se o papel do sistema ISO no controle dos aspectos e impactos, de um lado, e sua restrição conceitual, de outro. Esta informação foi capturada dos discursos da profissional que realiza auditorias neste sistema desde sua criação, bem como da gestora ambiental responsável pela implementação do sistema em uma grande empresa.

“O foco da gestão ambiental pela norma ISO 14.001 é implantar um sistema totalmente voltado para o controle dos aspectos, impactos e resíduos que estão sendo gerados. Isto é, tudo o que entra e sai da organização. O foco é conseguir administrar tudo isto de forma a reduzir os impactos. Porém, o foco é ainda muito dentro da empresa”.

As informações sobre o conceito da norma ISO foram ampliadas, considerando que a norma “avalia a interação da organização com o meio na fase de levantamento dos aspectos e impactos” (IQ3). Mas,

“de forma limitada às necessidades da empresa, à redução de custos e à melhoria na organização interna da empresa. A preocupação não é com a melhoria da qualidade dos índices globais, e sim com as necessidades da organização” (IQ3).

“Com a ISO 14001 você precisa levantar todos os aspectos e impactos da organização e desdobrar o atendimento à legislação. Muitas empresas não fazem isto se não têm a certificação ISO 14001. Então, a ISO 14001 traz um ganho neste sentido. A questão é que, mesmo cumprindo a legislação você pode ter impacto no ecossistema. No meu entendimento a gestão ambiental deve transcender a legislação porque trata do bem-estar humano e das outras espécies. Esta é a visão que realmente traz o equilíbrio natural. Se há um empreendimento que gera gás sulfídrico e se sabe que este gás é cancerígeno e há comunidades no entorno do empreendimento, ainda assim a legislação basta. Por que as empresas vão alterar seus processos se atendem à legislação?” (IQ4).

Sobre o histórico das normas ISO, uma entrevistada enfatizou a importância das exigências de mercado, lembrando que o objetivo inicial da certificação era o atendimento ao cliente, seguindo a mesma lógica dos requisitos formais de qualidade.

“No início do desenvolvimento dos sistemas de gestão, ainda focados em qualidade, o objetivo não era a certificação, mas garantir o atendimento aos requisitos dos clientes. O requisito do cliente era termos o sistema de qualidade implantado” (IQ3).

Ou seja, o cliente na cadeia de suprimentos era quem demandava as alterações e checagens através de um sistema de qualidade. Não havia necessidade de certificação como um apelo ao consumidor final. Além de que o entendimento da proteção ambiental era visto de forma segregada. Tratando a questão ambiental como demanda do consumidor, a organização não incorporava conceitualmente a sua existência como parte do sistema e dependente dos recursos naturais, globais ou do entorno. A proteção ambiental era vista como forma de atender a um ‘capricho’ do cliente.

“O que se transforma em diferencial para a organização é a forma como o sistema está sendo implantado, desde que transcenda o mínimo que a norma está exigindo. Infelizmente ainda há muitas empresas certificadas cujo foco ainda permanece no atendimento a requisitos legais e controle de efluentes” (IQ3).

É importante ressaltar a questão do desempenho. A norma ISO não define indicadores de desempenho.

“O processo de certificação utiliza um Padrão, uma norma em consenso, que são os requisitos mínimos. Mas, mesmo sendo requisitos mínimos são muito difíceis para algumas empresas. E no caso da ISO 14001 fala-se apenas do mínimo” (IQ3).

Embora seja fundamental lembrar que sistemas de gestão focados na qualidade e em sistemáticas de controle são importantes para que a organização administre adequadamente os seus resultados, podemos dizer que a implantação de um sistema ambiental no modelo ISO é um passo importante para o conhecimento dos impactos da organização, sua mensuração e controle, ainda que o desempenho se limite ao atendimento legal. Este, por si só, já representa um grande desafio, o que faz do sistema ISO uma ferramenta para a coleta eficaz de dados ambientais para o próprio Estado.

6.4 Os padrões semi-alternativos de certificação ambiental

Em relação ao papel dos padrões privados, sua importância se encontra no fato de oferecer ferramentas para o negócio, ou seja, orientações adicionais para aquelas organizações que desejam ir além. Mesmo no caso do atendimento a requisitos legais, os padrões estabelecem sistemáticas para controle, atualização e

verificação que auxiliam as empresas, de forma pragmática, a implementar melhorias e a monitorar o seu desempenho.

“Tanto os instrumento de comando e controle quanto os instrumentos de mercado são parte da solução. Ambos têm papéis a cumprir. Instrumentos de mercado são essenciais. Você tem que dar ferramenta as pessoas para elas fazerem algo. Se o governo apenas diz que você deve fazer algo, e não há ferramentas, como as empresas irão avançar? Ao mesmo tempo, se você tiver todos os instrumentos de mercado, e não tiver regulamentação e nem controle, você abre espaço pra quem não tem seriedade, para aqueles que preferem não ser “verde” como todo mundo, mas oferecerem produtos mais baratos para sair na frente. Isto invalida os esforços daqueles que se comprometeram a cumpri-los.” (IQ1).

A lógica dos padrões privados deve ser sempre de adicionalidade, ou seja, de um avanço em relação às regulamentações. Se uma mudança na prática de operar determinado negócio é fundamental para a conservação de um recurso natural, esta mudança deve ser posta em prática via Estado por meio de um instrumento de comando e controle e não por meio de um padrão voluntário.

Os padrões privados possuem a capacidade de engajar os negócios em melhores práticas ambientais e sociais, porém, quando se trata de uma mudança urgente ou fundamental ela não pode depender de um instrumento voluntário de mercado. Neste caso, o instrumento de comando e controle deve desempenhar o seu papel. *“Os instrumentos de mercado têm o potencial de influenciar e alimentar a legislação, a qual tem um papel muito maior na gestão dos impactos dos negócios” (IQ5).*

“Quando se fala de atendimento a requisito legal se está falando de algo que coloca em risco o negócio, está se falando da licença para operar. Por exemplo, no caso do licenciamento ambiental, se você tem algo a cumprir, precisa cumprir a custos de perder o negócio” (IQ4).

Os novos instrumentos de gestão ambiental, orientados pelo mercado, enfrentam o desafio de alinhar o modelo econômico a outras lógicas e princípios, a partir de critérios fundamentados na ecologia, na qualidade de vida e na valorização da natureza. A opinião dos informantes corrobora os diferenciais apresentados sobre cada um deles no capítulo 4.

“O FSC traz como inovação o componente social e ambiental nas suas câmaras de governança. Traz um apelo muito forte em relação às comunidades excluídas, comunidades do entorno e populações indígenas. O FSC trouxe o discurso para as comunidades que eram afetadas pela produção florestal” (IQ4).

Bem como as diferenças conceituais que emergem dos novos padrões desenvolvidos com base em novas formas de governança, em relação aos padrões formais.

“A ISO 14001 é um sistema mais consolidado. Mas eu acredito que novos sistemas de certificação, como é o caso da Certificação LIFE, vão quebrar muitos paradigmas à luz da gestão ambiental tradicional e desenvolvida no mercado. A gestão ambiental tradicional acabou se limitando ao atendimento de requisitos legais e à verificação de impactos ambientais dentro da própria empresa” (IQ4).

A valorização da ciência nos requisitos das normas também é apontada como uma questão relevante: *“Tudo deve ser fundamentado cientificamente porque ainda há muitas incertezas. A ciência fornece uma base para a ação racional” (IQ2).*

Porém, há que se resgatar aqui a importância de se conservar os recursos da biodiversidade antes de se esperar que a ciência forneça uma resposta para todas as questões que afligem hoje a humanidade em relação aos riscos inerentes ao planeta. Há que se adotar uma abordagem de precaução neste sentido, garantindo e protegendo a existência dos recursos, enquanto caminha a ciência.

“A Certificação LIFE traz uma metodologia quantitativa que efetivamente mensura os impactos da organização, isto já é uma grande quebra de paradigmas porque a empresa precisa abandonar sua visão limitada do perímetro onde ela se encontra. Isto já é uma grande evolução” (IQ4).

Mas, o surgimento de padrões privados que incorporam critérios adicionais indicam a necessidade de melhoria contínua e incorporação de novos conceitos à gestão ambiental tradicional. Estes conceitos surgem da sociedade e, por isso, a participação de novos atores sociais facilita a incorporação das mudanças pelo mercado. Como afirmou um dos entrevistados, *“Existem mudanças nas próprias certificações ambientais, porque se trata de um alvo móvel” (IQ2).* Enquanto outro complementa que a evolução advém de uma conscientização do mercado:

“Os mecanismos estão evoluindo, as práticas estão evoluindo, devido também a uma “conscientização econômica” porque eu compro de você se você tiver tais certificações. A questão acaba funcionando no sistema ‘top-down’” (IQ4).

Mas, o mercado é formado por diferentes posturas éticas de negócio, o que faz com que sua ‘conscientização’ se tornasse extremamente relevante para coibir práticas abusivas ou desonestas, que fazem com que as organizações sérias e pró-ativas em relação às práticas ambientais, sofram prejuízos em função da concorrência desleal.

“Há diferentes forças se opondo. Várias empresas do Ocidente podem dizer que querem ser mais verdes. Nosso consumidor aprecia isso, mas, ao

mesmo tempo ele quer um produto barato. As empresas podem ser minadas por concorrentes da China, Índia e Brasil [talvez não o Brasil porque a situação é diferente], mas diria na China, Índia, onde as regras são menos rígidas e as empresas podem trabalhar de formas diferentes. Mas, desejamos que todos os lugares do planeta tenham as mesmas condições. Mas, se as empresas do Ocidente percebem que têm desvantagem em relação aos custos porque para outras empresas é mais barato produzir, elas podem querer jogar nas mesmas regras para poder competir". Isso está começando a mudar, mas é um longo caminho (IQ1).

Por isso a maior limitação dos padrões se encontra nas próprias relações de mercado. Conforme apontado pelos gestores ambientais, a pressão dentro da empresa é pela redução de custos, o que torna este fator o principal motivador de alteração das atividades, fabris ou rurais. O desafio constante das organizações se encontra na sobrevivência diária frente a uma concorrência cada vez mais global. Daí a dificuldade – ou impossibilidade – de superação da racionalidade do mercado. Por isso a sobrevivência dos padrões aos períodos de recesso econômico talvez seja seu maior desafio.

"Em qualquer grande crise, como o recente grande recesso econômico, alguém pode dizer: 'Quero ser verde, é importante, acredito em sustentabilidade. Mas agora não tenho recurso, então não me importa se é verde ou não, porque eu preciso comprar o mais barato'. Acho isso muito perigoso. As coisas estão mudando, mas não acontece do dia para a noite, a não ser que aconteça um grande desastre ou alguma grande mudança na política" (IQ1).

Os sistemas de certificação não são uma regra, mesmo porque, enquanto instrumento de mercado o fator 'diferencial' é um componente importante. Mas, mesmo o movimento ambientalista parece confiante de que as certificações podem ser uma ferramenta promissora e devem se fortalecer nos próximos anos enquanto estratégia de negócios.

"Acho que as certificações ambientais são positivas, mas ainda uma exceção. Porém, acredito que em menos de 10 anos serão de alta importância porque cada empresa que quiser sobreviver terá que internalizar as questões ambientais" (IQ2).

Na visão de profissionais com atuação direta em auditorias de sistemas de gestão ambiental, os padrões voluntários aparecem como potenciais instrumentos para a conscientização dos colaboradores em função da estreita relação entre o nível dessa conscientização e a eficácia do sistema.

"Se bem implementados, os Padrões e sistemas de certificação irão mudar a consciência dos funcionários. O sistema de gestão da qualidade é focado na empresa. Mas, o sistema de gestão ambiental precisa da incorporação dos conceitos pelos funcionários, que levem os conceitos para suas vidas particulares, para que então consigam incorporar mudanças dentro da organização. Um sistema precisa de pessoas comprometidas e participativas. As empresas que fazem um bom planejamento, treinam,

capacitam, montam suas equipes e compartilham a gestão com os funcionários, apresentam resultados melhores.” (IQ3).

A análise das entrevistas permitiu elaborar uma síntese dos discursos a respeito da crise ambiental, da governança ambiental global; da participação de diferentes atores; e do papel dos instrumentos privados de gestão com foco nas certificações ambientais; apresentadas nos quadros 14, 15 e 16, a seguir.

INFORMANTES E ATORES REPRESENTADOS	CRISE AMBIENTAL GLOBAL	GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL
IQ1	<p>Mudança climática e biodiversidade não são questões ambientais, e sim econômicas e de segurança</p> <p>Educação é o maior desafio, tanto em relação às empresas e suas equipes, quanto às pessoas de uma forma geral.</p> <p>Áreas preservadas são extremamente importantes.</p>	<p>As questões ambientais não deveriam ser tratadas pelo Ministério do Meio Ambiente porque desta forma são marginalizadas.</p> <p>A questão ambiental ainda se tornará um dos fatores que influenciarão assuntos de economia e segurança.</p> <p>Muitos governos estão preocupados apenas em atender suas indústrias.</p> <p>Tanto os instrumentos de comando e controle quanto os instrumentos de mercado são parte da solução.</p> <p>As empresas precisam de ferramentas para fazer algo e para avançar.</p> <p>Se houvesse apenas instrumentos de mercado, mas não houvesse regulamentação e controle por parte do Estado, se abriria espaço para atuações desonestas.</p>
IQ2	<p>Tudo deve ser fundamentado cientificamente porque ainda há muitas incertezas.</p> <p>A ciência fornece uma base para a ação racional.</p> <p>O maior desafio é a transformação do desenvolvimento em um desenvolvimento sustentável devido à proporção do problema ambiental.</p> <p>A trajetória até agora caminha para uma falha global.</p>	<p>As ONGs e as empresas são parte da globalização.</p> <p>As ONGs são centrais para a governança e para a gestão ambiental.</p>
IQ3	<p>Quando se fala em crise ambiental ou efeitos globais o problema fica muito longe.</p> <p>A consciência de que o global tem causas e conseqüências locais, deve mudar a visão de um gestor.</p>	

	<p>Os produtos deveriam ser planejados com um conceito ecológico.</p> <p>Os principais problemas ambientais da atualidade são o desmatamento e a geração de resíduos.</p>	
IQ4	<p>O limitante é a educação.</p> <p>Um público consciente e educado deve naturalmente demandar produtos de uma cadeia de valor ambientalmente correta e com base em práticas efetivas e não apenas no discurso.</p> <p>Não adianta termos uma visão altruísta, ela é econômica.</p> <p>Falta entendimento do homem em relação aos impactos que ele causa e sua visão de que suas ações são limitadas.</p> <p>O homem e as empresas não falam que estão em busca da sustentabilidade, mas que já as praticam.</p> <p>Projetos são elaborados e validados sem um real entendimento de seu impacto na natureza.</p>	
IQ5	<p>Globalmente o reconhecimento sobre a importância da biodiversidade está aumentando.</p> <p>A governança ambiental é muito afetada por objetivos políticos de curto prazo.</p> <p>Há necessidade de indicadores para mensurar o sucesso da Avaliação Ecológica do Milênio (MEA), iniciativas e políticas ambientais.</p> <p>É necessária uma maior transparência sobre a experiência dos países e compartilhamento de dados entre governos e setores.</p> <p>É necessária uma regulação mais forte, aplicação de incentivos, desincentivos e penalidades relacionadas ao desempenho das operações e suas relações com a biodiversidade.</p>	<p>Os instrumentos de mercado estão crescendo, mas, seu uso é ainda limitado, e assim é sua capacidade para ocasionar mudanças.</p> <p>Instrumentos de mercado têm o potencial de influenciar e alimentar a legislação, a qual tem um papel muito maior na gestão dos impactos dos negócios. Instrumentos de mercado têm o potencial de fortalecer os negócios no engajamento em operações responsáveis, visto que produzem oportunidades para negociações rentáveis, como créditos de compensação.</p>

	Há ambigüidade sobre critérios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos e sobre as atividades para apoiar sua observância.	
IQ6	<p>Enganamos a nós mesmos, supostamente convencidos de que algum milagre acontecerá à frente, mesmo sem termos a mínima ideia de que milagre possa ser este que não seja uma mudança drástica na maneira de se encarar o desenvolvimento.</p> <p>Os principais problemas estão relacionados à degradação contínua de ambientes naturais e consequente perda de biodiversidade; discurso generalista e superficial de governos e do setor privado; discursos fortemente ideológicos; falta de garantia de resultados em conservação em áreas de uso de ambientes naturais; desproporção entre o poder político para ações desenvolvimentistas e de cunho eminentemente social, em comparação com políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade.</p>	

QUADRO 14 - A VISÃO SOBRE A CRISE AMBIENTAL GLOBAL E SUA GOVERNANÇA POR DIFERENTES INFORMANTES QUALIFICADOS (IFs).
 FONTE: A AUTORA (2012).

	O Estado	As ONGs	O setor privado
IQ1			<p>Muitas ações ambientais, como a criação de reservas, se devem mais ao voluntariado do que ao mercado.</p> <p>O setor privado é fundamental porque é quem causa grande parte do impacto ambiental.</p> <p>Há mudanças genuínas nas empresas.</p> <p>Há uma dificuldade das empresas conciliarem custos de produção e atendimento a critérios ambientais.</p> <p>O consumidor quer produtos “verdes” e baratos.</p> <p>Empresas que não jogam com regras claras são beneficiadas financeiramente.</p> <p>A prioridade para as empresas é sua sustentabilidade financeira, sua sobrevivência no mercado.</p>
IQ2		<p>A atuação das ONGs tensiona a indústria.</p> <p>Nas últimas décadas melhorou o diálogo entre o movimento ambientalista e as empresas. Hoje é totalmente diferente de 10 anos atrás.</p> <p>O movimento ambientalista precisa da diversidade, assim como os ecossistemas: precisa daquelas que dialogam e daquelas que não dialogam com as empresas.</p>	<p>A participação do setor privado nas questões ambientais é importante em função do seu poder.</p> <p>O setor privado está operacionalizando o conceito ambiental dentro do modelo econômico.</p> <p>Originalmente a conservação era vista como filantropia pelas empresas, mas, agora, elas sabem que ela é essencial. Se elas querem um futuro, elas precisam reconhecer.</p> <p>Acredito que houve mudanças nas práticas de negócio desde 1972, quando surgiram as primeiras discussões. Se está sempre avançando.</p>

IQ3			<p>O fator limitante é o envolvimento e comprometimento da alta direção.</p> <p>O grande desafio é que os gestores enxerguem os sistemas de certificação e seus indicadores como uma ferramenta para a gestão do negócio, agregando valor.</p> <p>Existem poucos executivos da Alta Administração das empresas que já possuem consciência ambiental.</p>
IQ4	Atendimento a requisito legal é essencial como questão de negócio. É licença para operar.		<p>As práticas ambientais das empresas ainda são poucas.</p> <p>As empresas não sabem o que precisam efetivamente fazer para reduzir de fato seus impactos ambientais.</p> <p>O homem não foi educado para respeitar a natureza. Nossa educação e cultura são de exploração.</p> <p>A gestão ambiental é muito focada no atendimento a requisitos legais e mitigação de impactos de alguns processos.</p> <p>Há necessidade de extrapolar esta visão da empresa para conservar os recursos e a biodiversidade.</p> <p>Hoje as empresas têm uma consciência maior em relação aos resíduos porque estão pagando.</p> <p>Como motivar economicamente os parceiros da empresa para que eles insiram a conservação da biodiversidade como conceito para sua gestão ambiental.</p>

			<p>A racionalidade econômica pode ser um limitante para uma gestão ambiental eficaz.</p> <p>A sociedade deve começar um movimento de conscientização e buscar práticas efetivamente concretas para que valha a pena para as empresas.</p>
IQ5	Fundos governamentais para a conservação da biodiversidade são insuficientes para atender as necessidades relacionadas à degradação dos ecossistemas.	As ONGs devem se envolver cada vez mais com as empresas para disseminar informações, capacitação e facilitar a mitigação de impactos.	<p>O setor de negócios precisa liderar sobre os impactos que estão tendo sobre a biodiversidade, apoiados por legislações mais fortes e incentivos do governo.</p> <p>Houveram mudanças no engajamento do setor privado com as questões ambientais e de biodiversidade.</p> <p>Observa-se uma maior conscientização sobre os impactos e valores da biodiversidade e serviços ecossistêmicos e suas relações com o risco para os negócios.</p> <p>Há maior utilização de fontes sustentáveis, em função de uma crescente pressão dos governos e da sociedade civil, consumidores e outros <i>stakeholders</i>¹¹¹</p> <p>Aumentou a quantidade de Padrões regulatórios e voluntários relacionados a biodiversidade e serviços ecossistêmicos.</p> <p>Os fundos estão demandando melhores desempenhos em relação aos serviços ecossistêmicos para os financiamentos.</p>
IQ6			Apenas uma mínima parte das empresas tem uma atenção voltada para o tema da conservação da biodiversidade.

¹¹¹ Públicos de interesse.

			O mundo empresarial persegue um modelo de crescimento contestado por economistas preocupados com as próximas décadas porque os números não fecham.
--	--	--	--

QUADRO 15 - A VISÃO DOS INFORMANTES QUALIFICADOS (IQs) SOBRE O PAPEL DE DIFERENTES ATORES NA QUESTÃO AMBIENTAL.
FONTE: A AUTORA (2012).

	CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS
IQ1	<p>Mostram às pessoas que algo realmente está sendo feito.</p> <p>O perigo é a maquiagem verde. É algo contra o que lutamos há muito tempo. Estamos tentando desenvolver alguma garantia para as empresas. Alguém pode dizer: “Você gosta de ser verde? Sim, adoro ser ‘verde’”. Mas não faz nada, é apenas maquiagem. É inútil. Se a certificação é válida, pode ser uma mudança importante. É significativo se você possui uma empresa que tem milhões de unidades de produção, e você diz, bem, 10 unidades protegem o meio ambiente, mas as outras não. Então isso não vale nada. Francamente, isso é pior que não ter a certificação, a empresa tem que ser olhada como um todo. A certificação deve ser significativa, e tem de ser fácil o suficiente para grandes empresas, como Petrobrás ou Walmart, grandes multinacionais. Elas têm pessoas o suficiente e talvez sua equipe entenda do assunto melhor que as ONGs e as OIGs, mas o que isso significa? Talvez em uma empresa com 50 funcionários você tenha um profissional na área de gestão ambiental, alguém que entenda do assunto. Mas se for muito complicado, eles não entenderão.</p> <p>Há muitas certificações e por isso muitos desafios para a empresa escolher qual ela precisa ou deseja.</p> <p>E você não pode fazer as certificações ambientais tão difíceis ou caras de forma que as empresas passem todo o seu tempo trabalhando para a certificação e deixem seus negócios. Têm de ser acessíveis. Há tantos Padrões de Certificação concorrendo no mercado, que o WBCSD¹¹² e outras instituições começaram a pesquisar sobre o tema.</p>
IQ2	<p>Acho que as certificações ambientais são positivas, mas ainda uma exceção. Porém, acredito que em menos de 10 anos serão de alta importância porque cada empresa que quiser sobreviver terá que internalizar as questões ambientais.</p> <p>Existem mudanças nas certificações ambientais, isto se chama “alvo móvel”.</p> <p>Eu nunca havia participado deste tipo de atividade. Reconheço a importância do instrumento e acredito que meu papel é mostrar o tamanho do desafio e pensar em soluções grandes.</p>
IQ4	<p>Os mecanismos estão evoluindo, as práticas estão evoluindo, devido também à uma “conscientização econômica” porque eu compro de você se você tiver tais certificações. A questão acaba funcionando no sistema “top-down”.</p> <p>A participação no desenvolvimento dos Padrões de Certificação LIFE foi no sentido de levar a ideia de transcender os perímetros da empresa em relação à visão sobre gestão ambiental. A necessidade de se entender que o negócio não sobrevive sem a conservação da biodiversidade e estender esta visão a todos os parceiros comerciais.</p>
IQ5	<p>O papel das certificações é aumentar a demanda de consumidores por produtos certificados. Aumentar a demanda por produtos certificados de negócio para negócio, para desenvolver cadeias de suprimento sustentáveis. Aumentar a transparência sobre os impactos do negócio e sua</p>

¹¹² World Business Council for Sustainable Development.

	<p>mitigação. Sistemas de certificação fortes e transparentes apresentam a oportunidade de operacionalizar atividades responsáveis com a biodiversidade.</p> <p>Um dos desafios para as certificações ambientais é a baixa demanda.</p> <p>Há muita confusão devido à quantidade de selos.</p> <p>Falta de uma linguagem e terminologia com consenso para avaliar o atendimento.</p> <p>Falta capacidade de atingir os pequenos proprietários e pequenos negócios devido aos altos custos de implantação.</p> <p>Os sistemas de certificação necessitam de critérios claros sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, de cumprimento amigável.</p>
--	--

QUADRO 16 - A VISÃO DOS INFORMANTES QUALIFICADOS (IQs) SOBRE O PAPEL DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS.
FONTE: A AUTORA (2012)

Quanto à crise ambiental global, as visões entre os atores parecem um pouco distantes umas das outras, pelo menos nos discursos avaliados. De forma geral, o problema foi considerado grave por todos os informantes, mas, de forma muito mais enfática pelos representantes do movimento ambientalista e, de forma bem mais relativizada pelos gestores ambientais e organizações internacionais, o que indica que as racionalidades não se aproximam, apesar da aproximação institucional e política ocorrida na última década.

Para o movimento ambientalista já estamos caminhando para uma falha global enquanto nos enganamos a espera de um “milagre”. A escala do problema considerando o ritmo de degradação contínua de ambientes naturais e a consequente perda de biodiversidade o torna praticamente insolucionável. Apenas uma mudança drástica na maneira de encarar o desenvolvimento poderia reverter a situação atual de crise.

As organizações internacionais reconhecem a visibilidade que a crise da biodiversidade ganhou nos últimos anos no cenário político, mas acreditam que, visibilidade não significa importância. O assunto ainda é marginalizado e perde espaço para objetivos políticos de curto prazo. Assim, acreditam que a única solução é o tratamento da questão ambiental pelas vias econômicas, inclusive sugerindo que o assunto não seja tratado pelos Ministérios de Meio Ambiente, mas, como questão de economia e segurança dos Estados.

Por outro lado, na visão do gestor ambiental empresarial, de fato não adianta ter uma visão altruísta, entendendo que a questão é mesmo em última instância econômica. Lembrando ainda que, crise ambiental global, vista desta forma, é um problema muito distante e aparentemente desconectado das empresas. Entende-se que a crise ambiental está acontecendo em algum lugar sim, mas não se entendem as relações de causa e efeito dos problemas locais com a crise global.

Falta ainda um real entendimento do homem sobre os impactos que ele causa ao meio ambiente onde opera seus negócios e sobre a limitação de suas ações para resolvê-los. A questão parece mais midiática do que real quando a informante lembrou que não se fala em encontrar caminhos para a sustentabilidade, mas se ouve o discurso de que todos já somos sustentáveis. Ou seja, se somos sustentáveis, não há problema e não há crise ambiental, quer dizer, tudo já estaria solucionado.

Porem, talvez haja um grande vácuo entre a mensagem midiática e a consciência dos gestores, uma vez que, quando questionados diretamente sobre a crise a maioria afirmou que a solução não seria encontrada nos atuais modelos de produção. Mesmo porque a tendência é aumentar cada vez mais a produção.

As boas práticas empresariais não foram apontadas como principal forma de solução para a crise ambiental, nem tampouco as mudanças nos comportamentos individuais. No entanto, um terço dos gestores acredita que a tecnologia possa, no futuro, vir a ser suficiente para solucionar os problemas ambientais relacionados diretamente aos processos produtivos das empresas.

Entretanto, os resultados anteriores mostraram que, de forma indireta, o movimento ambientalista, por meio da sociedade civil, está mais atuante e influenciando a alteração de paradigmas de gestão ambiental empresarial por meio do conteúdo dos padrões. Acredita-se que ainda é cedo para avaliar os resultados concretos desta mudança nas práticas das empresas. Mas, é interessante acompanhar em detalhes as consequências da inserção dos conceitos ecológicos e da vinculação das organizações nas próximas décadas com ações concretas para a conservação da biodiversidade.

Se os conceitos ecológicos e ecossistêmicos estão sendo fortalecidos pelos padrões privados de gestão ambiental, espera-se que os indicadores de resultado das ações sejam positivos nos próximos anos, principalmente em relação à proteção das áreas naturais remanescentes, vinculando a gestão ambiental à necessidade de manutenção dos recursos externos aos processos produtivos, mas que são fundamentais para a sua manutenção.

É fundamental também que se avalie e monitore a efetiva implantação dos padrões após o processo de certificação para responder o que faz com que 100% dos consultores ambientais amostrados entendam que as empresas não estão promovendo as mudanças necessárias com as quais se comprometeram. Há necessidade de se definir bons indicadores para mensurar o sucesso das ações esperadas.

Tambem foi apontado como imperativo atuar na educação, questão indicada mais de uma vez como o maior desafio para a crise ambiental, tanto por auditores quanto por representantes do movimento ambientalista, e no fortalecimento do conhecimento científico como base das ações exigidas pelos padrões voluntários.

Neste sentido, espera-se que a certificação LIFE traga importantes indicadores de resultado para a próxima década.

A educação formal apresenta como desafio inserir questões como a crise ambiental e a crise da biodiversidade como um problema transversal do desenvolvimento, relevante para todas as formações, principalmente àquelas que preparam os futuros gestores, engenheiros e tecnólogos. Estes futuros profissionais precisam compreender a problemática ambiental em nível macro, associando as definições e decisões relacionadas às práticas produtivas cotidianas a um contexto global.

Considerando o tamanho do desafio imposto pelo modelo de desenvolvimento até agora adotado e, considerando que nem todos os avanços da ciência e da tecnologia ocorrem no sentido da proteção ambiental, ocorrendo por vezes no sentido contrário, a preocupação maior deste sistema de certificação no momento é de se garantir a conservação da diversidade biológica remanescente.

De qualquer maneira, entendeu-se que para os ambientalistas a sua inserção no mercado é vista como promotora de uma tensão saudável e que visa uma transição rumo a novas racionalidades que permitam ultrapassar as limitações de princípios estritamente econômicos para internalizar novos conceitos e práticas na gestão do setor industrial.

Porem, as organizações internacionais entendem que muitos governos estão preocupados em atender as indústrias e não em regulamentá-las, fazendo com que a governança ambiental seja muito influenciada por outros interesses de curto prazo e perdendo de vista a urgência da crise instalada. Esses atores, para os quais a questão ambiental ainda influenciará questões de segurança e economia, mencionaram a necessidade de uma regulação mais forte dos impactos dos negócios sobre a biodiversidade por parte dos Estados.

Apesar do peso do Estado na questão ambiental, principalmente pela licença de operar a qual garante a existência e a sobrevivência do negócio, os instrumentos privados de gestão também foram apontados como parte da solução e da governança ambiental. Neste sentido, mencionou-se também o potencial dos instrumentos de mercado em influenciar e alimentar a legislação, bem como em engajar o setor de negócios em projetos ambientais.

Se houvesse apenas os instrumentos de comando e controle, as empresas não teriam ferramentas de aplicação dos conceitos. Mas, se não houvesse

instrumentos mandatórios se abriria espaço para ações desonestas e para a concorrência desleal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) A participação social na legitimação de padrões privados de gestão ambiental

O resgate da evolução histórica da governança ambiental privada, a análise e a comparação entre diferentes sistemas de certificação possibilitou compreender como, ao longo das últimas décadas, a participação social tornou-se fundamental para a legitimação de padrões privados de gestão ambiental.

A conscientização da sociedade a respeito da crise global foi acentuada somente a partir da década de 1960, quando uma série de fatos e eventos inseriram a temática ambiental na agenda política internacional. E, apesar dos primeiros indícios de ações para a conservação da natureza datarem do século XIX, com a criação dos primeiros Parques Nacionais, à época em que foi fundada a organização ISO, em 1946, o contexto era outro e não estava relacionado ao meio ambiente. Visando a reconstrução do Pós-Guerra, os esforços se concentravam em estabelecer uma organização mundial que pudesse inserir critérios mínimos de qualidade para a padronização mundial de produtos, incluindo duas décadas mais tarde o desenvolvimento de normas militares.

Com origem em uma organização destinada a atender o continente europeu (ISA) e em outra da área de Engenharia (IEC), o sistema ISO manteve ao longo do tempo como suas características principais a ênfase na técnica e na gestão orientada pelo rigor nos controles herdados do Taylorismo, e a liderança dos países desenvolvidos.

A série ambiental do sistema, representada pela ISO 14001, surgiu cinco décadas após a fundação da ISO, principalmente como uma resposta à demanda de se criar padrões para a gestão ambiental de processos industriais, oriunda do debate realizado durante a ECO92 sobre os caminhos para viabilizar um desenvolvimento econômico de forma sustentável. Assim, a norma ambiental ISO 14001 se apresentou, como consequência da análise do histórico do sistema e de sua evolução mundial, como um reconhecido instrumento destinado ao controle dos processos e atividades com potencial poluidor. Porém, o fato de não aparecer no conteúdo dos padrões ISO elementos relacionados aos aspectos econômicos, ecológicos, sociais ou culturais, enfatizou o seu caráter tecnicista quanto à

abordagem da questão ambiental, característica da visão do ambientalismo moderado.

Por outro lado, as discussões políticas que segregaram Norte e Sul na década de 1970, se refletiram mais tarde, em 1993, de forma clara no modelo de governança estabelecido pelo FSC. Ao invés da tradicional liderança realizada pelos países desenvolvidos, o sistema FSC propôs um novo formato de participação social, em duas vertentes: a igualdade de participação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em suas esferas decisórias (câmaras Norte e Sul); e a representação tripartite entre mercado; sociedade civil com interesses ambientais; e sociedade civil com interesses sociais (câmaras ambiental, social e econômica).

A deliberação a partir da participação equânime das câmaras econômica, social e ambiental, e das câmaras norte e sul, representando os hemisférios, criadas no Conselho, se aproxima da estrutura horizontal preconizada pelas redes sociais, substituindo a estrutura piramidal na qual há uma hierarquia estabelecida. A institucionalidade do Conselho de Manejo Florestal parece configurada como um território virtual, devido à transnacionalidade, cujo signo identitário é a causa da promoção do manejo florestal sustentável sob o aspecto de viabilidade econômica com simultânea promoção socioambiental, constituído de atores sociais com motivações heterogêneas com características políticas, culturais e ideológicas diversas.

A análise de conteúdo deste padrão privado permitiu concluir que, como consequência da participação de novos atores, foram inseridos a essas orientações internacionais para a gestão ambiental das atividades florestais ao redor do mundo elementos voltados às questões sociais, culturais e trabalhistas, somadas àquelas de cunho ecológico, técnico, ambiental e econômico, resultando em um padrão privado de cunho socioambiental.

Entretanto, a crise ambiental permaneceu e está ainda presente na sociedade em âmbito global. A criação de padrões privados focados no controle da poluição industrial e na inserção de critérios socioambientais propondo novos paradigmas para a gestão florestal, entre uma série de outros padrões internacionais privados para a gestão ambiental, não deram conta de propor soluções satisfatórias para outra equação que ganhou visibilidade no século XXI: a crise da biodiversidade.

A área de 150 milhões de hectares de unidades de manejo florestal certificada em todo o mundo em 2011 aponta duas questões: a credibilidade

internacional obtida por um sistema de governança privada que inovou em relação à valorização do conceito de participação de partes interessadas e critérios socioambientais – concorrendo no mercado com os sistemas formais de certificação para este setor; e a limitação de um padrão focado em atividades setoriais em atacar de forma direta a perda de biodiversidade global.

Vinte anos após a realização da CNUMAD, as taxas de extinção e perda de habitats naturais continua a preocupar a sociedade global. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio atualizou o alerta a este respeito para o século XXI, indicando que o planeta estava atingindo um grau irreparável de degradação dos seus complexos ecológicos. Assim, após a criação dos primeiros Parques Nacionais no século XIX e após três décadas do desenvolvimento dos primeiros instrumentos de gestão ambiental no âmbito do Estado, a biodiversidade voltou a ocupar espaço nas discussões internacionais e passou a ser internalizada nos instrumentos privados de gestão.

Não havia ainda instrumentos voltados ao incentivo do engajamento em conservação de forma voluntária e aplicada a qualquer setor, independentemente de sua relação direta ou envolvimento direto do negócio com áreas naturais ou com a exploração direta de recursos naturais. Emergia assim como lacuna entre os instrumentos privados a segregação conceitual entre as atividades humanas e os complexos ecológicos que as mantêm.

Essas dinâmicas sociais fizeram com que, no Brasil, fosse gestado e lançado internacionalmente um novo padrão privado para a gestão ambiental, enfatizando o conceito universal das relações entre conservação da biodiversidade e atividades de qualquer porte ou setor. A criação do Instituto LIFE em Curitiba remonta a este contexto, e às orientações de Callenbach et al. (1993) sobre o enfrentamento dos problemas ambientais como problemas sistêmicos – interligados e interdependentes, visando empreender uma mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, ou, do gerenciamento ambiental para o gerenciamento ecológico.

Por outro lado, a necessidade de inserir critérios científicos na decisão e justificativa das práticas adotadas para a conservação resultou em um terceiro modelo de governança. Ao invés das câmaras ambiental, social e econômica, destinou-se um terço da governança à academia, e os interesses ambientais e sociais foram reunidos em uma câmara destinada à sociedade civil, destinando

também um terço de participação para os interesses econômicos (câmaras acadêmica, sociedade civil e econômica).

As influências tecnicista e moderada; socioambientalista e conservacionista/ecossistêmica, respectivamente, em cada um dos padrões, ISO, FSC e LIFE, demonstraram que a participação social de diferentes correntes do movimento ambientalista, vem alterando o paradigma do conteúdo dos padrões de gestão ambiental empresarial a partir da década de 1990 e que alterações continuam a ocorrer e a acompanhar as discussões internacionais sobre a crise ambiental. Ou seja, a partir do diálogo com o segundo setor, a sociedade civil vem obtendo êxito na negociação de novos objetivos e requisitos nos padrões de certificação.

Pelo fato do momento da crise no qual surge a iniciativa e pela inovação metodológica apresentada percebeu-se uma tendência da iniciativa LIFE, que surge em Curitiba no século XXI, tornar-se uma referência para a conservação global ao aliar suas estratégias de conservação às metas da CDB, apresentando potencial para se tornar um novo mecanismo de governança global ao engajar o setor de negócios de forma pragmática à agenda global de conservação, inserida no contexto das novas governanças orientadas pelo mercado.

Porém, os resultados coletados do ambiente empresarial em oito Estados do Brasil indicaram que mudanças voluntárias das práticas convencionais das empresas (*business as usual*) para práticas ambientais não são comuns. Estas mudanças são impulsionadas por dois fatores externos à organização: o Estado, por meio dos instrumentos de comando e controle; e o mercado, por meio da exigência de clientes na cadeia de suprimentos.

O resultado de que o processo de alterações das práticas empresariais inicia como uma demanda externa econômica, seja na forma da pressão de clientes ou da busca por um reconhecimento para a manutenção ou ampliação de mercado, indica o potencial dos instrumentos econômicos de gestão ou não-estatais promoverem melhorias por meio da inserção dos novos paradigmas na gestão ambiental empresarial. Ou seja, o engajamento do movimento ambientalista na construção de instrumentos econômicos apresenta o potencial de inserir a estes instrumentos alguns paradigmas do movimento que ultrapassam questões técnicas voltadas à redução da poluição.

Foram identificados a partir da visão dos gestores três grupos de alcances da aplicação dos padrões voluntários: ambientais; educativos; e econômicos. Entre os alcances técnicos e ambientais foram identificados os potenciais dos instrumentos em reduzir a poluição gerada pelos processos produtivos, em aumentar a ecoeficiência, e em reduzir o uso de recursos naturais. No entanto, atualmente a conservação da biodiversidade se daria de forma limitada e indireta, somente via a melhoria dos processos técnico-produtivos.

O alcance educativo dos instrumentos se encontra na sensibilização do público interno visando o seu engajamento individual e coletivo em relação à causa ambiental. A sensibilização individual para a causa ambiental foi evidenciada nos resultados através da perspectiva que 58% dos profissionais da área apresentaram em relação ao atual modelo de produção e consumo. Porém, a sensibilização dos gestores ambientais não foi indicada como o(s) principal(is) fator(es) que ocasiona mudanças nas práticas empresariais. Este resultado indica a limitação do papel deste ator social frente ao papel dos novos atores da ordem global: o Estado e o mercado. Provavelmente esta limitação está associada à sua subordinação às lógicas e racionalidades instrumentais e econômicas da organização.

As certificações apresentaram como alcance de mercado a obtenção de um reconhecimento público – junto a acionistas, clientes e fornecedores. Porém, as certificações possuem menor poder de mudanças na gestão ambiental empresarial frente às necessidades técnicas e econômicas internas da organização, como por exemplo, a redução de custo e a melhoria da qualidade do produto.

Entre as limitações dos padrões voluntários a percepção dos gestores indica seu pequeno poder de ocasionar mudanças em comparação aos fatores técnicos e econômicos, como a redução de custo e a melhoria da qualidade ambiental do produto; e a ausência de melhorias das práticas ambientais em algumas empresas após a certificação. Ou seja, o alcance das certificações parece ainda limitado pela racionalidade econômica.

A percepção dos gestores sobre o fato de que os instrumentos de comando e controle apresentam maior poder para ocasionar mudanças nas práticas empresariais foi considerado como um dado importante em relação à legitimação do poder do Estado. Lembrando ainda que os próprios padrões voluntários acabam atuando no fortalecimento destes instrumentos, servindo como mais um requisito para sua efetivação e monitoramento.

O diferencial do formato constitutivo de participação direta do terceiro setor na definição de princípios, critérios e indicadores para as práticas de produção, seja em pequena ou em larga escala, e a consequente fiscalização do cumprimento destes indicadores parece representar um grande avanço do movimento ambientalista em termos de formato de ação sobre as práticas empresariais.

b) A influência do movimento ambientalista na alteração de paradigmas da gestão ambiental

Observou-se que a aproximação do movimento ambientalista do setor econômico vem permitindo a incorporação de outros sentidos e significados à gestão ambiental empresarial por meio do conteúdo dos padrões privados. Resultados observados neste sentido indicam a proibição de organismos geneticamente modificados; a eliminação ou redução no uso de químicos e a priorização de espécies nativas em atividades de produção florestal.

A influência da corrente socioambientalista obteve êxito em inserir nos instrumentos privados de gestão, princípios e critérios relacionados ao engajamento das comunidades do entorno e dos povos indígenas nas definições de manejo florestal que os afetam. A certificação FSC inseriu elementos ecológicos e sociais no manejo realizado pelo setor florestal em relação ao sistema de gestão ambiental ISO. Mas, diferentemente das iniciativas socioambientais alternativas, as quais se inserem na corrente da economia solidária, a certificação FSC se insere na estrutura econômica dominante de mercado, e foi por isso caracterizada como um sistema politicamente híbrido.

Em relação ao conceito ambiental, a iniciativa LIFE desloca a visão mecanicista de gestão ambiental para uma visão ecológica e ecossistêmica por meio da inserção da conservação da biodiversidade como proposta central da certificação. Assim, apesar de aparentemente lento, o movimento ambientalista nas últimas décadas, a partir de seu diálogo com o segundo setor, ganhou espaço em esferas normativas e deliberativas em função de novas formas de governança anunciadas pelas certificações ambientais.

Os instrumentos de comando e controle apresentaram maior poder de ação em relação aos padrões voluntários para promover mudanças nas práticas

empresariais. Ou seja, os requisitos legais apresentam maior resultado do que as certificações ambientais por se tratarem de uma questão de sobrevivência das empresas, ou seja, da licença para operar, reforçando o papel do Estado frente ao mercado.

Mas, as empresas modificam suas práticas também reativamente em resposta às demandas do mercado, principalmente oriundas dos consumidores. Considerando os três atores da ordem global, o Estado, o mercado e as ONGs, estas foram apontadas pelos gestores como os atores menos relevantes em relação à influência direta em suas práticas de negócio.

Porém, de forma indireta por meio de sua participação no desenvolvimento de padrões voluntários e da inserção de suas lógicas e paradigmas no conteúdo e indicadores destes instrumentos, a sociedade civil por meio das ONGs vem apresentando maior poder de ação na esfera econômica, principalmente na última década. Mas, as empresas só reconhecem as ONGs quando as mesmas as denunciam, e não nesta forma de ação via padrões voluntários.

Mesmo que os padrões de adesão voluntária não sejam os principais motivadores de mudanças nas empresas, quando implementados resultam em mudanças que excedem o desempenho ambiental e social estipulado pelos instrumentos regulatórios. Ou seja, indiretamente as ONGs estão influenciando a gestão ambiental empresarial. Mas, para os gestores os padrões de adesão voluntária são a quarta causa de mudanças nas práticas de produção, atrás dos requisitos legais, das ações para a redução de custos, e das ações para a melhoria da qualidade dos produtos.

Porém, grande parte dos gestores acredita que a solução para a crise não pode ser encontrada nos atuais modelos de produção e consumo. Ainda assim, mudanças realizadas pelas empresas de forma voluntária, decorrentes da internalização da preocupação com a crise ambiental e da crença na interdependência entre negócios e a conservação dos recursos, parecem pouco relevantes. Todas as mudanças nas práticas empresariais são ainda decorrentes de pressões externas, apontando uma possível limitação do papel do gestor ambiental enquanto ator, explicada pela sua subordinação a lógicas econômicas e ideológicas da organização.

As empresas do setor de base florestal estão mais próximas da realidade ambiental pela própria natureza da atividade que se insere no setor primário

utilizando de forma direta os recursos naturais. Também por isso o FSC tem grande visibilidade. As empresas certificadas no sistema ISO estão mais preocupadas com o entorno direto e não o indireto. Para estas, a ideia é de que a tecnologia dos processos de fato resolve as questões ambientais.

c) As certificações ambientais no contexto da governança ambiental

A compreensão sobre a tendência de transição de governo à governança por meio da participação dos novos atores da ordem global em instâncias deliberativas privadas por meio das certificações ambientais, possibilitou a caracterização dos instrumentos privados de gestão que emergiram deste contexto, como sistemas de governança não-estatais orientados pelo mercado, regimes não-estatais de governança ambiental ou governança global não-estatal.

A valorização da participação social na legitimação de padrões privados de gestão ambiental reforça o fenômeno do envolvimento crescente dos atores civis e privados na arena global, como característica dessa transição. E, corrobora com a visão da ciência política sobre a tendência de mudança da gestão, a qual recorre, cada vez mais, à autogestão.

A autogestão realizada pela sociedade por meio do engajamento da sociedade civil, representada neste trabalho por parte do movimento ambientalista – na gestão de práticas do mercado, está relacionada à crise de governança e à redução no papel do Estado. Essa nova governança emergiu com o fortalecimento do terceiro setor e, resultou na conformação de novos arranjos institucionais, principalmente envolvendo organizações não-governamentais e organizações com fins lucrativos.

Porém, em se tratando de instrumentos econômicos, as certificações ambientais apenas possuem poder de autogestão sobre as práticas de mercado quando ocorre a valorização neste mercado dos produtos eco-rotulados. Ao contrário dos instrumentos de comando e controle, os instrumentos não-governamentais orientados pelo mercado (NSMD) dependem de seu reconhecimento e credibilidade para sua própria sobrevivência. Neste ponto emergiu a questão sobre o papel do consumidor em garantir este mercado.

Quanto ao maior poder do consumidor frente ao Estado e às ONGs em influenciar de forma direta as práticas de produção – conforme indicado pelos gestores – é importante aqui compreender também o seu significado à luz da governança ambiental considerando a questão da transferência de responsabilidade. A disseminação das práticas individuais conscientes ampliou o espectro de atores que consideram que suas ações possuem capacidade de interferir na qualidade do meio ambiente, multiplicando o “consumidor verde” que evidencia a crise de governança por assumir em parte a responsabilidade pelas mudanças. Mas, no caso das certificações pode-se dizer que a responsabilidade é compartilhada. Pois para dar ao consumidor a oportunidade de escolha, antes a empresa deve ter assumido um compromisso de ir além da legislação em suas práticas relativas ao meio ambiente.

A partir de então se cria uma via de mão dupla: o consumidor passa a depender da empresa para contar com alternativas de consumo e, a empresa, a depender do reconhecimento de seus produtos e marcas no mercado pelo consumidor para manter economicamente as certificações. Em relação a este tema, esta pesquisa abre caminho para duas questões. Uma econômica, a respeito da diferença relativa entre as forças de mercado exercidas pelo consumidor final e pelos clientes dos elos da cadeia de suprimentos que mantêm os processos de certificação. E outra, filosófica, a respeito da necessidade de uma demanda externa de mercado para manter processos sustentáveis que garantam a qualidade de vida ou a própria vida. Esta última ganhando importância ao lembrar que os modelos de produção e consumo foram apontados pelos próprios gestores como improváveis de resolverem a crise ambiental. Pois, em sendo improváveis, interessa investigar até onde a força da racionalidade econômica faz com que, mesmo frente ao desafio de manutenção da vida no planeta, decisões a este respeito estejam sendo tomadas em sentido contrário.

Em relação às interações entre as governanças pública e privada, nacional e transnacional, os resultados indicaram por um lado, que os instrumentos de comando e controle apresentam maior potencial de ocasionar mudanças nas práticas empresais do que as certificações ambientais, pelo fato de obrigatoriedade inerente ao seu conceito e de sua dependência direta com a licença de operar do negócio. Por outro lado, os instrumentos privados se mostram como importantes aliados à governança pública, principalmente no que diz respeito ao controle.

Mesmo não se tratando de instrumentos de comando – em função de sua não obrigatoriedade –, os padrões privados reforçam os instrumentos públicos de controle ao incorporar a obrigação com o comprometimento e monitoramento dos quesitos regulatórios em seus padrões. Por falar em obrigação, lembra-se aqui que, apesar de processos voluntários, os requisitos das certificações tornam-se obrigatórios a partir do momento dessa adesão voluntária da empresa.

Neste caso, além de inserir o comprometimento com os requisitos legais em seus padrões, o fato do desempenho em conservação da biodiversidade para a certificação ser mensurado conforme seu alinhamento com os objetivos e metas da CDB imprime à certificação LIFE, enquanto instrumento privado, uma característica vinculada ao fortalecimento de um instrumento ambiental transnacional. Neste sentido, cabe enfatizar a visão e o desafio deste instrumento em implantar de forma pragmática o conceito de repartição de benefícios, inserido em seu Princípio 7 o qual, em função de sua complexidade social e política, é por si só tema de grandes debates na agenda política internacional.

Apareceram aqui dados interessantes sobre a questão do poder e do papel que exercem os diferentes atores. A abordagem conceitual do início da tese comenta sobre a possível limitação do papel do gestor ambiental enquanto ator, explicada pela sua subordinação a lógicas institucionais, econômicas e ideológicas. Esta questão aparece nos resultados quando se observa que, 100% dos gestores acredita na realidade concreta da crise ambiental e mais de 50% acredita que a solução para a crise não pode ser encontrada nos atuais modelos de produção e consumo.

Por um lado, este resultado mostra a própria eficiência de programas de sensibilização quanto à relevância da crise ambiental – indicados pelos gestores como um dos três principais resultados positivos da implantação de padrões voluntários de sistemas de gestão – mas, por outro lado, indica que a sensibilização dos gestores encontra, talvez na própria racionalidade econômica, um limitante que impede alterações de posicionamento ambiental mais eficazes ou que um engajamento mais arrojado pelas empresas seja realizado.

Assim, independentemente da sensibilização, o poder de atuação dos atores internos a empresas ainda é limitado. As mudanças das práticas ambientais

empresariais não se originam no seu interior, e sim como resultado de uma pressão de mercado ou da exigência do Estado.

Aparece assim uma conjunção de informações: o fato de toda a amostra acreditar na relevância da crise ambiental; a indicação de limitações para a ação voluntária; a reserva de poder de ação para o mercado e o Estado; a crença no incerto, ou seja, no futuro da tecnologia como solução; a predominância do perfil tecnicista característico do ambientalismo moderado entre os gestores ambientais. Destas informações emerge como uma nova questão, o tempo e a capacidade da ciência e da tecnologia para resolverem todos os problemas ambientais da atualidade, considerando principalmente a relação entre o tempo do esgotamento dos recursos frente aos níveis atuais de produção e consumo.

Assim, observou-se que os ajustes da sociedade civil às demandas internacionais por meio da aproximação entre movimento ambientalista e mercado, que se constituem na esfera “Mundo” em novos padrões privados de gestão ambiental que visam atender às demandas resultantes do modelo de desenvolvimento econômico da espécie humana e seus reflexos na esfera Terra.

8. CONCLUSÕES

A avaliação da participação do movimento ambientalista na criação e alteração dos instrumentos privados de gestão ambiental permitiu concluir que há mudanças na sociedade contemporânea das quais emergem novas formas de responsabilidade social e de governança. Cria-se assim um novo cenário e uma nova postura e posicionamento frente à crise ambiental por uma parte desse movimento.

A pesquisa desenvolvida nesse trabalho de Doutorado – e que abordou a crise ambiental pelas perspectivas de outras duas crises: a crise de governança e a crise da biodiversidade – indicou que a participação do movimento ambientalista na busca por soluções pragmáticas para a crise resultou, por meio de sua aproximação e diálogo com o mercado, na criação de novos instrumentos de gestão ambiental na forma de padrões privados, diferenciados dos padrões formais para certificação ambiental em função da inserção de representações ambientais, sociais e da comunidade científica em suas estruturas de governança.

Essa mobilização de atores dos movimentos ambientais e sociais em torno do setor de negócios, que passou a ocorrer na década de 1990, culminou com a emergência de uma nova geração de Padrões de Certificação, chamados aqui de semi-alternativos, pelo fato de se diferenciarem da linha de certificações que emergem no âmbito da economia solidária e pelo fato de se inserirem no processo de globalização.

Esses Padrões de Certificação semi-alternativos vêm influenciando a governança ambiental global por meio da inserção de novos conceitos para as práticas de mercado, evidenciando a participação do movimento de forma mais pragmática na definição de requisitos ambientais e sociais não-mandatários para os sistemas produtivos e o seu fortalecimento enquanto ator da nova ordem global. As ONGs exercem um importante papel nesta nova governança, principalmente aquelas instituídas como organismos normalizadores voluntários, os quais passam a orientar de forma direta o setor econômico em âmbito global.

Foi possível observar a posição atuante do Brasil neste cenário, tanto em relação à participação no desenvolvimento da certificação FSC no início da década de 1990 quanto na criação da certificação LIFE na primeira década do século XXI, contando ainda com o apoio formal da Convenção da Diversidade Biológica. Essa

atuação do Brasil pode ainda ser fortalecida com a recente nomeação de um brasileiro, pela primeira vez, para assumir a posição de Secretário Executivo da Convenção.

De forma pragmática o movimento ambientalista vem contribuindo para a inserção de novos elementos ao conteúdo dos padrões privados de gestão, como critérios ecológicos, sociais e culturais. Os gestores ambientais indicam que a aplicação prática desses instrumentos privados apresenta três tipos de alcance: técnicos/ambientais; de sensibilização e de cunho econômico. Técnicos e ambientais no sentido de reduzir a poluição gerada pelos processos produtivos, aumentar a ecoeficiência, reduzir o uso de recursos naturais e conservar a biodiversidade. De sensibilização do público interno visando o seu engajamento individual e coletivo em relação à causa ambiental; e econômico no sentido do reconhecimento público da empresa no mercado, junto aos acionistas, clientes e fornecedores, e da redução de custos. Porém, para atores externos à organização, como os consultores ambientais, a mudança das práticas empresariais após os processos de certificação não são eficazes.

Em relação à governança ambiental a valorização da participação social na legitimação de padrões privados de gestão ambiental reforça o fenômeno do envolvimento crescente dos atores civis e privados na arena global, como característica da transição de governo para governança reforçando a tese sobre a tendência de mudança da gestão, a qual recorre, cada vez mais, à autogestão pela sociedade.

Assim, a tese permitiu confirmar a hipótese sobre a participação do movimento ambientalista na alteração dos instrumentos privados de gestão ambiental, porém, não permitiu aferir se há eficácia decorrente da alteração das práticas produtivas. Em síntese, a tese permitiu concluir que:

- A participação social tornou-se fundamental para a legitimação de padrões privados de gestão ambiental.
- A partir do diálogo com o segundo setor, a sociedade civil vem obtendo êxito na negociação de novos objetivos e requisitos para os padrões de certificação.
- A participação social diferencia os padrões semi-alternativos dos padrões privados formais de gestão ambiental pela inserção de representações

ambientais, sociais e da comunidade científica em suas estruturas internas de governança.

- As ONGs exercem um importante papel na governança ambiental global, principalmente aquelas constituídas como organismos normalizadores voluntários.

- O movimento ambientalista está alterando os padrões privados de gestão ambiental por meio da inserção de novos conceitos de gestão, como critérios ecológicos, sociais e culturais, para além de critérios técnicos voltados à maior eficiência da produção e do uso dos recursos naturais.

- A percepção dos gestores ambientais das empresas é de que os padrões voluntários de gestão ambiental resultam em ganhos técnico-ambientais (redução da poluição); educativos (sensibilização) e econômicos (reconhecimento público e ganho de mercado). Este grupo de atores não identifica ou reconhece o papel das ONGs na alteração dos conceitos da gestão ambiental empresarial. E, na visão de gestores externos à organização, como consultores ambientais, as empresas não estão empreendendo as mudanças assumidas por meio dos processos de certificação ambiental.

Para futuras pesquisas

Futuras pesquisas foram vislumbradas a partir deste trabalho. Em se tratando da governança ambiental, um detalhamento das interpretações de cada princípio e critério dos padrões privados à luz do direito ambiental internacional e da ciência política, visando estabelecer os limiares e a sobreposição entre as governanças pública e privada, seria interessante.

Em relação à gestão ambiental sob um enfoque disciplinar é interessante aprofundar e acompanhar os resultados concretos dos indicadores ambientais, sociais, culturais, técnicos, econômicos e ecológicos obtidos pela aplicação dos instrumentos. A importância de futuros estudos voltados ao setor terciário também se justifica. A relevância deste setor como consumidor do primeiro e segundo setores na cadeia de suprimentos, mesmo considerando seu menor impacto direto sobre os recursos naturais, reforça sua importância.

Considerando a ênfase que os processos de certificação aportam para a rastreabilidade dos produtos na cadeia de suprimentos, o setor terciário destaca-se como importante objeto de interesse para futuros estudos sobre o impacto das certificações ambientais a partir da exigência das empresas, enquanto consumidoras, sobre seus fornecedores.

Outra questão que merece uma maior investigação é se as empresas valorizam o seu capital humano permitindo a capacitação dos seus gestores ambientais. Esta pesquisa não permitiu verificar se os gestores que contribuíram com as informações haviam recebido capacitação ao longo de sua experiência profissional.

A respeito das novidades ambientais e sociais que essas certificações representam, é interessante aprofundar o conceito de economia solidária e suas interfaces com esses novos sistemas de certificação que se inserem no modelo dominante da economia de mercado, ou seja, compreender até que ponto sistemas híbridos incorporam elementos sociais à racionalidade econômica dominante.

Em relação aos fundamentos conceituais que conformam os padrões de certificação, seria interessante investigar as comunidades epistêmicas que os subsidiam como explicação das diferenças entre os paradigmas ambientais que emergem do seu conteúdo.

Para o campo da educação emergiu a importância sobre o entendimento dos processos de sensibilização dos gestores a respeito da questão ambiental e da conservação da biodiversidade no sentido ecossistêmico apresentado, ou seja, na necessidade da manutenção dos recursos e complexos naturais externos à organização, independentemente da eficiência interna dos processos e resultados ambientais.

E, a partir dessa sensibilização, a capacidade e o poder de ação desses atores em alterar decisões relevantes no campo empresarial, considerando as pressões opostas que recaem sobre eles, quais sejam, a sensibilização individual para a causa ambiental e as demandas econômicas para a sobrevivência do negócio. Este campo de pesquisa pareceu promissor para a epistemologia ambiental e para a teoria econômica.

REFERÊNCIAS

ABNT. ABNT NBR ISO 14001:2004. **Sistemas de gestão ambiental**: requisitos com orientação para uso. 2004. 27 p.

_____. ABNT NBR ISO/IEC 17021:2011. **Avaliação de conformidade**: Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão. 2011.

_____. **O que é normalização**. Disponível em: http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=931. Acesso em 03/01/2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Social movements and NGOs in the construction of new markets mechanisms**. Economic Sociology. Vol. 11. N. 10. March-2010. p. 24-30.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Brasil, 4-8 de novembro, 2002.

ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. Fluxograma elaborado durante o processo de construção dos projetos coletivos de pesquisa da Turma VIII do programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. 2009.

ARTS, Bas. **Non-state actors in global environmental governance**: new arrangements beyond the state. 2005.

AULD, Graeme; GULBRANDSEN, Lars H.; McDERMOTT, Constance L. **Certification schemes and the impact on forests and forestry**. Annual Review of Environment and Resources. 33:187-211. 2008. Disponível em environ.annualreviews.org.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **Novos atores, governança global e o direito internacional ambiental**. Escola Superior do Ministério Público da União. s/d. Disponível em http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/AnaFlaviaBarrosPlatiau_Novos_atores.pdf/view. Acesso em 01/11/2009.

_____; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 47 (2): 2-32 [2004].

BATMANIAN, Garo; AZEVEDO, Tasso Rezende; FREITAS, Amantino. Histórico da certificação florestal FSC. In: IMAFLORA. **Brasil certificado**: a história da certificação florestal no Brasil. p. 18-21. Piracicaba, SP: Imaflora, 2005. 119 p.

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed. 2007. 752 p. 4ª. ed.

BERNSTEIN, Steven; CASHORE, Benjamin. Non-state global governance: is forest certification a legitimate alternative to a global Forest Convention? In: **Hard choices, soft Law**: voluntary standards in global trade, environment and social governance. Aldershot, Burlington: Ashgate, 2004.

BULHÕES, Flávia Muradas. **A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais**: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. 2001. 243 p.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Metodologia da Investigação I. Defcul. Universidade de Lisboa. 2005. 13 p.

CALDWELL, Lynton K. **International environmental policy**. Londres, Duke University Press. 1990.

CALLENBACH, Ernest; CAPRA, Fritjof; GOLDMAN, Lenore; LUTZ, Rüdiger; MARBURG, Sandra. **Gerenciamento ecológico**: guia do Instituto Elmwood de auditoria ecológica e negócios sustentáveis. São Paulo: Cultrix, 1993. 203 p.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 268 p.

CASHORE, Benjamin. **Legitimacy and the privatization of environmental governance**: how non–state market–driven (NSMD) governance systems gain rule–making authority. *Governance*, 15: 503–529. doi: 10.1111/1468-0491.00199. 2002.

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: _____. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2. 1999.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003[2001].

CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 429 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1989. 28ª. edição.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1991[1987]. 2ª. ed.

DELMAS, Magali; GRANT, Laura. **Eco-labeling strategies**: The Eco-Premium Puzzle in the Wine Industry. ISBER Publications, Institute for Social, Behavioral, and Economic Research, UC Santa Barbara. 2008. 35 p. Disponível em escholarship.org/uc/item/4qv7c61b. Acesso em outubro de 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Org). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC, 2004. 273 p.

DIEHL, Francelise Pantoja; MENDES FILHO, José Thomaz; ISAGUIRRE, Katya; AZEVEDO, Natália Tavares; BORSATO, Regiane. **Crise de Governança**. Trabalho coletivo de Pesquisa, Turma VIII. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR: 2009. No prelo.

DOUROJEANNI, Marc; JORGE-PÁDUA, Maria Tereza. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Revista Educar. N. 24. p. 213-225. Curitiba: Ed. UFPR. 2004.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 319 p.

EARTHWATCH INSTITUTE, WORLD RESOURCES INSTITUTE, WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, WORLD CONSERVATION UNION. **As empresas e os ecossistemas**. Resumo temático: os desafios dos ecossistemas e as implicações para as empresas. 2006.

ECCLES, Robert G.; KRZUS, Michael P. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011. 214 p.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. **Journal of Political Ecology**. Vol. 5 1998. p. 53-82.

FAO – Food and Agricultural Organization. **Global forest resources assessments: progress towards forest management**. Roma, 2005. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/008/a0400e/a0400e00.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2009.

_____. **Global forest resources assessments**. Roma, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/1191/en/>. Acesso em 07 de setembro de 2009.

FERNANDEZ, Fernando. **A tal da sustentabilidade**. O Eco. 2008. Disponível em <http://www.oeco.com.br/fernando-fernandez/20233-a-tal-da-sustentabilidade>. Acesso em 05 de maio de 2011.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social p. 57-83. In: SORRENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação social na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. 229 p.

FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação ambiental: epistemologia e metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2003. 143p.

FLORIANI, Dimas. **Globalización y cambio ambiental global**. Apresentado no I Coloquio de Outono, no Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (CRIM), da Universidad Autónoma do México (UNAM), México, 2009.

FOLADORI, Guillermo. Uma tipologia do pensamento ambientalista. In: Pierri, N. & Foladori, G. **¿Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **O cuidado da natureza**: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958 – 1992. Textos de História, vol. 17, n^o. 1, 2009. Universidade de Brasília.

FSC. **FSC reflected in scientific and professional literature**: literature study on the outcomes and impacts of FSC certification. FSC Policy Series No. 2009 - P001. 2009. 244 p.

_____. **FSC Certificate Database**. 2010. Disponível em <http://info.fsc.org/>. Acesso em outubro de 2010.

_____. **FSC International Standard: FSC Principles and criteria for forest stewardship**. FSC-STD-01-001 (version 4-0) EN. Disponível em http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/international_FSC_policies/standards/FSC_STD_01_01_V4_0_EN_FSC_Principles_and_Criteria.pdf. Acesso em julho de 2010. 2010a.

_____. **FSC: Business value and growth: market survey 2010**. 2010b.

_____. **Membership weighting of votes**. Disponível em http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/membership_documents/FSC_weighting_of_chambers.pdf. Acesso em julho de 2011.

_____. **FSC membership approves the revised Principles and Criteria**. Disponível em <http://www.fsc.org.br/arquivos/FSC%20Membership%20approves%20the%20revised%20P+C.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012.

_____. **Global FSC certificates**: type and distribution. Disponível em http://www.fsc.org/fileadmin/web-data/public/document_center/powerpoints_graphs/facts_figures/2012-02-15-FSC-FIG-Global_FSC_certificates-EN.pdf. Acesso em fevereiro de 2012a.

_____. **FSC Standard: FSC principles and criteria for forest stewardship**. FSC-STD-01-001 V5-0 D4-9. Disponível em. Acesso em fevereiro de 2012. 2012b.

FUNDAÇÃO AVINA. **¿Quiénes somos y qué hacemos?** Misión - Estrategia. Disponível em <http://www.avina.net>. Acesso em 21/06/2011.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. Disponível em <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>. Acesso em dezembro de 2008.

GOOGLE. Google Forms. Disponível em <http://www.google.com/google-d-s/forms/>. 2011.

GUILLERY, P.; HASLETT-MARROQUIN, R.; HAMPTON, M. **Ford Foundation Funding to the Forest Stewardship Council: a qualitative review of external impacts: a confidential report to the FSC International Center**. 2007.

GULBRANDSEN, Lars H. Overlapping public and private governance: can forest certification fill the gaps in the global forest regime? **Global Environmental Politics**, Massachusetts Institute of Technology, v.4, n.2, p. 75-99, May 2004.

_____. **The effectiveness of non-state governance schemes: A Comparative Study of Forest Certification in Norway and Sweden**. *International Environmental Agreements* (2005) 5:125–149.

_____. **Non-state global environmental governance: The Emergence and Effectiveness of Forest and Fisheries Certification Schemes**. Doctoral dissertation. Department of Political Science, University of Oslo. Oslo, Unipub. 2009, 234 p.

HARRES, Elaine Martos. **Gestão ambiental industrial: perspectivas, possibilidades e limitação**. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. 2004. 219 p.

HCV network. Disponível em <http://www.hcvnetwork.org/>. Acesso em novembro de 2011.

IMAFLORA. **Brasil certificado: a história da certificação florestal no Brasil**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2005. 119 p.

IMAZON. **Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal**. São Paulo: Amigos da Terra - Programa Amazônia; Piracicaba, São Paulo: IMAFLORA; Belém: Imazon, 1999. 41 p.

IPEA. MARGULIS, Sérgio. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. Texto para discussão n. 437. 41 p. 1998.

_____. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. **Rev. Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 9, n. 1. 2006.

ISEAL. Setting Social and Environmental Standards vs. 5.0 – ISEAL Code of Good Practice. Disponível em http://www.isealalliance.org/sites/default/files/P005_ISEAL_Std-Setting_Code_v5.01.pdf. 2010. Acesso em março de 2011.

ISEAL. P017 – ISEAL Memorandum and Articles of Association. Londres, 2010.

ISO. **International standards and private standards**. Geneva, 2010.

_____. **How are ISO standards developed**. Disponível em http://www.iso.org/iso/standards_development/processes_and_procedures/how_are_standards_developed.htm. Acesso em dezembro de 2011. 2011.

_____. **ISO in figures for the year 2010**. Geneva, 2011. 2011a.

_____. **Assembleia Geral – ISO**. Disponível em http://www.iso.org/iso/about/structure/structure_ga.htm. Acesso em março de 2011. 2011b.

_____. **Engaging stakeholders for ISO national standards bodies**. Disponível em http://www.iso.org/iso/free_pubs. Acesso em janeiro de 2012.

IUCN. Conserving the diversity of life. Disponível em <http://www.iucn.org/what/tpas/biodiversity/>. Acesso em março de 2012.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 2003.

JAY, Stephen; JONES, Carys; SLINN, Paul; WOOD, Christopher. Environmental impact assessment: Retrospect and prospect. **Environmental Impact Assessment Review**, 27, p. 287-300, 2007.

KISSELER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 40(3):479-99, maio/junho. 2006.

KUERT, Willy. The founding of ISO. Disponível em http://www.iso.org/iso/about/the_iso_story/iso_story_founding.htm. s/d. Acesso em janeiro de 2011. 2011c.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Editora da FURB. Blumenau, 2000.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Ed. Tradução do original em língua espanhola: México, Buenos Aires, Siglo XXI, 1999. Petrópolis: Vozes, 2007. 494 p.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. p. 77-103. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 429 p.

_____. **O labirinto:** ensaios sobre o ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau., 1996. 173 p.

_____. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC. 1999. 261 p.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza.** Lisboa: Edições 70, 1990.

LEOPOLD, Aldo. La ética de la tierra. p. 61-77. In: **Los caminos de la ética ambiental:** una antología de textos contemporáneos. Kwiatkowska, Teresa; Issa, Jorge (comp.). México: CONACYT, Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, Editorial Plaza y Valdés, 1998, 321 p.

LIFE Institute. **Quem somos.** Disponível em <http://www.institutolife.org.br/INSTITUTO-LIFE/Quem-Somos.aspx>. 2010.

_____. **Padrões de certificação LIFE.** Versão 1.0. Disponível em <http://www.institutolife.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=0-EeAyG3yK0%3d&tabid=360>. Acesso em agosto de 2011. 2011.

_____. **Guia Técnico LIFE 01:** definição de desempenho mínimo em ações de conservação da biodiversidade. Versão 1.1. Disponível em <http://www.institutolife.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=olRIAJPUIQ%3d&tabid=360>. Acesso em agosto de 2011. 2011a.

_____. **Guia Técnico LIFE 02:** avaliação do desempenho mínimo em ações de conservação da biodiversidade. Versão 1.0. Disponível em <http://www.institutolife.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=Q-BAq9sCSFc%3d&tabid=360>. Acesso em agosto de 2011. 2011b.

_____. **Histórico dos Padrões de Certificação LIFE.** <http://www.institutolife.org.br/CERTIFICAÇÃO-LIFE/Padrões-Histórico.aspx>. 2011. 2011c.

_____. **Estatuto e governança.** Disponível em <http://www.institutolife.org.br/INSTITUTO-LIFE/Estatuto-e-Governança.aspx>. Acesso em junho de 2011. 2011d.

_____. Workshop Brasil de Negócios e Biodiversidade. Disponível em <http://www.institutolife.org.br/WORKSHOP/Objetivos-e-Escopo.aspx>. 2011e.

LIMA, Myrian Regina del Vecchio de; RONCAGLIO, Cynthia. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 3, p. 53-63, jan./jun. 2001.

_____. **Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento**: elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. 310 p.

LOMBORG, Björn. **O ambientalista cético**: revelando a real situação do mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 541 p.

MAY, Peter; MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994. 195 p.

_____; AMARAL, Carlos; MILIKAN, Brent; ASCHER, Petra, et al. (orgs). **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 124 p.

_____. **Forest certification in Brazil**: Trade and environmental enhancement. Disponível em http://www.unece.lsu.edu/marketing/documents/2003-2006/gme03_022.pdf. s/d. Acesso em setembro de 2010.

MEA – Millenium Ecosytem Assessment. **Ecosystems and human well-being**: opportunities and challenges for business and industry. 2005.

_____. **Ecosystems and human well-being**: biodiversity synthesis. World Resource Institute. Washington. 2005a. 100 p.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: collective action in the information age. 2001 [1996]. Cambridge: University Press. 447 p.

MERICO, Luis Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: Ed. da FURB, 1996. 160 p.

MMA/IBAMA. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satellite: Bioma Mata Atlântica. 2002 a 2008. 2010a.

_____. Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no Bioma Cerrado - 2002 a 2008. 2009.

_____. Monitoramento do desmatamento nos Biomas brasileiros por satélite: Bioma Caatinga - 2002 a 2008. 2010b.

_____. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: Bioma Pantanal. 2002 a 2008. 2010c.

_____. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satellite: Bioma Pampa. 2002 a 2008. 2010d.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005. 3 ed. 288 p.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de produtor de mercadorias. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MÜLLER, Marcos; LUTZ, Vittorio Höfle. Uma filosofia da crise ecológica. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP, série 3, v. 6, n. 2, p. 9-62, jul/dez. 2006.

NORGAARD, Richard B. Transcendancy challenged. In: KELLERT, Stephen R.; SPETH, James Gustave (Ed.). **The coming transformation**: values to sustain human and natural communities. New Haven: Yale School of Forestry & Environmental Studies, 2009. p. 39-63.

OLIVEIRA, Otávio José de; SERRA, José Roberto; SALGADO, Manoel Henrique. Does ISO 14001 work in Brasil? **Journal of cleaner production**. Vol. 18. 2010. p. 1797-1806.

PELUSO, Nancy Lee; VANDERGEEST, Peter. Genealogies of the Political Forest and Customary Rights in Indonesia, Malaysia, and Thailand. *The Journal of Asian Studies*, 60 , pp 761-812. 2001.

PIERRI, Naína. **Análise crítica do instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental**: sua aplicação no Uruguai. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo, Cortez Editora, 2005, 255p.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Towards a green economy**. 2008.

_____. **Review of the biodiversity requirements of standards and certification schemes**: a snapshot of current practices. Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Technical Series, n. 63. Canada, 2011. 30 p. Disponível em <http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-63-en.pdf>.

PRIGOGINE, Ilya. O fim da certeza. In: MENDES, Candido (Org.); LARRETA, Enrique (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PRINCEN, FINGER. **Environmental NGOs in world politics**. London: Routledge. 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. 7ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007. 334 p.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). p. 41-53. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 429 p.

ROS-TONEN, M. A. F. **Final report: Congress on Globalisation, Localisation and Tropical Forest Management in the 21st Century**. Amsterdam: Amsterdam Research Institute for Metropolitan and Int. Development Studies, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Vieira, Paulo Freire. (Org.). São Paulo: Cortez, 2007. 472 p.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil PosConstituinte**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (Coord.). **Ambientalismo e participação social na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007. 310 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SIQUEIRA, Lineu. Um longo processo ainda em construção. In: IMAFLORA. **Brasil certificado: a história da certificação florestal no Brasil**. p. 33-38. Piracicaba, SP: Imaflora, 2005. 119 p.

SIQUEIRA, Marcos César Alves. Resenha crítica: GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Brasília: Universidade de Brasília. Revista SER Social, v. 12, n. 26, p. 234-239, jan./jun. 2010.

SMERALDI, Roberto. **O novo manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Publifolha, 2009. 204 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. São Paulo. 1998. Disponível em <http://formacaorededefale.pbworks.com/f/A+Reinven%C3%A7%C3%A3o+Solid%C3%A1ria+e+Participativa+do+Estado.pdf>

TEEB. **The economics of ecosystems and biodiversity for international and national policy makers**. 2009.

TNC. **History and milestones of The Nature Conservancy**. Disponível em <http://www.nature.org/aboutus/visionmission/history/index.htm>. Acesso em agosto de 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

UICN, WWF-BRASIL e IPÊ. **Metas de Aichi: Situação atual no Brasil**. Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasi e IPÊ, 2011.

UNEP-WCMC. **Review of the biodiversity requirements of standards and certification schemes**: A snapshot of current practices. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montréal, Canada. Technical Series. N. 63, 30 p. 2011.

UPTON, Christopher; BASS, Stephen. **The forest certification handbook**. Delray Beach: St. Lucie Press. 1996. 219 p.

VALVERDE, Sebatião Renato. **Elementos de gestão ambiental empresarial**. Viçosa: Ed. da Universidade Federal de Viçosa. 2005. 125p.

VISSEREN-HAMAKERS. I. J.; GLASBERGEN, P. Partnerships in forest governance. Utrecht University, Copernicus Institute for Sustainable Development and Innovation. **Global Environmental Change**, Elsevier, 2008. Disponível em: http://www.whifsc.com/uploads/universiteit_utrecht.pdf Acesso em: junho 2008. / doi:10.1016/j.gloenvcha.2006.11.003.

VIVIEN, Franck-Dominique. **Economía y Ecología**. Equador: Abya-Yala, 2000. 148 p.

WAPNER, P. **Environmental activism and world civic politics**. New York: State University Press., 1996.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004. 128 p. Tradução dos originais em alemão: *Wissenschaft Als Beruf e Politik Als Beruf* (1919).

WWF. **Fifty years of environmental conservation**. Disponível em: http://wwf.panda.org/who_we_are/history/. Acesso em agosto de 2011.

ZANONI, Magda; RAYNAUT, Claude; LANA, Paulo da Cunha; FLORIANI, Dimas. A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos (introdução). In: RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda; LANA, Paulo da Cunha; FLORIANI, Dimas; FERREIRA, Ângela Duarte D.; ANDRIGUETTO FILHO, José Milton (ed). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 9 – 25.

APÊNDICE A

GLOSSÁRIO – CONCEITOS E TERMOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Acreditação - ferramenta estabelecida em escala internacional para gerar confiança na atuação de organizações que executam atividades de avaliação da conformidade. Trata-se do reconhecimento formal por um “organismo de acreditação”, de que um organismo de certificação atende a requisitos previamente definidos e demonstra ser competente para realizar suas atividades com confiança (INMETRO¹¹³, 2011).

Ambientalismo – todas as formas de comportamento coletivo que visam corrigir formas destrutivas do relacionamento entre o homem e seu ambiente natural (CASTELLS¹¹⁴, 1999).

Associação civil – forma organizada de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa dos direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, etc. (SCHERER-WARREN, 1999¹¹⁵ p. 15 apud SCHERER-WARREN 2001¹¹⁶, p. 42).

Ator institucional – ator com capacidade limitada na modificação do meio onde atua pela necessidade de exercício de um papel institucional.

Ator social – aquele que modifica o meio no qual está inserido através de decisões, relações e orientações (TOURAINÉ, 1997).

Auditoria de certificação de terceira parte - auditoria realizada por uma organização de auditoria independente do cliente e do usuário, para fins de certificação do sistema de gestão do cliente (ABNT NBR ISO/IEC 17021:2011).

Barreiras Técnicas ao Comércio - restrições ao fluxo de comércio relacionadas às características dos produtos a serem importados ou ao seu método e processo de produção. Essas restrições baseiam-se ora no conteúdo do produto, ora nos testes que indicam a conformidade destes aos padrões exigidos pelo importador. Representam, na realidade, uma categoria das barreiras não-tarifárias (ICONE¹¹⁷, 2012).

Capacidade de suporte - densidade populacional estável, em que a taxa de natalidade é igual à taxa de mortalidade. Denominada de capacidade de suporte porque representa o tamanho da população que os recursos do ambiente podem exatamente manter (“suportar”), sem uma tendência de aumento ou redução. (BEGON et al., p. 138).

¹¹³ Disponível em http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/oqe_acre.asp. Acesso em agosto de 2011.

¹¹⁴ CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser. In: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

¹¹⁵ SCHERER-WARREN. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec. 1999.

¹¹⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. p. 41-56. In: SORRENTINO, Marcos (coord.). Ambientalismo e participação social na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. 229 p.

¹¹⁷ INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=15&areaID=14&secaoID=28&faq_assuntoID=9. Acesso em fevereiro de 2012.

Consenso – acordo geral caracterizado pela ausência de oposição fundamentada a aspectos significativos por qualquer parte interessada, obtido através de um processo que busca levar em conta as posições das partes e a conciliação de opiniões (ISO/IEC Guide 2:2004 e ABNT ISO/IEC Guide 2:2004).

Consumidor verde – consumidor que prioriza produtos que levam em conta a dimensão ambiental (PORTILHO, 2005).

Economia neoclássica - escola que se desenvolveu na segunda metade do século XIX e início do século XX. A partir de princípios liberais (economia de mercado), foi responsável pela consolidação da formalização analítica em Economia e pelo uso intensivo da Matemática. Sua preocupação principal era com alocação ótima de recursos. Criaram a Teoria do Valor Utilidade, pela qual o preço dos bens é formado a partir do grau de satisfação que o consumidor espera obter do bem, contrapondo-se à Teoria do Valor Trabalho, pela qual o valor dos bens seria derivado do lado da oferta ou dos custos da mão-de-obra (GREMAUD et al 118., 2004, p. 591).

Eco-certificação – certificação de práticas ou produtos com apelo ambiental realizada por meio através de auditorias realizadas por uma terceira-parte.

Economia Ambiental – teoria econômica que alcançou grande desenvolvimento na década de 1980 cuja ênfase recai sobre a poluição como uma externalidade do processo de produção. Esta externalidade deve ser tratada pelos vários meios de internalização de custos ambientais nos preços dos produtos (adaptado de MERICO 1996, p. 15 e 16).

Economia dos Recursos Naturais – teoria econômica difundida nas décadas de 1960 e 1970, cuja ênfase estava na forma de utilização dos recursos naturais, com o objetivo de alcançar o uso ótimo de recursos naturais renováveis e não-renováveis (frequentemente significando apenas maior retorno financeiro com menor custo), ainda que este menor custo não evitasse a degradação ambiental e pudesse levar os recursos naturais à completa exaustão (adaptado de MERICO 1996, p. 15 e 16).

Economia Ecológica - nova abordagem da Economia, que enfatiza o uso sustentável das funções ambientais e a capacidade dos ecossistemas em suportar a carga imposta pelo funcionamento econômico das atividades humanas (adaptado de MERICO 1996, p. 15 e 16).

Eco-rotulagem – rotulagem de produtos elaborados com critérios ambientais especificados por uma organização responsável, não necessariamente associada a um processo de certificação.

Evolução – processo de alteração dentro de sistemas complexos através da seleção de traços biológicos ou institucionais, transmissíveis geneticamente ou culturalmente (adaptado de CONSTANZA, 1994 p. 116).

Gestão ambiental – sistema que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental (SOARES et al.¹¹⁹

¹¹⁸ GREMAUD, Amaury Patrick et al. Manual de Economia. 5. ed. Organizado por Diva Benevides Pinho e Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. São Paulo: Saraiva, 2004. 606 p.

¹¹⁹ SOARES, S. R.; BELLI, P.; CASTILHOS, A. Gestão de recursos ambientais. In: FRANKENBERG, C. L. C.; RAYA-RODRIGUEZ, M. T.; CANTELLI, M. (org.) Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 280-291.

apud VALVERDE, 2005, p. 11). Ou seja: sistema composto de instrumentos capazes de colocar em prática uma política ambiental estabelecida.

Globalização – a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vive-versa (GIDDENS, 1990 apud Sousa Santos¹²⁰, 2005 p. 26).

Governança - padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais hierarquias e associações de diversos tipos (SANTOS, 1997).

Governança ambiental global - conjunto de arranjos entre instituições governamentais e não-governamentais, que emergem na sociedade contemporânea para dar conta da crise ambiental instalada.

Movimento ambientalista – movimento social e ator da governança ambiental global que busca o reconhecimento por demandas particulares para corrigir formas destrutivas do relacionamento entre o homem e a natureza¹²¹.

Movimento social - ação coletiva deliberada com propósito determinado cujo resultado, no sucesso ou no fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade (CASTELLS¹²², 2003[2001]).

Movimentos sociais do passado - movimentos sociais focados em pressupostos ideológicos que lutavam pelo “direito a ter direitos” (GOHN, 2010).

Normalização - atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto (ABNT¹²³, 2011).

Novos movimentos sociais – movimentos contemporâneos que buscam o reconhecimento e o respeito às diferenças, menos focados em pressupostos ideológicos, e mais nos vínculos de integração com esferas da sociedade (GOHN, 2010).

Nova governança - governança global realizada por meio da atuação de atores não-estatais, caracterizada por sua implementação por meio de regimes de mercado.

Novos atores - atores que não pertencem à esfera estatal, sendo os mais importantes as ONGs pelo papel que assumem no âmbito ambiental internacional (BARROS-PLATIAU, 2009).

Padrão – um conjunto de requisitos globais ou regionais cujo atendimento pelos setores econômicos aos quais se aplica é exigido pela instituição responsável pelo seu

¹²⁰ SOUSA SANTOS (org). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez. 2005.

¹²¹ CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser. In: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

¹²² CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. 2003[2001].

¹²³ ABNT. Disponível em http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=931. Acesso em 17/06/2011.

desenvolvimento, e contra os quais estes setores podem ser auditados¹²⁴ (UNEP/WCMC, 2011, p. 9, tradução livre).

Sistema de certificação - conjunto de todos os métodos e processos da organização responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão de um padrão de certificação.

Sistema de governança da certificação – estrutura e composição de atores que deliberam Padrões de Certificação.

¹²⁴ Disponível em <http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-63-en.pdf>.

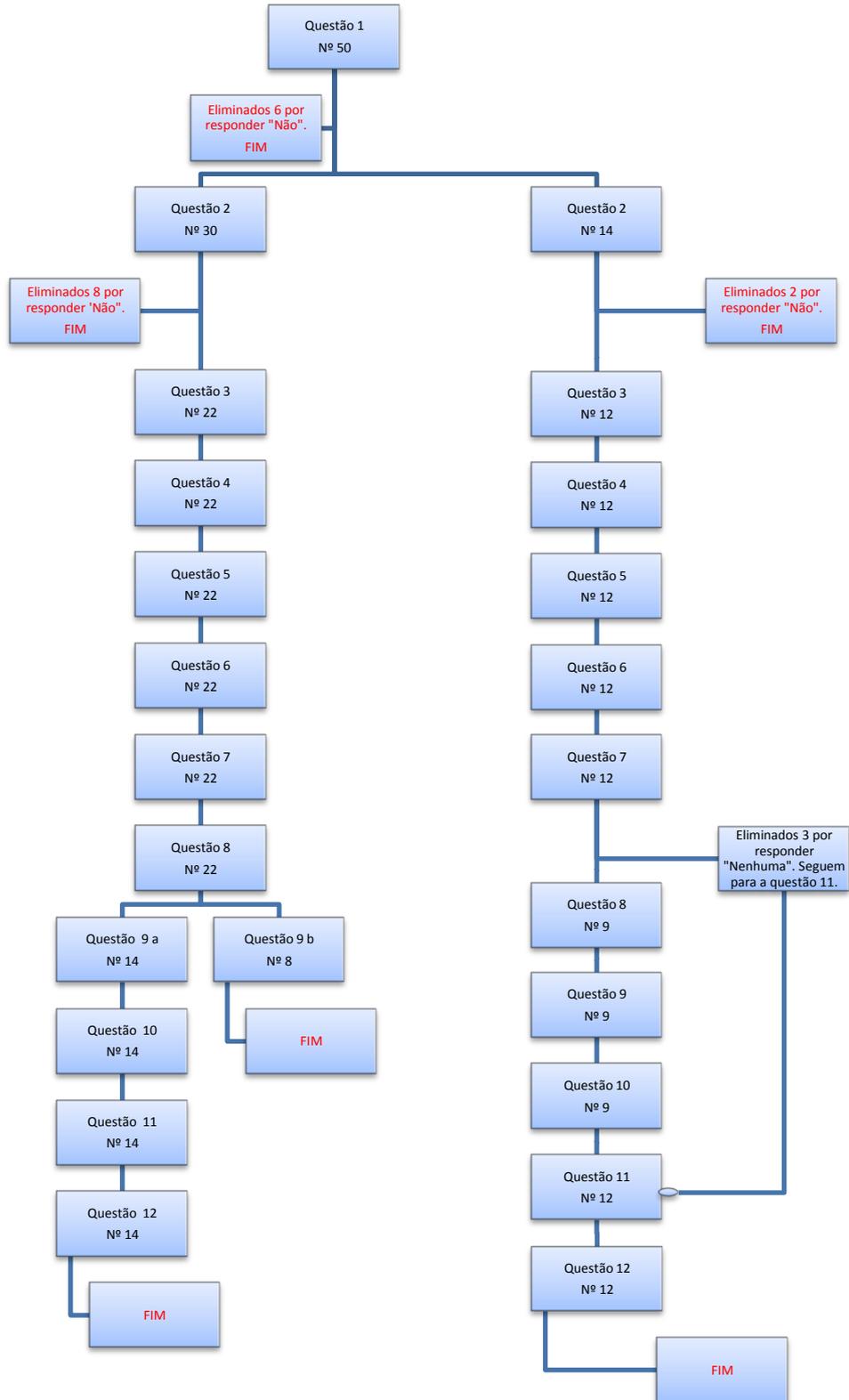
APÊNDICE B

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO VIA WEB

Página	questão	Tema/objetivo da questão	Sequência (página)	Público-alvo
1	abertura	informações sobre a pesquisa para o respondente	p. 2 p. 16 (para "consultores e auditores"); p. 28 (para "não")	colaboradores diretos
2	1	filtro (seleção profissionais da área de gestão ambiental empresarial)	p. 4 (para "primário e/ou secundário"; p. 28 (para "setor terciário")	
3	2	filtro (atuação no setor primário e/ou secundário)	p. 5	
4	3	informações gerais sobre o respondente	p. 6	
5	4	o papel de diferentes fatores na alteração da produção	p. 7	
6	5	quais atores influenciam essa alteração?	p. 8	
7	6	a empresa possui sistema de gestão ambiental?	p. 9	
8	7	importância da gestão ambiental para diferentes aspectos	p. 11 (para "sim"); p. 10 (para "não")	
9	8	a empresa possui certificação? Qual(is)?	p. 27	
10	9	visão do respondente sobre meio ambiente/sustentabilidade	p. 12	
11	9	a certificação altera a gestão ambiental da empresa (ou "greenwashing")?	p. 13	
12	10	a certificação altera a produção? Quanto?	p. 14	
13	11	quais as 3 alterações mais importantes?	p. 15	
14	12	visão do respondente sobre meio ambiente/sustentabilidade	p. 29	
15	FIM	agradecimento pela participação		

APÊNDICE C

FLUXOGRAMA DO QUESTIONÁRIO APLICADO VIA WEB



APÊNDICE D

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO

ENTREVISTAS COM INFORMANTES QUALIFICADOS

Público-alvo: representantes do movimento ambientalista (MA); auditores/organismos certificadores (OC); gestores ambientais (GA); organizações internacionais (OI).

Currículo resumido:

1. Principal(is) problema(s) ambiental(is) da atualidade (MA; OC; GA; OI).
2. Relação entre as práticas das empresas e os problemas ambientais (MA; OC; GA; OI).
3. Visão sobre a gestão ambiental empresarial (MA; OC; GA; OI).
4. Participação no desenvolvimento de normas para a gestão ambiental (MA; GA).
5. Principais propósitos/ideais que guiaram a elaboração de novas normas (MA; GA).
6. Credibilidade e capacidade dos sistemas de certificação quanto à capacidade de gerar novos paradigmas de gestão ambiental nas empresas (MA; OC; GA; OI).
7. Principais potenciais, limitações e desafios para a geração de novos paradigmas ambientais nas empresas (MA; OC; GA; OI).
8. Alcances e limitações das certificações ambientais (MA; OC; GA; OI).
9. Relação entre governança e gestão ambiental (MA; OI).
10. Participação do movimento ambientalista por meio das ONGs na governança ambiental (MA; OI).
11. Engajamento e papel do setor privado na governança ambiental (MA; OC; GA; OI).
12. Mudanças no engajamento do setor privado (MA; OC; GA; OI).
13. Instrumentos privados/certificações e instrumentos de comando e controle (MA; OI).
14. Principais desafios das certificações (MA; OC; GA; OI).